

CAPES

EEFFTO

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

TESE DE DOUTORADO
**CRUZAMENTOS ENTRE LAZER E TRABALHO:
A EXPERIÊNCIA DAS TRABALHADORAS SEXUAIS
NO COMPLEXO DE DIVERSÕES GUAICURUS**

RAFAEL RODRIGO DOS SANTOS
ORIENTADOR: HÉLDER FERREIRA ISAYAMA





Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em
Estudos do Lazer
EEFFTQ/UFGM



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer

Rafael Rodrigo dos Santos

CRUZAMENTOS ENTRE LAZER E TRABALHO:
a experiência das trabalhadoras sexuais no Complexo de Diversões Guaicurus

Belo Horizonte

2025

Rafael Rodrigo dos Santos

**CRUZAMENTOS ENTRE LAZER E TRABALHO:
a experiência das trabalhadoras sexuais no Complexo de Diversões Guaicurus**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Estudos do Lazer.

Linha de Pesquisa: Identidade, sociabilidades e práticas de lazer.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

Belo Horizonte

2025

S237c Santos, Rafael Rodrigo dos
2025 Cruzamentos entre lazer e trabalho [recurso eletrônico] : a experiência das
trabalhadoras sexuais no complexo de diversões Guaicurus / Rafael Rodrigo dos
Santos. – 2025.

1 recurso online (284 f. : il.) : pdf.

Orientador: Hélder Ferreira Isayama

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação
Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Inclui bibliografia.

1. Lazer – Aspectos sociais – Teses. 2. Prostituição – Teses. 3. Indústria do sexo
– Teses. 4. Trabalho – Teses. I. Isayama, Hélder Ferreira. II. Universidade Federal
de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III.
Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Sheila Margareth Teixeira Adão, CRB 6: nº 2106, da
Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
EEFFTO - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LAZER - SECRETARIA

ATA DA 123ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

RAFAEL RODRIGO DOS SANTOS

Às **14:00** horas do dia 31 de outubro de 2025, reuniu-se no Mini-Auditório, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais - EEFFTO/UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer para julgar, em exame final, o trabalho "Cruzamentos entre Lazer e Trabalho: a experiência das trabalhadoras sexuais no Complexo de Diversões Guaicurus", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para o candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos(as) examinadores(as), com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovado	Reprovado
Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (Orientador)	X	
Prof. Dr. Cesar Teixeira Castilho (UFMG)	X	
Profa. Dra. Bruna D Carlo Rodrigues de Oliveira Ribeiro (UFMG)	X	
Profa. Dra. Marie Luce Tavares (IFMG)	X	
Profa. Dra. C��thia Alves (IFSP)	X	

Após as indica  es o candidato foi considerado: O **resultado final** foi comunicado publicamente, para o candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2025.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (Orientador)

Prof. Dr. Cesar Teixeira Castilho (UFMG)

Profa. Dra. Bruna D Carlo Rodrigues de Oliveira Ribeiro (UFMG)

Profa. Dra. Marie Luce Tavares (IFMG)

Profa. Dra. C  thia Alves (IFSP)

Esta tese é dedicada a minha mãe, minha avó afetiva e minha madrinha, pilares de amor e resiliência que moldaram meu olhar e sustentaram esta jornada.

À memória do Professor Doutor Rafael Fortes Soares.

E, de forma muito especial, às mulheres trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus, por compartilharem suas vozes e histórias, que deram vida a esta escrita.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos guias espirituais, que nunca me abandonam. Agradeço à minha tríade da vida, mamãe Luzia, vovó Ely e dinda Cristiane, por tudo e por estarem sempre comigo. À minha mãe, pela força, pela paciência e por fazer escolhas sempre pensando em mim, além de apoiar meus caminhos e decisões. À minha avó, por todo o carinho, amor e cuidado. Mesmo com o Alzheimer nos afastando um pouco a cada dia, reconheço em seus olhos a admiração que tem por mim e encontro alegria ao perceber a presença dela em cada conquista. À minha dinda, pela presença constante, pelo apoio e pelo auxílio em todos os momentos.

À Marrom Alcione, minha cadelinha e companheira diária, cuja presença silenciosa e afetuosa foi essencial nos momentos de exaustão e solidão. Sua companhia tornou os dias mais leves e integrou de forma significativa o percurso até aqui.

Agradeço também às pessoas da minha família que enxergam em mim a continuidade de uma história de luta e garra que muitos não tiveram a oportunidade de viver. Em especial, a Tia Olga, Flavinha, Fabrício, Nira e Quequel.

Aos meus amigos e minhas amigas, por estarem sempre comigo, nas alegrias, nas loucuras, na perda e no ganho. Em especial a Karen Calazans, Luiza Gontijo, Marla Calazans, Pedro Mendes e Pedro Hansen, às turmas “Sol na Lage” (Brunna Lage, Bruna Marcarini, Jéssica Lage, Jéssica Ribeiro) e “Unidos por um motivo” (Gustavo Nowak e Bernardo Salgueiro), além da família de Salvador (Erick Paz, Evelyn Ramos, João Vieira e Welber Santiago). Cada um de vocês conhece a importância que tem em minha vida, e tudo o que compartilhamos em cada momento é singular.

Agradeço à vida, por tudo o que me permitiu viver, principalmente por ter conhecido meu amigo e orientador Professor Doutor Rafael Fortes, que, com muito carinho e respeito, me guiou no mestrado e no doutorado até os seus últimos dias. Eu queria tanto comemorar com você a conclusão desta tese. Mas, em qualquer lugar em que esteja, sei que vai estar em festa daquele jeito que a gente gosta. Espero que a minha amiga Juliana Siqueira, de quem sinto tanta saudade e que também se foi tão cedo, vencida pelo câncer, tenha se juntado a você nesse momento.

Ao meu orientador, professor, tutor, editor-chefe, parceiro, cliente e amigo Professor Doutor Hélder Isayama, por me acolher e dar continuidade ao trabalho para esta tese de doutorado. Ao Professor Doutor José Alfredo Debortoli, sempre aberto a ser meu amigo em

meio a tantas incertezas e mudanças, guiando-me durante toda minha estada de seis anos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

À Professora Dr^a. Flávia Luz, meu sincero agradecimento. Seu olhar analítico e preciso, junto das sugestões e intervenções cuidadosas, foi fundamental para a revisão e o aprimoramento deste trabalho.

Às minhas pareceristas Professora Doutora Marie Luce Tavares, Professora Doutora Bruna D'Carlo, Professora Doutora Lucilene das Dores, e à Professora Doutora Cáthia Alves, mulheres negras, professoras, pesquisadoras e amigas que me acompanharam em todo o processo. Ao Professor Doutor César Castilho, pelo impulsionamento “marginal e lascivo”, por uma construção de estudo “fora da caixa”, e ao Professor Doutor Alessandro Tomasi, por ter me sugerido o Rafa como orientador e por ser acessível e divertido.

Agradeço à UFMG por ser uma grande instituição de ensino e à CAPES pela bolsa de estudos, sem a qual este trabalho não seria viável.

À Aprosmig, por todo carinho, gentileza e apoio. Às trabalhadoras sexuais e colaboradoras entrevistadas, sem as quais nada disso seria possível.

À mana Fernanda Abreu, minha amiga constante no sucesso e nas dificuldades, assim como Juliana de Paula e Matheus Marçal. Aos colegas de turma, pelos momentos de descontração, e aos grupos de pesquisa NAPrática e Oricolé, por ampliarem minhas perspectivas e realidades.

Agradeço aos professores, tutores e servidores administrativos da UFMG e de outras instituições de ensino, que contribuíram para a minha formação e para o desenvolvimento deste trabalho.

Um agradecimento especial a Pri Mazzini, Tiago Lopo, Pedro Hypólito, Lucas Oriel e Augusto Molinari, pelas lindas capas dos capítulos desta tese. Vocês são grandes artistas e amigos especiais!

Por fim, e muito mais que importante, obrigado a todas as pessoas que me tiraram de casa, me mandaram mensagens ou ligaram me dando força para seguir em momentos que foram extremamente difíceis e tensos, que me apoiaram e deixaram os dias mais leves.

Muito obrigado!

RESUMO

A tese investiga os cruzamentos entre lazer e trabalho na vida cotidiana de mulheres trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus, em Belo Horizonte, com o objetivo de compreender como constroem sentidos, estratégias de resistência e bem viver em um território marcado por estigmas sociais e dinâmicas urbanas específicas. O estudo adota a interseccionalidade, conforme proposta por Patricia Hill Collins, como teoria social crítica, articulada à ética da responsabilidade e à teoria do sujeito desenvolvidas por Judith Butler, como referencial metodológico. Parte-se da compreensão de que a entrevista não se configura apenas como técnica de coleta de dados, mas como uma cena de interpelação, na qual o relato de si é produzido na relação com o outro, sob normas sociais que regulam o que pode ser dito e reconhecido. Nessa perspectiva, as narrativas das participantes não são tratadas como dados transparentes, mas como esforços situados de dar conta de si diante de um interlocutor, atravessados por limites narrativos, silêncios e opacidades constitutivas. A pesquisa mobilizou observação participante e entrevistas não estruturadas realizadas com 15 mulheres cisgênero trabalhadoras sexuais nos hotéis da região, além de interlocuções com colaboradoras da Aprosmig. A análise dos materiais empíricos, baseada em codificação aberta, agrupamento semântico e elaboração de eixos e núcleos interpretativos, revelou que o lazer se configura como respiro e espaço de resistência simbólica ao desgaste do trabalho, manifestando-se tanto no ambiente laboral quanto fora dele. As participantes vivenciam o trabalho sexual como prática estratégica para sustentar projetos de vida, evidenciando dimensões de autonomia econômica atravessadas por condições estruturais de precarização. As relações entre colegas expressam simultaneamente solidariedade e tensão, enquanto o corpo assume centralidade como território de risco, prazer, cuidado e performance. O estigma aparece como tecnologia de regulação social, enfrentado por meio de estratégias de ocultação e autoafirmação. A rotina exaustiva compromete o descanso e afeta a saúde mental, ao passo que projetos de futuro, como aquisição de bens, continuidade dos estudos ou inserção digital, operam como horizontes de sentido. O Complexo de Diversões Guaicurus se apresenta como território de lazer sexual para homens e de trabalho para as mulheres, configurando-se como um espaço plural, atravessado por hierarquias e discriminações, mas também por sociabilidades e práticas de recomposição cotidiana. Na conclusão, evidenciou-se que as trabalhadoras sexuais ressignificam a inseparabilidade entre lazer e trabalho como dimensão estruturante de suas existências, convertendo o lazer em espaço de dignidade, autonomia e resistência. O estudo contribui para os Estudos do Lazer ao evidenciar essa prática como componente fundamental da saúde mental e como direito a ser afirmado, ampliando o campo de investigação ao reconhecer sua relevância em contextos de precarização do trabalho e de desigualdades interseccionais, além de indicar a necessidade de políticas públicas que assegurem o lazer como direito social para grupos historicamente marginalizados.

Palavras-Chave: lazer; trabalho sexual; Guaicurus; subjetividade; interseccionalidade.

ABSTRACT

The thesis investigates the intersections between leisure and work in the daily lives of female sex workers at Complexo de Diversões Guaicurus, in Belo Horizonte, with the aim of understanding how they construct meanings, resistance strategies and good living in a territory marked by social stigmas and specific urban dynamics. The study adopts Intersectionality, as proposed by Patricia Hill Collins, as a critical social theory, articulated with Judith Butler's ethics of responsibility and theory of the subject, as its methodological framework. The research departs from the understanding that the interview is not merely a data collection technique, but a scene of address in which an account of oneself is produced in relation to the other, under social norms that regulate what can be said and recognized. From this perspective, participants' narratives are not treated as transparent data, but as situated efforts to give an account of oneself, marked by narrative limits, silences, and constitutive opacity. The study mobilizes participant observation and unstructured interviews conducted with fifteen cisgender women sex workers in hotels in the area, as well as interlocutions with collaborators from Aprosmig. Data analysis, based on open coding, semantic grouping, and the construction of analytical axes and interpretive nuclei, revealed that leisure is configured as a pause and a symbolic space of resistance to the wear and tear of work, manifesting both within and beyond the labor environment. Participants experience sex work as a strategic practice to sustain life projects, highlighting dimensions of economic autonomy shaped by structural conditions of precariousness. Relationships among colleagues simultaneously express solidarity and tension, while the body assumes centrality as a territory of risk, pleasure, care, and performance. Stigma emerges as a technology of social regulation, confronted through strategies of concealment and self-affirmation. Exhausting routines compromise rest and affect mental health, while future-oriented projects—such as acquiring goods, continuing education, or engaging in digital initiatives—operate as horizons of meaning. The Complexo de Diversões Guaicurus appears as a territory of sexual leisure for men and of work for women, configuring a plural space traversed by hierarchies and discrimination, but also by sociabilities and practices of everyday recomposition. In the final considerations, it becomes evident that sex workers re-signify the inseparability between leisure and work as a structuring dimension of their existence, transforming leisure into a space of dignity, autonomy, and resistance. The study contributes to Leisure Studies by highlighting leisure as a fundamental component of mental health and as a right to be affirmed, expanding the field by recognizing its relevance in contexts of labor precariousness and intersectional inequalities, and by indicating the need for public policies that ensure leisure as a social right for historically marginalized groups.

Keywords: leisure; sex work; Guaicurus; subjectivity; intersectionality.

LISTA DE SIGLAS

Aids	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AARG	Associação dos Amigos da Rua Guaicurus
Aprosmig	Associação das Prostitutas de Minas Gerais
APS	Associação das Profissionais do Sexo
BH	Belo Horizonte
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
MG	Minas Gerais
ONGs	Organizações Não Governamentais
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PPGIEL	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RJ/Rio	Rio de Janeiro
SP/Sampa	São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixos analíticos e núcleos interpretativos	92
Figura 2 – Diagnóstico sociodemográfico (2023)	127
Figura 3 - Mapa Complexo de Diversões Guaicurus	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções acadêmicas sobre a zona boêmia da Guaicurus (2008–2022)	35
Quadro 2 – Colaboradoras da Associação das Prostitutas de Minas Gerais.....	81
Quadro 3 – Trabalhadoras sexuais da Guaicurus	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ENTRE TRABALHO E LAZER: REVISÃO DA PESQUISAS SOBRE A GUAICURUS.....	32
2.1 Estratégias de mapeamento da literatura.....	33
2.2 Panorama das pesquisas sobre a Guaicurus (2011- 2022)	36
2.3 Lacunas identificadas e contribuições da pesquisa.....	43
3 METODOLOGIA.....	67
3.1 A subjetividade como produção de sentidos.....	68
3.2 Procedimentos metodológicos e inserção no campo	73
3.3 Categorias emergentes e construção dos eixos analíticos.....	88
4 AS VOZES DA GUAICURUS: CRONOLOGIA DO TERRITÓRIO	93
4.1 O lugar em 11 décadas.....	95
4.2 Trajetórias de entrada e redes de sociabilidade no trabalho sexual	112
4.3 Panorama sociodemográfico: dados do diagnóstico de 2023	122
5 PROTAGONISTAS DO COMPLEXO, TÁTICAS DO TRABALHO SEXUAL	138
5.1 As motivações e a lógica do “ralar”.....	141
5.2 Estratégias de autonomia, negociação e autopreservação.....	154
5.3 Corpo e interseccionalidade: táticas de gestão e identidade	163
5.3.1 O corpo-mercadoria em cena: aparência e rituais de autocuidado.....	164
5.3.2 Hierarquias de cor e estigma: interseccionalidades e segregação interna.....	170
5.3.3 Família, maternidade e segredo: a negociação da autonomia de gênero	184
6 LAZER POSSÍVEL: AUTONOMIA E PRECARIEDADE NO COTIDIANO DAS TRABALHADORAS SEXUAIS	198
6.1 Lazer: entre a necessidade e o possível	200
6.2 Entre a disponibilidade permanente e as brechas de descanso	218
6.3 O lazer no microcotidiano	230
7 CONCLUSÃO.....	252
REFERÊNCIAS	263
APÊNDICE A	275
APÊNDICE B.....	279

1 INTRODUÇÃO

O Complexo de Diversões Guaicurus, em Minas Gerais (MG), é um território localizado no hipercentro de Belo Horizonte (BH), tradicionalmente conhecido por concentrar estabelecimentos voltados para o trabalho sexual e que atua simultaneamente como espaço de lazer sexual para homens e de trabalho para as mulheres. Ao focar nas experiências e percepções das trabalhadoras sexuais, o estudo busca compreender como essas mulheres constroem sentidos, estratégias de resistência e bem viver ¹ em um território marcado por estigmas sociais e dinâmicas urbanas singulares.

Sustentada pela interseccionalidade como teoria social crítica, esta pesquisa propõe uma análise que valoriza as formas de existência historicamente marginalizadas e busca compreender como desigualdades estruturais se articulam na vida cotidiana das trabalhadoras sexuais do Guaicurus. Conforme argumenta Patricia Hill Collins (2022), a interseccionalidade permite examinar simultaneamente as relações entre raça, gênero e classe, observando como esses marcadores produzem posições sociais específicas e moldam as estratégias de enfrentamento e autonomia dessas mulheres. Ao adotar essa perspectiva, assumo que minha própria trajetória atravessa o processo analítico, contribuindo para construir uma sensibilidade crítica voltada à identificação das tensões, desigualdades e práticas de resistência presentes no território.

No contexto do Guaicurus, território urbano onde práticas comerciais, afetivas e lúdicas se sobrepõem, lazer e trabalho sexual não se apresentam como esferas separadas, mas se entrelaçam nas rotinas dessas mulheres. Os hotéis especializados funcionam como espaços de circulação e permanência, onde entretenimento, sociabilidade, trabalho, prazer e negociação coexistem. Observar como essas mulheres organizam e vivenciam essas experiências permite compreender os sentidos atribuídos a essas práticas e os impactos em suas trajetórias individuais e coletivas.

¹ Neste trabalho, a noção de bem viver é mobilizada em diálogo com formulações indígenas latino-americanas e afro-diaspóricas que tensionam a noção ocidental e individualizada de bem-estar. Entre essas formulações, o *Buen Vivir* ou *Sumak Kawsay* expressa modos coletivos de organização da vida, baseados no equilíbrio comunitário, na relação com o território, na ancestralidade e na continuidade da existência, constituindo-se como uma categoria em permanente construção e como crítica às lógicas do desenvolvimento e do “viver melhor” (Acosta, 2016). Em diálogo com perspectivas afro-diaspóricas, Cunha Junior (2020) indica que a filosofia africana opera como princípio organizador da vida social, articulando convivência coletiva, equilíbrio entre seres humanos e natureza e a inseparabilidade entre o mundo visível e o invisível, o que o autor denomina como uma “hermenêutica do bem viver”. No contexto brasileiro, Krenak (2020) contribui ao afirmar que o bem viver exige um *ethos* relacional, fundado no equilíbrio entre aquilo que se extrai da vida e da Terra e aquilo que se é capaz de devolver.

A motivação para tomar esse território como campo de estudo está profundamente enraizada em minha trajetória pessoal e na formação de um olhar crítico e interseccional. Filho de uma mulher preta, migrante do interior de MG, que trabalhou como empregada doméstica para uma mulher branca, convivi, desde cedo, com relações marcadas por ambivalências e desigualdades de raça, classe e gênero. Essa experiência particular me impulsionou a investigar e moldou uma sensibilidade analítica para as tensões do trabalho precarizado. Contudo, foram a formação acadêmica no campo dos Estudos do Lazer e o aprofundamento teórico sobre interseccionalidade que forneceram a lente precisa para analisar a produção de sentidos no trabalho sexual, permitindo articular minha vivência subjetiva com o rigor necessário à investigação científica.

A empregadora de minha mãe se aposentou precocemente para cuidar dos pais, empreendeu um pensionato estudantil no apartamento, alugando quartos para jovens mulheres do interior, que buscavam concluir o ensino médio e ingressar no ensino superior. Minha mãe, responsável pelas refeições, contava com o apoio de uma auxiliar, enquanto a empregadora geria as finanças e a manutenção, refletindo uma divisão tradicional do trabalho doméstico, marcada pela lógica heteronormativa² e pela feminização do cuidado (Okin, 2008). Essa lógica se reproduzia no contexto de duas mulheres de trajetórias distintas, atravessadas por desigualdades raciais, regionais e de classe, alinhada com a herança colonial, isto é, um sistema de dominação racial e econômica que se consolidou no Brasil desde o período escravocrata — e que ainda hoje organiza as relações entre mulheres negras e brancas no país (Gonzalez, 1984).

A convivência prolongada entre minha mãe e sua empregadora gerou uma solidariedade ambígua, marcada por proximidade e reciprocidade, embora não eliminasse as hierarquias sociais. A primeira moradora do pensionato, inicialmente uma jovem estudante, passou a integrar a rotina doméstica, transitando de pensionista a membro da família.

Quando minha mãe engravidou, aos 42 anos, a rede de apoio consolidada em torno da convivência entre mulheres foi fundamental, com a antiga empregadora tornando-se minha avó afetiva e a estudante, minha madrinha. No entanto, é fundamental que esses laços afetivos não obscureçam as relações de poder e a precarização subjacentes ao contexto familiar ali estabelecido. Para a antiga empregadora branca, a ausência de vínculo empregatício formal e a

² O termo heteronormativo refere-se a um conjunto de normas sociais e culturais que pressupõem a heterossexualidade (isto é, o desejo sexual e afetivo direcionado exclusivamente ao gênero oposto) como padrão natural, obrigatório e superior (Butler, 2018; Louro, 2000). Essa lógica marginaliza identidades de gênero e orientações sexuais que escapam ao heteropatriarcado ou cis-heteropatriarcado (de *cis*[generidade], *hetero*[sexualidade] e patriarcado, entendido aqui como um sistema social que privilegia os homens e subordina as mulheres), reforçando papéis de gênero binários (isto é, a ideia de que só existem dois gêneros — homem e mulher — com comportamentos e funções sociais rigidamente definidos e opostos).

continuidade do trabalho doméstico não remunerado configurou um cenário de exploração que se entrelaçou com os vínculos pessoais, estabelecendo o que nomeio de “solidariedade ambígua”.

Não fui registrado por meu pai biológico³. Embora tenhamos tido alguns contatos esporádicos, ele nunca ofereceu apoio financeiro ou emocional. Sua ausência consolidou um núcleo familiar formado por três mulheres (minha mãe, minha avó afetiva e minha madrinha) que compartilharam entre si os cuidados comigo.

Esse contexto evidencia as tensões que permeiam as relações familiares marcadas por desigualdades raciais, de gênero e de classe. A ausência paterna, nesse sentido, não é apenas uma circunstância individual, mas revela a forma como a estrutura social, ao colocar a mulher negra na posição de “mãe preta”, a responsabiliza sistematicamente pela manutenção da vida. Essa figura, que cuida de todos e se sacrifica, tem sua existência marcada por invisibilização e precarização, como analisado por Gonzalez (1984). O lar amoroso que se consolidou, sustentado por laços de cuidado, também foi fruto de reinvenções forçadas diante de ausências e de estruturas historicamente desiguais, que recaem, sobretudo, sobre as mulheres negras no Brasil.

Minha mãe costuma dizer que nossa família é uma “mistura preta”, descendente de escravizados. Minha avó, por sua vez, sempre contou que sua linhagem é marcada pela presença indígena. Já minha madrinha afirma que sua família é descendente de portugueses. Compreendo essa formação familiar à luz do conceito de “América Ladina”, proposto por Lélia Gonzalez (1988). Esse termo reconhece a América Latina como um espaço constituído pela experiência vivida de sujeitos negros, indígenas e mestiços, uma região que não pode ser pensada apenas sob a lógica eurocêntrica, mas a partir da vivência histórica e cultural desses povos.

Essa configuração familiar expressa, em sua própria tessitura, as contradições da formação social brasileira: marcada por violências históricas, apagamentos e desigualdades, mas também por resistências, reconstruções e encontros. É nesse terreno ambíguo que minha identidade foi sendo forjada, entre relações, silêncios e disputas simbólicas. Compreendo que essa configuração, embora sustentada por intimidade e força coletiva, também evidencia uma estrutura social em que mulheres, especialmente negras, são sistematicamente responsabilizadas pela manutenção da vida, mesmo em contextos de vulnerabilidade. A ausência paterna, nesse sentido, configura-se como expressão de um padrão estrutural que

³ Essa é a realidade de muitas pessoas, especialmente numa época em que o registro de nascimento muitas vezes incluía apenas o nome da mãe. A legislação evoluiu, e hoje o nome de ambos os genitores ou responsáveis legais é obrigatório no registro, promovendo maior reconhecimento de paternidade e responsabilidade.

determina que a responsabilidade do cuidado recaia sobre os corpos das mulheres, como se isso fosse natural ou esperado.

Esse mesmo imaginário de gênero também se manifestou em outros momentos da minha criação. Minha aproximação inicial com o universo artístico ocorreu ainda na infância, mediada pela última residente do pensionato para moças que havia funcionado em minha casa. Essa moradora, então estudante de Desenho Industrial⁴ e estagiária em um escritório de programação visual, introduziu-me a diversas modalidades artísticas, como desenho, pintura e fotografia (chegando, inclusive, a realizar ensaios fotográficos dos quais participei). Além disso, sua atuação profissional me proporcionou experiências pontuais no campo da produção de campanhas publicitárias, comerciais televisivos e mídia impressa, nas quais fui ocasionalmente incluído, com a anuência da minha mãe. Essas vivências, especialmente as imersões em estúdios de gravação, despertaram em mim um interesse lúdico e inicial pelo ambiente da produção imagética e audiovisual.

Pouco depois, foi justificada a transição do pensionato (antes voltado exclusivamente para mulheres) para a recepção apenas de homens, sob o argumento de que eu precisava conviver com “referências masculinas”, dado o ambiente predominantemente feminino da minha criação. Essa mudança, ocorrida entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990, pode ter sido motivada, ao menos em parte, por uma preocupação com minhas referências de gênero ou até mesmo por receios quanto ao desenvolvimento de uma orientação sexual não heteronormativa, conforme os imaginários sociais da época. Embora também possam ter existido motivações práticas e econômicas, a análise dessa mudança à luz das discussões sobre a construção social do gênero e da sexualidade, oferece uma chave importante para compreender as dinâmicas familiares e sociais que moldaram minhas primeiras vivências.

Embora motivada por um gesto de cuidado, essa decisão revela como as expectativas de gênero e as normas sobre a formação dos meninos estavam presentes, mesmo sem serem nomeadas. A crença de que a presença de homens é essencial para a formação de meninos ecoa uma lógica patriarcal que deslegitima a potência educativa de lares majoritariamente compostos por mulheres (como tantos que sustentam a vida em contextos periféricos e negros). Ainda que sem intenção explícita, o gesto refletia um imaginário social que associa masculinidade à autoridade, à disciplina e à figura simbólica do pai.

Cresci na região Centro-Sul de Belo Horizonte, mais precisamente na porção direita da Avenida Afonso Pena, sentido bairro Mangabeiras, entre a Avenida Amazonas e a Avenida

⁴ Desenho Industrial, especialmente a partir da década de 1960, com duas habilitações principais: Programação Visual (Design Gráfico) e Projeto de Produto (Design de Produto).

Carandaí. Trata-se de uma área nobre, marcada por edifícios residenciais voltados à classe média, distinta do hipercentro comercial e de passagem. Embora residíssemos em um imóvel alugado e a renda da casa dependesse das mensalidades do pensionato, estávamos numa localização privilegiada, com acesso a equipamentos culturais, escolas, serviços urbanos e opções de lazer. Essa ambiguidade, entre uma localização valorizada e uma renda modesta, me inseriu desde cedo num campo de contrastes: um menino negro, filho de empregada doméstica, morando em num bairro de elite, embora não pertencesse, de fato, àquele espaço social.

O convívio com os estudantes moradores da pensão ampliou meu repertório de mundo e moldou aspectos importantes da minha formação pessoal e social. Desde a infância, tive acesso a televisão, videocassete, aparelho de som e, por iniciativa da minha madrinha, sempre houve assinatura de revistas e jornais em casa. Esses recursos faziam parte da nossa rotina. No entanto, foi por meio de um dos moradores que tive meu primeiro contato com o computador, um equipamento que ele trouxe para auxiliar nos estudos, mas que logo despertou o interesse coletivo e se transformou em mais um elemento do nosso cotidiano compartilhado. Foi nesse ambiente, por exemplo, que tive meus primeiros contatos com imagens de nudez, erotismo e sexo. Inicialmente escondido e atravessado pela curiosidade, esse acesso foi se naturalizando: os empréstimos de revistas entre os meninos aconteciam de forma informal; às vezes em esconderijos, às vezes não, mas eu tinha acesso a esse conteúdo. Algumas edições da *Playboy*, por exemplo, apareciam em alguns cômodos do apartamento. Os convites para jogar no computador *IBM 486*, que rodava uma versão pornográfica do tetrís, o *Tetris Porn*, em que cada acerto revelava partes de uma imagem erótica, aumentavam a disputa. Todos queríamos assistir e jogar.

A cidade, naquele tempo, era também um espaço de descobertas. No início, minha família me levava à escola, mas logo passei a fazer esse percurso sozinho ou com colegas. No caminho, atravessávamos ruas tomadas por camelôs e lugares que atiçavam nossa curiosidade infantil, como os cinemas pornográficos, com suas fachadas cobertas por cartazes provocativos, proibidos para menores de 18 anos, o que só aumentava o fascínio. Esse erotismo velado também invadia a televisão: mesmo indo ao ar após as 21h, produções como *Xica da Silva* eram acompanhadas com atenção por adolescentes da minha idade, todos ansiosos por vislumbres do que era considerado “proibido”. Havia uma excitação coletiva em torno dessas cenas, alimentada tanto pelo desejo quanto pela interdição – essas experiências televisivas formavam um campo de descobertas atravessado por normas, censuras e imaginações juvenis, como a saga de *Emanuelle*, que era exibida no Cine Band Privé.

Ao lado do acesso precoce a conteúdos eróticos na mídia, essa convivência despertou uma curiosidade sobre as linguagens do prazer e suas materializações urbanas. Naquela época, a Rua Guaicurus era mais comentada do que conhecida. Entre os adolescentes, ela existia como um mito urbano, reforçado por representações como a de *Hilda Furacão*⁵, e despertava muito mais fantasias do que vivências concretas. Já no ensino médio, tornou-se comum ouvir colegas dizendo que iriam “dar uma passada na zona” após a aula, referência direta à Guaicurus, conhecida pela presença de hotéis e pelo sexo pago oferecido por mulheres. A expectativa entre nós era conseguir entrar nesses espaços, nem que fosse apenas para espiar: ver uma mulher de lingerie, talvez sexo, uma cena que evocasse o erotismo das telas. Eu me perguntava se aquilo que víamos escondido na TV também acontecia ali, revelando como o lazer e o acesso à cultura visual moldaram meu olhar para as sexualidades e seus territórios.

Desde cedo, conviver com pessoas diversas me ensinou a respeitar diferentes formas de estar no mundo, a lidar com adversidades e a compartilhar o cotidiano com quem trazia histórias distintas da minha. Esse aprendizado ultrapassava os limites familiares e me preparava para circular por realidades variadas com empatia e abertura. Frequentava o parque municipal quase todos os dias; brincava de carrinho de rolimã na casa da minha tia, no Eldorado; subia a favela para realizar trabalhos escolares; viajava com a turma do prédio e; na adolescência, participava de eventos como *Forrock*, *Carnabelô*, *Axé Brasil* e *Pop Rock*; além de frequentar bares e boates. Naquele tempo, a exigência de apresentação de documento de identidade para acessar esses espaços era menos rígida, e minha estatura alta aos 15 anos evitava questionamentos sobre idade. Como *promoter*, minha entrada em festas e shows era ainda mais facilitada.

Mesmo morando no centro, em prédios grandes e muitas vezes sem áreas de lazer, minha infância e adolescência fugiam dos estereótipos da classe média urbana dos anos 1990 e 2000, como a ideia de infância protegida e lazer privado, regulado por normas rígidas. Não empinei pipa no ventilador, mas vivi outras experiências (marcadas por limites, contradições e descobertas), que foram igualmente formadoras.

Essa vivência precoce de limites, contradições e exposição às violências de opressão racial e de classe, como a de um menino negro, filho de empregada doméstica, morando em um bairro de elite sem pertencer plenamente àquele espaço social, impôs uma adultização que, em certa medida, roubou minha infância. Essa experiência dialoga com estudos recentes sobre

⁵ Sem a intenção de exaurir a discussão sobre a trabalhadora sexual na literatura brasileira, o romance *Hilda Furacão*, de Roberto Drummond, foi publicado em 1991 e, posteriormente, adaptado para série pela TV Globo. A obra narra a história de juventude de uma mulher de classe média que se transformou numa famosa meretriz na zona boêmia da capital mineira nos anos 1950. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/minisseries/hilda-furacao/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

infâncias negras, que mostram como crianças negras e em situação de vulnerabilidade desenvolvem consciência de si e formas de resistência diante de desigualdades estruturais, embora frequentemente tenham seu protagonismo silenciado pelo olhar adulto e pelas instituições (Gomes; Araújo, 2023). Essa consciência aguçou ainda mais meu olhar para as “vidas roubadas” das mulheres trabalhadoras sexuais, fortalecendo a lente da pesquisa, na tentativa de reconhecer suas lutas e estratégias de resistência. As experiências de adultização precoce e de aprendizado em contextos de desigualdade, como as que vivenciei, forneceram um ponto de referência para compreender as formas pelas quais essas mulheres desenvolvem autonomia, negociação e estratégias de enfrentamento em um território marcado por opressões múltiplas.

Desde criança, tive contato com imagens e conteúdos sobre erotismo e sexualidade, muitas vezes voltados ao público adulto. Encaro esse acesso como parte de um processo social permeado por normas, interdições e curiosidade juvenil. Esses contatos precoces contribuíram para minha percepção sobre corpo, desejo e seus limites culturais. Ainda assim, reconheço que os vínculos estabelecidos com moradores da casa, além da família, foram essenciais para minha construção social e capacidade analítica em relação ao mundo.

Isso não diminui, claro, a influência fundamental das três mulheres que formaram o núcleo central da minha vida: minha avó afetiva, que priorizou minha formação nas melhores escolas públicas disponíveis; minha mãe, que me ensinou a transitar por diferentes espaços, sendo uma criança preta, guiada por valores de fé de matriz africana e redentorista; e minha madrinha, que me inseriu, desde cedo, em práticas esportivas e de lazer. A convivência com outras pessoas trouxe pluralidade, mas foram essas três mulheres que sustentaram minha formação.

Meu olhar sobre o corpo, o prazer e as tensões entre desejo e moralidade ganhou novas camadas anos depois, quando passei férias em São Paulo e convivi com uma prima cinco anos mais velha, então estudante de Desenho Industrial, que atuava nos bastidores da indústria pornográfica. Ela começou trabalhando como recepcionista, tornou-se assistente de produção e, eventualmente, passou a colaborar na direção de cenas. Embora esse contato não fosse diretamente voltado a mim, ela costumava compartilhar suas vivências de trabalho: contava como contribuía, as ideias que propunha, os bastidores das filmagens. Além disso, nos presenteou, a meu primo e a mim, com diversas fitas VHS, CDs-ROM e, mais tarde, DVDs. Essa experiência contribuiu para ampliar meu entendimento sobre a linguagem audiovisual, permitindo que eu reconhecesse os produtos eróticos como construções culturais e estéticas com implicações sociais e mercadológicas.

Essa vivência concretizou o pensamento foucaultiano sobre a produção da sexualidade. Foucault (2020) nos ensina que a sexualidade, tal como a compreendemos, é uma construção histórica e social, não uma verdade biológica. Ela opera como um dispositivo de poder, articulando a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de saberes e o reforço de controles. Essa compreensão me permitiu, mais tarde, analisar aquelas interações não como episódios isolados da juventude, mas como parte de um campo político, discursivo e simbólico, em que lazer, desejo e produção de sentido se entrelaçam com normas sociais e relações de poder.

A trajetória de infância e adolescência, vivida em contextos urbanos e culturais diversos, pode ser compreendida à luz do conceito de “envolvimento lúdico”, proposto por Almeida (2024), que problematiza a ideia de desenvolvimento linear e rompe com a noção de que o lúdico se restringe a práticas normativas, educativas ou institucionalmente reconhecidas como “adequadas”. Para o autor, o lúdico se manifesta também em formas de resistência e profanação, operando em experiências que envolvem disputas de sentido marcadas por relações de poder, território e controle social. Essa perspectiva permite ressignificar vivências como o acesso precoce a conteúdos eróticos e a transgressão de normas sociais não como desvios, mas como experiências significativas, que produzem modos de ver, sentir e agir atravessados por tensões entre desejo, moralidade e vigilância. Como afirma Almeida, “a experiência lúdica joga com os rituais, apreendendo e trazendo para o agora a história que precisa ser reescrita” (2024, p. 20).

Esse tipo de vivência contribuiu para a formação de uma sensibilidade atenta à diferença, à crítica das normas e à pluralidade de modos de viver. A maneira como certas práticas são classificadas como lazer ou como infração sempre foi observada por mim com interesse crítico, sobretudo em relação aos modos como essas classificações afetam quem ocupa posições sociais marcadas pela desigualdade. É nesse ponto que a perspectiva crítica sobre o lúdico se aproxima do meu interesse em estudar o trabalho sexual como uma prática atravessada por disputas simbólicas, legais e morais, mas também por práticas culturais e usos do corpo que produzem sentidos sobre lazer, prazer, trabalho e existência.

Foi nesse contexto ampliado de percepção estética e crítica que a escolha profissional começou a se delinear. Embora tenha tentado o vestibular na área de ciências exatas e chegado a ser aprovado em engenharia, minha afinidade sempre foi com os campos criativos e das humanidades. No fundo, desejava cursar cinema, mas, como não havia esse curso em Belo Horizonte, optei por uma formação que se aproximava da criação visual. Influenciado por

minha prima e por meus interesses estéticos, ingressei, em 2005, no curso de Design Gráfico⁶ da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), onde aprofundi conhecimentos em comunicação visual, extrapolando os limites curriculares.

Meu ingresso na universidade se deu por meio da política de cotas raciais, implementada pela UEMG naquele ano, no Programa de Cotas (Procan), que previa a reserva de 45% das vagas do vestibular, sendo 20% destinadas a candidatos afrodescendentes. Embora a reserva existisse, a realidade demonstrava que o acesso de estudantes negros seguia restrito: no curso em que entrei, por exemplo, apenas duas pessoas se autodeclararam negras, mesmo com uma política que deveria ampliar significativamente esse número. Isso revela, por um lado, os limites operacionais do sistema naquele momento inicial e, por outro, a persistência de mecanismos de exclusão racial, visíveis também nas interpretações equivocadas que circulavam sobre o mérito dos cotistas.

Como aponta Dores (2024, p. 17), “A sociedade brasileira perpetua discursos que associam as políticas de cota a mecanismos que revogam os princípios do mérito acadêmico para privilegiar determinados grupos étnico-raciais. Essas ideias equivocadas [...] fortalecem, consideravelmente, a manutenção do racismo”.

Ainda no início da graduação, participei do Programa Afroatitude⁷, sob orientação da professora Nadja Mourão, desenvolvendo a pesquisa *As Vantagens da Utilização dos Recursos da Arte Cênica na Autoestima dos Portadores de HIV na Cidade de Belo Horizonte*. Foi a primeira vez que tive contato direto com pessoas vivendo com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), entre elas, mulheres que exerciam o trabalho sexual, garotos de programa e outras pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Escutei relatos marcados por dor, discriminação e violação de direitos; histórias atravessadas por abandono familiar, dificuldade de acesso à saúde, violência institucional e julgamentos morais.

Até então, minha compreensão sobre o trabalho sexual era atravessada por imagens estigmatizadas, muito influenciadas por representações midiáticas e discursos moralistas. O convívio com profissionais da área durante a pesquisa mudou essa percepção. Percebi que o trabalho sexual não pode ser reduzido a escolhas individuais ou a interpretações que classificam

⁶ O curso de Design Gráfico forma profissionais capacitados a desenvolver projetos visuais voltados à comunicação gráfica em diferentes mídias. A formação abrange fundamentos de linguagem visual, tipografia, composição, história do design, ilustração, produção gráfica e uso de *softwares* especializados. Designers gráficos podem atuar em áreas como identidade visual, editorial, publicidade, embalagens, interfaces digitais, sinalização e animação gráfica, conhecida como design em movimento (*motion design*).

⁷ O Programa Afroatitude, promovido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura, era voltado exclusivamente para estudantes negros ingressantes por cotas raciais, como os do Procan/UEMG, com foco em acolhimento, formação política e incentivo à pesquisa sobre questões étnico-raciais.

essas mulheres a partir de desvios. À medida que ouvi seus relatos, aquilo que inicialmente me parecia narrativa pessoal passou a revelar dinâmicas sociais que antes eu não conseguia enxergar. Esse processo despertou meu interesse pelo tema e ajudou a explicar por que grande parte das atividades que desenvolvi na graduação se relacionava, de modo direto ou indireto, com representações da sexualidade.

Em 2008, meu projeto de conclusão de curso já sinalizava o interesse pelas linguagens visuais do prazer. Dedicado a uma releitura das vinhetas de *Como Era Gostoso o Nosso Cinema* (programa sobre a pornochanchada, gênero cinematográfico brasileiro dos anos 1970/80), o trabalho explorava como a sexualidade era representada com apelo estético e crítica social.

Ter desenvolvido esse projeto de conclusão de curso⁸ fez com que eu me aproximasse do universo da cinematografia com um olhar mais técnico e analítico para as formas da arte. Mais do que as cenas de sexo em si, chamavam minha atenção os detalhes de produção: figurinos que desapareciam rapidamente, cenários cuidadosamente compostos, trilhas sonoras marcantes, movimentos de câmera e cortes de edição. Começava a se delinear um olhar não apenas voyeurístico, mas investigativo e criativo, voltado à compreensão de como essas imagens eram construídas e dos sentidos que elas produziam.

Embora minha formação fosse em design gráfico, minha atuação se concentrava não apenas na criação de peças gráficas, mas também no design em movimento, área dedicada à animação de elementos visuais estáticos, como textos, gráficos e ilustrações, por meio de *softwares* especializados, com fins comunicacionais e estéticos. Diferentemente da animação narrativa tradicional ou da filmagem cinematográfica, o design em movimento se insere no campo audiovisual, priorizando a composição gráfica e o impacto visual. No entanto, ao me aproximar das linguagens da cinematografia, passei a articular saberes das duas áreas: percebi que a combinação entre o domínio técnico do design em movimento e o aprofundamento nas estratégias visuais do cinema ampliava significativamente minhas possibilidades de criação no campo audiovisual.

Aprofundando o interesse pelas representações visuais da sexualidade, me mudei para o Rio de Janeiro, com a expectativa de ingressar no mercado audiovisual. Atuei como editor de vídeo e colaborei com a produção de conteúdos voltados a pornografia e programas de TV por assinatura com temática sexual. Essa experiência profissional foi fundamental para o

⁸ Durante a graduação, vivi experiências que evidenciaram a distância entre a formação acadêmica e a prática profissional. Isso despertou o desejo de ir para o mercado, adquirir vivência e, futuramente, voltar como professor, com referências reais e repertório de campo, o que faltava em muitos dos meus professores na época, e ainda é raro. Em cursos como Design, a articulação entre formação acadêmica e prática profissional constitui um diferencial formativo relevante, ainda pouco presente em muitas experiências docentes.

desenvolvimento desta pesquisa. O contato com profissionais da área e a imersão na produção audiovisual permitiram que eu compreendesse a linguagem e a construção estética utilizada na representação da sexualidade, fornecendo a base empírica para as análises que se seguem. Nesse processo e em diálogo com as discussões que ocorriam em encontros da área de design, comecei a formular e a praticar o que passamos a chamar de sex design⁹: um campo experimental de criação sensorial voltado à representação do prazer na cultura visual, em formatos que incluíam filmes, produtos, ambientes, moda e outros. Identificava, nesse campo, uma potência criativa singular, sobretudo na aproximação entre a linguagem da pornochanchada e a estética pop e provocadora das vinhetas da MTV Brasil (emissora de televisão brasileira de entretenimento, principalmente música, dirigida a jovens) nos anos 2000, com um estilo visual e comunicacional marcante, que misturava irreverência, ousadia e referências da cultura jovem urbana, com forte apelo gráfico. Esse cruzamento entre o popular, o sexual e o audiovisual configurava, para mim, um espaço fértil de experimentação estética e crítica.

Contudo, o mercado de filmes adultos no Brasil já apresentava sinais de declínio. O fechamento dos cinemas de rua, o fim das videolocadoras e o avanço da internet como principal meio de distribuição provocaram transformações profundas no setor. O que antes se organizava como uma indústria estruturada passou a ser dominado por produções independentes¹⁰, com diferentes níveis de investimento técnico e estético, refletindo a descentralização e a reconfiguração da cadeia produtiva. Esse cenário frustrou, em parte, minhas expectativas de inserção continuada nesse segmento. Retornei a Belo Horizonte e, enquanto buscava oportunidades na área, atuei na produção de festas e eventos universitários.

Diante desse contexto, redirecionei minha atuação para outras formas de expressão visual ligadas à sexualidade, como designer de experiência, criando a experiência sensorial e visual do evento, incluindo interação com o público, como a festa *INsustentável*¹¹. Criar e atuar

⁹ *Sex Design* é uma oficina experimental e interdisciplinar que articula prazer, erotismo e criação visual como motores de inovação. Propõe o desenvolvimento de peças, produtos, vestuário e ambientes que mobilizem o erotismo de forma crítica e sensível, estimulando o autoconhecimento, a expressão subjetiva e a comunicação interpessoal. Sua abordagem pode ser aplicada a diferentes campos do design, gráfico, de produto, de moda e de interiores, ao integrar desejo e experiência estética como formas de repensar a relação entre corpo, linguagem e criação. Definição elaborada pelo autor a partir da prática profissional.

¹⁰ “Os vídeos caseiros tiveram tanta aceitação no mercado que o Sextreme, canal adulto de tevê a cabo, detectou um aumento de quase 80% dos seus assinantes depois que passou a focar a programação em pornô amador” (Martino, 2012).

¹¹ A *INsustentável* foi uma festa universitária voltada principalmente para estudantes e graduados em Design, realizada entre 2008 e 2016. Original de Belo Horizonte/MG, a festa teve 26 edições e passou por 8 estados brasileiros, destacando-se por seu formato não convencional, que incluía bebida 100% liberada, ocupação de espaços abertos (como casas com piscina e gramado) e estímulo à convivência lúdica. Além das atividades recreativas, promovia experiências sensoriais e interações que exploravam o imaginário coletivo, a libido e a fantasia, favorecendo dinâmicas de socialização que se diferenciavam das normas institucionais e promovendo outras formas de interação e expressão subjetiva.

nessa festa despertou um grande interesse por produções de eventos, de modo que trabalhei, como designer gráfico, na criação de identidades visuais e materiais promocionais para eventos de entretenimento adulto promovidos por uma famosa rede de casas noturnas, com presença em cidades como Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Salvador e São Paulo. Esses espaços ofereciam oportunidades de lazer em boates temáticas, marcadas por jogos, fantasias e interações sociais do divertimento 18+¹², elementos que também orientavam o desenvolvimento das peças gráficas e das estratégias de marca que eu criava.

Atuar nesse circuito permitiu-me seguir investigando os cruzamentos entre design, sexualidade e cultura visual, num contexto urbano, performático e comercial. No entanto, essa vivência também evidenciou contradições. Era comum receber *briefings* cujo objetivo explícito era destacar atributos sexuais nas peças gráficas, visando atrair um público interessado em experiências consideradas “diferenciadas” ou lascivas. Em muitas situações, a estratégia de marketing se baseava na exposição reiterada de corpos de mulheres como atrativos para um público majoritariamente composto por homens. A lógica era simples, embora problemática: oferecer um ambiente visualmente erotizado no qual as mulheres funcionavam como iscas simbólicas do prazer disponível.

Como exemplo de abordagem crítica adotada em minha prática profissional, destaco o caso da festa *Céu e Inferno*. Em vez de recorrer à iconografia tradicional, como a mulher sensual no paraíso e o homem ardente no inferno, desenvolvi uma composição gráfica com uma garrafa de cerveja flutuando entre nuvens e diversas mãos sobre um fundo vermelho intenso, sugerindo calor, desejo e movimento. Esse exercício tornou-se um modo de tensionar os limites do *sex design*, propondo signos menos literais e mais simbólicos. Essas escolhas visuais buscaram tensionar representações convencionais do erotismo, explorando abordagens visuais menos centradas na objetificação dos corpos femininos e mais alinhadas à multiplicidade de significados atribuídos ao prazer e ao desejo.

A pesquisa buscou compreender esse território além dos estigmas, explorando suas dinâmicas urbanas, disputas simbólicas e imaginários sociais. A escolha por esse tema também foi influenciada por minha atuação em eventos de entretenimento adulto, o que me permitiu acompanhar, de forma prática, experiências ligadas à construção de espaços de lazer com ênfase na fantasia, no erotismo e na convivência noturna.

¹² O termo “entretenimento adulto”, no campo de festas e eventos, refere-se a produções voltadas exclusivamente para maiores de 18 anos, geralmente com conteúdos eróticos ou sexuais, considerados inapropriados para crianças e adolescentes.

Após mais de 10 anos de experiência profissional no design, senti que era hora de voltar à universidade, me especializar e contribuir com a formação de novos profissionais, unindo teoria, prática e criatividade. Em 2018, aprofundi esse percurso ao ingressar na especialização em Comunicação Estratégica no Instituto de Educação Continuada (IEC) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). No trabalho de conclusão de curso, investiguei a experiência dos frequentadores do Complexo de Diversões Guaicurus¹³, localizado no hipercentro de Belo Horizonte.

O Complexo de Diversões Guaicurus concentra estabelecimentos voltados ao trabalho sexual e constitui o campo empírico desta pesquisa. É nesse contexto que priorizo a expressão “trabalhadoras sexuais”, para me referir às mulheres que atuam ali. Adoto a expressão 'trabalhadoras sexuais' para demarcar o reconhecimento do caráter laboral e político da atividade, em consonância com Diniz (2018), evidenciando suas complexidades e a multiplicidade de significados e posicionamentos que a envolvem.

Esse processo levou à formulação de uma investigação que articulasse sexualidade, lazer e design. Minha trajetória começou a se consolidar durante o mestrado (2019-2021) no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL/UFMG), com a aproximação fundamental com a Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig)¹⁴, uma organização de defesa dos direitos e interesses dessas mulheres, que atua desde 2009. A dissertação, intitulada *Complexo de Diversões Guaicurus: análise do design em peças gráficas de divulgação do lazer sexual na capital mineira*, defendida sob orientação do professor Rafael Fortes Soares, analisou peças gráficas utilizadas na divulgação de serviços sexuais em estabelecimentos da região da Guaicurus, território historicamente reconhecido como espaço de lazer e sociabilidade predominantemente masculina.

A dissertação evidenciou padrões estéticos e simbólicos nas representações das trabalhadoras sexuais, com destaque para a invisibilização de suas identidades e para a escassa presença de mulheres negras nas imagens. Analisando esses materiais sob uma perspectiva semiótica, percebi como eles moldam percepções sobre o corpo como forma de atração e sobre o sexo como prática de lazer. Essa análise revelou, por exemplo, como o corpo é frequentemente

¹³ Assim é chamada a região, devido à alta concentração de estabelecimentos relacionados a atividades sexuais e ao intenso fluxo de pessoas durante o horário comercial ao longo da semana. A área é próxima ao viaduto do Complexo da Lagoinha (que contém diversas estruturas viárias) e à área situada entre a Rodoviária e a Estação Ferroviária, recebeu diversas denominações, como: “complexo de diversões”, “zona boêmia”, “sobe e desce”, ou simplesmente “Guaicurus” (Santos, 2021).

¹⁴ A Aprosmig, fundada em 2009 e composta por mulheres trabalhadoras sexuais, atua na defesa dos interesses da categoria. Localizada na rua Guaicurus, em Belo Horizonte – MG, desenvolve atividades de mobilização social, distribuição de preservativos e materiais informativos, e participa de projetos sociais de promoção da saúde e de combate ao tráfico de pessoas e à violência contra a mulher.

apresentado como ícone, representando uma oferta de serviço, enquanto o sexo é simbolizado como entretenimento, descolado da subjetividade das mulheres envolvidas. As lacunas e as representações limitadas nesses materiais revelaram a necessidade de um estudo mais denso, que focasse a experiência subjetiva das próprias mulheres, bem como suas vivências de lazer e trabalho, motivando, assim, a ampliação da investigação para o doutorado.

A presente pesquisa dá seguimento a esse percurso, deslocando o foco da representação para as vivências das trabalhadoras sexuais no território, motivada pelo interesse em compreender como essas mulheres experienciam e ressignificam o trabalho e o lazer em seu cotidiano.

Ingressei no doutorado no PPGIEL/UFMG, em setembro de 2021, pelo sistema de cotas para pessoas negras, com bolsa da CAPES e sob a orientação continuada do professor Rafael Fortes Soares. Os anos iniciais da pesquisa foram atravessados por obstáculos significativos, que impactaram profundamente meu ritmo e direção. Durante o contexto de instabilidade provocado pela pandemia de covid-19, diversos estabelecimentos da região foram fechados ou operaram com restrições severas. Esse cenário afetou diretamente as condições de trabalho e moradia de muitas mulheres e inviabilizou, por um período, o acesso ao campo empírico. Diante disso, foi necessário reformular estratégias metodológicas e adaptar o projeto às possibilidades do momento, mantendo o compromisso com o objeto de estudo.

Entre os obstáculos enfrentados, destaco a perda do meu orientador, falecido em 2024. Mais do que um orientador atento e competente, Rafael tornou-se um interlocutor próximo e amigo desde o mestrado, com papel central na orientação deste trabalho. Sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e para os Estudos do Lazer. Sua ausência representou uma ruptura profunda, que exigiu não apenas a reorganização do percurso investigativo, mas também o enfrentamento de um processo de luto que atravessou pessoal e academicamente este trabalho.

A partir desse momento e diante da profunda perda, passei a contar com a orientação do professor Hélder Ferreira Isayama. Como amigo próximo de Rafael e com uma sensibilidade que se tornou essencial naquele contexto, o professor Hélder acolheu a proposta com notável escuta e disposição para o diálogo. Essa transição permitiu a continuidade da orientação e a reestruturação teórico-metodológica da pesquisa, em consonância com os fundamentos da linha de pesquisa (Identidade, Sociabilidades e Práticas de Lazer), à qual o projeto originalmente se vinculava. O processo exigiu adequações teóricas e metodológicas que, paradoxalmente, contribuíram para o aprofundamento e a robustez da proposta diante da etapa de qualificação.

Com isso, consolidou-se a oportunidade de investigar os cruzamentos entre lazer e trabalho sexual exercido por mulheres nos hotéis especializados da Guaicurus, analisando suas interações, significados e impactos no contexto urbano e social de Belo Horizonte. Enquanto o sexo, entendido como prática de lazer, é frequentemente associado ao desejo, à satisfação e à livre expressão da sexualidade, o trabalho sexual é atravessado por disputas discursivas que envolvem estigma, regulação, direitos e relações de poder. A convivência desses domínios¹⁵ num mesmo espaço social levanta questões centrais sobre autonomia, moralidade e pertencimento, a partir das quais esta pesquisa se estabelece.

A pergunta de pesquisa que orienta esta investigação é: “Como as mulheres trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus lidam com a interação entre lazer e trabalho, e como essas interações afetam seu cotidiano?”. **O objetivo geral do estudo foi:** analisar as percepções e experiências cotidianas de lazer e trabalho dessas mulheres, investigando como esses domínios se entrelaçam e produzem sentidos em suas trajetórias.

Para alcançar a finalidade desta pesquisa, foram definidos os seguintes **objetivos específicos:**

- a) descrever e identificar as vivências de lazer das mulheres trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus;
- b) compreender como elas compartilham interesses e práticas de lazer e trabalho, e como isso contribui para a construção de identidades coletivas a partir de suas experiências e interações;
- c) analisar como o contexto do Complexo de Diversões Guaicurus influencia as práticas de lazer e trabalho dessas mulheres.

Este percurso investigativo se articula com minha trajetória acadêmica e profissional, marcada pelo interesse pelas práticas de lazer, as sexualidades e as dinâmicas sociais que conformam experiências corporificadas, especialmente aquelas situadas nos limites entre normatividade e marginalidade. A investigação sobre o universo do lazer, do sexo e do trabalho sexual amplia e aprofunda temas previamente explorados, em continuidade com minha formação e atuação anterior.

Esta tese parte do princípio de que formas de existência historicamente marginalizadas, como o trabalho sexual, são atravessadas por disputas morais e simbólicas. Ao investigar o lazer

¹⁵ A escolha do termo “domínios” aqui é deliberada, pois reflete a compreensão de lazer e trabalho não apenas como práticas isoladas, mas como esferas da existência permeadas e moldadas por relações de poder estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal, em consonância com a perspectiva interseccional que atravessa esta tese.

nesse contexto, busca-se tensionar discursos normativos e compreender práticas cotidianas que articulam experiências e produção de sentido.

A pesquisa se justifica, assim, pela necessidade de compreender como mulheres trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus, em Belo Horizonte, vivenciam e articulam suas práticas de lazer e trabalho. Enquanto a pesquisa de mestrado analisou as peças gráficas de divulgação do lazer sexual na região, o doutorado desloca o foco para as percepções subjetivas dessas mulheres. Utilizando entrevistas em profundidade e observação participante, com uma abordagem qualitativa, foi possível aprofundar o entendimento sobre como essas interseções impactam as identidades e os cotidianos das trabalhadoras sexuais que atuam no complexo.

O campo dos Estudos do Lazer, com sua natureza interdisciplinar, oferece ferramentas teóricas e metodológicas para analisar essas relações sociais e culturais, marcadas por desigualdades de gênero, classe e moralidade. A pesquisa pode contribuir para os debates sobre a autonomia das trabalhadoras sexuais, os estigmas e as estratégias de enfrentamento que desenvolvem, ao mesmo tempo que propõe uma leitura crítica das representações de gênero e poder nesse território urbano específico.

A principal contribuição desta tese é inserir o lazer como categoria analítica legítima no contexto do trabalho sexual, desestabilizando fronteiras entre prazer, corpo e produção. Ao escutar as experiências dessas mulheres, o estudo amplia os horizontes dos Estudos do Lazer e provoca reflexões sobre moralidade, política e cultura. Nesse cenário, o lazer se configura como linguagem de expressão política e subjetiva, parte constitutiva das existências dessas mulheres e dimensão fundamental para compreendê-las em sua densidade.

A tese foi organizada em cinco capítulos, além da Introdução e da Conclusão. Sua estrutura foi concebida para acompanhar os modos pelos quais as mulheres trabalhadoras sexuais constroem e narram suas experiências, considerando as condições sociais, territoriais e simbólicas que atravessam esses relatos. O percurso analítico parte da contextualização do território e de suas normas de funcionamento, avança para a escuta das narrativas produzidas no campo e culmina na análise dos cruzamentos entre lazer e trabalho sexual. Essa organização não busca revelar sentidos ocultos ou alcançar uma totalidade explicativa, mas compreender os limites, as negociações e as possibilidades que marcam a produção dessas narrativas no cotidiano.

Como designer gráfico, concebi a capa principal da tese, definindo a identidade visual geral do trabalho¹⁶. Para valorizar a multiplicidade de olhares que me acompanharam ao longo da trajetória acadêmica, convidei amigos designers e artistas (Pri Mazzini, Pedro Hypolito, Lucas Oriel, Augusto Molinari e Tiago Lopo) para criar capas artísticas personalizadas para cada capítulo¹⁷. Cada capa funciona como um prefácio visual, expressando a perspectiva singular de cada artista sobre os temas explorados. Essas produções simbólicas dialogam com minha própria trajetória profissional e reforçam a valorização da subjetividade e da linguagem, pilares da abordagem epistemológica adotada.

Acompanhando a introdução, o segundo capítulo apresenta o estado da arte sobre o Complexo de Diversões Guaicurus, mapeando temáticas e lacunas na literatura e situando a contribuição específica desta pesquisa. O terceiro capítulo detalha a base metodológica adotada, orientada pela interseccionalidade como teoria social crítica, conforme proposta por Patricia Hill Collins, articulada à teoria da performatividade de Judith Butler. Nesse capítulo, são explicitados os princípios que orientam a coleta e a análise dos dados, bem como o posicionamento ético e político que atravessa o processo de pesquisa.

No quarto capítulo, descrevo o Complexo de Diversões Guaicurus, construindo um retrato do território a partir de fontes documentais e das narrativas das participantes. O espaço é apresentado não apenas fisicamente, mas também como território simbólico, onde se entrelaçam histórias, relações e tensões. O quinto capítulo, por sua vez, aprofunda a análise da experiência das participantes, examinando motivações, modos de organização e estratégias de autonomia no trabalho sexual.

¹⁶ A capa principal da tese traz a imagem de um cruzamento de ruas, que remete tanto à paisagem urbana da Rua Guaicurus quanto aos atravessamentos temáticos da tese. Os elementos visuais se entrelaçam como camadas de sentido: a referência à “Rua das Camélias” (nome usado em produções artísticas para designar a Guaicurus, como metáfora poética do espaço) aparece na boca que morde a flor; o manequim, em roupas íntimas antigas, evoca figuras históricas como Hilda Furacão; a imagem do primeiro biquíni remete à exposição do corpo como marca cultural, com a cabeça transformada em dinheiro, numa metáfora sobre consumo e desejo; Branca de Neve, associada à droga (maconha e cocaína); e os meios de transporte, como o ônibus e o avião também são referências importantes. O ônibus simboliza a mobilidade e o acesso das trabalhadoras sexuais à região, e o avião, a oportunidade de viagens a lazer, representando as diferentes formas de trânsito e experiências. Todos esses elementos se articulam no espaço do cruzamento, de forma que até a faixa de pedestre participa da composição, reforçando a ideia de trânsito, encontros e sobreposições.

¹⁷ As capas artísticas dos capítulos se configuram como uma intervenção visual e não serão numeradas como figuras, nem incluídas na Lista de Figuras. Essa decisão deve-se ao fato de que não cumprem função ilustrativa no sentido acadêmico convencional, mas funcionam como prefácios visuais, acompanhados apenas de seus créditos autorais. A escolha dos artistas considerou a diversidade de suas vivências e perspectivas em relação ao universo da pesquisa. A designer Pri Mazzini, mulher do interior de Minas, nunca teve acesso a esse espaço. O artista Tiago Lopo, homem hétero, da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tem amplo conhecimento da história local. Os artistas gays Lucas Oriel (do interior de Minas), Augusto Molinari (natural de Belo Horizonte) e Pedro Hypolito (do interior do Rio de Janeiro) trazem experiências e olhares distintos sobre a temática: Lucas e Pedro já tiveram contato com o local em eventos e situações diversas, enquanto Augusto tem um conhecimento mais indireto, baseado no que sempre ouviu falar sobre os hotéis da região.

O sexto capítulo aborda a relação entre lazer e trabalho, analisando atividades fora do ambiente laboral, bem como momentos de socialização que ocorrem no próprio espaço de trabalho. A discussão contempla dimensões do cotidiano, como tensões, estratégias de autocuidado e gestão da exaustão.

A Conclusão retoma os principais achados da pesquisa e destaca suas contribuições teóricas, metodológicas e políticas. A análise das múltiplas dimensões que atravessam a vida das mulheres no Complexo Guaicurus permitiu refletir sobre as relações entre lazer, trabalho e marginalização, tensionando os limites das categorias tradicionais.

Com base nesse percurso, esta tese se propõe a responder às lacunas evidenciadas na revisão crítica das produções acadêmicas sobre a Guaicurus.



A obra de Pri Mazzini é uma colagem que mescla diferentes técnicas (aquarela, giz pastel) para criar uma representação do território de um ângulo incomum. A composição apresenta um dos marcos do local — o hotel —, e elementos que remetem ao comércio, como dinheiro e produtos. Para representar o corpo da mulher, a artista utiliza fragmentos de manequins e bonecas, simbolizando a objetificação e a idealização do corpo como uma mercadoria. Essa escolha ressalta a ausência de imagens de mulheres mais velhas na publicidade, reforçando o caráter mercantil do trabalho e a efemeridade da beleza.

2 ENTRE TRABALHO E LAZER: REVISÃO DA PESQUISAS SOBRE A GUAICURUS

A região da Guaicurus, tradicionalmente associada à boemia belo-horizontina, tem sido marcada por intensas práticas sociais, culturais e sexuais, o que a torna um território estratégico para os Estudos do Lazer. A caracterização mais detalhada do espaço será apresentada no capítulo que focaliza o trabalho de campo. Diante dessa relevância, este capítulo apresenta um panorama das produções acadêmicas que se debruçaram sobre o território da Guaicurus, especialmente levando em conta suas articulações com o lazer e o trabalho sexual. Este capítulo tem como objetivo mapear as produções acadêmicas sobre o Complexo Guaicurus, com foco nas interfaces entre trabalho sexual e lazer, identificando lacunas e apontando possíveis articulações com o campo dos Estudos do Lazer.

Para mapear o estado atual do conhecimento sobre o território e identificar as lacunas que esta pesquisa se propõe a preencher, foi realizada uma revisão da literatura.

2.1 Estratégias de mapeamento da literatura

A fim de mapear os estudos já efetivados sobre o tema, foi realizada uma revisão sistemática de dissertações e teses, em novembro de 2023, com ênfase nas produções que abordam o trabalho sexual e suas conexões com outras dimensões da vida social. A busca foi conduzida a partir de descritores vinculados à prostituição, à Guaicurus e ao lazer, em plataformas acadêmicas, como Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, e nos sistemas de bibliotecas da UFMG, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Os descritores empregados incluíram: “Guaicurus”, “zona boêmia”, “profissionais do sexo”, “prostituição Belo Horizonte”¹⁸ e “Complexo de Diversões Guaicurus”, considerando produções dos últimos 15 anos (2008 a 2023).

É importante destacar que o levantamento considerou apenas os trabalhos disponíveis nesses sistemas digitais. Dessa forma, dissertações e teses eventualmente arquivadas exclusivamente em bibliotecas físicas e ainda não digitalizadas não foram incluídas, assim

¹⁸ Embora o termo “prostituição” ainda apareça com frequência na literatura acadêmica e nas bases de dados, esta tese opta por não o utilizar como categoria analítica, em razão de suas conotações históricas e morais. Ainda assim, ele foi empregado como palavra-chave na etapa de levantamento bibliográfico, considerando sua ampla presença em pesquisas anteriores.

como pesquisas internacionais de nível *stricto sensu*, que não constam nas bases de dados nacionais¹⁹. Uma revisão adicional foi realizada em abril de 2025, com o objetivo de identificar produções que pudessem ter surgido após o levantamento inicial, mas não foram encontradas teses ou dissertações que alterassem significativamente o panorama identificado.

Foi possível perceber que, ao longo das últimas décadas, esse espaço de pesquisa tem despertado interesse crescente da comunidade acadêmica, com investigações desenvolvidas em áreas diversas, como: Psicologia, Sociologia, Estudos Linguísticos, Arquitetura, Ciência da Informação, Administração e, mais recentemente, os Estudos do Lazer. Trata-se de um cenário social dinâmico, atravessado por disputas simbólicas, relações de poder e experiências que tensionam as fronteiras entre o normativo e o marginal.

A partir desse levantamento inicial, foram identificados 15 trabalhos acadêmicos, sendo nove dissertações e seis teses. Além disso, verificou-se uma concentração significativa de estudos realizados na UFMG, havendo também uma tese oriunda da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Como se nota, a distribuição por áreas do conhecimento evidencia o caráter interdisciplinar das pesquisas sobre a região da Guaicurus.

O Quadro 1 reúne informações gerais sobre as produções acadêmicas selecionadas, como ano, título, autoria, tipo de trabalho, área de conhecimento e instituição. Esse panorama reforça a urgência de abordagens que considerem o lazer não apenas como atividade recreativa, mas como expressão de subjetividades e forma de reinvenção do cotidiano por parte das trabalhadoras sexuais.

Para a elaboração do quadro - que apresenta as produções acadêmicas sobre a zona boêmia da Guaicurus no período de 2008 a 2022 -, foram levantadas essas 15 pesquisas, entre dissertações e teses. Embora a produção acadêmica sobre o tema seja mais ampla, com a maioria dos estudos concentrada na UFMG, a análise desta seção se restringe às teses, cujo aprofundamento se alinha melhor aos objetivos deste estudo. Portanto, o recorte privilegiou as pesquisas que abordam as práticas de trabalho sexual e sua articulação com temas como trabalho, lazer, sexualidade, política e identidade.

¹⁹ Por exemplo, não foi incluída a tese de Marina França, *Intérêts, Sexualité et Affects dans la Prostitution Populaire: Le Cas de la Zone Bohème de Belo Horizonte*, defendida na EHESS (Paris), em 2011, por se tratar de uma produção internacional não indexada nas bases digitais utilizadas.

Quadro 1 – Produções acadêmicas sobre a zona boêmia da Guaicurus (2008–2022)

	ANO	TÍTULO	AUTORIA	TIPO	ÁREA	INSTITUIÇÃO
1	2008	As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte	Ronaldo A. Silva	Dissertação	Ciência da Informação	UFMG
2	2008	Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte	Leticia C. Barreto	Dissertação	Psicologia	UFMG
3	2008	Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte: o trabalho da vida nada fácil	Mônica Q. Oliveira	Dissertação	Psicologia	UFMG
4	2011	O estilo interativo das profissionais do sexo de Belo Horizonte: um estudo sobre estratégias linguísticas	Gilmar B. Santos	Tese	Estudos Linguísticos	UFMG
5	2012	No intuito de produzir influência educativa: delegacia de costumes e a prática do meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930)	Lucas C. S. A. Pereira	Dissertação	Educação	UFMG
6	2013	Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas	André G. R. Diniz	Dissertação	Psicologia	UFMG
7	2013	Lidando com a violência: a construção e transmissão de repertórios de segurança entre prostitutas	Vitor L. Costa	Dissertação	Sociologia	UFMG
8	2015	Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte	Leticia C. Barreto	Tese	Ciências Humanas	UFSC
9	2017	Corpo, independência e associativismo: a participação das prostitutas da Guaicurus	Juliana M. Góes	Dissertação	Ciências Políticas	UFMG
10	2017	Vazio-Heterotopia: entre a especulação e a produção do comum	Mariana M. Cruz	Dissertação	Arquitetura e Urbanismo	UFMG
11	2018	A prostituta como namoradinha: o advento do comércio sexual como forma de intimidade	Vitor L. Costa	Tese	Sociologia	UFMG
12	2018	Notas zoneadas sobre política-de-putas em tempos de golpe: sobre o encontro com prostitutas que lutam e labutam na Zona Boêmia de BH	André G. R. Diniz	Tese	Psicologia	UFMG
13	2021	Significados e sentidos do trabalho e identidades: aproximações e afastamentos entre “trabalho sujo” e “trabalho de prestígio”	Jefferson R. Pereira	Tese	Administração	UFMG
14	2021	Complexo de Diversões Guaicurus: análise do design em peças gráficas de divulgação do lazer sexual na capital mineira	Rafael R. Santos	Dissertação	Estudos do Lazer	UFMG
15	2022	Sobre dar e receber ajuda na zona: relações entre organizações religiosas e trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte	Clara L. O. Silva	Tese	Administração	UFMG

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A delimitação desse intervalo de 15 anos (2008 a 2022) justifica-se pelas transformações significativas ocorridas no contexto urbano e social de Belo Horizonte, bem como pelas mudanças nas formas de organização e visibilidade das trabalhadoras sexuais. Além disso, o período marca a consolidação de referenciais teóricos como os estudos feministas interseccionais, os estudos queer e os estudos do lazer, que reconfiguraram os modos de abordagem sobre o tema. Por essas razões, as produções desse período se mostram especialmente relevantes para o diálogo proposto nesta pesquisa, ao passo que estudos anteriores tendem a se afastar dos debates contemporâneos que esta tese busca mobilizar.

A opção por considerar apenas produções a partir de 2011 alinha-se aos debates contemporâneos sobre território, gênero e lazer, além de garantir a presença de dados mais atualizados sobre o Complexo de Diversões Guaicurus. A definição desses critérios buscou assegurar coerência teórico-metodológica com os objetivos da pesquisa, favorecendo uma leitura crítica e situada das interações entre lazer e trabalho no território em questão.

Com base nos critérios estabelecidos, a análise se concentra nas principais contribuições teórica e empíricas das pesquisas que elegeram a Guaicurus como campo de investigação.

2.2 Panorama das pesquisas sobre a Guaicurus (2011- 2022)

As teses selecionadas foram mapeadas por sua relevância direta ou indireta para a compreensão do Complexo de Diversões Guaicurus e suas interseções com o trabalho sexual e o lazer. Nesse sentido, foi elaborada uma síntese individual de cada uma, contemplando autor, ano, título, programa de pós-graduação ao qual o estudo está vinculado, objetivo, metodologia, principais contribuições, resultados e conclusões. Essa análise detalhada servirá de base para a discussão crítica que se seguirá, conduzida à luz dos eixos temáticos centrais para esta investigação, a saber: a) a Guaicurus como território dinâmico (espaço de lazer e trabalho sexual); b) a especificidade do trabalho sexual local; c) a identificação das trabalhadoras sexuais que atuam nos hotéis da região; e d) as abordagens existentes sobre o lazer dessas mulheres. Por fim, serão explicitadas as lacunas identificadas na literatura e os potenciais diálogos que esta tese se propõe a estabelecer.

Publicada em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, a tese de Gilmar Bueno Santos, intitulada *O estilo interativo das profissionais do sexo de Belo Horizonte: um estudo sobre estratégias linguísticas*, analisa as formas de interação oral utilizadas por trabalhadoras sexuais atuantes na Avenida Afonso Pena, região Centro-Sul da capital mineira. Embora o Complexo de Diversões Guaicurus seja mencionado como um dos

espaços de exercício da atividade, ele não constitui o foco principal da investigação. Entretanto, o estudo oferece valiosos subsídios para compreender as práticas comunicativas no trabalho sexual urbano, e dialoga com a presente investigação ao demonstrar como essas práticas estruturam formas de convivência, gestão de conflitos e ocupação do espaço urbano, articulando-se às dimensões do lazer vividas nesse território.

Na investigação de Santos (2011), a polidez linguística é compreendida como um conjunto de estratégias voltadas à preservação da imagem pública dos interlocutores, evitando conflitos e assegurando respeito mútuo nas interações. O autor amplia esse conceito ao considerar os contextos socioculturais brasileiros e os modos como tais estratégias são acionadas nas interações urbanas cotidianas. Para a análise, recorre à noção de trabalho de face, examinando como as interlocutoras buscam proteger tanto suas autoimagens quanto a dos outros durante o exercício do trabalho sexual e como se dá a construção da identidade social, entendida a partir da vinculação entre modos de falar, pertencimento e papéis sociais.

Os resultados indicam que a linguagem atua como instrumento de negociação, proteção e afirmação de respeito nas interações cotidianas. As estratégias discursivas observadas - como o uso de pronomes coletivos, expressões de subjetividade, recursos de polidez e vocabulário específico - são mobilizadas para afirmar independência, estabelecer limites e mediar relações em espaços públicos urbanos. O foco central do estudo está nas interações orais, analisando as dinâmicas de comunicação no trabalho sexual sob uma perspectiva de gênero e de interação social.

A inclusão desta pesquisa no presente levantamento justifica-se pela contribuição que oferece para compreender como as práticas comunicativas no trabalho sexual também estruturam formas de convivência, gestão de conflitos e ocupação do espaço urbano.

Em 2015, Letícia Cardoso Barreto, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), defendeu a tese *Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte*, na qual investiga as formas de engajamento político das trabalhadoras sexuais e suas disputas discursivas com o feminismo. A pesquisa centraliza a experiência das trabalhadoras sexuais como sujeitas²⁰ de gênero e analisa as tensões e convergências com o movimento feminista, tendo em vista a independência sexual e os direitos. O trabalho enfatiza o papel dessas mulheres na produção de conhecimento situado e na disputa

²⁰ Inspirado em Barreto (2015), o presente estudo utilizará o termo “sujeita(s)”, efetivando a flexão de gênero, ao se referir às mulheres. A autora propõe o uso de um vocabulário mais empoderador e respeitoso para as mulheres em contextos de vulnerabilidade, conforme será explicitado adiante, na p. 46.

de sentidos sobre o trabalho sexual, especialmente no que diz respeito aos diálogos e confrontos com diferentes correntes do feminismo.

Em sua análise, Barreto (2015) reconstrói a trajetória da organização política das trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte, dividindo-a em três momentos principais: o surgimento (1964–1989), marcado pela articulação com outras organizações e pelo enfrentamento da repressão policial; a consolidação (1990–2002), vinculada ao contexto das políticas públicas de enfrentamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)²¹ e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids)²²; e a independência (2003–2015), quando as trabalhadoras sexuais passam a ocupar espaços de decisão e a atuar, de forma mais independente, na formulação de suas pautas. Nesse percurso, destaca-se a importância da Guaicurus como território de atuação política, campo de disputas e de elaboração de estratégias de enfrentamento coletivo. A pesquisa de Barreto (2015) é particularmente relevante para este estudo por sua contribuição em evidenciar como a atuação política das trabalhadoras sexuais e as disputas de sentido sobre o trabalho impactam a forma de ocupar o território, criar redes de solidariedade e negociar tempos e espaços que se articulam às experiências de lazer.

Em 2018, André Luiz Batista Diniz apresentou, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, a tese *Notas zoneadas sobre política-de-putas em tempos de golpe: sobre o encontro com prostitutas que lutam e labutam na Zona Boêmia de BH*. A pesquisa, com base etnográfica, discute as práticas políticas e as formas de resistência protagonizadas por trabalhadoras sexuais na zona boêmia de Belo Horizonte, com foco na atuação da Aprosmig. O estudo foi realizado em um contexto de instabilidade democrática e exclusões institucionais, buscando compreender como essas mulheres constroem coletivamente suas estratégias políticas e subjetividades, apesar do estigma e da precarização relacionados à atividade profissional por elas realizada. A análise enfatiza as práticas políticas e de enfrentamento dessas trabalhadoras, compreendendo suas subjetividades em um contexto marcado por relações de gênero desiguais e pelas disputas em torno de sua sexualidade na zona boêmia.

A construção teórica de Diniz (2018) articula campos diversos, como sociologia, antropologia, psicologia, saúde e direito, em diálogo com o feminismo. A análise é orientada por conceitos como subjetivação política, reconhecimento social e direitos sexuais, além de mobilizar categorias como trabalho, gênero, classe, migração, saúde, território e violência. Um

²¹ A sigla IST substitui o termo Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), por ser mais precisa, destacando que a infecção pode estar presente e ser transmitida mesmo na ausência de sintomas.

²² A sigla Aids refere-se à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, estágio mais avançado da infecção pelo vírus HIV.

dos principais focos da pesquisa é a tensão entre pautas que reivindicam igualdade e aquelas que afirmam a diferença no movimento das trabalhadoras sexuais. Ao romper com o silenciamento histórico sobre o trabalho sexual, a tese reconhece as narrativas dessas mulheres como formas legítimas de produção de conhecimento e destaca suas formas de enfrentamento diante das exclusões e violências, tendo a defesa dos direitos sexuais como eixo central para a constituição das identidades políticas dessas trabalhadoras. O trabalho de Diniz (2018) dialoga com a presente investigação ao abordar a forma como a articulação de dimensões políticas, sociais e territoriais permite refletir sobre as estratégias de resistência e organização coletiva, que igualmente incidem sobre a construção de espaços e tempos de lazer no contexto do trabalho sexual.

Se, por um lado, Diniz (2018) enfatiza as dinâmicas de resistência coletiva, Vitor Lopes Costa (2018) propõe uma análise voltada à esfera afetiva e simbólica. Em sua tese *A prostituta como namoradinha: o advento do comércio sexual como forma de intimidade*, defendida na UFMG, o autor reflete sobre as transformações no trabalho sexual, com ênfase na intimidade e na expressividade, analisando o fenômeno da *girlfriend experience* (experiência como namoradinha) na Rua Guaicurus. A pesquisa explora como as relações de gênero e as expectativas de intimidade são performadas e negociadas no contexto do trabalho sexual, alterando as dinâmicas tradicionais desse mercado. Esse modelo envolve relações afetivas mais próximas com os clientes, criando vínculos que imitam relações amorosas e que modificam as formas de pagamento e as expectativas entre as partes. Costa (2018) observa que, mesmo em contextos de precariedade, surgem relações que não são apenas impessoais, mas atravessadas por afetos e negociações.

A tese de Costa (2018) contesta abordagens que analisam o trabalho sexual apenas sob a ótica econômica e estrutural, defendendo que, mesmo em um mercado marcado pela desigualdade, emergem novas dinâmicas de cuidado e negociação emocional. Embora a “experiência de namoradinha” não substitua outras formas de atuação no território, ela coexiste com essas práticas, criando uma hierarquização interna no mercado do sexo e revelando diferentes graus de reconhecimento e independência entre as trabalhadoras sexuais.

O trabalho também investiga os impactos das intervenções urbanas no trabalho sexual, observando como políticas públicas e ações de segurança alteram a visibilidade e a permanência das profissionais do sexo, especialmente nos hotéis da Guaicurus. A experiência de namoradinha aparece, então, como uma das principais transformações no mercado contemporâneo do trabalho sexual, introduzindo uma nova dimensão relacional, que articula interação subjetiva, controle emocional e estratégias de distinção simbólica. A tese de Costa

(2018) contribui para esta investigação ao demonstrar como novas formas de interação e negociação afetiva no trabalho sexual influenciam a ocupação dos espaços, a construção de vínculos e a organização do tempo, aspectos diretamente conectados às experiências de lazer e sociabilidade na Guaicurus.

O ponto de interseção das teses de Diniz (2018) e Costa (2018) é o foco nas diferentes dimensões do trabalho sexual, ainda que cada autor aborde aspectos distintos. Diniz (2018), por exemplo, enfatiza as estratégias políticas adotadas pelas trabalhadoras sexuais diante da violência e da marginalização. Já Costa (2018) concentra-se nas dinâmicas afetivas que emergem no mercado sexual, revelando outras formas de agência²³ e reorganização das relações de poder. Apesar dos enfoques diferentes, ambas as pesquisas destacam a centralidade do reconhecimento, seja como posicionamento político (Diniz, 2018), seja como negociação simbólica e relacional no contexto do trabalho sexual (Costa, 2018).

Em 2021, Jefferson Rodrigues Pereira apresentou, na UFMG, a tese *Significados e sentidos do trabalho e identidades: aproximações e afastamentos entre “trabalho sujo” e “trabalho de prestígio”*. O autor investiga como trabalhadores de setores marginalizados, como o trabalho sexual, atribuem significado ao seu trabalho e constroem suas identidades profissionais. No estudo, o trabalho sexual é apresentado como um exemplo de “trabalho sujo”, categoria que engloba atividades socialmente estigmatizadas por razões físicas, morais ou sociais.

Pereira (2021) identifica estratégias utilizadas por esses trabalhadores para mitigar os efeitos da estigmatização, como a criação de múltiplas identidades e o uso de pseudônimos, a fim de preservar a separação entre os aspectos pessoais e profissionais da vida. A pesquisa tangencia questões de gênero ao analisar como o estigma associado ao trabalho sexual impacta as identidades de trabalhadores e trabalhadoras nesse contexto, explorando as estratégias de enfrentamento da marginalização.

O autor realiza uma comparação entre trabalho sexual e profissões consideradas de prestígio, como a medicina, apontando distinções na construção identitária. Enquanto médicos tendem a integrar suas esferas pessoais e profissionais, profissionais do sexo frequentemente

²³ Para Costa (2018), o conceito de agência, embora não definido como termo teórico isolado, diz respeito à capacidade das mulheres de tomar decisões, fazer escolhas e exercer controle sobre suas vidas e trabalho no mercado sexual. Essa abordagem contrasta com visões que as reduzem a meras vítimas, destacando que, em determinados contextos — especialmente nos segmentos mais caros e “refinados” —, elas podem exercer maior autonomia, protagonismo e até mobilidade social. As discussões sobre agência e autonomia, bem como a diversidade de experiências no trabalho sexual, serão retomadas no capítulo 5, a partir das narrativas das trabalhadoras sexuais e de dados empíricos que tensionam representações simplistas de vulnerabilidade e de escolha.

buscam dissociá-las como forma de proteção diante da marginalização. Essa diferença ilustra os desafios enfrentados por quem ocupa posições de baixo reconhecimento simbólico no mercado de trabalho.

Entre os principais achados, destaca-se a presença de sentidos contraditórios atribuídos ao trabalho sexual. Embora o estigma social, a exclusão e as “sujidades” associadas à profissão sejam recorrentes, algumas participantes atribuem significados positivos à atividade, especialmente quando vinculam o exercício profissional à independência financeira, à liberdade individual e ao orgulho por terem transformado suas trajetórias de vida. Tais sentidos emergem não necessariamente de um espaço físico específico, mas de condições que favorecem maior controle sobre a própria rotina, como nos casos de profissionais que recebem clientes em seus próprios lares, atuam por meio de redes sociais ou alugam flats - ambientes associados ao chamado “médio meretrício”, onde os programas são mais bem-remunerados e o ritmo de trabalho é menos exaustivo do que nos bordéis da Zona Guaicurus. Assim, mais do que um local específico, o que se evidencia é o modo como as profissionais constroem estratégias simbólicas de enfrentamento do estigma, ressignificando sua atividade e buscando preservar a própria dignidade e a identidade fora do estereótipo da “prostituta manchada”.

A análise de Pereira (2021) é fundamental para esta tese, pois revela lacunas na literatura e aprofunda como as estratégias de enfrentamento do estigma e a construção de múltiplas identidades profissionais influenciam a organização do tempo, a seleção de espaços de atuação e a articulação das experiências de lazer e das práticas laborais, dimensões que esta pesquisa aprofunda, posicionando o lazer como categoria central de análise.

Encerrando o recorte cronológico, Clara Luisa Oliveira Silva apresentou, em 2022, no doutorado em Administração da UFMG, a tese *Sobre dar e receber ajuda na zona: relações entre organizações religiosas e trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte*, que investiga as interações entre instituições religiosas e mulheres que exercem ou exerceram o trabalho sexual na região da Guaicurus. O foco do estudo está nas práticas de ajuda e cuidado desenvolvidas por grupos religiosos, bem como nas possíveis formas de controle moral envolvidas nessas ações. Silva C. (2022) busca compreender como essas relações são constituídas, mantendo atenção a tensões, ambivalências e estratégias adotadas pelas mulheres para negociar o apoio recebido sem renunciar à independência. A pesquisa considera as relações de poder de gênero presentes nessas interações, analisando como as trabalhadoras negociam as noções de cuidado e controle moral em relação a sua autonomia e sexualidade.

O objetivo central do estudo é analisar como as relações de ajuda entre agentes religiosos e trabalhadoras sexuais são construídas e mantidas, e de que forma essas relações se inserem

em disputas simbólicas e institucionais. A autora também investiga como a noção de tráfico de pessoas é mobilizada por grupos religiosos no contexto do trabalho sexual e de que maneira as emoções são incorporadas nas ações de cuidado e nos discursos de ajuda, incluindo a análise das formas como a violência é tratada nos discursos sobre direitos e como isso repercute nas experiências das mulheres na Guaicurus.

Entre os principais resultados, Silva C. (2022) destaca que a Guaicurus se constitui como um espaço central para a organização do trabalho sexual em Belo Horizonte, tendo em vista as relações diversas com agentes do Estado, donos de hotéis, coletivos feministas e ONGs. A tese enfatiza o papel ativo das trabalhadoras sexuais na produção de conhecimento e na reivindicação de direitos, questionando leituras que associam o trabalho sexual exclusivamente à violência ou à exploração. Um ponto central do estudo é a distinção entre trabalho sexual e tráfico de pessoas, argumentando que discursos que os confundem acabam por silenciar as experiências das mulheres e deslegitimar suas vozes. Silva C. também evidencia a importância de publicações como a revista *O Uivo*²⁴, produzida por trabalhadoras sexuais e aliados, como espaço de expressão e articulação política, e aponta que muitas mulheres identificam no trabalho sexual uma alternativa ao trabalho doméstico, valorizando aspectos como maior independência, ganhos financeiros e liberdade.

O estudo de Silva C. (2022) evidencia a agência das trabalhadoras sexuais na negociação de apoios e resistências, articulando dimensões políticas, econômicas e relacionais que influenciam a ocupação dos espaços e a construção de tempos e práticas de lazer no território da Guaicurus, sendo um referencial importante para a presente tese.

A análise detalhada das pesquisas mapeadas permitiu identificar padrões, convergências e, especialmente, lacunas que orientam a construção desta investigação. A maior parte dos estudos tem origem na UFMG, o que reflete tanto a proximidade territorial quanto a trajetória consolidada do grupo de pesquisa no tema. Mesmo trabalhos oriundos de outras instituições, como a tese da UFSC, mantêm vínculos com essa lógica, já que a autora realizou sua formação anterior na UFMG.

A análise das pesquisas demonstrou que, apesar do crescente interesse sobre o trabalho sexual e suas articulações com políticas públicas, persiste um vazio analítico no que tange às experiências de lazer e prazer das trabalhadoras sexuais. Com isso em mente, esta investigação

²⁴ *O Uivo* é uma revista produzida por coordenadoras do Coletivo Clã das Lobas (formado por trabalhadoras sexuais da região da Guaicurus). Seu conteúdo aborda temas como os impactos da crise econômica no trabalho sexual, dicas de segurança e aspectos do comércio local. A publicação destaca-se como um espaço de expressão política e cultural, além de valorização da experiência e da voz das próprias trabalhadoras.

se propôs a desvelar esse campo inexplorado, oferecendo uma perspectiva que desloca o foco do controle para a criação, valorizando as práticas de enfrentamento e construção identitária.

2.3 Lacunas identificadas e contribuições da pesquisa

Um ponto comum nas pesquisas apresentadas reside na caracterização da Guaicurus como um espaço de alta visibilidade para o trabalho sexual, consistentemente descrito como um local marcado pela precariedade e pela estigmatização, conforme detalhado anteriormente. A apresentação dessas teses demonstra a evolução do debate acadêmico sobre o Complexo de Diversões Guaicurus, ao mesmo tempo em que revela uma lacuna na exploração da articulação entre lazer e experiência do trabalho sexual dessas mulheres. O silenciamento das práticas de lazer e prazer evidencia o predomínio de olhares biomédicos, jurídicos e securitários sobre o trabalho sexual, revelando o quanto a experiência cotidiana dessas mulheres permanece à margem da produção de conhecimento. Ao abordar o lazer como espaço de sentido, esta tese desloca o foco do controle para a criação, propondo uma leitura que valoriza as práticas de enfrentamento, de cuidado e de construção identitária presentes no cotidiano das trabalhadoras sexuais da região.

A Guaicurus, situada no centro de Belo Horizonte, emerge como um território central e plural nas produções acadêmicas que a elegem como foco de investigação. Essa região não se limita a uma mera localização geográfica; ela se configura como um campo dinâmico de práticas, sentidos e disputas urbanas, onde as experiências de trabalho e de lazer, como esta pesquisa busca evidenciar, se entrelaçam de maneiras complexas e significativas para as mulheres que ali habitam e trabalham.

Entre as seis teses examinadas, foi possível observar uma variação na forma como esse espaço é abordado, indo desde menções contextuais até análises densas, que o reconhecem como *locus* privilegiado de observação e intervenção. A centralidade da Guaicurus como território de práticas, significados e conflitos urbanos é particularmente evidente nas teses que a elegem como principal campo empírico de pesquisa. Nelas, torna-se possível compreender não apenas sua materialidade geográfica, mas também sua constituição como zona boêmia; território do desejo; lugar de disputa e controle, que moldam o uso e a organização do espaço urbano. É nesse entrelaçamento entre cidade e imaginação social que a Guaicurus se afirma como objeto legítimo de análise, especialmente quando se observam as sobreposições entre as práticas de trabalho sexual e os discursos de normatização e higienização urbana.

Ainda que a tese de Santos (2011) mencione a Guaicurus como um entre vários locais de trabalho sexual em Belo Horizonte (ao lado de ruas como a São Paulo, avenidas como Afonso Pena e Pedro II, rodovias, a orla da Lagoa da Pampulha, hotéis, boates e até mesmo espaços virtuais), essa referência ocorre de forma lateral, sem conferir ao território um papel analítico central.

Nesse sentido, a presente pesquisa, que busca compreender os cruzamentos entre lazer e trabalho no contexto particular da Guaicurus, justifica-se pela escassez de estudos que articulem lazer, corpo e prazer no cotidiano de trabalhadoras sexuais. Tal lacuna se evidencia sobretudo quando mobilizamos a perspectiva de Gomes (2023), para quem trabalho e lazer não constituem esferas separadas e opostas, mas dimensões que se entrelaçam nas práticas sociais:

Trabalho e lazer, apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas. É preciso levar em conta o dinamismo desses fenômenos, atentando para as inter-relações, ambiguidades e contradições que eles apresentam. Dessa maneira, trabalho e lazer não constituem polos opostos: representam faces distintas de uma mesma moeda. Além disso, na vida cotidiana nem sempre existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer (Gomes, 2023, p. 40).

Assim, torna-se evidente que a opção por não eleger a Guaicurus como foco central analítico limita a possibilidade de explorar como, nesse território específico, as práticas laborais das trabalhadoras sexuais se articulam às suas vivências de lazer, à ocupação do espaço urbano e às formas de estratégias cotidianas de resistência.

Em contraste, Barreto (2015), Costa (2018), Diniz (2018) e Silva C. (2022) incorporam a Guaicurus como eixo central de investigação, permitindo visualizar uma rede de significados atribuídos ao território. Esses autores destacam o histórico de ocupação da área, associando-a a práticas de trabalho sexual há pelo menos cinco décadas, o que reforça sua permanência como espaço de memória e vivência.

A contextualização histórica, presente na tese de Costa (2018), oferece uma base para discutir a sedimentação simbólica da Guaicurus como lugar estruturante de identidades e narrativas urbanas. Segundo o autor, a região central de Belo Horizonte concentrava a vida noturna da cidade desde sua fundação, evoluindo de “ricos cabarés do início do século XX até os hotéis de trabalho sexual da atualidade” (p. 95), persistindo como um espaço conhecido tanto por clientes quanto por trabalhadoras como a “zona boêmia” ou o “baixo centro”. Essa historicidade revela a profunda ligação entre a Guaicurus e o trabalho sexual, contribuindo para a construção de uma identidade territorial que permeia as experiências e as memórias das mulheres que ali vivem e trabalham. Esse processo de sedimentação simbólica do espaço é

fundamental para entender como se entrelaçam, nesse contexto específico, as práticas de lazer e trabalho.

As diferentes formas de nomear a região, como “baixo meretrício” (Pereira, 2021; Silva C., 2022), “zona da Guaicurus” (Pereira, 2021) e, em certas abordagens, “região moral”, não expressam apenas variações terminológicas, mas também distintas formas de leitura e representação social. A ideia de “região moral”, conforme empregada por Silva C. (2022), surge como ferramenta conceitual para compreender como os espaços urbanos são organizados por lógicas que ultrapassam o aspecto econômico ou funcional. A cidade, nesse sentido, distribui seus habitantes segundo uma ordem moral, que concentra grupos a partir de padrões de conduta considerados aceitáveis ou desviantes.

Barreto (2015) reforça essa abordagem ao argumentar que o território, como região moral, atua além da geografia, “determinando o comportamento das habitantes, e criando condições de sociabilidade territorial, perfis definidamente psicossociais, de modo que o local cria “vida” quando desenvolve uma identificação social” (p. 43-44). Assim, a Guaicurus estrutura normas e códigos (formais e informais) que moldam tanto as interações cotidianas quanto os significados atribuídos ao trabalho e ao lazer. É nesse ponto que se torna relevante observar como essa moralidade territorial afeta também as experiências de lazer das trabalhadoras sexuais. A organização do espaço impõe regras não escritas, que delimitam o que é considerado adequado em termos de descanso e diversão, frequentemente condicionando essas práticas a determinados locais ou horários. Essa lógica reforça o controle e a vigilância sobre os corpos e seus comportamentos. No entanto, a própria característica transgressora do território pode criar brechas para formas de lazer que escapam às normas dominantes. Desse modo, o lazer aparece como um campo ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que pode reproduzir dispositivos de controle, também pode subvertê-los e reconfigurá-los.

A referência ao “baixo meretrício” aponta ainda para uma categorização interna ao próprio mercado sexual, que hierarquiza espaços e corpos e reforça os estigmas sobre as mulheres que ali trabalham. Silva C. (2022) discute a ambiguidade da Guaicurus como espaço simultaneamente disciplinado e transgressor: se, por um lado, o local funciona como território tolerado e, por isso, controlado; por outro, também permite a subversão de fronteiras físicas, simbólicas e políticas. Essa ambivalência é relevante para pensar as possibilidades e limites do lazer nesse contexto.

As iniciativas culturais e turísticas vinculadas ao Complexo de Diversões Guaicurus, como o Museu do Sexo das Putas e o Passeio Guiado pela Região da Guaicurus, também

revelam camadas importantes dessa disputa simbólica²⁵. Barreto (2015) e Silva C. (2022) apontam que essas iniciativas se inserem em movimentos de reconfiguração simbólica do território, articulando memória, cultura e ativismo. No entanto, a forma como as trabalhadoras sexuais participam dessas ações varia.

Enquanto o Museu do Sexo das Putas, organizado por colaboradoras da Aprosmig, envolveu ativamente as próprias trabalhadoras como participantes e visitantes, o passeio guiado (embora conte com a coorganização do coletivo Clã das Lobas) não apresenta, segundo Silva C. (2022), indícios de ampla participação de outras profissionais do sexo. Essa diferença de engajamento evidencia a importância de considerar as comunidades locais como protagonistas nas iniciativas de lazer, turismo e desenvolvimento, conforme argumenta Saquet (2019). Nesse contexto, é fundamental reconhecer que as trabalhadoras sexuais, mesmo aquelas sem moradia fixa, habitam o território por meio de suas experiências recorrentes, práticas profissionais e vínculos interpessoais. A menor participação dessas mulheres no passeio guiado pode indicar uma falha no reconhecimento de seus saberes, valores e práticas culturais específicas, elementos que, segundo o autor, são essenciais para que os sujeitos se sintam pertencentes e valorizados em seu espaço de atuação.

Em contraste, o sucesso do Museu do Sexo das Putas, com o envolvimento direto das trabalhadoras, revela a potência de iniciativas que emergem e se constroem com a participação da própria comunidade. Essa experiência se alinha à perspectiva de Pinto (2018), que defende a importância de escutar a população sobre seus interesses em relação aos espaços de lazer e de associar práticas culturais já existentes aos projetos desenvolvidos nos territórios. O envolvimento no processo de constituição do museu pode ter proporcionado às trabalhadoras uma oportunidade de expressão cultural significativa, reforçando o sentimento de pertencimento, identidade e posse do espaço, elementos fundamentais para o bem viver e o empoderamento (Pinto, 2018).

A diferença de engajamento entre as duas iniciativas sugere que o lazer e a cultura nem sempre se constituem como experiências plenamente acessíveis ou significativas para todas as habitantes do território, especialmente quando não há um envolvimento genuíno e a consideração de suas perspectivas e práticas culturais preexistentes.

²⁵ O Museu do Sexo e das Putas, criado pela Aprosmig, visa resgatar a história do trabalho sexual, com exposições que podem incluir arte, fotografias e outras representações culturais relacionadas à vivência das trabalhadoras da área. O Passeio Guiado pela Região da Guaicurus, organizado pelo Movimento Distrito Guaicurus com o apoio do Coletivo Clã das Lobas, tem como objetivo combater a discriminação atribuída à região, destacando sua história, arquitetura e questões sociais do trabalho sexual. O passeio também ajuda a financiar o coletivo e contribui para reconfigurar a área como um espaço mais organizado, seguro e valorizado.

Outro elemento relevante é o modo como o imaginário coletivo projeta sobre a Guaicurus imagens romantizadas ou folclorizadas da boemia e do desejo, como exemplificado nas associações à figura de Hilda Furacão feitas por Costa (2018) e Diniz (2018). Esse imaginário, permeado por noções de liberdade, transgressão e glamour, pode camuflar as condições reais de precariedade, estigma e controle que caracterizam o cotidiano das trabalhadoras. Ao mesmo tempo, contribui para construir uma expectativa de vivência lúdica ou festiva da zona, que nem sempre corresponde às experiências concretas de quem ali trabalha.

Gomes (2023), ao abordar o lazer como experiência, enfatiza que ele se constitui de maneira situada e relacional, sendo atravessado por percepções, afetos e condições concretas de vida. No contexto da Guaicurus, o imaginário boêmio e romantizado do território tende a produzir expectativas sobre o lazer como espaço de liberdade, prazer e suspensão das obrigações cotidianas. No entanto, essas expectativas nem sempre se concretizam para as trabalhadoras, cujas vivências de descanso e diversão são marcadas por restrições materiais, estigmas sociais e negociações constantes com o trabalho e com o território. Compreender as tensões entre esse imaginário e a realidade vivida é fundamental para investigar como o lazer é experimentado, tensionado ou mesmo negado nesse contexto, tanto pelas próprias trabalhadoras quanto na forma como outros atores sociais percebem suas práticas de descanso e diversão.

Por fim, algumas teses também abordam as transformações urbanas recentes da região, que inserem a Guaicurus em processos de “revitalização” voltados à limpeza e à requalificação do hipercentro. Diniz (2018) chama atenção para os discursos higienistas que desejam remover os hotéis de trabalho sexual da região, o que remete a disputas mais amplas sobre o direito à cidade, o acesso ao espaço urbano e a legitimidade das práticas ali desenvolvidas. Santos (2021) observa que, mesmo diante de tentativas de expulsão, a Guaicurus se reconfigura como centro comercial popular, com a instalação de shoppings populares em antigos edifícios de hotéis, mantendo a marca da intervenção urbana, ainda que sob novas lógicas econômicas.

Assim, os estudos elencados contribuem para a percepção de que a Guaicurus opera simultaneamente como espaço físico, marca cultural e campo de disputas simbólicas e políticas. Ela não apenas abriga práticas de lazer e trabalho sexual, mas também materializa relações sociais, políticas de controle, manifestações de resistência e produções de sentido por meio de suas especificidades. Para uma pesquisa que pretende investigar os cruzamentos entre lazer e trabalho nesse território, compreender a Guaicurus como espaço geográfico e simbólico é condição inicial e inescapável. É nesse terreno carregado de usos, normas e representações que as experiências das trabalhadoras sexuais se constituem e é nele que se inscreve a proposta desta pesquisa.

O Complexo de Diversões Guaicurus destaca-se, nas produções analisadas, como um espaço dinâmico, que ultrapassa a mera configuração geográfica, impondo-se como um campo de disputas simbólicas e culturais. Esse território não apenas permite explorar as tensões socioculturais associadas ao trabalho sexual, mas também revela as relações e as redes de solidariedade que permeiam o cotidiano das mulheres que o ocupam. A centralidade da Guaicurus no cenário do trabalho sexual em Belo Horizonte é enfaticamente sublinhada. Barreto (2015), ao justificar seu foco de pesquisa, argumenta que:

Uma área, conhecida como “Guaicurus”, se destaca em termos de trabalho sexual feminino, especialmente cis, seja por possuir traços que a diferenciam de outras áreas de trabalho sexual no Brasil, seja por concentrar um volume grande de trabalhadoras sexuais [...], seja por ser foco de ações do poder público local ou ainda por ser o lugar de origem e atuação de movimentos de trabalhadoras sexuais que emergiram na cidade. Boa parte do que se produz de conhecimento sobre trabalho sexual em Belo Horizonte, de alguma forma, inclui um contato com a Guaicurus (p. 71).

Corroborando essa centralidade, Silva C. (2022) observa que:

A Guaicurus tem uma dinâmica de ocupação que nos permite entender as sociabilidades que naquele espaço são produzidas entre diversos atores [...] que protagonizam histórias de proximidades e disputas que se tornam elucidativas do que aqui entendo como relações de ajuda (p. 70).

Assim, tanto pela concentração de trabalhadoras quanto por sua relevância histórica e política, a Guaicurus emerge como *locus* privilegiado para a investigação do trabalho sexual em Belo Horizonte. As leituras oferecidas por Barreto (2015) e Silva C. (2022) convergem na centralidade do território, mas diferem em suas abordagens analíticas, refletindo não apenas mudanças nas dinâmicas sociais e institucionais, mas também distintos referenciais teóricos, o que revela a multiplicidade de áreas do conhecimento que se dedicaram à produção acadêmica sobre tal localidade.

A identificação das mulheres trabalhadoras sexuais no território da Guaicurus, em Belo Horizonte, emerge como um tema central. A compreensão da identidade dessas mulheres está intrinsecamente ligada à dinâmica e aos significados atribuídos a esse espaço específico. Considerando a sua centralidade não apenas como espaço de trabalho, mas também como um território geográfico e simbólico específico da cidade, a forma como a identidade dessas mulheres é construída e negociada nesse contexto se torna fundamental para a compreensão de suas experiências.

Dentre as produções acadêmicas levantadas, o estudo de Góes (2017) se destaca por sua natureza quantitativa, que oferece um panorama sociodemográfico raro sobre as profissionais

do sexo na Guaicurus, com dados de 304 mulheres. Embora o levantamento seja de 2017, ele serve como uma base de dados histórica e contextual, favorecendo uma reflexão sobre a possível permanência ou transformação do perfil dessas profissionais ao longo do tempo. Esses dados contribuem para complementar a pesquisa qualitativa realizada neste trabalho, que se concentra em aprofundar as formas de construção identitária a partir das entrevistas, e não em traçar um perfil sociodemográfico atual. Um dos resultados de tal estudo constata que 66,45% das entrevistadas se autodeclararam negras (pardas ou pretas).

Esse dado demanda uma análise fundada na noção de tríplice opressão, formulada por Lélia Gonzalez, que articula raça, gênero e exploração econômica no marco latino-americano (Gonzalez, 1988). Essa perspectiva localiza a presença predominante de mulheres negras no trabalho sexual não como um fenômeno acidental, mas como resultado de desigualdades históricas que estruturam o mercado formal e informal. Complementam essa leitura aportes recentes de autoras brasileiras que dialogam com a interseccionalidade, trazendo a realidade das trabalhadoras sexuais para o centro da análise (Akotirene, 2019). Nesse sentido, a interseccionalidade funciona como instrumento interpretativo para compreender como racismo, sexismo e classe se articulam na produção de invisibilidade e precariedade.

No contexto brasileiro, marcado por heranças coloniais e racismo estrutural, a presença predominante de mulheres negras no trabalho sexual não é circunstancial, mas um reflexo de desigualdades históricas e da exclusão dessas mulheres dos circuitos mais valorizados do mercado formal. O trabalho sexual, nesse cenário, aparece não como uma escolha livre, mas como uma possibilidade condicionada por estruturas de opressão. Sendo assim, no contexto desta pesquisa, a interseccionalidade funciona como uma ferramenta teórica fundamental para compreender como diferentes formas de discriminação (como racismo e sexismo) se articulam e impactam as experiências individuais e coletivas. Esses cruzamentos produzem, com frequência, situações de invisibilidade e marginalização, que podem ocorrer inclusive nos movimentos sociais e se revelar em discursos considerados progressistas.

O diálogo com autoras como Gonzalez (1988) e Akotirene (2019), cujas abordagens sobre interseccionalidade ampliam as contribuições de Crenshaw (2004), a partir da realidade de mulheres negras no Brasil, orienta um olhar crítico sobre como raça e gênero estruturam essas experiências. A pesquisa de Barreto (2015) também contribui para essa discussão, ao destacar a importância de uma abordagem feminista comprometida com a produção de conhecimento e alinhada aos movimentos das trabalhadoras do sexo. Barreto observa que o movimento de trabalhadoras sexuais é, de fato, um movimento feminista, em que mulheres se colocam como protagonistas de suas histórias e reivindicam que suas pautas sejam tratadas com

a mesma seriedade das demais lutas feministas. Segundo a autora, esse movimento questiona a centralidade de outras lutas, como a luta contra a ditadura, e demanda o reconhecimento das interseccionalidades, exigindo que as trabalhadoras sexuais, como protagonistas dos processos reivindicatórios por melhores condições de vida e trabalho, não sejam mais silenciadas ou vitimizadas, mas vistas como sujeitas de suas próprias histórias.

No que se refere à faixa etária, o estudo de Góes (2017) identificou uma significativa diversidade entre as trabalhadoras sexuais da Guaicurus, com predominância de mulheres entre 21 e 40 anos, mas também com a presença de mulheres acima dos 50 e até os 70 anos. Esse dado indica que o trabalho sexual não deve ser compreendido apenas como uma etapa passageira da vida, mas como uma trajetória que pode atravessar diferentes fases do ciclo de vida, revelando percursos marcados por múltiplos contextos e necessidades.

Em relação à escolaridade, o levantamento apontou que 81,2% das entrevistadas tinham até o ensino médio completo. Apesar desse nível educacional, a renda média mensal relatada foi de R\$3.000,00 (três mil reais), valor relativamente elevado se comparado aos rendimentos médios de mulheres com escolaridade semelhante em ocupações formais. Essa discrepância evidencia uma tensão entre capital escolar e retorno financeiro, sugerindo que, apesar do estigma e da informalidade, o trabalho sexual pode representar uma alternativa economicamente viável para mulheres que enfrentam restrições no mercado de trabalho tradicional. Além disso, a independência declarada por muitas entrevistadas quanto à gestão de seu trabalho (sem empregadores formais ou figuras de controle direto) articula-se com as reflexões de Barreto (2015) sobre a busca dessas mulheres por reconhecimento como sujeitas de direitos.

Essa independência também aparece no modo como a linguagem é utilizada para nomear e reconhecer essas mulheres. Em suas análises, Barreto (2015) discute como determinadas escolhas linguísticas podem deslocar sentidos e questionar representações carregadas de estigma. Ao adotar o termo “sujeitas”, procuro me aproximar dessa perspectiva e enfatizar a posição ativa das trabalhadoras sexuais nas experiências que narram. A escolha busca afastar definições marcadas por moralidade e reforça um tratamento que reconhece essas mulheres como autoras de suas próprias práticas e trajetórias. Diniz (2018) e Silva C. (2022), por sua vez, reforçam esse movimento de recusa da vitimização ao apontarem que as relações construídas no trabalho sexual não podem ser generalizadas como experiências de submissão ou violência, de modo que é necessário reconhecer o protagonismo das mulheres, mesmo em contextos de precariedade. Essa recusa, presente nas falas das interlocutoras e nos gestos

analíticos dos autores, sugere uma leitura mais complexa sobre a construção de subjetividades no campo do trabalho sexual.

Contudo, enquanto Barreto (2015) e Diniz (2018) enfatizam a atuação política e a capacidade de resistência das trabalhadoras, a análise de Silva C. (2022) traz à tona a persistente violência externa, como o abuso policial, que também molda suas experiências e desafia essa independência. Silva C. (2022) acrescenta uma importante nuance ao afirmar que a violência percebida no trabalho sexual muitas vezes se origina não apenas das relações entre as trabalhadoras e seus clientes, mas também das intervenções externas, como o abuso policial em ações de fiscalização. A autora alerta que “o abuso policial quando da realização de “batidas” nos hotéis de prostituição” (Silva C., 2022, p. 291) desafia a visão simplista de que a violência no campo do trabalho sexual é exclusivamente resultado das interações com os clientes.

Essa perspectiva contribui para uma compreensão mais ampla e crítica das múltiplas forças que incidem sobre a vida das trabalhadoras sexuais, reforçando a necessidade de abordagens que considerem tanto suas estratégias de resistência quanto os contextos estruturais de violência que atravessam suas experiências.

Em termos de identidade de gênero, a maioria das participantes se declarou mulher cisgênero, mas houve também presença significativa de travestis e mulheres transgênero²⁶. Esse dado remete à teoria da performatividade de gênero desenvolvida por Butler (2018), que propõe entender o gênero não como uma essência fixa, mas como uma construção performada por meio de atos reiterados. No contexto do trabalho sexual, a performatividade assume dimensões tanto profissionais quanto identitárias, sendo uma estratégia de trabalho e sobrevivência simbólica. Essa perspectiva pode ser associada às reflexões de Bento (2017) sobre transgeneridade e cidadania.

A questão do estigma é central para compreender os processos identitários das trabalhadoras sexuais. A lente teórica de Goffman (2014) ajuda a analisar como o estigma moral, social e simbólico associado ao trabalho sexual atravessa a experiência dessas mulheres. Pereira (2021) explora a percepção da “sujeira” como símbolo dessa desqualificação, observando que ela é atribuída às trabalhadoras por clientes e pela sociedade. A “vida dupla”, mencionada por Góes (2017), se articula com a noção proposta por Goffman (2004), de

²⁶ Transgênero é a pessoa designada com um sexo ao nascer (homem ou mulher), mas cuja identidade de gênero é diferente, podendo ser vivida como o gênero oposto ou como outro gênero fora da lógica binária. Cisgênero é a pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo que lhe foi atribuído ao nascer. Travesti refere-se a pessoas designadas como homens ao nascer, mas que constroem uma identidade de gênero feminina ou não binária, podendo ou não se identificar como mulheres. Essas categorias dizem respeito à identidade de gênero e não à orientação sexual (Bento, 2017).

gerenciamento de impressões, sendo uma tentativa de proteger a identidade pessoal da violência simbólica²⁷. A cisão entre o “eu profissional” e o “eu pessoal”, conforme descrita por Pereira (2021), pode ser compreendida à luz do conceito de *self* como uma identidade reflexiva e situada, construída na tensão entre como o sujeito se vê e como é visto.

A análise do estigma, conforme Goffman (2014), é essencial para entender como o marcador de “sujeira” afeta não só a identidade profissional, mas também limita as possibilidades de lazer e sociabilidade. O corpo da trabalhadora sexual torna-se visível como transgressão, sendo vigiado e julgado.

A construção de múltiplas identidades, conforme Costa (2018) e Pereira (2021), constitui uma estratégia de enfrentamento desse estigma. O uso de “nomes de guerra” e a proteção da vida privada representam tentativas de preservação do *self*. Para Pereira (2021, p. 50), “os termos ‘self’ e ‘eu’ são empregados como sinônimos de identidade, sendo todos eles utilizados para designar um olhar reflexivo que o sujeito tem de si mesmo”. É nessa zona protegida que o lazer se torna possível, descolado da lógica do trabalho e da vigilância moral. O lazer, nesses termos, pode ser mais que descanso: é cuidado de si, expressão subjetiva e afirmação de humanidade. Contudo, é possível afirmar que uma análise ampla sobre as especificidades e os significados do lazer para as trabalhadoras dos hotéis de sexo permanece, em grande parte, inexplorada nas pesquisas existentes.

Assim como os *emerging adults* (jovens em transição para a vida adulta), analisados por Layland, Hill e Nelson (2018), utilizam o lazer como espaço de liberdade e exploração identitária, as trabalhadoras sexuais da Guaicurus também podem encontrar no lazer um território simbólico que favorece a dissociação temporária das normativas sociais que estigmatizam seus corpos e trabalhos. Layland, Hill e Nelson (2018, p. 17, tradução própria) apontam que “o lazer facilita esse processo ao oferecer um contexto no qual os indivíduos podem voltar-se para si mesmos, promovendo autorreflexão e avaliação pessoal, sem a pressão de cumprir outras obrigações”²⁸. Nesse sentido, o lazer permite um distanciamento das obrigações sociais impostas, criando oportunidades para o cuidado de si, para o reencontro com

²⁷ Bourdieu e Passeron (2008) conceituam violência simbólica como a imposição, por um poder arbitrário (isto é, sustentado por hierarquias e convenções sociais), de um arbitrário cultural (valores e normas que não são universais, mas construídos historicamente). No contexto do trabalho sexual na Guaicurus, essa imposição se traduz na naturalização de padrões estéticos e raciais que hierarquizam os corpos e definem quais serão mais visíveis ou valorizados. Assim, a sub-representação das mulheres negras na divulgação dos serviços, apesar de sua expressiva presença na atividade, opera como uma forma de exclusão legitimada, reforçando desigualdades históricas sem necessidade de coerção explícita.

²⁸ Tradução própria de: “Leisure facilitates this process by offering a context in which individuals can turn inward, promoting self-reflection and personal evaluation, without the pressure to fulfill other obligations”.

o “*self*” e para a afirmação de subjetividades fora da lógica da vigilância moral, estabelecendo um espaço onde a identidade pessoal pode se desvincular da identidade profissional.

Essa separação entre identidade profissional e pessoal, comum entre essas mulheres, como mostram Costa (2018) e Pereira (2021), pode ser uma condição essencial para que o lazer se concretize como espaço de respiro, dignidade e subjetivação em contextos de vida marcados pelo estigma, permitindo, no caso das trabalhadoras sexuais, a vivência de momentos livres do peso das expectativas e julgamentos associados ao trabalho.

As pesquisas de Costa (2018), Silva C. (2022) e Pereira (2021) mostram que essas mulheres não são meramente definidas pelo trabalho que realizam, mas por um conjunto de dinâmicas que envolve a negociação entre esferas de suas vidas, sendo o lazer um elemento crucial na construção dessa identidade, ainda que frequentemente negligenciado nas abordagens tradicionais sobre trabalho sexual. A identidade dessas mulheres é uma constante negociação, e o lazer se apresenta como uma esfera simbólica de resistência às construções sociais que as reduzem apenas à dimensão laboral, oferecendo um espaço para a expressão de outras facetas de suas identidades.

Silva C. (2022) amplia essa discussão ao investigar a “economia cotidiana” das trabalhadoras sexuais, destacando como as dimensões simbólicas, afetivas e materiais do trabalho se entrelaçam com a vida pessoal. A autora observa que o lazer se configura como uma forma de resistência à precariedade e ao estigma, sendo uma instância em que as mulheres exercem protagonismo e afirmam subjetividades fora da lógica laboral, encontrando um espaço de posicionamento ativo onde podem desafiar as imposições do estigma.

Em consonância com o que foi apontado por Costa (2018) e Diniz (2018), Pereira (2021) destaca a relevância da percepção da “sujeira” como um estigma imposto externamente à trabalhadora sexual, e não internalizado como identidade. Segundo Pereira (2021), o estigma da “sujeira” (seja física, social ou moral) é projetado sobre as trabalhadoras por agentes externos, como clientes e a sociedade em geral, e não faz parte da identidade própria das profissionais do sexo. Essa tensão entre o estigma imposto e a identidade autoafirmada contribui para o reforço da marginalização simbólica das trabalhadoras sexuais, um ponto que se articula diretamente com as reflexões de Costa (2018) e Diniz (2018) sobre as construções sociais e subjetivas das trabalhadoras no campo do trabalho sexual.

A persistência desse estigma, consequentemente, pode influenciar significativamente as oportunidades de lazer e a forma como as trabalhadoras se sentem à vontade para participar de espaços de lazer convencionais, reforçando a importância da separação entre a identidade profissional e pessoal para a vivência do lazer como um espaço livre desse estigma. Pereira

(2021), ao abordar o “sujo”, trata como as trabalhadoras sexuais enfrentam estigmas associados à sujeira, tanto física quanto moral, que afetam sua identidade, buscando uma esfera livre da contaminação simbólica do trabalho. Nessa esfera, o lazer emerge como espaço possível de afirmação, bem viver e cuidado de si, tal como analisado por Layland, Hill e Nelson (2018), permitindo o distanciamento das obrigações sociais e promovendo autorreflexão, vínculos e práticas culturais subjetivamente significativas.

Diniz (2018) complementa essa análise ao discutir o silêncio sobre a sexualidade, no contexto do movimento de trabalhadoras sexuais, como forma de estigma. Tal operação pode ser compreendida à luz da teoria da performatividade de Butler (2018), segundo a qual o gênero e o próprio sexo não são dados naturais, mas normas que se materializam e se reiteram por meio de práticas sociais. Para a autora, o corpo é um campo discursivo onde o poder atua, produzindo sujeitos a partir da repetição de normas regulatórias. Essa ressignificação da linguagem e a desconstrução do estigma, embora não diretamente focadas no lazer, criam um contexto mais favorável para que as trabalhadoras se apropriem do lazer sem o peso das representações negativas, buscando espaços onde sua identidade não se reduza à sua ocupação.

Nesse sentido, a identidade das trabalhadoras sexuais não é fixa ou determinada por sua atividade profissional, mas continuamente (re)construída e disputada. A atuação dessas mulheres na Guaicurus, ao tensionar discursos morais, heteronormativos e estigmatizantes, evidencia essa performatividade como prática política, como uma forma de resistir e reconfigurar os modos de ser e existir no espaço urbano, considerando os vínculos sociais e seus próprios corpos.

Diniz (2018) também enfatiza o protagonismo das mulheres no espaço da Guaicurus, argumentando que elas não ocupam uma posição passiva, de vítimas, mas são agentes ativas que negociam suas próprias identidades e condições de trabalho, resistindo aos discursos que as fragilizam. Essa perspectiva amplia a visão sobre a Guaicurus, que pode ser vista além de um mero local de trabalho sexual, revelando-se como um espaço onde as trabalhadoras afirmam sua independência e sua identidade individual e coletiva. Essa afirmação de identidade no território pode também se expressar na busca por vivenciar o lazer, mesmo em um espaço historicamente marginalizado.

Assim, o lazer, longe de ser uma mera atividade de descanso, emerge como um campo de ação política e afirmação para mulheres em contextos de vulnerabilidade, conforme argumenta Bonalume (2022), que o compreende como uma prática de resistência e fortalecimento da identidade. Ao aplicar essa perspectiva ao contexto da Guaicurus, a busca por momentos de lazer por parte das trabalhadoras sexuais revela-se não apenas como uma resposta

individual ao cansaço, mas como uma estratégia coletiva de resistência simbólica²⁹ e de construção de bem viver em um espaço socialmente marginalizado.

Essa análise demanda atenção às interseccionalidades de gênero e raça. Santos (2024a), ao refletir sobre a invisibilidade da mulher negra nas peças de divulgação do lazer sexual na Guaicurus, evidencia a urgência de reconhecer e valorizar essas identidades nas práticas culturais e de lazer que ali ocorrem. A invisibilidade apontada por Santos (2024a) sugere que nem todas as experiências de lazer são igualmente acessíveis ou visíveis, e que as dinâmicas de poder e discriminação racial podem moldar as oportunidades de lazer e a forma como são representadas. Assim, a busca por momentos de lazer, por parte das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, não se resume a uma necessidade pessoal ou a uma estratégia coletiva homogênea, mas se complexifica pelas experiências raciais e de gênero, demandando uma análise que considere essas nuances para uma compreensão mais completa das formas de resistência e afirmação de subjetividades em um território marcado por estigmas e desigualdades.

Como se percebe, a Guaicurus é um território atravessado por múltiplas disputas simbólicas, políticas e morais, que envolvem o trabalho sexual, o lazer e as formas de sociabilidade produzidas por mulheres que ali constroem suas existências. Mais do que um local de exercício do trabalho sexual, ela se constitui como um espaço de afirmação identitária e de resistência. Barreto (2015) e Diniz (2018) convergem ao destacar a Aprosmig como uma associação central no movimento de profissionais do sexo em Belo Horizonte, uma vez que atua ativamente para pautar o debate público, afirmar a independência e a autodeterminação das trabalhadoras sexuais, além de buscar o reconhecimento de sua atividade como trabalho.

Nesse cenário, o lazer se configura como uma prática social repleta de significados, permitindo que as trabalhadoras sexuais ressignifiquem sua presença na Guaicurus. Mais do que um território de estigma, a Guaicurus se transforma em espaço de construção de dimensões relacionais e políticas, de onde emergem estratégias cotidianas de sobrevivência que extrapolam os limites do trabalho sexual.

²⁹ Neste estudo, a noção de estratégia coletiva de resistência simbólica dialoga com pesquisas realizadas no contexto do trabalho sexual em Belo Horizonte, especialmente na região da Guaicurus (Diniz, 2018; Barreto, 2015; Silva, 2022). Refere-se a práticas, gestos e significados produzidos no cotidiano que desafiam discursos dominantes de vitimização, subalternidade e controle moral, sem necessariamente assumir a forma de confrontos diretos ou manifestações explícitas. Trata-se de uma resistência cotidiana e micropolítica, que opera no campo da cultura, dos símbolos e dos sentidos, por meio da ressignificação de identidades, da produção de sociabilidades e da afirmação de espaços historicamente marginalizados. Conforme demonstram Diniz (2018) e Barreto (2015), práticas de lazer, convivência e organização coletiva na Guaicurus constituem modos de enfrentamento ao estigma e de reivindicação do direito à cidade. Silva (2022) acrescenta que essas práticas contribuem para a constituição das prostitutas como sujeitas políticas de suas próprias trajetórias, articulando autonomia, pertencimento territorial e produção de bem-estar em contextos de desigualdade estrutural.

A atuação de coletivos e organizações locais contribui para essa reconfiguração simbólica do território, convertendo a Guaicurus em um espaço de memória, pertencimento, solidariedade e afirmação coletiva. Pires e Serejo (2024) também apontam esse tipo de reapropriação simbólica em outros territórios historicamente associados ao trabalho sexual, como a Boca do Lixo, em São Paulo; a Oscar Frota, no Maranhão; e a Vila Mimosa, no Rio de Janeiro. Segundo os autores, é justamente em meio à repressão e à violência que emergem formas de mobilização e enfrentamento, transformando zonas de marginalização em palcos de luta por reconhecimento e direitos.

A partir da leitura de Silva C. (2022), essas novas formas de intervenção podem ser compreendidas à luz do conceito foucaultiano de governamentalidade, na medida em que operam menos pela repressão direta e mais pela gestão da vida, buscando transformar condutas por meio da internalização de normas. O corpo, como sugere Foucault (2020), torna-se alvo privilegiado dessa gestão, sendo moldado por discursos que operam no campo da moral, da religião e da saúde. Nessa perspectiva, o corpo pode ser analisado como uma superfície onde o poder se inscreve, influenciando as escolhas, os modos de vida e a percepção pública das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, sob a crescente influência de coletivos feministas e ONGs.

Essas estratégias de controle, no entanto, não operam sem contestação. As trabalhadoras sexuais mobilizam discursos, práticas e modos de vida que reconfiguram os sentidos impostos a elas, recusando a normatividade e afirmando a pluralidade de suas existências. Nesse contexto de disputas e influências, o lazer é compreendido como uma dimensão expressiva de afirmação e de construção de bem viver, mesmo em meio às adversidades. Ele se articula à formação de subjetividades e modos de vida, contribuindo para a reestruturação simbólica do território e das identidades.

Compreender o lazer nesse território é condição inicial para desvelar como as vivências de prazer e de não-trabalho podem ser fundamentais para a saúde e a independência dessas mulheres, indo além de uma visão que o reduz à mera ausência de trabalho ou a uma prática dissociada das realidades sociais e dos marcadores que as atravessam. Segundo Góes (2017, p. 107), “as redes de solidariedade também favorecem a mobilização porque elas representam, para além de proteção, lazer”. Apesar da reconhecida importância das redes de apoio para as trabalhadoras sexuais, as teses analisadas carecem de uma investigação cuidadosa sobre o papel do lazer nesses espaços. Essas redes se constituem como locais privilegiados para o lazer e a convivência, onde a identificação por experiências compartilhadas transcende a identidade profissional, fomentando laços sociais e de proximidade essenciais para o bem viver e a resistência. A negligência dessa dimensão compromete uma visão mais ampla das formas de

sociabilidade e das táticas cotidianas de enfrentamento adotadas pelas trabalhadoras da Guaicurus.

Na Guaicurus, essas expressões de lazer (sejam elas encontros, celebrações ou momentos de autocuidado) podem configurar um alimento para o corpo e para a alma, oferecendo respiros de dignidade e alegria em meio à precariedade. Essas práticas extrapolam o mero descanso, funcionando como instâncias de afirmação subjetiva, vínculo coletivo e reivindicação de dignidade no cotidiano. Inspirados em Bonalume *et al.* (2023), é possível compreender que o lazer, para as mulheres e no contexto brasileiro, frequentemente é atravessado por questões de sobrecarga de trabalho e limitações de tempo e recursos, o que pode ser ainda mais acentuado para as trabalhadoras sexuais. É fundamental, portanto, analisar como o lazer se manifesta nesse contexto específico, considerando as barreiras e as potencialidades para a construção do bem viver e da superação.

No entanto, para compreender o lazer das trabalhadoras sexuais, é preciso também refletir sobre o conceito de trabalho, já que é na relação entre trabalho e não-trabalho que o lazer se organiza. Arendt (2010), por exemplo, classifica o trabalho em três categorias: labor, trabalho e ação. O labor refere-se à reprodução da vida e às necessidades básicas (como segurança alimentar ou manejo de doenças crônicas, em estudos sobre trabalhadores do transporte). O trabalho, no sentido arendtiano, diz respeito à capacidade humana de transformar a matéria e produzir objetos duradouros, sendo favorecido por condições adequadas de saúde e possibilitando ações criativas. Já a ação corresponde a atividades irreversíveis, que podem transformar a realidade e promover mudanças na vida dos indivíduos.

A partir de outra perspectiva, a marxista-feminista, questiona-se a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo e como o trabalho da mulher foi historicamente invisibilizado (Silva; Blanchette, 2017). Inicialmente, o trabalho produtivo era definido como aquele diretamente trocado por capital, enquanto o improdutivo não o era. Essa diferenciação, contudo, mostrou-se problemática diante das atividades femininas no espaço doméstico, muitas vezes não remuneradas ou enquadradas como “trabalho por amor”. Nesse sentido, Silva e Blanchette (2017) indicam que ser mulher proletária significava atuar fora do espaço doméstico, diretamente para o capital, e criticam o trabalho doméstico não remunerado como uma “deserção social”, em alguns momentos comparável ao serviço sexual.

O trabalho, de maneira mais ampla, também opera como um marcador social, separando o “cidadão” do “marginal” (Paiva *et al.*, 2020). Quando realizado em condições inadequadas, ele pode limitar potencialidades, transformar inventividade em mera necessidade, gerar insatisfação e adoecimento (Pinto *et al.*, 2021). Mais recentemente, pesquisas sobre *dirty works*

(trabalhos maculados) têm discutido a gestão do estigma em ocupações de baixo status social, nas quais os trabalhadores buscam reconhecimento e estima para si e para sua atividade (Caminhas, 2025). Esse movimento decorre do sofrimento causado pela negação de reconhecimento e pela tentativa de reverter padrões de desvalorização.

Nesse contexto, é importante introduzir o conceito de trabalho sexual. O termo *sex work* foi cunhado por Carol Leigh (1997), também conhecida como Scarlot Harlot, na década de 1970, a partir de sua experiência como trabalhadora do sexo e militante feminista. Leigh (1997) buscava uma denominação que articulasse seus objetivos políticos e a realidade das mulheres no comércio do sexo, reconhecendo a atividade como trabalho e não como identidade, além de criar uma atmosfera de tolerância. O termo passou a ser utilizado por diferentes movimentos e ganhou difusão internacional, sendo adotado inclusive por instituições de saúde como a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O trabalho sexual pode ser definido como uma atividade laboral remunerada e consentida, em que ocorre a troca de prazer sexual (do cliente) por renda ou outros meios de subsistência (Couto *et al.*, 2022). Para as profissionais do sexo, não se trata de venda ou aluguel do corpo, mas da prestação de um serviço que envolve práticas, relações, desejos e valores que compõem um universo amplo de trocas econômico-sexuais (Beltrão; Bispo, 2023). Ribeiro e Passamani (2024) ampliam a noção ao utilizarem o termo “mercado do sexo”, que abrange diferentes modalidades além da prostituição, como dança erótica, massagem erótica, sexo por telefone, produção de pornografia, serviços de acompanhantes e sexo virtual.

O trabalho sexual, especialmente exercido por mulheres, é frequentemente associado ao campo da reprodução social, podendo ser comparado ou contrastado com o trabalho doméstico. Em alguns casos, ele aparece como alternativa mais vantajosa em termos de remuneração, flexibilidade e autonomia (Silva; Blanchette, 2017).

Nesse sentido, enquanto o conceito de trabalho envolve desde a subsistência até a busca por reconhecimento social, o trabalho sexual constitui uma categoria específica, que tensiona normas de trabalho e de sexualidade. Embora marcado pelo estigma, ele é reconhecido por profissionais do sexo e por parte da produção acadêmica como um serviço remunerado, que pode proporcionar autonomia e sustento de projetos pessoais, ainda que em meio a desafios e violências resultantes de seu contexto social e político. O presente estudo defende que o trabalho deve ser compreendido como uma necessidade humana, de modo que, além de garantir a subsistência física, é constitutivo da identidade, promove autoestima, possibilita a construção de vínculos sociais e contribui para o bem viver coletivo. Assim, o trabalho pode ser entendido como prática indispensável à vida em sociedade, na medida em que articula sobrevivência,

realização pessoal e reconhecimento. É a partir desse entendimento que o trabalho sexual pode ser compreendido como parte do campo mais amplo do trabalho, embora marcado por tensões próprias de seu contexto histórico, social e político.

Costa (2018), por sua vez, amplia esse entendimento ao sugerir que o mercado sexual é marcado por uma grande heterogeneidade³⁰, o que impossibilita abordagens generalizantes. Essa diversidade se manifesta em suas diferentes formas de organização, nos variados níveis de independência e nas distintas experiências de estigma e enfrentamento vivenciadas pelas trabalhadoras sexuais na Guaicurus e em outros contextos. Nesse sentido, o lazer, para essas mulheres, também reflete essa pluralidade, caracterizando-se pela variedade de atividades escolhidas e pelas múltiplas formas pelas quais buscam o bem viver e a afirmação de suas identidades.

Essa perspectiva permite compreender como diferentes mulheres atribuem sentidos diversos à sua atividade. Enquanto algumas descrevem o trabalho sexual como estratégia econômica vantajosa, quando comparado outras profissões precárias, como o trabalho doméstico (Barreto, 2015), outras o associam a experiências de degradação, conforme discutido por Pereira (2021). Essa tensão entre independência e precariedade expressa os desafios impostos à compreensão do trabalho sexual como atividade laboral.

Ainda assim, as pesquisas analisadas sinalizam que o foco deve se deslocar da moralização para a escuta das práticas, dos sentidos atribuídos pelas próprias trabalhadoras e das disputas simbólicas estabelecidas. Essa escuta é fundamental para compreender as necessidades das trabalhadoras sexuais todas as dimensões de suas vidas, incluindo o lazer e o bem viver social. A construção de uma identidade coletiva que reconheça essas mulheres como sujeitas de direitos e saberes, como propõe Barreto (2015), se constitui como um gesto político de reconfiguração do campo de disputas.

Nesse campo, diferentes agentes lutam pela definição legítima da realidade social, e as classificações (como “trabalhadora sexual”, “profissional do sexo” ou “puta”) não são neutras, mas carregadas de disputas simbólicas. Nesse contexto, categoria “trabalho sexual”, como analisam Incao e Seabra (2024), surge como uma estratégia política de coalizão, marcada por

³⁰ Neste estudo, o termo refere-se à diversidade de experiências, significados e práticas presentes entre as trabalhadoras sexuais investigadas. Essa heterogeneidade reconhece que o trabalho sexual não constitui um campo homogêneo, mas é atravessado por trajetórias pessoais, contextos sociais, identidades de gênero e diferentes marcadores sociais da diferença, como raça, classe, idade e orientação sexual. Tal compreensão dialoga com Costa (2018), ao enfatizar que o meretrício se organiza a partir de múltiplas formas de inserção, vivência e sentido, impossibilitando leituras totalizantes ou universalizantes sobre as experiências das trabalhadoras sexuais.

sua origem militante na década de 1970, quando Leigh (1997) propôs o termo como alternativa aos estigmas que recaíam sobre a palavra “prostituição”.

O trabalho sexual no Brasil é considerado uma ocupação informal, embora a prostituição tenha sido reconhecida como profissão pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego e incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)³¹ desde 2002 (Barreto, 2015; Costa, 2018; Diniz, 2018; Silva C., 2022).

Em países europeus como Alemanha, Suíça e Países Baixos, o trabalho sexual é enquadrado por distintos modelos de regulamentação, frequentemente apresentados como referências internacionais. No entanto, uma leitura crítica desses contextos revela que tais arranjos estão longe de garantir, de forma automática, segurança, reconhecimento ou redução do estigma. A existência de marcos legais, por si só, não elimina desigualdades nem assegura condições dignas de trabalho, sendo fundamental analisar os efeitos concretos das políticas adotadas em cada contexto.

Na França, por exemplo, a adoção do modelo neoabolicionista, que penaliza os clientes com multas elevadas, tem sido amplamente criticada por empurrar o trabalho sexual para a clandestinidade, ampliando a vulnerabilidade das trabalhadoras e dificultando o acesso a redes de proteção. Já na Grécia, episódios históricos de higienização urbana associados a grandes eventos, como os Jogos Olímpicos de 2004, evidenciam que a regulamentação pode operar menos como garantia de direitos e mais como instrumento de controle, vigilância e exclusão de corpos considerados indesejáveis no espaço urbano. Esses casos reforçam a compreensão de que políticas públicas e marcos regulatórios não operam de forma neutra ou automática, podendo tanto ampliar direitos quanto produzir novos mecanismos de controle e exclusão, a depender de seus modos de implementação e dos grupos sociais a que se dirigem.

Por outro lado, nas nações tomadas como exemplo, existem políticas públicas eficazes, que oferecem mais segurança às profissionais do sexo, tanto no que diz respeito à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis quanto à redução da violência, que atinge essas mulheres com mais intensidade do que a média da população feminina.

É crucial, portanto, analisar criticamente o significado prático da inclusão da atividade na CBO. Embora represente uma vitória simbólica e um reconhecimento formal da existência dessa ocupação para fins estatísticos e de formulação de políticas de emprego, a CBO em si não

³¹ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdo das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. É, ao mesmo tempo, uma classificação enumerativa e descritiva. A CBO nº 519805 se refere a profissional do sexo. Disponível em: <https://codigocbo.com.br/cbo-519805-profissional-do-sexo> Acesso em: 22 dez. 2023.

garante direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro salário ou outros benefícios assegurados em regimes de trabalho formal. Diferentemente de modelos proibicionistas ou neoabolicionistas adotados em diversos países, nos quais o trabalho sexual é tratado prioritariamente como problema criminal ou moral, a CBO reconhece a atividade como ocupação legítima para fins administrativos, estatísticos e de formulação de políticas públicas.

Esse reconhecimento formal cria condições para o diálogo institucional e para a atuação organizada das próprias trabalhadoras, como exemplifica a trajetória da Aprosmig, em Belo Horizonte, que tem desempenhado papel central na produção de ações de saúde, na mediação com o poder público e na defesa de direitos. Ainda que persistam lacunas normativas e precariedades estruturais, o cenário brasileiro — e, em particular, o contexto mineiro — apresenta formas de organização e proteção que contrastam com experiências internacionais marcadas pelo punitivismo e pela clandestinização. À luz da interseccionalidade como ferramenta analítica para políticas públicas (Crenshaw, 2004), é possível compreender que os limites da CBO não anulam seu caráter de conquista política, mas indicam a necessidade de aprofundar políticas que enfrentem as desigualdades produzidas no cruzamento entre raça, gênero e classe, sem recorrer à criminalização ou ao higienismo.

Nesse sentido, Albuquerque (2019) enfatiza que a regulamentação do comércio sexual é necessária justamente porque as profissionais do sexo não possuem essas garantias e direitos, vivendo à margem da sociedade e expostas à violência. Compreender o uso dessa categoria implica reconhecer os diferentes interesses em jogo: aqueles que buscam visibilizar o protagonismo e a dignidade das trabalhadoras, e aqueles que insistem na patologização do trabalho sexual ou na vitimização³² dessas trabalhadoras. Ao lado dessas disputas, a noção de lazer aparece não apenas como interrupção da labuta, mas como uma dimensão central para a (re)produção da vida, da resistência e da construção de sentidos que escapam à lógica da moralização ou do controle.

A análise das dinâmicas de poder no trabalho sexual, particularmente nas áreas de maior concentração em Belo Horizonte, como a região da Guaicurus, revela um cenário marcado por relações de contestação e disputas sociais intensas. As trabalhadoras sexuais não são apenas

³² No contexto desta tese, patologização refere-se a abordagens que medicalizam, criminalizam ou moralizam o trabalho sexual, tratando-o como doença, desvio ou anomalia social. Vitimização, por sua vez, alude a perspectivas que retratam as trabalhadoras sexuais exclusivamente como vítimas passivas, desconsiderando suas capacidades de agência, negociação e resistência no cotidiano. Conforme problematiza Barreto (2015), esse enquadramento vitimizante tende a silenciar as vozes das próprias prostitutas e a reforçar leituras moralizantes que obscurecem a complexidade de suas trajetórias. A presente pesquisa busca deslocar essas abordagens, focalizando as experiências vividas, a produção de sentidos e as estratégias mobilizadas pelas trabalhadoras sexuais em seus contextos concretos de vida e trabalho.

sujeitas de um mercado informal, mas também agentes de transformação social, muitas vezes desafiando o estigma e as visões tradicionais e estereotipadas sobre seu trabalho. Nesse contexto, as relações das trabalhadoras com o poder público, os movimentos sociais e as políticas públicas estão repletas de tensões que refletem um jogo constante de afirmação e contestação de direitos e reconhecimento.

A relação entre as trabalhadoras sexuais e o poder público é marcada por uma abordagem ambígua, como ressaltado por Diniz (2018). Por um lado, há iniciativas de saúde pública que buscam reduzir os riscos para as profissionais do sexo, como a distribuição de preservativos e a criação de programas de prevenção às IST, algo que surge como um reflexo das demandas históricas das trabalhadoras sexuais por políticas que garantam sua saúde e bem viver. Por outro lado, essas mesmas políticas públicas frequentemente entram em conflito com as práticas de repressão, marginalização e controle implementadas.

A visão punitiva do Estado, ilustrada pela presença de operações policiais que visam fechar pontos de venda de serviços sexuais, negligencia os direitos das trabalhadoras e frequentemente criminaliza suas atividades, expondo-as à violência e à invisibilidade social. Essa tensão entre a assistência sanitária e o controle moralizante, como evidencia a abordagem de Diniz (2018), demonstra a dificuldade das políticas públicas em reconhecer as necessidades específicas e as realidades práticas dessas profissionais, resultando em uma falta de visão integral, que contemple aspectos cruciais como o lazer, a segurança e o suporte psicossocial.

O campo das políticas públicas e da mobilização social no trabalho sexual é permeado por diferentes abordagens sobre a legalização e a criminalização, refletindo essa tensão. Enquanto correntes feministas abolicionistas, como discutido por Barreto (2015), defendem a erradicação do trabalho sexual, outras, como as defendidas por organizações de trabalhadoras sexuais e algumas vertentes feministas progressistas, optam pela descriminalização. A luta dessas organizações, incluindo as putafeministas³³, como aponta Albuquerque (2019), busca melhor qualidade de vida, acesso à saúde e à justiça, e menor vulnerabilidade à violência e à marginalização, de forma semelhante à histórica luta do movimento feminista pelos direitos das mulheres. Um ponto importante a ser aprofundado é como essas diferentes abordagens feministas influenciam a disponibilidade de serviços de apoio às trabalhadoras, incluindo o acesso ao lazer, que frequentemente é negligenciado pela agenda de políticas públicas voltadas para a população em risco.

³³ Segundo Sulz e Cardoso (2019), putafemismos é a articulação política de trabalhadoras sexuais, que ressignificam o termo “puta” como símbolo de resistência, reivindicando direitos, combatendo o estigma associado ao trabalho e a criminalização da profissão.

Além disso, a análise da organização das trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte mostra que essas mulheres, longe de serem omissas ou desorganizadas, constroem coletivos de apoio e solidariedade que se configuram como espaços de transformação. A criação de redes de apoio, que incluem o apoio entre colegas de trabalho e o desenvolvimento de estratégias coletivas, fortalece não apenas a autoestima das profissionais do sexo, mas também sua capacidade de reivindicar direitos e de combater a violência e a discriminação.

A literatura sobre organização das trabalhadoras sexuais (Barreto, 2015) reflete que essa dinâmica de autonomia política é fundamental para o processo de empoderamento das mulheres. Barreto (2015) argumenta que, embora o trabalho sexual esteja imerso em condições de vulnerabilidade, é por meio da organização e do movimento coletivo que as trabalhadoras sexuais podem efetivamente redefinir sua posição na sociedade e no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, uma análise crítica dessa mobilização poderia incluir a falta de apoio para o lazer e as práticas de bem viver, áreas nas quais muitas organizações de apoio, como a Aprosmig, poderiam ampliar suas ações. Não se trata apenas de promover melhores condições de trabalho, mas também de garantir que as trabalhadoras tenham acesso a espaços de lazer e convivência social que possam contribuir para seu equilíbrio emocional e fortalecimento pessoal.

Porém, a inserção dessas mobilizações no cenário das políticas públicas é repleta de desafios. O Estado, em suas diferentes esferas institucionais, muitas vezes adota uma postura de não reconhecimento da independência das trabalhadoras sexuais. A intervenção estatal, embora em algumas instâncias se manifeste por meio de programas de saúde pública, muitas vezes se limita a uma visão assistencialista e moralista, sem considerar as demandas reais das trabalhadoras sexuais por condições de trabalho justas e pela garantia de sua segurança pessoal.

Diniz (2018) descreve como essa intervenção, de um lado, oferece certa proteção sanitária, mas, por outro, ignora as dimensões sociais e trabalhistas que afetam as trabalhadoras. O autor observa que a precarização do trabalho sexual é acentuada não apenas pela ausência de regulamentação, mas também pela maneira como a visão moralizante do Estado e da sociedade em geral limita as possibilidades de mudança. Isso evidencia que políticas públicas que contemplem o lazer e o bem viver das trabalhadoras sexuais são necessárias para que sua dignidade e cidadania sejam realmente respeitadas.

Com base nas contribuições de Gomes (2023) e Isayama (2023), é possível afirmar que o lazer deve ser compreendido como uma categoria cultural, interseccional e política, cujas práticas expressam modos de viver situados historicamente e atravessados por marcadores sociais como gênero, classe e raça. Para Gomes (2023), o lazer é uma necessidade humana que

se inscreve na cultura, manifestando-se em experiências múltiplas e localizadas que articulam ludicidade, fruição e pertencimento social. Longe de ser neutro ou meramente compensatório ao trabalho, ele compreende práticas socialmente produzidas, que dialogam com outras dimensões da vida e carregam disputas simbólicas e morais.

Isayama (2023), por sua vez, reforça essa perspectiva ao evidenciar como o lazer é permeado por hierarquias e exclusões, especialmente quando práticas como o sexo ou a expressão da sexualidade são consideradas desvios ou impropriedades morais. Ambos os autores defendem uma abordagem crítica, que recuse as epistemologias eurocentradas e reconheça o lazer como espaço de resistência, reconhecendo que sujeitos marginalizados também produzem saberes, criam mundos e reivindicam dignidade. Ao situar o lazer no campo das disputas culturais e políticas, suas análises apontam para a urgência de políticas públicas que o reconheçam como direito, bem como para a construção de epistemes sensíveis à colonialidade - ou seja, aos efeitos persistentes do colonialismo nas formas de saber, nas hierarquias sociais e na organização do mundo, especialmente em relação a raça, gênero e classe - e à interseccionalidade.

Compreender o lazer não apenas como descanso, mas como campo de práticas sociais carregadas de sentido (Gomes, 2023), é essencial para analisar as formas pelas quais essas mulheres enfrentam e reconfiguram as forças que incidem sobre suas vidas. É nesse contexto de disputas e influências que as trabalhadoras sexuais da Guaicurus desenvolvem ativamente estratégias para construir e afirmar suas identidades, desafiando o estigma e as representações negativas associadas ao seu trabalho. O lazer, nesse sentido, desempenha uma função simbólica e política crucial, permitindo a resignificação de sua presença no território, a construção de laços de solidariedade e o desenvolvimento de estratégias coletivas de sobrevivência afetiva e política.

Tendo em vista esse cenário, o protagonismo das trabalhadoras sexuais se torna central para a compreensão da sua luta. Autoras como Goffman (2014), ao discutir a atuação em contextos de estigma, e Butler (2018), ao analisar a performatividade e a contestação, oferecem ferramentas para entender como essas mulheres se posicionam ativamente diante do poder. No contexto do lazer, essas estratégias podem se manifestar na criação de espaços de encontro e descontração que desafiam as normas sociais e reafirmam suas identidades, como visto nos estudos de Barreto (2015) sobre a criação de redes de solidariedade.

É importante realizar, ainda, uma análise crítica em relação às teses que tangenciam a questão da vulnerabilidade sem, contudo, aprofundar os cruzamentos entre lazer e trabalho sexual no contexto específico da Guaicurus. A análise das pesquisas demonstra que, apesar do

crescente interesse sobre o trabalho sexual e suas articulações com as políticas públicas, persiste um vazio analítico no que tange às experiências de lazer e prazer das trabalhadoras sexuais. Em sintonia com a necessidade de novos olhares sobre o campo, esta investigação aprofunda-se na perspectiva do “lazer possível”, de Eugenio (2023), oferecendo uma abordagem que desvela esse campo inexplorado, valorizando as práticas de enfrentamento e construção identitária, ao mesmo tempo em que posiciona o lazer como categoria analítica central e legítima no contexto do trabalho sexual, desestabilizando fronteiras entre prazer, corpo e produção.

A pesquisa de Eugenio (2023), ao analisar o “lazer possível” de mulheres em situação de rua, evidencia o descanso (físico e mental) e a sociabilidade como formas de enfrentamento da desfiliação social. Essa abordagem sugere que iniciativas voltadas para as trabalhadoras sexuais da Guaicurus poderiam priorizar espaços seguros para o repouso e para a convivência, reconhecendo pontos de contato nas demandas por bem viver entre distintos contextos de vulnerabilidade. Essa dimensão ainda é pouco explorada em análises que se debruçam especificamente sobre o trabalho sexual na Guaicurus (Barreto, 2015; Costa, 2018; Diniz, 2018; Pereira, 2021; Silva C., 2022).

Assim, Eugenio (2023) contribui para reposicionar o lazer como uma estratégia cotidiana de enfrentamento das violências estruturais, não como algo “extra” ou luxo eventual. Essa perspectiva (que enxerga o lazer como um campo de resistência simbólica) ainda não foi suficientemente incorporada aos estudos sobre a prostituição na Guaicurus, o que reforça a relevância e atualidade da presente investigação.

Esta pesquisa propõe superar esse vazio analítico ao incorporar o lazer como chave de leitura das experiências cotidianas das trabalhadoras sexuais, examinando como práticas de não-trabalho, de convivência e de descontração operam como territórios de resistência, de fortalecimento identitário e de construção de redes de apoio. Ao considerar o lazer não como algo trivial ou dissociado da realidade do trabalho sexual, mas como parte integrante da vida dessas mulheres, a pesquisa busca compreender seus efeitos concretos na saúde mental, na independência e na elaboração de sentidos sobre si.

A originalidade dessa abordagem reside na centralidade conferida ao lazer como lente teórica e metodológica para pensar o protagonismo, as formas de contestação e as subjetividades das trabalhadoras sexuais na Guaicurus. Essa escolha permite deslocar o foco de abordagens centradas exclusivamente no estigma e na lógica da exploração, para considerar também as dimensões sensíveis, estéticas e relacionais que atravessam seus cotidianos. Nessa direção, esta tese se alinha à concepção de Gomes (2023), que compreende o lazer como uma

necessidade humana e uma dimensão constitutiva da cultura, presente em múltiplos tempos, espaços e práticas sociais, e atravessada por relações de poder.

Ao adotar o lazer como categoria central, esta pesquisa reconhece a complexidade das vivências das trabalhadoras sexuais, indo além das narrativas de carência ou vitimização. Parte-se do princípio de que o lazer, em sua relação com o trabalho, molda sentidos, vínculos e estratégias de enfrentamento. Essa perspectiva orienta o percurso analítico dos capítulos seguintes, em que serão discutidas as formas pelas quais essas mulheres constroem pertencimento, reconfiguram experiências de prazer e reivindicam sua existência na cidade.

A análise sistemática das seis teses levantadas sobre o Complexo de Diversões Guaicurus revela lacunas que justificam a presente pesquisa. Três ausências principais emergem do mapeamento realizado: primeiro, a ausência de estudos dedicados especificamente às experiências de lazer das trabalhadoras sexuais; segundo, o predomínio de abordagens centradas em aspectos político-organizacionais, identitários e de saúde, com limitada atenção às experiências subjetivas cotidianas que articulam trabalho, prazer e sociabilidade; e terceiro, a escassez de perspectivas que reconheçam o entrelaçamento entre lazer e trabalho sexual, tomando-os como dimensões constitutivas da vida dessas mulheres, indo além da lógica da compensação ou da oposição. Essas lacunas apontam a necessidade de uma abordagem centrada na subjetividade, que focalize os sentidos atribuídos pelas próprias trabalhadoras em relação ao trabalho que realizam e às formas como constroem estratégias cotidianas de bem viver e resistência.



A colagem *Recibos*, de Pedro Hypólito, é uma obra composta por fotografias em papel térmico, o mesmo material de recibos de cartão de crédito. Essa escolha estética simboliza a natureza efêmera e mercantil das transações. A imagem do corpo da mulher, fragmentada e borrada, traduz visualmente a complexa teia de sentidos da tese, abordando as tensões entre o lazer e o trabalho, a intimidade e a mercadoria, e o corpo como um território de negociação e resistência.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os fundamentos e o percurso metodológico que orientaram esta pesquisa, partindo da interseccionalidade como teoria social crítica, conforme proposta por Patricia Hill Collins, guiados pela crítica da violência ética e pela teoria do sujeito de Judith Butler. Considerando a natureza do objeto de estudo — as experiências de lazer e trabalho de mulheres trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus —, adotou-se uma abordagem que compreende o relato de si como uma prática ética e política, na qual o sujeito busca se fazer inteligível tendo em vista regimes de verdade que o precedem. A metodologia não busca uma verdade interior transparente, mas analisa como as trabalhadoras sexuais negociam sua exposição e opacidade na cena de interpelação da pesquisa.

A metodologia aqui apresentada não se limita à descrição técnica de procedimentos, mas assume um posicionamento ético e político que reconhece o pesquisador como parte implicada no processo de produção do conhecimento. Ao longo do capítulo, explícito como minha presença no campo, os instrumentos mobilizados e as estratégias de análise se articulam à compreensão de que o corpo, a experiência e a narrativa são dimensões centrais da investigação. Para organizar essa discussão, o capítulo está estruturado em três partes: a primeira apresenta os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a pesquisa; a segunda descreve os caminhos e procedimentos adotados no trabalho de campo, incluindo o papel do pesquisador e a construção das informações; e a terceira expõe a lógica de elaboração das categorias emergentes e dos eixos analíticos, evidenciando como a análise foi construída a partir da articulação entre interseccionalidade, performatividade e experiência vivida.

3.1 Interseccionalidade e performatividade como lentes analíticas

Nesta seção, apresento como se organizou a produção do conhecimento nesta pesquisa, bem como os caminhos adotados para construir e interpretar o material empírico. A interseccionalidade, conforme formulada por Collins (2022), e a performatividade, proposta por Butler (2018), foram adotadas como perspectivas que orientam a análise do lazer e do trabalho sexual no Complexo de Diversões Guaicurus. Essa abordagem permite compreender tanto as estruturas que moldam as experiências das participantes quanto os modos pelos quais elas produzem formas de existir integradas a essas estruturas e apesar delas.

Os indicadores analíticos foram construídos não como categorias fixas, mas como elementos sensíveis às dinâmicas de poder e às práticas de resistência observadas no campo.

Inspirado na análise de Collins (2022), o tratamento dos dados buscou identificar como a experiência e a comunidade influenciam a ação das trabalhadoras. A análise dos relatos considerou a prática reiterativa e situacional discutida por Butler (2018), observando como as mulheres negociam normas de gênero e trabalho no cotidiano e produzem sentidos em meio a tais negociações.

A interseccionalidade é mobilizada como teoria social crítica, capaz de iluminar como raça, gênero, classe e sexualidade se articulam na produção de desigualdades. A matriz de dominação descrita por Collins (2022) não é entendida como soma de opressões, mas como um sistema relacional que estrutura oportunidades, limites e possibilidades de vida. Essa perspectiva orienta a análise ao reconhecer que o lazer, o corpo e o trabalho são atravessados por relações de poder que afetam de forma concreta as mulheres que atuam na Guaicurus. Esse referencial foi tomado como compromisso ético, que exige uma postura analítica atenta aos efeitos dessas relações e às formas pelas quais elas podem ser tensionadas.

A performatividade, por sua vez, contribui para compreender como essas relações se materializam no cotidiano. Para Butler (2018), o gênero não é expressão de uma essência interior, mas se constitui por atos reiterados, que ganham sentido na relação com normas sociais. Essa compreensão permite examinar como as identidades das mulheres são produzidas em práticas corporais, vocais e estéticas, e como essas práticas podem reafirmar ou deslocar expectativas sociais. As performances relacionadas ao trabalho sexual, ao lazer e ao corpo passam a ser entendidas como ações situadas, influenciadas pela presença de regras e moralidades, mas também capazes de abrir outras maneiras de se relacionar consigo e com o espaço. Como pesquisador, o lugar que ocupo é parte constitutiva do processo investigativo. Minha posição como homem preto e designer gráfico, atravessada por questões de raça, identidade e representação, incidiu diretamente sobre a forma como me relatei com o campo e com as mulheres trabalhadoras sexuais. Reconhecer essa implicação não significa afirmar uma subjetividade individual como centro da análise, mas compreender que o conhecimento se produz na relação, no encontro e nas interpelações que se estabelecem entre pesquisador, participantes e território.

Nesse sentido, a presença do pesquisador não pode ser compreendida como neutra ou exterior ao campo. Como argumenta Berdychevsky (2021), em pesquisas que envolvem temas sensíveis, a neutralidade constitui uma ilusão metodológica, sendo a implicação do pesquisador parte integrante da produção de sentidos. A autora destaca que a consciência do pesquisador e suas experiências socialmente construídas não devem ser ocultadas, mas reconhecidas como elementos que atravessam o processo interpretativo.

Articulada a essa perspectiva, a contribuição de Butler (2015) permite avançar na compreensão do papel do pesquisador não apenas como alguém que interpreta, mas como o interlocutor diante do qual o relato é produzido. Conforme a autora argumenta, só começamos a narrar uma história de nós mesmos frente a um “tu” que nos interpela e solicita esse relato. A entrevista, assim, configura-se como uma cena de interpelação, na qual o relato de si é moldado pela relação com o outro e pelas normas sociais que regulam o que pode ser dito, reconhecido ou silenciado.

Desse modo, ao solicitar que essas mulheres contem suas histórias, não me coloco apenas como intérprete externo, mas como parte da própria estrutura relacional que possibilita o relato. Minha presença incide sobre a forma, o conteúdo e os limites dessas narrativas, implicando-me eticamente na pesquisa. Essa articulação entre Berdychevsky (2021) e Butler (2015) permite compreender a produção do conhecimento não como acesso transparente a uma interioridade, mas como um processo situado, relacional e atravessado por responsabilidades, expectativas de reconhecimento e opacidades constitutivas.

A compreensão do sujeito que orienta esta pesquisa fundamenta-se em Butler (2015), especificamente na noção de que o “eu” não é transparente para si mesmo. Como argumenta a autora, “as condições sociais de seu surgimento sempre desapossam o eu” (Butler, 2015, p.14). Assim, as narrativas das trabalhadoras não são vistas como expressões de uma subjetividade plena, mas como atos de relatar a si mesmo que esbarram em limites, há uma opacidade primária decorrente das relações formativas que não podem ser totalmente narradas. Essa opacidade não é uma falha metodológica, mas é a condição para uma ética baseada no reconhecimento dos nossos limites e na vulnerabilidade compartilhada. Essa perspectiva sustenta minha postura de escuta, compreendida como atitude teórica e ética, na qual interpretar significa reconhecer a presença do outro e a minha própria implicação no processo de construção do conhecimento. A estrutura metodológica desta pesquisa dialoga diretamente com o pensamento de Collins (2016), especialmente no que tange à valorização do conhecimento produzido pelas próprias mulheres negras e à posição do pesquisador como um *outsider within* (forasteiro de dentro), que transita entre a academia e o saber prático do território.

Nesse sentido, a entrevista, o diálogo, a observação e os registros não são etapas isoladas, mas partes integrantes de um processo interpretativo contínuo, no qual a construção de sentido e a análise ocorrem de forma simultânea. Inspirado pela compreensão de que a escuta analítica encara o sujeito como autor de sua própria história, buscando-o em sua unicidade e individualidade, e não meramente como um número ou uma fonte de dados (Reis *et al.*, 2012), esta pesquisa adota uma postura de estar-com. Isso significa que o ato de escutar é permeado

pela preocupação genuína em acolher o discurso do outro, tornando-o parte do que se compreende sobre o fenômeno. Dessa forma, a escuta se torna uma via para estabelecer uma relação de sujeito-a-sujeito, em que a densidade das narrativas e os modos singulares de expressão são valorizados e contribuem para a construção coletiva do conhecimento, a partir do diálogo entre pesquisador e participante.

Inspirado por essa concepção, foram realizadas entrevistas não estruturadas, guiadas por temas gerais, como trabalho sexual, lazer e cotidiano, mas abertas à condução das próprias participantes. As entrevistas ocorreram nos hotéis onde as profissionais atuam, locais por elas escolhidos, o que contribuiu para gerar um ambiente de escuta e confiança, favorecendo o vínculo necessário à produção do material empírico.

Para tornar o diálogo mais acessível, a linguagem foi adaptada, tendo sido utilizadas expressões cotidianas como “descanso”, “folga”, “curtir”, “relaxar” ou “passar o tempo” para se referir ao lazer. Essa estratégia metodológica foi pensada para traduzir o conceito de lazer em termos próximos ao universo das entrevistadas. Da mesma forma, nas transcrições, foi mantida a linguagem original utilizada pelas entrevistadas, mesmo quando continha expressões coloquiais, palavrões ou referências explícitas à sexualidade e ao corpo. Essa escolha não se limita a um cuidado técnico de transcrição, mas se constitui como um ato ético e epistemológico fundamental para esta pesquisa, que busca preservar a força expressiva e o contexto cultural das narrativas.

Essa decisão não é meramente técnica, mas política e teórica, fundamentada na teoria dos atos de fala, introduzida classicamente por J. L. Austin (1911-1960) e revisitada por Butler (2018). Tal abordagem sustenta que a linguagem não serve apenas para descrever o mundo, mas para realizar ações — *to say is to do*. Contudo, é na leitura contemporânea de Butler (2018) que encontro o suporte teórico central para este trabalho: ao politizar o conceito austiniano, a autora nos lembra que a performatividade da linguagem tem o poder de constituir sujeitos. Portanto, ao nomear, não estou apenas descrevendo; estou disputando sentidos de visibilidade e reconhecimento.

Essa postura metodológica e ética dialoga com Fanon (2008) e Kilomba (2019), que discutiram a questão da linguagem como campo de poder e resistência. Se a língua, historicamente marcada por hierarquias raciais, pode alienar o sujeito (Fanon, 2008), ela também pode ser transformada em ferramenta de resistência (Kilomba, 2019). Ao optar por não suavizar as falas das trabalhadoras sexuais, preservando sua crueza, a pesquisa realiza um gesto epistemológico de valorização das vozes das participantes. Essa escolha permite que suas

experiências sejam representadas de maneira íntegra, sem imposições da linguagem normativa, contribuindo para a descolonização da escuta.

A observação participante também teve papel importante na constituição do material empírico, permitindo acompanhar encontros e atividades da Aprosmig. As anotações em diário de campo contribuíram para contextualizar as falas das participantes e registrar elementos da vida cotidiana. Como apontam Stigger e Myskiw (2021), esse tipo de observação permite captar a experiência de entrada em campo e a arte de situar-se com os interlocutores, aspectos fundamentais em contextos marcados por desigualdades sociais e narrativas silenciadas. A convivência revelou-se crucial para avançar na compreensão da heterogeneidade de significados que caracterizam as práticas de lazer dessas mulheres, indo além de definições preestabelecidas.

A partir da imersão etnográfica, foi possível explicitar como o lazer é operacionalizado nesta pesquisa: como categoria cultural e política, analisada em suas dimensões situadas de gênero, raça, classe e sexualidade. Dialogando com Gomes (2023), Isayama (2023) e Eugênio (2023), o lazer pode ser compreendido como prática atravessada por disputas simbólicas e morais. Gomes (2023) aponta que o lazer não se reduz a tempo residual, mas é dimensão essencial da experiência humana e da construção de modos de existência.

Essa dimensão política se intensifica ao focar as experiências de lazer associadas à sexualidade. Isayama (2023) argumenta que a experiência é o núcleo conceitual do lazer, apoiando-se na concepção de Bondía (2002) de que a experiência é aquilo que nos acontece e nos transforma. Para o autor, uma vivência sexual, para ser considerada lazer, deve ser prazerosa e intrinsecamente motivada, sendo a atribuição de sentido pelos participantes o que a qualifica como tal. Essa leitura é fundamental na Guaicurus, onde o sexo é estigmatizado. Pensar o sexo (e suas dimensões lúdicas e sensoriais) como lazer é questionar os critérios morais que definem quais corpos são legitimados para o prazer.

As questões levantadas por Isayama (2023) dialogam diretamente com a análise foucaultiana da sexualidade como dispositivo de poder. Se o sexo consensual encontra resistência para ser reconhecido como prática legítima de lazer, isso se deve menos à ausência de prazer e mais aos regimes de saber-poder que historicamente o classificam, hierarquizam e moralizam. Essa chave analítica será retomada nos capítulos empíricos, que abordam o lazer sexual a partir das práticas concretas observadas no território da Guaicurus.

A intersecção entre prazer e exclusão é aprofundada por Eugênio (2023), que revela como o lazer pode se configurar como campo de resistência simbólica e reinvenção de si em contextos de vulnerabilidade. Na mesma direção, Dorez (2024) propõe o “lazer na/da encruza”,

compreendendo-o como linguagem de invenção de si, enraizada nos corpos negros que performam e reinventam o mundo a partir das brechas. No caso das mulheres da Guaicurus, o lazer pode ser visto como uma sabedoria de fresta, pois o corpo é reivindicado como território de vida.

Ao dialogar com esses autores, a pesquisa assume uma perspectiva crítica: no Complexo Guaicurus, as práticas lúdicas não são apenas expressões individuais, mas gestos políticos de produção de presença. A operacionalização dessa perspectiva interseccional e situada guiou a pesquisa desde a concepção do roteiro das entrevistas até a escuta. As perguntas foram formuladas para favorecer a narrativa das participantes sobre como cor da pele, condição socioeconômica, maternidade e origem geográfica se entrelaçavam com suas escolhas e possibilidades de trabalho e lazer. Ao perguntar sobre como chegavam ao trabalho ou com quem compartilhavam o lazer, buscou-se não apenas a prática em si, mas as barreiras e facilitadores impostos por essas dimensões sociais. O modelo interpretativo final emergiu desse conjunto, evidenciando o lazer não apenas como contraponto ao trabalho, mas como dimensão significativa de resistência e enfrentamento das adversidades cotidianas.

3.2 Procedimentos metodológicos e inserção no campo

A partir da perspectiva epistemológica que compreende o conhecimento como produção situada, relacional e política, esta seção detalha os procedimentos metodológicos adotados. A pesquisa foi orientada pela crítica interseccional e pela teoria do sujeito de Butler (2015), compreendendo a entrevista não como coleta de dados internos, mas como uma cena de interpelação. Nessa abordagem, o relato que a trabalhadora faz de si mesma é uma resposta a um “tu” (o pesquisador) que solicita sua história, e obedece a normas sociais que condicionam o que pode ser dito e ouvido. Essa coerência entre epistemologia e prática é fundamental, pois reconhece que o sujeito não é transparente para si mesmo, mas constituído por uma opacidade decorrente de relações sociais e históricas que o precedem. O pesquisador, portanto, é parte constitutiva dessa cena, implicado na estrutura retórica e ética da responsabilidade diante da narrativa do outro. A aproximação com o campo de pesquisa, especificamente com a Aprosmig, se deu de forma gradual e em diferentes etapas. O contato inicial ocorreu durante a especialização *lato sensu* e se aprofundou com o ingresso no mestrado, período em que foram realizadas visitas esporádicas ao Complexo da Guaicurus. Um momento crucial foi a participação no Encontro Nacional/Congresso Brasileiro de Prostitutas, em Belo Horizonte, em 2019. O convite da associação marcou um novo patamar de relacionamento, e passei a ser

chamado pelo meu nome, “Rafa”, em vez de “o pesquisador da UFMG” ou “o rapaz da Federal”.

A complexidade de acessar um campo sensível como o trabalho sexual foi atravessada pela identidade de gênero e raça do pesquisador. Uma pesquisadora mulher poderia enfrentar barreiras distintas, relacionadas a segurança, assédio ou dificuldade de aceitação em espaços moldados por dinâmicas de gênero e relações de poder específicas do trabalho sexual. Minha posição como homem preto, embora inicialmente tenha gerado estranhamento, apresentou nuances particulares na Guaicurus.

Desde o início, minha presença foi interpretada de maneiras diversas. A cor da minha pele e certa familiaridade com o espaço – onde corpos negros são majoritários, considerando tanto as trabalhadoras quanto a população periférica frequente entre os clientes – facilitaram o trânsito e a abertura nos hotéis, possivelmente gerando percepção de menor ameaça e reconhecimento implícito dos códigos do lugar. Esse atravessamento racial e de gênero contribuiu para a construção de um diálogo mais horizontal.

Contudo, a experiência não foi homogênea. Em alguns momentos, gerentes demonstravam suspeita, e clientes manifestavam desconforto, como se meu olhar masculino, fora do papel de consumidor, representasse ameaça ou deslocasse a atenção das mulheres. Nesses casos, portar minha identificação acadêmica da UFMG funcionava como legitimação institucional.

Ainda assim, a aceitação por parte das entrevistadas foi notável. Durante as entrevistas, algumas participantes manifestaram reconhecimento pela minha presença como homem preto em um papel social distinto, diferenciando-a da presença masculina habitual no território. Minha postura de escuta, sem julgamentos, contrariou expectativas de uma interação puramente transacional. Esse posicionamento, ao romper estereótipos sobre masculinidade negra, fortaleceu o vínculo de confiança e foi essencial para a profundidade das narrativas coletadas, refletindo a subjetividade do pesquisador como parte integrante da produção de conhecimento.

Essa transformação no modo como eu era percebido no campo pode ser compreendida à luz de Butler (2015), para quem o relato de si nunca é produzido de forma isolada, mas sempre na relação com um outro a quem a narrativa é endereçada. A confiança construída ao longo do tempo e o vínculo estabelecido com as mulheres não foram elementos acessórios do trabalho de campo, mas condições para que elas pudessem narrar suas experiências, estabelecer limites sobre o que dizer e decidir como se expor.

Minha presença no campo, portanto, não foi neutra nem externa ao processo investigativo. Ao contrário, funcionou como uma condição relacional para a emergência dos

relatos, implicando-me eticamente na escuta e na responsabilidade diante das histórias compartilhadas. Essa relação, construída de forma gradual, foi fundamental para o aprofundamento das interlocuções, especialmente a partir de 2020, durante a pandemia de covid-19, quando o vínculo estabelecido possibilitou novas formas de aproximação, cuidado e confiança mútua.

Um avanço significativo ocorreu em 7 de março de 2023, com meu primeiro encontro presencial com a presidente da Aprosmig. Após um período de contato predominantemente virtual, passei a frequentar a sede da associação, compreendendo melhor a dinâmica de trabalho e atuação na Guaicurus. Fui convidado a participar de outras iniciativas e atividades promovidas pela associação, reforçando a percepção de integração com o grupo e suas lutas, tanto no ambiente digital quanto no presencial.

O período entre 2021 e o início de 2023, embora marcado por afastamento físico da sede, devido à pandemia e às demandas do doutorado, foi importante para o desenvolvimento estratégico da pesquisa. Durante esse tempo, dediquei-me à integralização dos créditos disciplinares, revisão do arcabouço teórico e metodológico, e planejamento detalhado do cronograma de produção e análise do material empírico.

A estruturação do campo seguiu um cronograma preciso: a observação participante, estratégia central para minha inserção na Guaicurus e para o desenvolvimento de vínculos com as participantes, iniciou-se em 8 de março de 2023 e se estendeu até dezembro de 2024. Desde o início, direcionei minha atenção às interações cotidianas, sentidos atribuídos ao lazer e ao trabalho, e às práticas coletivas no contexto da Aprosmig.

A observação não se limitou ao acompanhamento externo, mas implicou presença e participação nos espaços compartilhados pelas trabalhadoras sexuais, permitindo a construção de uma escuta mais atenta às dinâmicas do campo e às experiências narradas. Fui convidado a acompanhar atividades promovidas pela associação, como o *Ciclo de Oficinas Aliança Negra* e o projeto *Diagnóstico Socioterritorial das Trabalhadoras Sexuais da Guaicurus*³⁴. As oficinas, que integram o *Programa Aliança Negra*³⁵ e foram viabilizadas por meio de

³⁴ Pesquisa realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte e pela PUC Minas. O objetivo da pesquisa foi mapear as situações de risco, vulnerabilidades sociais e violências enfrentadas pelas trabalhadoras sexuais da região da Guaicurus, bem como identificar suas demandas e necessidades. A apresentação dos resultados ocorreu durante o Seminário *Diagnóstico socioterritorial com as trabalhadoras sexuais da Guaicurus: saberes, fazeres e perspectivas*, parte da *Campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres em Belo Horizonte*.

³⁵ O programa tem como objetivo apoiar organizações lideradas por mulheres negras e pessoas trans negras no enfrentamento do racismo, da violência institucional e do genocídio da população negra. A Aprosmig foi uma das organizações selecionadas para desenvolver ações no âmbito desse programa, por meio de inscrição e aprovação em edital, uma iniciativa conjunta entre o ELAS+ Doar para Transformar e a Fundação Ford.

financiamento público, são realizadas na sede da associação, com frequência de dois encontros semanais, sendo conduzidas por mulheres negras, com foco na formação política e no fortalecimento coletivo. Recebi o convite formal para acompanhar uma das oficinas em 8 de março de 2023, por meio da voluntária e psicóloga responsável pelo projeto, o que marcou o início de uma fase mais sistemática da minha observação participante.

Esses encontros se mostraram como espaços importantes de aproximação, por não envolverem diretamente o ambiente de trabalho das mulheres (os hotéis), possibilitando uma escuta mais atenta e respeitosa sobre seus cotidianos, sem a mediação das relações laborais. Foi a partir do *Ciclo de Oficinas* que tive a oportunidade de realizar imersões no campo para observar diretamente as trabalhadoras sexuais e as atividades promovidas pela Aprosmig, bem como explorar a região do Complexo de Diversões Guaicurus como um espaço atravessado por dinâmicas de trabalho e lazer, o que me permitiu compreender como as trabalhadoras sexuais elaboram e experienciam a dicotomia entre lazer e trabalho, contribuindo para uma análise mais densa das relações sociais que estruturam o território.

Acessar trabalhadoras sexuais para fins de pesquisa não é tarefa simples, seja por questões de confiança, seja pelo peso do estigma social e da discriminação. Essas mulheres têm plena consciência das recriminações que lhes são dirigidas, e muitos pesquisadores enfrentam barreiras significativas para acessar os estabelecimentos de sexo e estabelecer diálogo com essas profissionais. Comigo não foi diferente, e a aproximação só foi possível graças ao vínculo construído com a Aprosmig, cuja mediação justifica e fundamenta a participação da instituição nesta pesquisa.

Nesse contexto, a diretora geral da associação formalizou, em 16 de março de 2023, a aprovação do estudo, por meio do Termo de Anuência da associação, documento que atesta a concordância da instituição em permitir a realização da pesquisa em suas instalações e atividades, assegurando isenção de custos, disponibilidade para esclarecimentos ao longo do processo e a possibilidade de revogação da autorização a qualquer momento, sem prejuízos institucionais. Além disso, a Aprosmig ofereceu suporte logístico, disponibilizando uma sala de reuniões em sua sede para a realização das entrevistas, o que facilitou o contato com as colaboradoras e trabalhadoras sexuais. Esse apoio foi prestado sem interferir nas atividades cotidianas da associação, conforme afirmado pelas responsáveis.

Ao longo do texto, utilizo o termo “colaboradoras” de forma situada e específica, exclusivamente para designar as mulheres que atuam na gestão, na organização e no apoio institucional da Aprosmig, muitas das quais são ou foram trabalhadoras sexuais. Essa escolha busca diferenciar esse grupo das trabalhadoras sexuais entrevistadas nos hotéis, que se

encontram no exercício direto da atividade. Ressalto que a identidade política de trabalhadora sexual é reivindicada pelas próprias mulheres e permanece central nesta tese, sendo mobilizada sempre que me refiro às experiências relacionadas ao trabalho sexual em si. A distinção terminológica não estabelece hierarquias entre os grupos, mas responde às diferenças de inserção, atuação e lugar ocupado no campo empírico.

Minha participação nas oficinas da Aprosmig foi um pilar fundamental da pesquisa, proporcionando um contato continuado com as trabalhadoras sexuais e favorecendo o estabelecimento de vínculos, o reconhecimento mútuo e o compartilhamento de experiências. Participei de 10 ciclos de oficinas, sendo cada ciclo composto por duas etapas realizadas em dias distintos da semana, com uma média de 20 mulheres presentes por encontro. A maioria eram trabalhadoras sexuais (em atividade ou não) dos hotéis de sexo da região, mas também houve a presença de mulheres que atuavam nas ruas e praças do hipercentro de Belo Horizonte e se encontravam em situação de vulnerabilidade.

Nos dois ciclos iniciais, percebi um certo incômodo por parte das participantes e daicineira com a minha presença, algo que já esperava. Compreendia que aquele era um espaço seguro e dedicado a elas, e a presença de um homem gerava uma estranheza. Nesse momento crucial, as próprias colaboradoras da Aprosmig foram essenciais para garantir que minha presença fosse aceita como ouvinte. Elas indicaram que eu realizaria o registro da ata dos encontros para a prestação de contas do projeto. Essa conduta, vinda delas, foi notavelmente interessante: além de permitir minha participação – que rapidamente se transformou em colaboração – facilitou a inserção no grupo. A partir do terceiro ciclo, essa intervenção já não era necessária; eu já era considerado “de dentro”.

Durante todo esse período, mantive registros sistemáticos em caderno de campo, que também servia como ata para a Aprosmig. Nessas anotações, registrava os contextos observados, as formas de participação das mulheres, os sentidos expressos em suas falas e interações, e as dinâmicas que atravessavam os espaços de convivência. A observação, nesse contexto, foi direcionada à compreensão das práticas cotidianas, dos atravessamentos relacionados ao trabalho sexual e das estratégias de enfrentamento e pertencimento construídas pelas mulheres, sempre buscando articular suas experiências de lazer e trabalho nos diferentes espaços que compõem o cotidiano da Guaicurus, em um contexto marcado por estigmas e exclusões.

A atuação ao lado da Aprosmig também me possibilitou o acesso a materiais importantes para o aprofundamento do estudo, como o relatório da pesquisa intitulada *A Prostituição e a*

*Aprosmig*³⁶, realizada em 2016 e analisada na dissertação de mestrado de Góes (2017), e o documento do projeto de extensão *Diagnóstico Socioterritorial e Assessoramento às Redes de Trabalhadoras Sexuais da Região da Guaicurus*³⁷, resultado de uma emenda parlamentar, que teve como uma de suas etapas a realização de um seminário de apresentação pública, ocorrido em 28 de novembro de 2023, evento no qual colaborei com a elaboração dos infográficos utilizados na apresentação dos dados, o que me posicionou como parte da equipe de apoio visual e fortaleceu ainda mais meu envolvimento com o campo. Essa interlocução com a Aprosmig, fortalecida ao longo da observação participante e da colaboração com as atividades da associação, também resultou em convites para participação em espaços públicos de debate e partilha de experiências, além de abrir oportunidades de diálogo com outras pessoas pesquisadoras, instituições parceiras e o Estado.

Participei, junto à equipe da associação, da mesa *Histórias que atravessam quatro paredes: a experiência em campo com as trabalhadoras sexuais dos hotéis da Guaicurus*, realizada em 18 de outubro de 2023, durante a Semana da Diversidade, promovida pelo Laboratório de Psicologia Social e Direitos Humanos da PUC Minas. Esses eventos contribuíram para consolidar minha presença no campo e ampliaram o reconhecimento da pesquisa no território, reforçando os vínculos estabelecidos e permitindo novas aproximações com as participantes. Em 28 de novembro de 2023, participei, como convidado da Aprosmig, de uma mesa de debate no *Seminário Diagnóstico Socioterritorial com as Trabalhadoras Sexuais da Guaicurus: saberes, fazeres e perspectivas*, promovido pela Diretoria de Políticas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em parceria com a Aprosmig e a PUC Minas. Essa participação foi precedida pela minha colaboração na elaboração dos materiais gráficos que auxiliaram na apresentação pública dos dados da pesquisa. Essas experiências não apenas ampliaram meu entendimento sobre o território e as condições vividas pelas participantes, mas também fortaleceram minha presença como pesquisador comprometido, disposto a construir a escuta a partir do diálogo, do respeito e da partilha dos espaços cotidianos com as mulheres trabalhadoras sexuais da Guaicurus.

Em consonância com os princípios éticos que orientam pesquisas com seres humanos, todas as participantes foram devidamente informadas sobre os objetivos do estudo, sendo

³⁶ Pesquisa coordenada pela Prof^ª. Márcia Mansur Saadallah e a psicóloga Elizabeth Fernandes, fruto da parceria entre a Associação das Prostitutas de Minas Gerais e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), por meio do Estágio Profissionalizante de Psicologia e Políticas Públicas.

³⁷ Pesquisa realizada por Gustavo Henrique Mendes de Abreu e Maria Helena Furtado Novais, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Marques Cardoso e coorientação da Prof^ª. Márcia Mansur Saadallah, pelo Programa de Iniciação Científica PIBIC-FAPEMIG da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

esclarecidas sobre a intencionalidade da investigação e tendo suas dúvidas sanadas a qualquer momento. A participação foi voluntária e respeitou a disponibilidade e o desejo de cada uma, sem qualquer tipo de pressão, indução ou promessa de compensação financeira, em conformidade com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Para formalizar esse processo, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³⁸, aprovado, junto com o projeto de pesquisa, pelo CEP/UFMG, sob o parecer nº 6.155.126, conforme registro na Plataforma Brasil (CAAE: 68636423.8.0000.5149). A aprovação ética, concedida em 30 de junho de 2023, coordenada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), reforça o compromisso com o respeito aos direitos das participantes e à integridade do processo investigativo³⁹.

A construção da informação, nesta pesquisa, envolveu entrevistas com dois grupos distintos de participantes: colaboradoras da associação e trabalhadoras sexuais atuantes nos hotéis da Guaicurus. Os critérios de inclusão e exclusão foram definidos de forma específica para cada grupo, respeitando suas particularidades e papéis no campo investigado.

Inicialmente, foram entrevistadas colaboradoras da Aprosmig, entre elas cinco integrantes da diretoria e dos conselhos e uma psicóloga voluntária, diretamente envolvida nas atividades da associação. O objetivo dessas entrevistas foi compreender as dinâmicas institucionais da entidade, seus projetos e formas de organização política, bem como enriquecer a construção da informação junto às trabalhadoras sexuais. A escolha por delimitar esse grupo está ancorada em critérios metodológicos que priorizam a pertinência das experiências em relação aos objetivos da pesquisa, tratando-se de pessoas com atuação estável na organização e vínculos diretos (ainda que em diferentes temporalidades) com o trabalho sexual. Suas vivências no território da Guaicurus e no cotidiano da Aprosmig ofereceram subsídios significativos para a contextualização do campo e para a construção interpretativa da pesquisa.

A decisão de centrar a análise nas vozes com experiência consolidada no território da Guaicurus e com engajamento político-organizacional estável na associação se alinha à ética da responsabilidade, de Butler (2015). Nessa perspectiva, a informação não é concebida como um dado interno ou preexistente a ser coletado, mas como um ato de dar conta de si, produzido na

³⁸ TCLE é o instrumento ético que garante às participantes o pleno conhecimento sobre a pesquisa e seus direitos, formalizando sua participação voluntária, conforme os preceitos da Resolução CNS n. 466/2012 sobre pesquisa com seres humanos. Ver apêndice A.

³⁹ A Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde estabelece diretrizes e normas para pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, assegurando respeito à dignidade, à liberdade e à autonomia dos participantes, além de prever mecanismos de proteção à sua segurança e bem viver. O Sistema CEP/Conep, integrado à Plataforma Brasil, é o responsável pela análise e aprovação ética de projetos dessa natureza.

relação com o outro e sob condições normativas que regulam o que pode ser dito e reconhecido (Butler, 2015).

As narrativas são construídas no encontro entre pesquisador e participantes, reconhecendo, conforme Butler (2015), que o “eu” que fala não é plenamente soberano sobre aquilo que diz, uma vez que é atravessado pela linguagem que utiliza e pelas normas sociais que condicionam sua inteligibilidade. Ainda assim, esse “eu” busca se fazer reconhecível, sustentando sua existência e sua trajetória na dinâmica relacional do campo. A análise, portanto, concentra-se em compreender como essas mulheres constroem relatos possíveis sobre si mesmas, negociando reconhecimento, protagonismo e legitimidade em diálogo com regimes de verdade que as precedem.

Em vez de descrever o território sob uma perspectiva externa, optei por escutá-lo por meio das narrativas daquelas que o habitam, vivenciam e transformam cotidianamente. Essa abordagem também corrobora a perspectiva de valorizar uma escuta comprometida, próxima e atenta às formas pelas quais os interlocutores constroem seus mundos. Para garantir o anonimato e a proteção integral da identidade das participantes, em conformidade com o TCLE aprovado, optei por identificá-las exclusivamente por números (por exemplo, “Colaboradora X” ou “Entrevistada X”) ao longo do texto. Essa decisão visa resguardar suas identidades sem comprometer a riqueza de suas narrativas e experiências.

As entrevistas realizadas nesse primeiro ciclo envolveram participantes com distintos papéis na estrutura da Aprosmig. Cinco delas compõem a equipe diretiva (responsáveis por decisões políticas e administrativas), e uma colabora com a entidade por meio de ações voluntárias e apoio técnico. O Quadro 2 apresenta uma síntese das informações dessas participantes, considerando marcadores interseccionais como raça, gênero, função institucional e vínculo com o trabalho sexual, elementos fundamentais para a análise das experiências compartilhadas.

Quadro 2 - Colaboradoras da Associação das Prostitutas de Minas Gerais

Nome	Idade	Cor Raça	Gênero	Trabalho Sexual
Colaboradora 1	56 anos	Parda	Mulher cisgênero	Ocasionalmente
Colaboradora 2	65 anos	Preta	Mulher cisgênero	Atuou anteriormente
Colaboradora 3	68 anos	Parda	Mulher cisgênero	Ocasionalmente
Colaboradora 4	39 anos	Parda	Mulher cisgênero	Em atividade
Colaboradora 5	28 anos	Preta	Mulher transgênero Travesti	Ocasionalmente
Colaboradora 6	53 anos	Branca	Mulher cisgênero	Não exerceu

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como sintetizado no Quadro 2, a equipe diretiva da Aprosmig é formada por cinco mulheres com experiência no trabalho sexual, com diferentes idades, identidades de gênero e pertencimentos raciais: a Colaboradora 1, mulher cisgênero, parda, de 56 anos; a Colaboradora 2, mulher cisgênero, preta, de 65 anos; a Colaboradora 3, mulher cisgênero, parda, de 68 anos; a Colaboradora 4, mulher cisgênero, parda, de 39 anos; e a Colaboradora 5, travesti/mulher trans preta de 28 anos. Embora com trajetórias distintas, todas compartilham vínculos e relações simbólicas relevantes com o trabalho sexual, algumas estão em atividade, outras atuam de forma eventual ou possuem experiências anteriores. Essa pluralidade de vínculos revela formas diversas de permanência, transição e engajamento político no campo do trabalho sexual.

Para fins de análise interpretativa, compõem o núcleo principal da pesquisa as entrevistas realizadas com essas cinco integrantes, cuja presença estável no cotidiano da associação e os vínculos diretos com o trabalho sexual constituem critérios centrais para a construção dos sentidos subjetivos analisados. A entrevista com a Colaboradora 6 (53 anos), mulher cisgênero, branca, que atua como voluntária, também foi considerada como fonte complementar, em razão de sua participação constante nas atividades e do reconhecimento de sua contribuição pelas demais integrantes, o que permitiu aprofundar determinados núcleos de sentido emergentes. Na qualificação desta tese, apresentei um primeiro movimento de análise desses dados. Com a aprovação nesta etapa do doutorado, foi sugerida a realização de um piloto de entrevistas com duas mulheres trabalhadoras sexuais, o que me possibilitou avaliar e iniciar as entrevistas com o segundo grupo. Para isso, foram elaborados os instrumentos de produção de material empírico dessa segunda etapa de entrevistas.

A seleção das participantes foi orientada por uma perspectiva interseccional, considerando marcadores como raça, identidade de gênero, classe, idade e território, articulados às experiências no trabalho sexual. Para essa seleção, foram utilizados como base os dados do *Diagnóstico Socioterritorial e Assessoramento às Redes de Trabalhadoras Sexuais da Guaicurus* (Belo Horizonte; PUC Minas; Aprosmig, 2023), o que permitiu compor um grupo

diverso e representativo das dinâmicas observadas no território. Os critérios de inclusão foram: ter 18 anos de idade ou mais, ser brasileira, identificar-se como mulher cisgênero, travesti e/ou mulher transgênero, estar em atividade como trabalhadora sexual, atuar nos hotéis do Complexo Guaicurus e possuir algum vínculo com a Aprosmig, seja por meio da participação em ações da associação, do uso de seus serviços ou do reconhecimento de sua presença no território.

Durante o processo inicial de aproximação com essas trabalhadoras, identifiquei a necessidade de ajustes metodológicos importantes. Concluí que o ambiente das entrevistas precisava ser mais confortável, familiar e ajustado às rotinas das participantes. Assim, optei por realizar as entrevistas nos próprios hotéis onde elas atuavam, entre um atendimento e outro. A escolha por realizar as conversas nesse espaço foi estratégica: ali, as participantes se sentiam mais à vontade, inseridas em um contexto já conhecido, com interferências ambientais às quais estavam habituadas. Isso contribuiu significativamente para que a escuta se tornasse mais fluida.

Outro ponto de aprimoramento foi a forma de condução das entrevistas. Embora não estruturadas, as entrevistas contaram com um roteiro temático de apoio⁴⁰, que orientava a escuta em torno de três eixos principais: trajetória e experiências com o trabalho sexual; vivências de lazer, diversão e tempo livre; e percepções sobre as intersecções entre gênero, raça, classe e sexualidade. O objetivo não era seguir um conjunto fixo de perguntas, mas criar condições para que os sentidos emergissem livremente a partir das narrativas das participantes.

Com o intuito de garantir que a linguagem utilizada fosse acessível e que o diálogo se desse de forma acolhedora, foi necessário adaptar a formulação das perguntas ao vocabulário e às expressões cotidianas das entrevistadas. Ao lado da adequação vocabular para indicar o termo “lazer”, conforme já relatado, recorri a exemplos do cotidiano, como ouvir música, momentos de convivência com amigas, assistir televisão ou usar o celular, períodos de descanso em casa e práticas de cuidado pessoal, como maquiagem e cabelo. Essa estratégia facilitou a aproximação do tema à realidade vivida pelas mulheres entrevistadas, evitando a imposição de categorias externas ou excessivamente abstratas.

Além disso, algumas perguntas foram formuladas de modo sensível a marcadores sociais como cor da pele, maternidade e origem geográfica, buscando compreender como essas

⁴⁰ Ver apêndice B. O roteiro apresentado neste apêndice teve caráter de base orientadora, funcionando como um guia temático de apoio. Não foi utilizado como um conjunto fixo de perguntas, mas como um dispositivo para estabelecer o contexto no qual o relato de si pode emergir. Em consonância com Butler (2015), entende-se que o relato de si se dá na relação com o outro, onde o sujeito busca contar sua história, muitas vezes diante de normas que limitam ou moldam o que pode ser dito. Assim, a flexibilidade do roteiro visou acolher as falhas, as pausas e as opacidades inerentes a qualquer tentativa de narrar a si mesmo, permitindo que as participantes negociassem os termos de sua própria exposição.

dimensões atravessam e organizam as escolhas, os limites e as possibilidades relacionadas ao trabalho e ao lazer. Essa forma de condução da entrevista não se orientou pela busca de respostas padronizadas ou pela confirmação de hipóteses prévias, mas pela construção de um espaço relacional no qual as participantes pudessem narrar suas experiências nos termos que lhes fossem possíveis.

Em consonância com Butler (2015), compreende-se que o relato de si não emerge como expressão transparente de uma interioridade plenamente acessível, mas como um esforço situado de dar conta de si diante de um outro. Ao priorizar a linguagem e os termos utilizados pelas participantes, fica explícito que o sujeito não domina completamente aquilo que diz, uma vez que sua narrativa é atravessada pela linguagem disponível e pelas normas sociais que regulam o que pode ser enunciado e reconhecido. As perguntas, nesse sentido, não funcionaram como instrumentos de teste ou extração de dados, mas como um suporte ético para o relato, sendo capaz de acolher pausas, deslocamentos, contradições e silêncios. Essa postura implicou aceitar os limites e a opacidade das narrativas como parte constitutiva do processo de pesquisa, reconhecendo que é justamente nessas condições que o sujeito pode se tornar inteligível, sem ser forçado a uma coerência artificial.

Essa etapa do trabalho de campo, sustentada pelo exercício constante de escuta analítica, exigiu movimentos contínuos de revisão e adaptação (tanto metodológica quanto subjetiva). A decisão de ouvir as mulheres nos próprios espaços em que trabalham (nos quartos de hotéis de sexo da Guaicurus), acolhendo suas formas de expressão, seus ritmos e seus modos de narrar o cotidiano, contribuiu para ampliar a escuta e favorecer a construção de confiança nas entrevistas e o fortalecimento do vínculo necessário à produção conjunta de sentidos.

A realização das entrevistas com as trabalhadoras sexuais atuantes nos hotéis do Complexo de Diversões Guaicurus contou com o apoio direto da Aprosmig. A associação foi fundamental tanto para minha inserção no território quanto para o estabelecimento de vínculos com as possíveis participantes. A política de acesso e permanência nos hotéis é regulada pelo consumo (seja dos serviços sexuais, seja em bares, restaurantes ou outros espaços de lazer e sociabilidade), como já apontado por Santos (2021). Por isso, o acesso às trabalhadoras nos hotéis depende de uma série de mediações, que só se tornaram possíveis graças ao apoio institucional da associação e à confiança construída com suas integrantes.

A Colaboradora 2, diretora administrativa da Aprosmig e referência no cotidiano da Guaicurus, se ofereceu para me acompanhar nas visitas aos hotéis. Esse apoio se deu enquanto ela realizava seu trabalho cotidiano de distribuição de insumos de prevenção (como camisinhas e lubrificantes), além de prestar escuta e encaminhamentos para demandas de saúde e

assistência psicossocial das mulheres. Combinamos uma estratégia conjunta: durante esse percurso, eu realizaria a abordagem inicial com as possíveis participantes das entrevistas. Para facilitar esse primeiro contato, propus montar um kit para entregar às mulheres que aceitassem participar da pesquisa, como uma forma de facilitar a aproximação inicial com as participantes e estabelecer um vínculo de confiança.

Ao apresentar a proposta para a Colaboradora 2, ela acolheu a ideia de imediato e confirmou que as trabalhadoras, segundo sua própria experiência, tendem a ser mais receptivas quando a abordagem envolve algum tipo de reconhecimento simbólico. Assim, preparei pequenos kits com itens de autocuidado, lanches e materiais de prevenção. A entrega desses kits, sem valor monetário e sem configurar qualquer forma de pagamento ou ressarcimento, foi importante como gesto de gentileza e estratégia ética de acolhimento, reconhecendo simbolicamente a disponibilidade das mulheres em compartilhar suas histórias, em meio a uma rotina de trabalho intensa e, muitas vezes, exaustiva.

A condução dessas entrevistas, portanto, não se deu apenas por meio de critérios formais de amostragem, mas também foi atravessada por vínculos éticos e políticos estabelecidos com o território, mediados por relações de confiança entre pesquisador, associação e participantes. A presença da Colaboradora 2 foi fundamental para a fluidez dos encontros e para a própria aceitação das entrevistas por parte das mulheres. Atuando como ponte entre o pesquisador e o território, ela foi responsável por mediar a confiança necessária para que o processo pudesse acontecer de forma ética e respeitosa. Muitas mulheres recusaram o convite para participar, expressando receios relacionados à exposição da identidade, ao uso indevido das informações, à possibilidade de gravação de imagem e à desconfiança quanto ao real propósito da pesquisa.

Tais resistências estão diretamente relacionadas ao contexto de estigma e criminalização que envolve o trabalho sexual, especialmente em territórios como o da Guaicurus, onde o controle moral e o medo de retaliações ainda são muito presentes. A confiança construída com a Colaboradora 2, nesse sentido, foi decisiva para que algumas mulheres se sentissem seguras o suficiente para compartilhar suas experiências. A confiança e o vínculo estabelecidos com as participantes, mediado pela Colaboradora 2 e pela Aprosmig, foram elementos cruciais para a construção dialógica e coletiva do conhecimento. Nesse sentido, cada interação, cada recusa e cada consentimento não foram meros momentos de construção de material empírico, mas parte integrante de um processo intersubjetivo em que os sentidos foram mutuamente elaborados, refletindo a premissa de que a pesquisa qualitativa, especialmente em temas sensíveis, é um encontro de subjetividades que produzem conhecimento.

Diante das dinâmicas observadas no campo, adotei uma postura transparente e cuidadosa ao abordar possíveis participantes. Sempre me apresentei como pesquisador vinculado à UFMG, exibindo minha carteira estudantil como forma de atestar meu vínculo institucional. Antes de qualquer gravação, explicava detalhadamente os objetivos da pesquisa, a natureza das entrevistas e o destino das informações coletadas. Também informava que, ao final da entrevista, seria entregue um pequeno kit como forma simbólica de agradecimento pela participação. Esse gesto, aliado à clareza das informações, frequentemente contribuía para conquistar a confiança das mulheres, incentivando sua adesão à pesquisa.

Com o aceite, lia integralmente, com cada participante, o TCLE, reforçando que, conforme previsto no documento, a entrevista seria gravada em áudio. Esclarecia que essa gravação era necessária devido às condições específicas do ambiente (caracterizado por constante movimentação, baixa luminosidade e pouca privacidade), já que os encontros ocorriam dentro dos quartos dos hotéis, espaço de trabalho das participantes. Diante dessas circunstâncias, o registro manual das falas não seria viável. A gravação, portanto, só era iniciada após o consentimento verbal e formal da entrevistada, utilizando um smartphone.

As entrevistas foram realizadas em sete hotéis do Complexo de Diversões Guaicurus. Por uma questão ética e visando preservar a identidade das participantes (especialmente daquelas que também residem nos hotéis) optei por não associar nenhuma mulher ao nome específico do local de sua atuação.

Todos os estabelecimentos visitados são ocupados exclusivamente por mulheres cisgênero que exercem o trabalho sexual. No entanto, ao longo do trabalho de campo, também busquei estabelecer contato com travestis e mulheres trans que atuam em hotéis especializados nesse atendimento. Em cinco tentativas realizadas, as únicas interlocutoras que demonstraram interesse em participar da pesquisa condicionaram sua participação ao recebimento de uma compensação financeira.

Como a pesquisa foi desenvolvida com base na participação voluntária e não contou com recursos para pagamentos, essas entrevistas não puderam ser concretizadas. Essa limitação, no entanto, revela uma dimensão importante do acesso ao campo: as desigualdades históricas e materiais que atravessam a trajetória de travestis e mulheres trans no mercado do sexo, frequentemente marcada por maior vulnerabilidade social e econômica, implicam outros critérios de negociação com pesquisadores. O fato de se recusarem a participar da entrevista sem uma contrapartida financeira não deve ser compreendido como desinteresse, mas como uma forma legítima de estabelecer limites e atribuir valor à própria fala.

Essa postura adquire ainda mais relevância em contextos nos quais suas vozes têm sido, historicamente, silenciadas, exploradas ou apropriadas sem qualquer retorno simbólico ou material. Reconhecer essa dinâmica significa compreender e aceitar que cada sujeito define as condições sob as quais deseja ou não colaborar com a produção de conhecimento. Para esta pesquisa, essa vivência no campo impõe um recorte necessário aos achados, que se concentram nas experiências de mulheres cisgênero. Embora não anule a validade da análise para este grupo, a ausência das vozes de travestis e mulheres trans demarca uma lacuna que merece atenção em futuras investigações sobre a pluralidade do trabalho sexual na Guaicurus.

Essa vivência no campo reforçou a compreensão de que o relato de si é sempre uma prática situada, condicional e atravessada por relações de poder. A não concretização dessas entrevistas, longe de constituir um “dado” neutro ou uma falha do trabalho de campo, evidenciou os limites concretos das condições oferecidas para a produção do relato. Conforme argumenta Butler (2015), qualquer solicitação para que alguém fale de si ocorre tendo em vista as normas sociais e materiais que tornam a fala possível, precária ou inviável.

No caso das mulheres trans que condicionaram a entrevista ao pagamento, a recusa em falar sem remuneração explicitou que narrar a própria trajetória envolve um custo que não pode ser dissociado das condições de sobrevivência. A exigência financeira não deve ser lida como obstáculo metodológico, mas como resposta ética às assimetrias que estruturam a relação de pesquisa. Como problematiza Butler (2015, p. 140), importa perguntar: “a que preço o sujeito pode dizer a verdade sobre si mesmo?”.

Assim, a recusa tornou-se parte do próprio material analítico, revelando que o acesso ao relato não depende apenas de disponibilidade ou confiança, mas das condições materiais que modulam quem pode falar, em que termos e a que custo. O papel do pesquisador, nesse contexto, não é insistir na extração da narrativa, mas reconhecer que o silêncio e a negativa também constituem modos de resposta, expondo as precariedades e desigualdades que atravessam a possibilidade mesma do diálogo.

Foram realizadas 15 entrevistas com mulheres cisgênero que atuam como trabalhadoras sexuais em hotéis do Complexo de Diversões Guaicurus, entre os dias 13 e 30 de janeiro de 2025. Em dois casos (Entrevistas 8 e 9; Entrevistas 14 e 15), a conversa ocorreu de forma conjunta, mas as falas foram tratadas separadamente na análise, considerando a singularidade das experiências. O número final de entrevistas foi definido com base no critério de saturação teórica, conforme proposto por Strauss e Corbin (2008), segundo o qual a coleta de dados deve se estender até o ponto em que novas informações relevantes deixam de emergir. Esse critério

assegura uma análise suficientemente diversificada, capaz de acolher a complexidade das experiências vividas pelas participantes.

Para preservar o anonimato das participantes e, ao mesmo tempo, reconhecer a dimensão histórica e social do trabalho sexual nas dinâmicas de lazer, optei por utilizar nomes fictícios genéricos, evitando nomes populares no Brasil, para minimizar qualquer risco de associação com pessoas reais. Essa escolha representa uma estratégia metodológica que conjuga a proteção da identidade e o reconhecimento simbólico das entrevistadas como parte de uma trajetória histórica de práticas e experiências sociais.

As entrevistadas apresentaram perfis diversos, marcados por cruzamentos entre raça, idade, identidade de gênero, escolaridade e tempo de atuação no trabalho sexual. O Quadro 3 sintetiza essas informações, destacando a heterogeneidade das trajetórias construídas no território da Guaicurus.

Quadro 3 - Trabalhadoras sexuais da Guaicurus

Nome fictício	Idade	Cor/Raça	Identidade de gênero	Trabalho sexual	Nacionalidade
Entrevistada 1	24	Parda	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 2	37	Preta	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 3	32	Parda	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 4	21	Preta	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 5	32	Preta	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 6	43	Branca	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 7	55	Parda	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 8	20	Parda	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 9	22	Parda	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 10	34	Parda	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 11	53	Parda	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 12	46	Preta	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 13	32	Preta	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 14	24	Preta	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira
Entrevistada 15	27	Preta	Mulher cisgênero	Em atividade	Brasileira

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A análise do Quadro 3 revela a diversidade das 15 trabalhadoras sexuais entrevistadas, um reflexo direto da aplicação dos critérios de inclusão, que buscaram capturar a complexidade do território da Guaicurus e as nuances da vida das mulheres que ali atuam. Todas as participantes se identificam como mulheres cisgênero brasileiras.

A diversidade etária entre as participantes é um aspecto relevante. As idades variam de 20 a 55 anos, evidenciando diferentes trajetórias de ingresso e permanência na atividade. Esse intervalo geracional amplia as possibilidades analíticas da pesquisa, permitindo o confronto de visões distintas sobre o corpo, o tempo de trabalho, os planos de futuro e as estratégias de enfrentamento e autocuidado. Mulheres mais jovens, em início de trajetória, compartilham o campo com outras que já acumulam anos de experiência no território — e essa convivência gera tanto trocas quanto tensões, conforme apontado nos achados empíricos.

Outro eixo relevante é a composição racial do grupo. A presença significativa de mulheres pretas e pardas evidencia como o trabalho sexual no território se articula às desigualdades raciais mais amplas da sociedade brasileira. A cor/raça atravessa as experiências de inserção e permanência na atividade sexual, produzindo condições diferenciadas de visibilidade, estigma e acesso a oportunidades. Ainda que o quadro aponte certa concentração de mulheres negras, cada trajetória revela modos singulares de lidar com o trabalho e com as marcas sociais atribuídas a seus corpos.

Por fim, embora todas as entrevistadas estivessem em atividade no momento da coleta de dados, suas trajetórias são marcadas por diferentes formas de inserção e relação com o trabalho sexual. A aparente uniformidade no quadro não implica homogeneidade de experiências, mas aponta uma condição compartilhada, a partir da qual emergem negociações singulares com as normas sociais. A composição do grupo, conforme detalhado no Quadro 3, reflete os critérios de inclusão adotados, orientados pela busca por variedade geracional, racial e de experiências no território da Guaicurus. Essa heterogeneidade é central para a análise proposta, pois revela como diferentes sujeitos negociam sua inteligibilidade dentro de regimes de verdade específicos. As narrativas não são vistas apenas como produções de sentido, mas como esforços de relatar a si mesmo diante de condições sociais que, muitas vezes, despossam o sujeito de sua própria história, exigindo dele uma constante reinvenção

3.3 Categorias emergentes e construção dos eixos analíticos

A análise dos dados não se orientou pela identificação de sentidos subjetivos ocultos ou pela delimitação de zonas de significado a serem reveladas, mas pela investigação das condições normativas que tornam determinados relatos possíveis, inteligíveis ou silenciados. Parte-se do entendimento de que as narrativas produzidas pelas trabalhadoras sexuais não operam como expressões transparentes de uma interioridade, mas como práticas discursivas

situadas, atravessadas por relações de poder, expectativas de reconhecimento e regimes de verdade que regulam o que pode ser dito sobre si.

Nesse sentido, a leitura do material empírico buscou compreender como as participantes negociam sua inteligibilidade no interior de normas sociais que organizam gênero, sexualidade, trabalho e moralidade. Em diálogo com Butler (2015), a análise foi orientada pela pergunta sobre “a que custo” a sujeita pode dizer a verdade sobre si mesmo. As narrativas expõem, assim, não apenas experiências vividas, mas os limites do relato de si, evidenciando tanto possibilidades de agência quanto processos de despossessão produzidos na e pela linguagem.

O processo analítico não ocorreu de forma linear ou mecânica, mas se desenvolveu por meio de uma leitura atenta e reiterada dos relatos, marcada pela escuta ética e pela abertura aos deslocamentos produzidos no encontro com as narrativas das participantes. A análise qualitativa, entendida como exercício interpretativo situado, exigiu rigor metodológico e responsabilidade ética diante de relatos atravessados por vulnerabilidades, estigmas e estratégias de reinvenção da vida no contexto do trabalho sexual no Complexo de Diversões Guaicurus, em Belo Horizonte.

A elaboração dos eixos analíticos partiu de entrevistas não estruturadas realizadas com 15 mulheres trabalhadoras sexuais. A transcrição minuciosa dos relatos e a leitura reiterada do material permitiram identificar recorrências discursivas, termos mobilizados com frequência e articulações temáticas que indicam modos socialmente regulados de narrar o trabalho, o lazer e o cotidiano. Expressões como “ralar”, “curtir”, “dinheiro”, “resenha”, “cliente”, “movimento”, “hotel”, “viajar”, “rolê” e “descansar” foram compreendidas não como operadores de sentido interno, mas como marcas linguísticas por meio das quais as participantes negociam reconhecimento, legitimidade e valor para suas experiências.

A primeira etapa da análise consistiu na codificação aberta do material empírico, sem definição prévia de categorias, com o objetivo de mapear regularidades discursivas e zonas de tensão nas formas de dizer. O agrupamento semântico dessas recorrências possibilitou a organização de dimensões analíticas que, posteriormente, foram sistematizadas em cinco eixos. Ressalta-se que a divisão em eixos e núcleos cumpre uma função didática de organização textual. À luz da lente interseccional adotada (Gonzalez, 1984; Crenshaw, 2004; Akotirene, 2019), essas dimensões não operam de forma isolada da experiência vivida, mas se articulam de modo simultâneo e inseparável, compondo um campo de cruzamentos no qual racismo, gênero, estigma e classe se produzem conjuntamente.

Os eixos representam linhas amplas de interpretação, formuladas a partir da articulação entre o material empírico e o referencial teórico, permitindo compreender os sentidos de trabalho e lazer atribuídos pelas participantes.

O eixo 1: **A centralidade do trabalho sexual** discute elementos que estruturam o cotidiano das participantes, abordando motivações para ingresso e permanência na atividade, características da rotina e as múltiplas percepções sobre o trabalho. Em seguida, o eixo 2: **As experiências e significados do lazer no cotidiano** analisa como o lazer é vivido e significado, explorando diferentes configurações, barreiras e possibilidades. O eixo 3: **Interseccionalidades e vivência do trabalho e do lazer** enfatiza a atuação de gênero, raça e classe como elementos estruturantes das experiências, com atenção ao corpo, ao impacto do estigma e às dinâmicas sociais. Na sequência, o eixo 4: **A relação entre trabalho e lazer** sintetiza um dos principais achados, examinando a porosidade das fronteiras entre essas dimensões. Por fim, o eixo 5: **O contexto específico do Complexo de Diversões Guaicurus** analisa o território como dimensão fundamental, explorando sua configuração física e simbólica, as redes sociais e as dinâmicas de sociabilidade.

Embora distintos, esses eixos foram concebidos para organizar a compreensão da teia de sentidos que envolve as experiências das trabalhadoras. Ao articularem trabalho, lazer, corpo, relações e território, configuram um campo de análise que desafia dicotomias tradicionais e abre espaço para compreender o cotidiano dessas mulheres como um campo de disputas simbólicas, estratégias de sobrevivência e reivindicações por dignidade. Os eixos não esgotam a riqueza do material, mas funcionam como ferramentas interpretativas em diálogo constante com as falas das participantes, a literatura da área e as reflexões da pesquisa.

A partir deles, foram construídos sete núcleos analíticos. Diferentemente dos eixos, que apresentam linhas gerais, os núcleos se voltam para aspectos mais específicos, permitindo aprofundar as formas de articulação entre lazer, trabalho e projetos de vida.

O núcleo 1: **Lazer como respiro e espaço de resistência** parte da hipótese de que o lazer, mesmo em contextos de vulnerabilidade, opera como prática de resistência simbólica ao desgaste físico e emocional do trabalho. Este núcleo analisa como o lazer emerge, ainda que de maneira fragmentada, como intervalo necessário diante da dureza do cotidiano, manifestando-se tanto em pausas no interior do ambiente de trabalho quanto em atividades externas, explorando a separação simbólica entre o “viver” e o “ganhar a vida”.

O núcleo 2: **Trabalho e ação: decisões, limites e negociações** parte da hipótese de que o trabalho sexual é vivenciado como prática estratégica e instrumental. O núcleo se propõe a abordar as formas de ação e negociação que contradizem leituras puramente vitimizantes,

investigando como a definição de preços, a recusa de clientes e a autonomia em determinadas escolhas revelam dimensões de controle simbólico sobre a própria atividade.

A análise também se aprofunda no campo das relações interpessoais, de modo que o núcleo 3: **Afetos, alianças e tensões entre pares**, parte da hipótese de que essas relações são atravessadas por condições estruturais do trabalho sexual, nas quais solidariedade e tensão coexistem. Não se trata de rivalidade inerente às mulheres, mas de dinâmicas produzidas pela pressão econômica, pelo estigma e pelo ambiente de trabalho. A análise busca compreender como vínculos de apoio funcionam como suporte emocional em um contexto atravessado por uma lógica competitiva que, longe de ser natural, é produzida pela precariedade e pela organização do trabalho, gerando tensões e disputas entre as mulheres.

O núcleo 4: **Corpo, segurança e autocuidado** parte da hipótese de que o corpo ocupa posição central na vivência do trabalho sexual, funcionando como território de trabalho, prazer e risco. Esse núcleo investiga como práticas de autocuidado, escolhas pessoais e estratégias de segurança se articulam para sustentar saúde, continuidade da atividade e controle sobre os limites da exposição corporal.

A discussão sobre o estigma é aprofundada no núcleo 5: **Estigma e estratégias de enfrentamento**, que parte da hipótese de que o estigma opera como tecnologia de regulação moral, atravessando os corpos e as práticas das trabalhadoras. O núcleo se dedica a explorar o impacto desse estigma nas experiências individuais e coletivas, bem como as estratégias de ocultação, discrição e autoafirmação que configuram disputas por reconhecimento social.

O núcleo 6: **Tempo, exaustão e (im)possibilidades de descanso** parte da hipótese de que a exaustão física e emocional compromete tanto o lazer quanto a experiência de si. A análise busca compreender como a sobreposição entre tempo de trabalho e tempo de vida, especialmente quando o espaço de trabalho coincide com o de moradia, reduz as possibilidades de descanso e reconfigura a percepção de tempo livre.

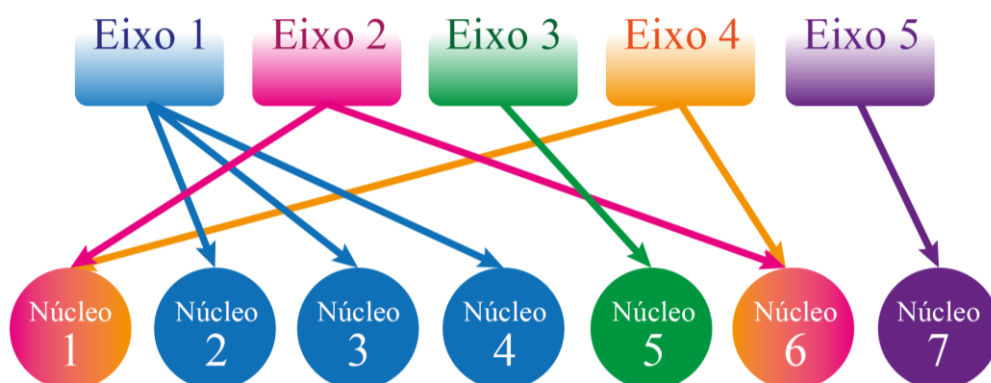
Por fim, o núcleo 7: **Sentido, futuro e projetos de vida** parte da hipótese de que o trabalho sexual é incorporado de modo ambivalente: como recurso transitório, oportunidade estratégica ou possibilidade temporária. O núcleo se propõe a investigar como os projetos de futuro funcionam como bússola simbólica, que confere densidade subjetiva à prática do trabalho, articulando desejos, planos e perspectivas que vão além da subsistência imediata.

Esses núcleos formam um mosaico interpretativo que evidencia a densidade e a diversidade da experiência de ser trabalhadora sexual no Complexo de Diversões Guaicurus, mostrando como as mulheres constroem sentidos relacionados ao trabalho e ao lazer e enfrentam contradições em seu cotidiano.

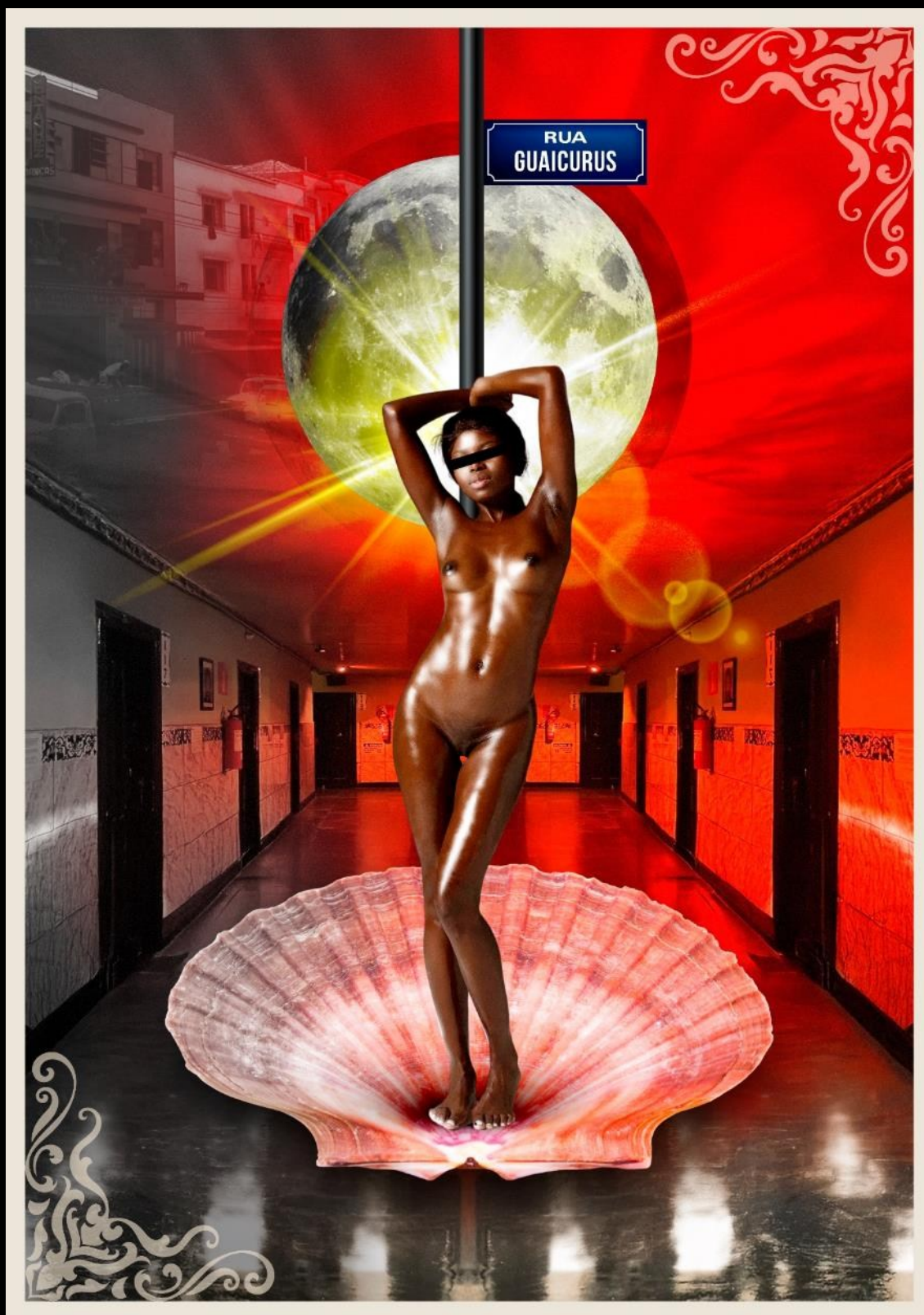
A aplicação desses eixos e núcleos se distribuiu de forma diferenciada ao longo dos capítulos da tese. O capítulo 4 mobiliza o eixo 5, construindo uma narrativa interpretativa sobre o território. O capítulo 5 articula o eixo 1, integrando-o aos núcleos 2, 3, 4 e 7. O capítulo 6, por sua vez, aprofunda os eixos 2 e 4, em diálogo com os núcleos 1 e 6. O eixo 3, assim como o núcleo 5, atravessa transversalmente a análise, permeando as discussões dos capítulos 5 e 6. Em síntese, os eixos e núcleos apresentados organizam e interpretam experiências, sentidos e práticas que revelam o entrelaçamento entre trabalho e lazer no cotidiano das mulheres que atuam no Complexo de Diversões Guaicurus. Ao fazê-lo, contribuem para tensionar categorias teóricas, desafiar dicotomias analíticas e propor novas formas de compreender a articulação entre gênero, trabalho, prazer e território nas cidades contemporâneas.

Para facilitar a visualização dessa teia analítica e demonstrar como os eixos dialogam com os núcleos interpretativos, apresento o Fluxograma da Articulação Metodológica (Figura 1).

Figura 1 – Eixos analíticos e núcleos interpretativos



Fonte: Elaborado pelo autor.



Inspirada em *O Nascimento de Vênus*, a obra de Lucas Oriel contextualiza o território da Guaicurus, onde a mulher é a figura central, que dá vida ao espaço. A venda em seu olho simboliza a invisibilidade e a subjugação social, enquanto o fundo, com um corredor real e uma cena histórica, conecta a identidade da trabalhadora às origens e à realidade do local. Essa imagem sintetiza o papel da trabalhadora sexual como a força que constrói e sustenta o território da Guaicurus.

4 AS VOZES DA GUAICURUS: CRONOLOGIA DO TERRITÓRIO

Este capítulo se dedica à articulação do eixo 5: O contexto específico do Complexo de Diversões Guaicurus, cumprindo o objetivo de descrever o território e construir uma narrativa interpretativa sobre o espaço. Para tal, ele se constrói de acordo com as histórias, as impressões e os sentidos produzidos a partir do contato com as colaboradoras da Aprosmig, incluindo tanto aquelas que ainda atuam no trabalho sexual quanto as que já se desligaram da atividade. Essas narrativas, colhidas ao longo do trabalho de campo, permitem acompanhar transformações e permanências no território, compondo uma cronologia interpretativa — construída a partir de percepções, memórias e contextos que atravessam cada relato. As expressões que emergem desse diálogo não são tomadas como relatos isolados, mas como produções subjetivas, que revelam sentidos, significados e modos de estar no Complexo de Diversões Guaicurus. Essas vozes desenham a Guaicurus como um lugar onde lazer e trabalho se misturam, muitas vezes de forma indistinta, em uma sobreposição que atravessa vivências, escolhas e tensões a serem exploradas nas seções seguintes. Ao mesmo tempo em que é um espaço marcado por disputas, controles e estigmas, também é vivido, por muitas, como território de circulação, permanência, construção de sentido e identidade.

As narrativas das colaboradoras evidenciam modos situados de dar conta de si na relação com um outro que escuta. Conforme Butler (2015), o relato que um sujeito produz sobre si mesmo nunca apreende a totalidade da vida vivida, uma vez que a própria formação do “eu” é marcada por opacidades, descontinuidades e limites narrativos. Assim, essas vozes não são tratadas como expressões de uma verdade interna plenamente acessível, mas como tentativas de narrar a própria experiência em condições específicas de reconhecimento.

Nesse sentido, os relatos são compreendidos como práticas por meio das quais as mulheres buscam se tornar inteligíveis diante de normas sociais que regulam o que pode ser dito, lembrado ou silenciado, bem como diante da escuta do pesquisador. O que emerge dessas narrativas não é um conjunto estável de significados a serem revelados, mas processos de negociação sobre como falar de si, quais experiências podem ser nomeadas e quais permanecem à margem do discurso. A análise, portanto, acompanha esses movimentos narrativos, reconhecendo que é justamente na incompletude e na fragmentação do relato que se tornam visíveis as condições sociais que atravessam essas existências.

É importante demarcar metodologicamente que os dados e narrativas apresentados neste capítulo constituem panoramas contextuais e históricos do território, e não devem ser confundidos com as categorias analíticas centrais da tese. Enquanto os panoramas (Capítulo 4)

situam o leitor na cronologia e na demografia da Guaicurus, as categorias analíticas emergentes (discutidas nos Capítulos 5 e 6) aprofundam os sentidos subjetivos de lazer e trabalho produzidos pelas participantes.

Ao longo deste capítulo, as narrativas e observações reunidas não compõem um retrato fixo da Guaicurus, mas um mosaico em movimento, tecido pela multiplicidade de experiências das mulheres que ali atuam. Assim como no início, é importante destacar que o estudo não busca estabelecer uma verdade única, mas a construção compartilhada de sentidos, atravessada pela presença do pesquisador em campo e pelo diálogo com as colaboradoras. Essa imagem plural e em constante reconstrução é também a base para as análises que seguirão.

Ao escutar essas vozes, percebe-se que a Guaicurus não é apenas cenário de práticas sexuais mediadas por pagamento, mas também lugar onde se constroem rotinas, vínculos, formas de lazer, estratégias de mobilidade e de cuidado. Essa dimensão se tornou visível porque as conversas, mais do que simples entrevistas, permitiram que memórias, conflitos e impressões emergissem dos relatos. Em muitas dessas trocas, as fronteiras entre o vivido como trabalho e o reconhecido como lazer mostraram-se porosas, exigindo interpretações que escapam a classificações preestabelecidas.

A intenção, ao trazer essas narrativas, não é apresentar uma visão totalizadora, mas destacar os múltiplos sentidos interpretativos que as participantes oferecem sobre o território. Trata-se de reconhecer a força interpretativa que carregam, sobretudo quando apontam pistas para compreender como o território é vivido por quem o atravessa. A análise que se segue não é neutra nem conclusiva, é parte de um processo de construção conjunta, uma vez que as falas ajudam a compor uma imagem plural, viva e em transformação do Complexo de Diversões Guaicurus — um espaço onde lazer e trabalho sexual se cruzam de forma indissociável e que, por isso, será explorado, nas próximas páginas, com a densidade que essas vozes provocam.

4.1 O lugar em 11 décadas

A Rua Guaicurus, parte integrante do traçado original de Belo Horizonte, consolidou-se, desde cedo, como um ponto de intensa movimentação comercial e, posteriormente, como um polo boêmio, o que favoreceu sua associação com o trabalho sexual e a sociabilidade noturna (Macedo, 2019; Santos, 2021). A partir das décadas de 1920 e 1930, a Rua Guaicurus se consolidou como um polo boêmio, reunindo bares e cabarés que atraíam homens de diferentes idades e classes sociais. A expressiva presença de homens na região, especialmente estudantes, operários e profissionais liberais, contribuiu diretamente para o surgimento e a

sustentação dos *dancings*, que se tornaram espaços privilegiados de sociabilidade noturna. Macedo (2019, p. 15) observa que “esse ambiente universitário majoritariamente masculino conviveu em harmonia com os *dancings* da região”, como Chantecler, Montanhez, Mariana, Palácio e Capitólio.

Esses salões integravam a cena noturna da cidade naquele período, a despeito das normas morais rígidas. Como destaca Oliveira (2008, p. 20), “a Zona Boêmia se revelava como um lugar propício para a diversão desses homens, onde a música podia ser ouvida até altas horas da madrugada, longe das famílias e esposas”. Essa configuração evidenciava uma estrutura de sociabilidade noturna voltada para os homens, com convivência institucional para formas de relação que excluía ou silenciava as mulheres.

Nesse contexto, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho para mulheres solteiras ou sozinhas eram restritas, levando muitas a recorrer a formas precárias de trabalho, como o serviço doméstico ou o trabalho sexual. Essa condição era sustentada por representações sociais que as estigmatizavam e limitavam suas opções.

Na construção histórica, rótulos como “mulher da vida” ou “mulher perdida” eram amplamente usados para associar as trabalhadoras sexuais a estereótipos negativos, reforçando o controle social e a marginalização. Medeiros e Barbosa (2011) observam que, muitas vezes, a independência sexual feminina foi confundida com prostituição, revelando a dificuldade da sociedade em aceitar a autonomia das mulheres sobre seus corpos.

Nessa lógica de controle espacial, a presença das mulheres em bares, cabarés e *dancings* muitas vezes ocorria sob a condição de trabalhadoras sexuais, mesmo que esse trabalho nem sempre fosse explicitamente reconhecido. A sociabilidade noturna era centrada nos homens, enquanto, às mulheres, cabia a atenção, a serventia, o cuidado ou a performance. Como afirmam Santos, Ramos e Muniz (2023, p. 2), “as cidades, historicamente, foram concebidas por homens e para homens”. Bonalume (2023) observa que os espaços públicos “permitidos” para as mulheres, como a igreja ou o posto de saúde, permanecem vinculados à lógica da reprodução e do cuidado.

Na Guaicurus, a delimitação espacial sobre as profissionais do sexo seguia essa lógica, especialmente nos períodos em que o discurso higienista se articulava à vigilância social. O controle sanitário e a vigilância policial funcionavam não apenas como mecanismos administrativos, mas como práticas de delimitação de fronteiras de gênero, classe e raça, marcando ainda mais a marginalização das mulheres negras, em especial aquelas dedicadas ao trabalho sexual (Santos, 2021).

É nesse contexto que essas dinâmicas múltiplas e entrelaçadas revelam a Guaicurus como um território de identidade instável, onde a ocupação do espaço não se restringia à opressão, mas se articulava a formas cotidianas de resistência. Entretanto, mesmo diante dessas estratégias, as trabalhadoras sexuais eram frequentemente representadas como ameaça à família e à saúde pública, o que se inscrevia em uma tentativa mais ampla de regular os sujeitos e os sentidos que circulavam na cidade. Por expressarem sua sexualidade de forma pública, essas mulheres eram consideradas incompatíveis com os papéis tradicionais de maternidade ou vida conjugal (Santos, 2021).

Apesar dessa estigmatização, no que se refere aos frequentadores dos cabarés, pode-se perceber a existência de diversos perfis, como por exemplo: o boêmio assíduo, o burguês com relações próximas às cafetinas e os visitantes ocasionais. Nesse último grupo, destacavam-se estudantes em busca de suas primeiras experiências sexuais, bem como turistas do interior, atraídos pela fama dos cabarés, que abrigavam trabalhadoras sexuais estrangeiras (Andrade; Teixeira, 2004).

Também vale destacar que a Rua Guaicurus era frequentada por figuras políticas (Oliveira, 2008). Em entrevista realizada em 20 de setembro de 2023, a Colaboradora 3 compartilhou memórias sobre o passado boêmio de Belo Horizonte, mencionando a presença de figuras como o ex-presidente Juscelino Kubitschek, prefeitos, juízes e governadores, que frequentavam as festas e dançavam até altas horas da noite. Ela também se recordou de personagens notórios da região, alguns dos quais se tornaram conhecidos por meio da obra *Hilda Furacão*⁴¹.

Ao rememorar essas presenças, a Colaboradora 3 revelou um lado ambíguo da Guaicurus, onde distintas sociabilidades — reunindo figuras do alto escalão político e trabalhadoras sexuais — conviviam no mesmo espaço, em contraste com os discursos de ordem e moralidade da época. Essa ambiguidade pode ter funcionado como um fator de resistência e sobrevivência do território, pois o trânsito de pessoas com capital político e social conferia à zona uma tolerância tácita, ainda que permeada por estigmas e contradições.

⁴¹ A personagem Hilda Furacão, embora inspirada em uma mulher real, foi transformada pela obra literária e pela minissérie televisiva em uma figura que mistura desejo, escândalo, glamour e transgressão moral. Essa representação alimenta uma curiosidade social que muitas vezes explora mais do que homenageia a figura da mulher. Em Contagem (MG), por exemplo, uma casa noturna chamada *Boate Hilda Furacão* opera desde 1998 (mesmo ano da exibição da minissérie) oferecendo serviços como pista de dança, piscina, bar e quartos, embora esteja registrada oficialmente como motel. A apropriação do nome e da imagem de Hilda revela como mulheres ligadas ao trabalho sexual são convertidas em símbolos de consumo, erotização e lazer voltado aos homens, ao mesmo tempo em que permanecem cercadas por estigmas que negam a legitimidade de sua existência social. Essa ambiguidade, entre fascínio e marginalização, evidencia como o lazer é construído e regulado socialmente, sobretudo quando atravessado por marcadores de gênero e sexualidade.

Essa ambiguidade, marcada pela convivência entre distintas sociabilidades e o comércio sexual, em contraste com os discursos de ordem e moralidade da época, encontra uma contranarrativa na própria fala da Colaboradora 3. Sua perspectiva desafia leituras preconceituosas, que reduzem a Guaicurus à marginalidade, enfatizando o papel desse espaço como ponto de mobilidade e acesso à cidade:

Antigamente, só tinha tráfego de carreta, que traziam as coisas até Belo Horizonte. Aí depois que abriu a Ceasa..., mas para mim é uma rua normal, como qualquer outra. E é bem central. Mas todos os locais de trabalho sexual, não sei se você já foi no Rio, em São Paulo, em Vitória, é tudo bem próximo do centro (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023).

A fala da Colaboradora 3 desafia a leitura preconceituosa que marginaliza a Guaicurus, enfatizando o papel desse espaço como um ponto de mobilidade e acesso à cidade. Ao descrevê-la como uma rua “normal”, a Colaboradora 3 sugere que, apesar do estigma, o território sempre foi capaz de abrigar diferentes formas de sociabilidade e circulação. É graças a esse potencial de acolher múltiplas presenças que, ao longo dos anos, começam a surgir identidades dissidentes de gênero na zona boêmia de Belo Horizonte, especialmente na região da Rua Guaicurus. Uma dessas presenças é a de Cintura Fina, figura que se tornou notória já em 1953. Reconhecida por sua travestilidade, sua coragem e suas habilidades com a navalha, Cintura Fina emergiu em um cenário social marcado pela moral conservadora. Naquela época, termos como “invertido”, “pederasta”, “tarado”, “afeminado”, “pervertido” e “anormal” eram amplamente usados para classificar gays, lésbicas e travestis. Foi nesse contexto que Cintura Fina se afirmou como travesti, debochando da moralidade belorizontina e se posicionando publicamente num tempo em que as questões de gênero sequer eram temas de discussão.

Não havia registros de trabalho sexual de homens e travestis na Guaicurus na década de 1950. A presença de Cintura Fina, portanto, inaugura uma experiência pioneira naquele território. Mais do que marcar o início da presença travesti na zona boêmia, sua atuação tensionou as fronteiras de gênero vigentes e desafiou a matriz de inteligibilidade que sustentava a ordem moral e sexual da época. Ao ocupar o espaço público e integrar-se à dinâmica da Guaicurus, Cintura Fina não apenas reivindicou visibilidade, mas também inscreveu a travestilidade como parte do cenário urbano, subvertendo as normas que buscavam restringir corpos e identidades dissidentes.

Durante anos, sobreviveu por meio do trabalho sexual, até aprender o ofício de alfaiate. Em uma entrevista, Cintura Fina afirma: “A defesa natural começou derivada do ambiente que eu vivia. Mas eles me encaravam mais por ignorância, porque aqui eu fui o primeiro pederástico

da zona [...] eu procurava me defender da melhor maneira possível” (Andrade; Teixeira, 2004, p. 147). A Colaboradora 3 relembra como Cintura Fina usava a navalha com destreza: “a Cintura Fina amarrava um elástico na navalha e jogava com 20, 30 metros e acertava a pessoa que ela queria pegar” (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023).

Paralelamente a essas vivências, nos anos 1970, a estrutura de cafetinagem, que dominava o controle sobre as trabalhadoras sexuais, começou a dar lugar a um modelo mais autônomo, permitindo que as mulheres tivessem mais controle sobre suas atividades sexuais e recursos financeiros. Uma das figuras que ainda circulavam nesse cenário era Pezão, lembrado pela Colaboradora 3 como “um gigolô” que “tomava o dinheiro das mulheres, mas não mexia com ninguém” (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023). Essa mudança impactou profundamente o ambiente de trabalho. As interações sociais, antes mais prolongadas e ritualizadas em salões de dança e bares, deram lugar a encontros mais rápidos e utilitários em hotéis e espaços privados.

A partir da década de 1970, novas obras urbanas passaram a reconfigurar o entorno da Rua Guaicurus, intensificando o fluxo de pessoas na localidade. Essas transformações foram acompanhadas por quem viveu na região. O encontro com a Colaboradora 3 aconteceu em um desses dias em que o tempo parece voltar atrás (não por nostalgia, mas pela densidade de memória que ela carrega na fala). Quase aos 70 anos, com os pés fincados na história da Guaicurus e no presente de sua atuação política, ela não se apresenta: ocupa. Já chega falando, como quem não precisa de roteiro nem de permissão. A entrevista começa no meio da conversa, como se fosse continuação de muitas outras.

Conheço a Colaboradora 3 desde 2018. Caminhamos juntos por corredores e quartos de hotéis da Guaicurus e, talvez por isso, a conversa entre nós não se limitou ao formato técnico da entrevista. Sua disposição para narrar veio acompanhada de cuidado e clareza; não havia ali qualquer tentativa de suavizar ou romantizar sua trajetória.

A partir de sua chegada a Belo Horizonte, a trajetória da Colaboradora 3 oferece uma perspectiva singular sobre as transformações da Guaicurus. Nascida em Vitória, ela recorda: “Eu cheguei a Belo Horizonte em 70. Vim para a casa da minha irmã, porque eu me separei do marido, vim trazendo três meninas pela mão” (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023). Ao ser questionada sobre a idade com que chegou à cidade, respondeu rindo: “Bem novinha, bem bonitinha! Aí arrumei serviço...” (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023).

Vinda da cidade de Governador Valadares com suas filhas, a Colaboradora 3 relatou que sequer tinha o endereço da irmã em Belo Horizonte. Com as crianças famintas na rodoviária,

foi abordada por um policial à paisana, que ofereceu ajuda, providenciando comida e orientação sobre como chegar até a casa da irmã, no bairro Alto Vera Cruz.

Esse gesto, embora genuíno, não pode ser dissociado das tensões que envolvem a presença do Estado (especialmente da polícia) nas vidas das mulheres em situação de vulnerabilidade. É sintomático que uma instituição frequentemente associada à repressão e ao controle das trabalhadoras sexuais, especialmente na região da Guaicurus, se manifeste aqui por meio de um ato de acolhimento. A situação revela uma contradição importante: enquanto a estrutura policial historicamente vigia e criminaliza essas mulheres, seus agentes (em nível individual) podem operar de forma ambígua, entre o cuidado e o controle. Esse paradoxo ilustra como o poder, no cotidiano, também se move por meio de gestos e relações que escapam às lógicas institucionais puras.

Depois de se estabelecer, a Colaboradora 3 relatou os empecilhos para trabalhar, enfatizando uma realidade vivida por muitas mães, majoritariamente solteiras ou divorciadas, que precisam de emprego e não têm com quem deixar os filhos. Sua trajetória até chegar à Guaicurus é marcada pela busca de sustento:

Eu fui caçar serviço e eu arranjei um serviço de conservadora, para limpar... eu fiquei um mês, passei muita dificuldade, porque as minhas meninas não estavam acostumadas a ficar sem mim; quando eu saía, as minhas meninas choravam da hora que eu saí até a hora que eu chegava. Aí um dia meu cunhado falou para mim assim, que ia arranjar um dinheirinho emprestado, para me dar o dinheiro para eu levar elas para o pai delas. Aí eu falei: “Não, você me dá só uma semana que eu vou arranjar um lugar para eu botar minhas filhas”. Aí eu cheguei lá no meu serviço, falei com as meninas, aí ela falou comigo assim: “Deixa-me te falar um negócio, eu te levo para um lugar que você consegue pagar um aluguel, você vai conseguir tratar das suas meninas. Você só vai me garantir que você não vai contar para ninguém”. Falei: “Eu não conto não”. A menina também trabalhava lá, era encarregada, mas ela trabalhava de dia e de noite ela vinha para cá. Aí ela me trouxe e eu vim, na cara e na coragem. Não foi ruim, não falo do trabalho sexual em hora nenhuma [...] não reclamo do trabalho sexual, não. Tudo o que eu adquiri... E eu vou te dizer uma coisa, eu nunca tive nenhum tipo de doença nenhuma! (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023).

A fala da Colaboradora 3 é fundamental para compreender a relação entre a necessidade de sobrevivência e a decisão de ingressar no trabalho sexual. Sua escolha não foi um ato de libertinagem, mas uma estratégia de manutenção da vida e do cuidado materno diante da precarização do trabalho formal e da ausência de redes de apoio. Ao afirmar que “não foi ruim” e que “não reclamo do trabalho sexual”, a Colaboradora 3 desafia a narrativa moralizante comumente associada à atividade. Sua perspectiva, que enfatiza a agência e a autonomia na gestão da própria vida e da saúde (“nunca tive nenhum tipo de doença nenhuma!”), sublinha a

diversidade de experiências dentro da comunidade de profissionais do sexo, evidenciando que, ainda que a motivação esteja geralmente ligada à sobrevivência, o modo como cada mulher vive essa experiência é atravessado por diferentes formas de autonomia, desejo, resignação ou resistência.

Tal decisão era, em parte, reflexo de suas limitações no mercado de trabalho formal, como ela mesma menciona: “Não sabia ler, não sabia escrever, não sabia fazer meu nome” (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023). Essa condição evidencia ainda mais a restrição de oportunidades e sua capacidade de construir uma vida em meio a adversidades, demonstrando a subjetividade como a habilidade de atuar sobre as próprias condições de vida, mesmo em cenários de precariedade e marginalização.

A Colaboradora 3 recorda, com nostalgia, de momentos de convivência e apoio mútuo entre as trabalhadoras sexuais, evidenciando que, apesar dos desafios do trabalho, havia, no território, espaços de sociabilidade que favoreciam vínculos e senso de pertencimento. Entre essas lembranças estão os dias em que, após o expediente, reunia-se com colegas na porta da antiga fábrica da Antártica, onde recebiam cerveja dos trabalhadores e permaneciam até o amanhecer, além das saídas para bares e clubes de bairros tradicionais, como Santo Antônio e Santa Tereza, que compunham a vida social daquele período. Hoje, o local da fábrica abriga um shopping popular, de modo que essas memórias revelam um tempo e um modo de sociabilidade que já não existem.

Apesar da crescente diversidade de corpos e identidades que circulavam na Guaicurus, uma estrutura heteronormativa moldava as configurações do mercado sexual. Como trazido por Santos (2021), esse mercado foi historicamente centrado na figura da mulher cisgênero como objeto de desejo e de troca. Ainda que, a partir dos anos 1970, existam registros do ingresso de travestis e mulheres trans (Andrade; Teixeira, 2004), a presença de homens cis como profissionais sexuais permaneceu invisibilizada ou marginalizada, em contraste com a crescente visibilidade e estigmatização dos corpos dissidentes de gênero.

Essa configuração se sustenta naquilo que Butler (2016, 2018, 2019) conceitua como matriz de inteligibilidade, um sistema que regula quem pode ou não ser reconhecido como sujeito legítimo. Na perspectiva da autora, a heteronormatividade é uma forma de poder que produz e sustenta a norma binária de gênero (a classificação de todas as pessoas como homens ou mulheres, baseada em pressupostos biológicos), naturalizando uma coerência entre sexo, gênero e desejo. Apenas os corpos que se alinham a essa lógica – por exemplo, a mulher cis, que performa feminilidade e deseja homens – são considerados “normais” ou socialmente inteligíveis. Essas normas de gênero, afirma Butler, são “uma forma de poder social que produz

o campo inteligível de sujeitos, e um aparato pelo qual o binarismo de gênero é instituído” (Butler, 2016, p. 261). Assim, corpos que fogem dessa coerência (como os de travestis, mulheres trans ou homens que se relacionam com outros homens) desafiam essa matriz e, por isso, são muitas vezes excluídos ou marginalizados nos espaços urbanos e nos imaginários sociais.

Essa lógica reafirma o caráter binário e normativo da heterossexualidade como eixo de organização dos espaços do trabalho sexual e dos imaginários sociais, onde determinadas performances de gênero são toleradas em detrimento de outras (Petry; Meyer, 2011). Assim, o mercado sexual continuava operando com base em desigualdades interseccionais (raça, classe, gênero e orientação sexual), mesmo diante da aparente diversidade de identidades.

No contexto da repressão militar no Brasil, que coincidiu com a revolução sexual global, as pautas femininas ganharam visibilidade, refletindo também os debates da contracultura. Esse movimento abordou questões como violência de gênero, androginia e sexualidade feminina no Brasil. Ao desafiar a lógica dicotômica da sociedade patriarcal e capitalista, as mulheres passaram a reivindicar uma nova compreensão das relações de gênero (Barros, 2017).

Essa busca por direitos foi uma reação ao regime militar e à repressão política, refletindo uma luta gradual e persistente pela igualdade. Ainda que tardio, o movimento feminista brasileiro desenvolveu características próprias, dialogando com outras lutas globais, mas valorizando a cultura local e se engajando nas questões sociais específicas do país. Um marco importante desse processo foi o Encontro Nacional Feminista de 1979, que consolidou a força política das mulheres e se tornou um ponto de virada na busca por direitos em um contexto de forte repressão. Esse encontro também contribuiu para o surgimento e o fortalecimento de vozes femininas em territórios marginalizados, como o da Rua Guaicurus, e influenciou diretamente figuras como Gabriela Leite⁴².

A atuação de Gabriela Leite nesse contexto é exemplificada por depoimentos como o da Colaboradora 3, que destaca a chegada de mulheres vindas de outras regiões para trabalhar na Guaicurus. Referindo-se à militante, a Colaboradora 3 (20/09/2023) relata que “Gabriela chegou aqui já era de 74 para 75. Gabriela Leite, ela foi trabalhar nesse hotel aí, que se chama hoje Amarelinho 2”.

⁴² Gabriela Leite (1951–2013) foi uma socióloga e ativista brasileira reconhecida como uma das principais lideranças do movimento das trabalhadoras sexuais no país. Abandonou o curso de Ciências Sociais na USP para atuar como trabalhadora sexual, tornando-se uma figura central na luta pelos direitos das profissionais do sexo. Participou do I Encontro Nacional de Prostitutas (1979), fundou a ONG Davida (1992) e criou a grife Daspu (2005). Defendia a legalização da prostituição, o reconhecimento das prostitutas como sujeitas de direito e o combate ao estigma associado à profissão. Atuou em diversas cidades brasileiras, incluindo Belo Horizonte, onde foi referência política para muitas mulheres do setor.

O trabalho sexual nos hotéis da Guaicurus atrai mulheres de diversas partes do Brasil, dadas a alta demanda e a possibilidade de ganhos rápidos. Como reforça Gabriela Leite,

Em Belo Horizonte, é uma loucura, não tem nada que se compare no Brasil inteiro. Lá eu bati meu recorde. Quando a profissional do sexo de São Paulo ou do Rio precisa levantar um dinheiro a mais, ela vai para Belo Horizonte, onde não falta vaga. A quantidade de homens é imensa (Leite, 2009, p. 90).

A visão de Gabriela Leite se conecta à experiência da Colaboradora 3, que também descreve a Guaicurus como um destino atrativo para quem já atua na profissão e busca formas rápidas de sustento. Nesse cenário, o espaço se organiza para receber mulheres em trânsito, com regras explícitas, pouca sociabilidade nos corredores e estabelecimentos voltados para a rotina de trabalho.

Segundo a Colaboradora 3, “Gabriela, quando chegou aqui, foi quem botou a zona pra funcionar”. Ela também aponta a precariedade da assistência à saúde das mulheres na época, “porque até então, meu filho, ninguém cuidava de puta, não... Não consultava elas, porque tinham medo das putas” (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023).

Essa narrativa evidencia como transformações políticas e sociais também se materializam em espaços tradicionalmente marginalizados. A fala da Colaboradora 3 sobre o papel de Gabriela Leite ilustra como ações individuais e coletivas reconfiguram realidades sociais, revelando que a subjetividade não é apenas receptora das estruturas dominantes, mas também produtora de sentidos e de novas formas de organização social.

A trajetória de Gabriela Leite, nesse contexto, revela como a luta por direitos das trabalhadoras do sexo se insere em um movimento mais amplo de rediscussão das relações de gênero e de afirmação cidadã, evidenciando que o feminismo brasileiro não se limitou aos espaços institucionalizados, mas encontrou força e significado também nas margens.

Além das disputas políticas, as representações cotidianas sobre a Guaicurus também revelam estratégias de ressignificação do território, como mostra a fala da Colaboradora 3 sobre o espaço urbano. Ao descrever a Guaicurus, a Colaboradora 3 a compara a qualquer outra rua. Aos seus olhos, é uma via central como a de qualquer outra cidade, desmistificando os estigmas associados à região:

Ah, para mim, a Guaicurus é uma rua normal. Por ser muito central, né. Por ser muito pequena, porque ela começa aqui na Curitiba e termina lá na Andradas. É uma rua, mas é uma rua como lá no Santo Antônio. Não sei se você chegou, teve a oportunidade de ir naqueles barzinhos lá no Santo Antônio. Lá na Carangola, ali, é uma rua normal (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023).

O bairro Santo Antônio é percebido como uma área nobre residencial e boêmia, associada à presença de intelectuais e à vida noturna, carregando uma imagem foi construída ao longo da segunda metade do século XX. A rua Guaicurus, por sua vez, já atraía artistas, celebridades e intelectuais desde a primeira metade do mesmo século.

No entanto, a forma como esses territórios eram acessados variava conforme a posição social: pessoas de maior capital social e econômico (muitas delas residentes na região alta do Centro-Sul) buscavam na Guaicurus o lazer vinculado ao consumo sexual⁴³, mas mantinham como referência de prestígio e sociabilidade o próprio bairro ou outros da mesma área⁴⁴. Para muitas pessoas anônimas, o alto Centro-Sul, com sua vida boêmia e seus bares, era a principal referência de lazer, enquanto a Guaicurus permanecia como espaço de acesso restrito ou de vislumbre distante.

A fala da Colaboradora 3 que, nos anos 1970, vivia na Guaicurus como trabalhadora sexual e se deslocava para bairros boêmios para se divertir, explicita essa circulação marcada por desigualdades. Se, para ela, o Santo Antônio era destino de lazer e sociabilidade, para parte de sua clientela a Guaicurus cumpria papel semelhante — invertendo as posições sociais e o tipo de consumo. Essa sobreposição e contraste evidenciam como o acesso ao lazer e aos territórios é mediado por condições econômicas, status e redes de relacionamento, reafirmando a Guaicurus como espaço central, mas atravessado por fronteiras invisíveis.

A construção de sentido que a Colaboradora 3 faz da Guaicurus como “normal” demonstra a subjetividade do lugar, onde a vivência e a experiência pessoal ressignificam a percepção socialmente imposta. Isso reforça a ideia de que o espaço geográfico é sempre uma construção social e subjetiva, mediada pelas experiências dos sujeitos que o habitam.

A Colaboradora 3 também compartilhou o fato de que muitas colegas de profissão eram levadas para os hotéis por seus parceiros, que as buscavam após o término dos atendimentos. Essa dinâmica levanta questões sobre a natureza dessas relações. Por um lado, pode-se interpretar esse arranjo como uma forma de relação de trabalho consentida, onde o parceiro

⁴³ Na primeira metade do século XX, a Rua Guaicurus também sediou importantes equipamentos educacionais e industriais, como a Escola Livre de Odontologia (1907) — posteriormente incorporada à UFMG — e, mais tarde, a Faculdade de Engenharia da UFMG (até 1960). Abrigou ainda as Oficinas Cristiano Ottoni (1911), vinculadas à Estrada de Ferro Central do Brasil, responsáveis pela manutenção de locomotivas e vagões. Esses estabelecimentos, somados ao comércio atacadista e às feiras de abastecimento, intensificaram a circulação de estudantes, professores e operários na região (Macedo, 2019).

⁴⁴ Segundo Lopes (2011), o bairro Santo Antônio foi inicialmente habitado por moradores vindos do interior de Minas Gerais e, a partir dos anos 1960, transformou-se com a chegada de músicos, escritores e professores de alta reputação acadêmica, atraídos especialmente pela instalação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), consolidando-se como espaço de convivência e boemia.

aceita e apoia a atividade da profissional do sexo. Entretanto, é importante considerar que essa dinâmica também pode sugerir algum tipo de exploração (o que é classificado como rufianismo pelo Código Penal). Essa dualidade de interpretações ressalta os tensionamentos entre as relações pessoais e profissionais no universo do trabalho sexual, onde o apoio recebido de parceiros pode ser tanto uma forma de sustentação logística quanto uma possível fonte de vulnerabilidade e exploração. A Colaboradora 3, porém, compartilha que sua situação era diferente:

Aí começou! Ele não ia todo dia, mas quando ele tinha a oportunidade ele ia lá (na casa da irmã). Sempre levando as coisas para as minhas meninas... e a gente foi se encontrando! Quando eu arranjei um serviço, ele já estava na minha cola. Arranjei um barracão, coloquei, fui viver com ele. Ele foi muito bom para mim durante um tempo. Aí quando ele... Aí eu tive que contar para ele que eu estava vindo aqui, porque eu falei assim: “Se eu não contar, ele vai descobrir”. Aí eu contei, ele aceitou e eu fiquei com ele muitos anos. Me ajudou em muita coisa, fez muita coisa por mim. Eu não me arrependo da minha vida não (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023).

Essa narrativa pessoal, que descreve uma relação de companheirismo e apoio mútuo, mesmo diante da revelação de sua atividade profissional, demonstra que, apesar dos estigmas e desafios, há espaço para a construção de vínculos significativos, que fogem à simplificação da exploração.

Em complemento à perspectiva da Colaboradora 3, a experiência da Colaboradora 2 (entrevista realizada em 27 de setembro de 2023), mulher cisgênero, negra e proveniente da região metropolitana de Belo Horizonte, que iniciou o trabalho sexual em 1984, na Praça Raul Soares, oferece um olhar adicional sobre como o estigma e a marginalização se intensificam quando atravessados por marcadores sociais como gênero, raça e classe. Ela relembra: “trabalhei lá muitos anos, porque à noite, em 1984, era muito movimentada” (Colaboradora 2, trecho de entrevista, 27/09/2023). A Colaboradora 2 chegou à Guaicurus em um contexto de grande vulnerabilidade e de maternidade solo. A ausência de preservativos, o medo das gravidezes e o corpo sem proteção institucional aparecem em sua fala sem dramatização, mas com precisão. A necessidade de as próprias trabalhadoras arcarem com os custos de higiene e prevenção é um indicativo da desigualdade estrutural que atravessa esse território.

A conversa com a Colaboradora 2 começou como quem organiza a casa antes de receber alguém: com calma, explicações práticas e um cuidado meticuloso com os papéis. A burocracia do consentimento não foi obstáculo, mas parte do ritual de escuta. Ela leu devagar, fez perguntas, assinou. Sorriu ao lembrar que o meu nome é o mesmo do sobrinho dela. Entre esses

pequenos gestos, foi se compondo o cenário de mais um encontro que ultrapassou o formato de entrevista. Sua trajetória se entrelaça com a construção da associação, não apenas como testemunha, mas como parte ativa. Ela trabalha, visita, conversa, orienta. O que para muitos seria rotina, para ela é atuação política cotidiana.

Durante a entrevista, a leveza era a matéria com que costurávamos o tempo. Comentávamos sobre letras grandes, interrupções ao acaso, e ríamos de como a conversa fluía. Em sua voz, não havia denúncia em tom alto, mas a firmeza tranquila de quem sabe o valor de informar, acolher e insistir. “Foi gostoso”, ela disse no final. E eu concordei. Esse momento, como outros que atravessam este capítulo, não será relatado como uma simples transcrição, mas apresentado como zona de sentido em construção (uma interlocução que revela mais que os dados), que mostra a trama subjetiva entre o vivido, o dito (e também o não dito) e o escutado. A Colaboradora 2, como tantas outras, não respondeu às perguntas: ela construiu caminhos. A escuta, aqui, segue esse traçado.

Ao ser questionada sobre a natureza do trabalho nos hotéis, a Colaboradora 2 detalhou as condições iniciais:

No primeiro dia que eu cheguei, ninguém me chamou, eu vim sozinha, como eu te falei. No primeiro dia, eu fiquei olhando, eu já tinha três filhos e o mais novo estava com seis meses, mas aí as contas começaram a... a ter mais contas e eu não estava querendo ficar na rua mais, porque eu ficava a noite toda e eu ficava sem dormir, sabe? E era chuva e era frio, sabe? “Eu não quero ficar na rua mais não”. Mas aí estava faltando coragem para subir nos hotéis. Aí eu chegava, ficava olhando, olhando e não subia. Aí um dia eu tive coragem de subir. Aí eu lembro que o gerente falou assim comigo: “Você trouxe toalha, lençol, papel higiênico?”. “Eu não trouxe nada não”. Não sabia que tinha que levar, né? Aí ele foi e me deu. Mas eu achei estranho porque eu deitei e a porta enchia de homem. Aí eu fiquei sem graça e tudo, fiquei lá umas três horas, aí falei com o moço: “Ah, não vou ficar aqui não”. Aí eu fui embora. Mas aí, depois, as contas apertaram, aí falei assim: “Não, agora eu tenho que ir e ficar”. Aí comecei a ir e ficar. Mas era, na minha época, era nós por nós. Não tinha ninguém para conversar com a gente para orientar e a gente transava sem preservativo, porque naquela época não se usava preservativo não, sabe? Tinha aquela baciazinha de plástico em todos os quartos e a gente se lavava. E eu vim... quando eu vim para os hotéis fazer programa, eu já era ligada, então não pegava ninguém, mas eu conheci menina que teve uns 10 filhos (Colaboradora 2, trecho de entrevista, 27/09/2023).

Para complementar a compreensão sobre as condições iniciais do trabalho nos hotéis, a Colaboradora 3 relembra sua primeira experiência em um dos quartos.

Ah, no início, você fica meio inibida, né? (Uhm). Porque aqui não tinha... A zona não era como é hoje. Você lavava em uma baciazinha de plástico, entendeu? Você tinha que pegar água na outra vasilha para jogar... Não existia

camisinha... Não tinha nada não. Nada, nada, nada. Todo mundo... Era no pelo mesmo (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023).

A fala da Colaboradora 3 revela não apenas as condições precárias enfrentadas pelas mulheres que trabalhavam nos hotéis da Guaicurus, mas também a ausência de informações e orientações básicas no início da atividade, o que agravava a vulnerabilidade diante da falta de estrutura sanitária e proteção sexual. A menção à “baciazinha de plástico” e à inexistência de preservativos é retomada pela Colaboradora 3, que relembra o início de sua trajetória com certo constrangimento: “no início você fica meio inibida, né?”. Em seu relato, é possível perceber uma mistura de desconhecimento, imprevisto e ausência de cuidado institucional. O trecho “era no pelo mesmo” não apenas reforça a precariedade, mas sinaliza uma época anterior à disseminação de informações sobre o HIV/Aids, quando o sexo sem preservativo era naturalizado.

A narrativa da Colaboradora 2 reforça o cenário de vulnerabilidade e desinformação do período pré-epidemia de Aids. A falta de preservativos, as condições sanitárias básicas e o relato sobre a colega com “10 filhos” evidenciam a vulnerabilidade e os riscos inerentes à prática do sexo sem proteção. Sua transição das ruas para os hotéis, motivada pelo cansaço e pelas contas a pagar, ilustra a busca por condições de trabalho menos árduas. A frase “era nós por nós” ressalta a ausência de apoio institucional e a solidão enfrentada por essas mulheres, que dependiam exclusivamente da própria força e da solidariedade entre elas. Essa autonomia forçada, em um contexto de desamparo, demonstra a capacidade das trabalhadoras de buscar alternativas para sua sobrevivência e a de suas famílias, mesmo diante de um cenário de invisibilidade e desproteção estatal. A subjetividade surge aqui como um motor de reorientação da vida, um processo de construção de novos caminhos de existência.

A Colaboradora 2 complementou seu relato, destacando as duras realidades do cotidiano nos hotéis de sexo:

É, porque era sem preservativo na época, sabe? E era assim, antigamente o gerente, se não pagasse diária, eles mandavam as mulheres descerem a qualquer hora. Tinha uns que humilhavam, sabe? E era desse jeito. Era muita droga. Era muita droga na época, sabe? E, nos hotéis, na maioria dos hotéis... O meu era o Hotel Brasil, e ele já fechou, tinha a Ângela que vendia bebida. Tinha tudo quanto é tipo de bebida. Então, era na portaria lá embaixo. Então era bebida, em cima tinha muito traficante, sabe? Então, era assim... E o gerente agora mudou, porque antigamente ouvi dizer que gerente até batia nas trabalhadoras, sabe? Era desse jeito. E não tinha lugar para a gente fazer teste rápido... Eu lembro que o primeiro teste de HIV que eu fiz, eu tive que pagar muito caro. Foi assim... Porque aí começou o negócio do HIV, aí eles falaram assim: “Quem não fizer o teste não vai poder trabalhar aqui”. E os donos dos

hotéis fizeram um negócio lá com uma clínica, então davam o endereço para a gente e a gente tinha que ir naquele endereço, e aí, meu filho, era caro e a gente pagava o teste de HIV (Colaboradora 2, trecho de entrevista, 27/09/2023).

Este trecho do depoimento da Colaboradora 2 é fundamental para compreender a estrutura de exploração e vulnerabilidade que marcava o trabalho sexual na Guaicurus nos anos 1980. A pressão por pagamento das diárias, a humilhação, a presença de drogas e traficantes, e a violência física e simbólica compõem um cenário de abusos e ausência de direitos. A chegada da epidemia de HIV/Aids, embora tenha forçado a introdução de testes, o fez de forma que transferia o custo e a responsabilidade para as próprias trabalhadoras, evidenciando uma mercantilização da saúde e a ausência de políticas públicas acessíveis para essa população marginalizada. Essa dinâmica revela um corpo social que estigmatiza, mas, ao mesmo tempo, explora, fazendo da marginalização um sistema de violências e precariedades que afetam diretamente a subjetividade e a dignidade das trabalhadoras. A subjetividade, aqui, é moldada pela experiência da violência e da instrumentalização.

Essas trajetórias individuais estão profundamente ligadas às transformações urbanas que moldaram a região da Guaicurus. Na década de 1980, intervenções no espaço urbano deslocaram dinâmicas sociais e reorganizaram os circuitos do trabalho sexual na cidade. Segundo Medeiros (2001), a reconfiguração da Lagoinha (marcada por obras de mobilidade e pela extinção da Praça Vaz de Melo) alterou o funcionamento local e levou ao deslocamento de mulheres que atuavam no bairro do Bonfim. Muitas passaram a ocupar a Guaicurus, intensificando sua centralidade e protagonismo nesse contexto.

Esse processo foi aprofundado com a construção do Complexo da Lagoinha, concluído em 1985 e, no ano seguinte, com a implantação do metrô metropolitano. Embora apresentados como parte de um projeto de modernização da cidade, esses empreendimentos contribuíram para isolar a Guaicurus no tecido urbano e acentuando os processos históricos de exclusão, o que reforçou sua associação à marginalidade e ao trabalho sexual (Freire, 2009). Foi nesse contexto que, aproximadamente três anos depois, a Colaboradora 2 se transferiu para os hotéis de sexo da Guaicurus. As mulheres cisgênero que exerciam o trabalho sexual nas ruas de regiões como Lagoinha, Bonfim e Centro eram frequentemente consideradas “trabalhadoras em final de carreira” (Andrade; Teixeira, 2004), designação que refletia a percepção de serem mais velhas ou menos atraentes para os estabelecimentos mais requintados. Os atendimentos geralmente ocorriam em hotéis de alta rotatividade, no centro da cidade, ou nos carros dos clientes (Andrade; Teixeira, 2004).

Andrade e Teixeira (2004) também apontam que as travestis enfrentavam mais dificuldades de acesso a hotéis e motéis, preferindo as ruas do Centro para o primeiro contato, devido ao maior anonimato. Esse contexto evidencia as múltiplas camadas de estigma e exclusão que permeavam o trabalho sexual na cidade, não apenas pela atividade em si, mas pelas interseccionalidades de gênero, idade e raça. A subjetividade dessas mulheres é atravessada por essas categorizações sociais, que moldam suas trajetórias e suas possibilidades de atuação e visibilidade no espaço urbano.

Apesar de reunir relatos sobre as décadas de 1970 a 1980, as entrevistas realizadas não abordaram diretamente o território da Guaicurus durante os anos 1990 e 2000. Essa lacuna reflete uma limitação do recorte empírico da presente pesquisa, que não contemplou participantes com vivências significativas nesse período. Trata-se de um intervalo relevante, especialmente considerando o surgimento, desde o início da década de 1990, de hotéis voltados especificamente para o trabalho sexual de mulheres trans e travestis na região, conforme aponta o diagnóstico (Belo Horizonte; PUC Minas; Aprosmig, 2023). Tal aspecto abre possibilidades para futuras investigações, que explorem como essas transformações se articularam às dinâmicas de gênero, classe e território na Guaicurus.

A ausência de menções diretas também pode estar relacionada a mudanças significativas nos modelos de oferta e consumo do trabalho sexual, marcado pela crescente presença de videolocadoras (estabelecimentos comerciais que ofereciam a locação de filmes em formatos físicos, como DVDs ou VHS) e dos serviços de telessexo (interações sexuais mediadas por voz, ao telefone). Esses novos formatos transformaram a circulação do desejo e a mediação entre trabalhadores sexuais e clientes.

A partir dos anos 2000, com a expansão da internet, muitas trabalhadoras deixaram os anúncios em jornais de lado, passando a utilizar plataformas digitais para divulgar seus serviços, negociar valores e selecionar atendimentos. Essa mudança alterou parte do cotidiano nas ruas e nos hotéis da região (Santos, 2021), impactando os modelos tradicionais do trabalho sexual presencial. No entanto, em vez de desaparecerem, os hotéis e o trabalho sexual presencial na Guaicurus demonstraram resiliência, adaptando-se para competir com a lógica individualizada e descentralizada das novas tecnologias digitais.

O lazer, assim como o trabalho sexual, também passou a ser consumido de outras formas. Muitos clientes migraram para experiências mediadas pela internet, como salas de bate-papo e transmissões ao vivo (França, 2015), nas quais o prazer é buscado de forma individual, voluntária e mediada por uma tela. Esses espaços oferecem um tipo de entretenimento sexual privado, geralmente acessado em ambientes domésticos, o que alterou as formas de interação e

presença no território da Guaicurus, sem, contudo, anular sua relevância como espaço físico de encontro e consumo sexual.

Essa transformação está de acordo com o que Bernstein (2008) identifica como a reconfiguração contemporânea do sexo como forma de lazer e consumo. Ao invés de estar vinculado apenas à intimidade ou à troca direta de serviços presenciais, o sexo se torna uma experiência comercializada, mediada por tecnologias e oferecida em uma variedade de formatos (vídeos, *chats*, telefonemas, sites), articulando o desejo à lógica do mercado e ao consumo de experiências erotizadas. Trata-se de uma erotização do lazer ou de uma “indústria do entretenimento sexual”, que reorganiza as práticas e os espaços de sociabilidade sexual.

Mesmo com essas mudanças, a Guaicurus seguiu ativa como espaço de trabalho sexual presencial. A procura por atendimentos com profissionais do sexo nos hotéis se manteve, e novos estabelecimentos voltados para o consumo de conteúdo audiovisual erótico começaram a fazer parte da paisagem da região. Cinemas com filmes pornográficos e cabines individuais surgiram ao longo do tempo, organizados em dois ambientes, com entradas separadas. De um lado, as salas de cinema com exibição de filmes pornográficos heterossexuais; de outro, as cabines de vídeo, onde circulam produções com diferentes tipos de corpos, incluindo conteúdos com homens, pessoas trans e travestis (Santos, 2023).

Em ambos os ambientes, há possibilidade de interação (Santos, 2021). Nas cabines, onde não é permitida a entrada de mulheres, homens maiores de 18 anos podem assistir aos filmes sozinhos ou buscar encontros entre si. Essa organização chama a atenção para o modo como o acesso ao lazer é regulado no espaço, pois, enquanto o cinema é voltado para o consumo coletivo de conteúdos heterossexuais, as cabines funcionam como espaços privados, restritos e segmentados, que possibilitam outras formas de vivência do desejo, ainda que mediadas por regras que limitam a participação de determinados sujeitos. A restrição de acesso para mulheres, por exemplo, impede a presença de profissionais do sexo ou de clientes que não se enquadram nas normas definidas por esses estabelecimentos (Santos, 2021).

Além da exibição de vídeos, esses locais também vendem bebidas alcoólicas e produtos sexuais. Os clientes podem escolher entre uma seleção fixa de filmes organizada pelo próprio estabelecimento ou solicitar outros títulos do acervo. Mesmo com a presença de diferentes públicos e práticas, a maior parte da programação desses espaços permanece voltada à pornografia heterossexual, o que evidencia uma estrutura que privilegia determinados conteúdos e público em detrimento de outros.

A ausência de narrativas diretas sobre os anos 1990 e 2000 nas entrevistas realizadas não indica a desativação da Guaicurus como território de lazer e trabalho sexual. Ao contrário,

esse silêncio pode refletir uma mudança nas formas de vivência e memória do espaço, marcada por uma reorganização dos modos de presença e uso do território. Nesse período, práticas presenciais e virtuais passaram a coexistir, com transformações nas formas de circulação do desejo, na intermediação entre profissionais e clientes e nas lógicas de consumo.

Embora as colaboradoras não tenham se detido nesse intervalo de tempo, registros indicam que a busca por atendimentos seguiu ocorrendo nos hotéis da região, enquanto novos estabelecimentos voltados ao consumo audiovisual erótico também surgiram. Essa continuidade material reafirma a Guaicurus como espaço estruturado e subsidiado por experiências sexuais, mesmo em um contexto de reconfiguração tecnológica e segmentação dos usos do território.

O movimento de trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte começou, de forma mais estruturada, com a criação da Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS/BH), em 1994, coordenada por Dos Anjos Pereira Brandão. Em entrevista realizada em 27 de setembro de 2023, a Colaboradora 1 (trabalhadora sexual, que não atuou nos hotéis da Guaicurus) relembrou esse período como um momento de construção coletiva, ressaltando que a criação da associação surgiu do desejo de enfrentar as violências cotidianas.

Aí surgiu a ideia, com o Roberto Chateaubriand, de criar uma instituição que defendesse direitos, cidadania e saúde integral da mulher. Como já convivíamos com violências nas ruas, com a falta de direitos, achei interessante o desafio — e eu gosto de desafio (Colaboradora 1, trecho de entrevista, 27/09/2023).

Segundo a Colaboradora 1, as mulheres associadas estavam insatisfeitas com os rumos da APS/BH e começaram a se organizar em torno da ideia de uma nova entidade, que realmente representasse os interesses da categoria. Entre 2007 e 2008, a Colaboradora 1 começou a se envolver ativamente na mobilização de trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte, participando de reuniões e rodas de conversa sobre direitos, cidadania e saúde integral. Em 2009, essa mobilização resultou na criação da Associação das Profissionais do Sexo de Minas Gerais (Aprosmig), com o objetivo de representar a categoria, articular parcerias e defender os direitos das trabalhadoras sexuais.

A Colaboradora 1 destacou que, inicialmente, havia desconfiança por parte das trabalhadoras sexuais, mas, com o tempo, a associação conquistou confiança e reconhecimento devido ao seu trabalho, que inclui ações educativas, apoio psicológico, jurídico, e prevenção de ISTs. “Sendo então, uma associação sem fins lucrativos que atua na defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais em Minas Gerais [...] a presença da entidade é reconhecida como

importante” (Colaboradora 1, trecho de entrevista, 27/09/2023). Hoje, a Aprosmig atua não apenas em Belo Horizonte, mas também em outras cidades e em diferentes espaços de trabalho sexual, como hotéis e boates, contribuindo para a redução do estigma e para a defesa de direitos, mesmo enfrentando desafios e resistência social.

A reflexão sobre os movimentos sociais e de mulheres no Brasil (Bonalume, 2020) ajuda a situar esse processo. A autora observa que tais movimentos, embora fundamentais para a transformação social, enfrentam um contexto de transição e mudanças contínuas, e que as barreiras estruturais (como a associação cultural ao espaço doméstico, a responsabilidade pelo cuidado e a exclusão dos espaços de poder) atravessam o cotidiano das trabalhadoras sexuais, cujas experiências são marcadas pelo estigma e pela exclusão.

A partir da década de 2010, é possível perceber uma inflexão importante na dinâmica do território. Com a criação e o fortalecimento da Aprosmig, novas formas de organização, cuidado e visibilidade política passaram a atravessar a experiência cotidiana das trabalhadoras sexuais. No entanto, esse período também foi marcado pela intensificação de desafios estruturais, como a ausência de políticas públicas específicas e a persistência de condições precárias de trabalho. Essas tensões revelam que a permanência das mulheres na Guaicurus exige, ao mesmo tempo, estratégias coletivas e reinvenções individuais.

4.2 Trajetórias de entrada e redes de sociabilidade no trabalho sexual

A partir de 2010, a região da Guaicurus passou por uma reconfiguração impulsionada pela era digital e pelo fortalecimento de redes de apoio e solidariedade entre as trabalhadoras sexuais. A chegada de novas profissionais e a consolidação de estruturas como a Aprosmig marcaram um período de adaptação e resiliência. A trajetória da Colaboradora 4, por exemplo, contribui para compreender os modos de entrada e permanência na região, ilustrando a importância dessas redes.

A Colaboradora 4 foi entrevistada na manhã de 2 de outubro de 2023. Mulher cisgênero, parda, com ensino médio completo, ela demonstrou conforto ao tratar do tema, relatando inclusive ter participado anteriormente de outra entrevista sobre trabalhadoras sexuais. Para ela, conversar sobre o assunto fazia parte do cotidiano. O clima da entrevista manteve-se informal. Adotei uma postura flexível, reafirmando que a gravação do áudio poderia ser pausada a qualquer momento e que não havia um roteiro fixo. Ela respondeu com tranquilidade, confirmando que estava pronta para começar.

A Colaboradora 4 chegou a Belo Horizonte há cerca de 11 anos, após o término de um relacionamento em São Paulo. Convidada por uma amiga que já atuava no Hotel Brilhante, mudou-se para a cidade e iniciou o trabalho sexual na região.

Eu sou paulista. Eu vim de um relacionamento que acabou mal, vim para cá com uma amiga que trabalhava no Hotel Brilhante, ela me indicou para vir para cá, como eu já era trabalhadora do sexo, ela me falou dos “sobe e desce” daqui de Minas Gerais. Tem 11 anos que eu vim para cá e, desde então, eu fiquei. E, desde lá, eu trabalho como profissional mesmo (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023).

A entrada de novas trabalhadoras na Guaicurus é frequentemente mediada por redes de amizade e indicação, como observado no caso da Colaboradora 4. Essas redes informais, ancoradas na confiança pessoal e no compartilhamento de experiências, contribuem para naturalizar o caminho até o trabalho sexual, reduzindo a incerteza inicial e facilitando a adaptação ao território. Em paralelo, a atuação da Aprosmig representa uma forma de suporte estruturado, pautada na defesa de direitos, na mediação de conflitos e no fortalecimento da categoria. Embora operem a partir de lógicas distintas, essas duas redes (a informal e a institucional) coexistem na Guaicurus, podendo se complementar no acolhimento de novas trabalhadoras ou, em alguns casos, divergir quanto às estratégias de organização e mobilização política.

Em entrevista, a Colaboradora 3 menciona que duas de suas filhas foram para a “zona” por vontade própria: “problema delas!” — diz ela, reiterando que nunca incentivou nem trouxe mulheres para o local. Segundo seu relato, ambas desistiram ao perceber que “não dava certo” e “cascaram fora” (Colaboradora 3, trecho de entrevista, 20/09/2023). Essa fala revela que a entrada na profissão pode ocorrer por escolha individual, mas também que, em alguns casos, determinados caminhos podem se repetir dentro da mesma família, mesmo que não haja imposição direta.

O que parece atrair muitas mulheres é, antes de tudo, a urgência de garantir meios básicos de subsistência tanto para si quanto para suas famílias. A entrada na Guaicurus apresenta-se, assim, como uma estratégia concreta diante de condições de vida precárias, em contextos em que o acesso ao trabalho formal, à saúde e ao consumo é frequentemente limitado. Diante do cenário de escassez, a obtenção rápida de dinheiro não é uma escolha meramente oportunista, mas uma alternativa prática, orientada pela necessidade de sobrevivência e pela busca por dignidade e qualidade de vida. O rendimento obtido com essa ocupação frequentemente subsidia o sustento familiar, permitindo a aquisição de bens essenciais,

autocuidado e, em alguns casos, o acesso a serviços de saúde privados, representando a conexão intrínseca entre a renda e a capacidade de viver dignamente (França, 2017; Couto *et al.*, 2022).

Redes informais, formadas por amigas ou conhecidas, bem como comentários esparsos sobre o trabalho sexual como uma possibilidade, sugerem esse caminho e contribuem para sua naturalização e viabilidade. Assim, o quadro de trabalhadoras sexuais se sustenta por meio de interações cotidianas, que funcionam como canais de informação ativados especialmente quando as condições materiais exigem respostas rápidas. Nesses casos, o ingresso na atividade aparece como uma alternativa prática diante das limitações de acesso ao trabalho formal e à renda estável, e as redes informais, por sua vez, podem coexistir com associações formais no acolhimento e na orientação das trabalhadoras.

Nesse contexto, a Aprosmig emerge como uma rede de suporte fundamental para as trabalhadoras da região, oferecendo recursos e serviços que transcendem as indicações informais. Durante a entrevista, explorei não apenas a trajetória profissional da Colaboradora 4, mas também aspectos de sua identidade e contexto pessoal. Ao longo dos 11 anos, ela encontrou na associação um espaço significativo em sua vida, revelando uma parte importante de sua jornada e experiência como trabalhadora sexual na capital mineira.

Sim, eu estava precisando de preservativo, eu não tinha conhecimento da região, tinha acabado de chegar de São Paulo e aí as meninas me falaram da Aprosmig, que entregava preservativo. E aí, foi quando eu vim buscar e conheci todo mundo... e nisso de eu vir buscar preservativo todo dia, eu fiz amizade. E nem sabia da questão de testagem, de psicologia, não sabia de nada disso, só do preservativo mesmo (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023).

A fala da Colaboradora 4 revela como a oferta de itens básicos, como preservativos, funciona como ponto de aproximação e construção de confiança entre a Aprosmig e as trabalhadoras sexuais recém-chegadas à região. Esse primeiro contato, motivado por uma necessidade imediata e concreta, abre espaço para que a associação apresente gradualmente outros serviços (como atendimento psicológico e testagem), ampliando a rede de cuidado e apoio. Trata-se de uma estratégia que alia resposta rápida a demandas urgentes, com a criação de vínculos duradouros, fundamentais para sustentar ações de proteção social e defesa de direitos.

No que se refere à rotina diária, segundo a Colaboradora 4 e outras interlocutoras, o funcionamento dos hotéis da Guaicurus é organizado em dois turnos: das 8h às 16h e das 16h às 23h, com horários reduzidos aos domingos e feriados. As diárias variam entre R\$70,00 e R\$250,00, e os estabelecimentos têm regras afixadas nas recepções. As trabalhadoras sexuais

realizam seus atendimentos de forma autônoma, negociando diretamente com os clientes. O papel dos hotéis restringe-se à oferta da infraestrutura e à cobrança pelo uso do espaço, sem qualquer envolvimento nas definições de preços, abordagens ou formas de atendimento.

Ainda que não se observe uma regra rígida e universal, existe uma hierarquização entre os hotéis da região da Guaicurus, que varia conforme mudanças estruturais e administrativas dos estabelecimentos. Essa hierarquia, por vezes informal e baseada em percepções das trabalhadoras, está ligada a fatores como reformas, reinaugurações (mesmo que apenas com mudança de nome e administração) e, em alguns casos, a associações às características demográficas e sociais das profissionais — como idade, cor, origem regional ou identidade de gênero. Tal dinâmica materializa no espaço urbano o que já foi discutido anteriormente sobre a matriz de inteligibilidade (Butler, 2016, 2018, 2019), reforçando a centralidade de determinados corpos no mercado sexual e marginalizando outros.

Antigamente, era comum a percepção de que hotéis como o Brilhante, localizado na parte superior da Rua Guaicurus (sentido Rodoviária), em contraste com os da parte inferior (sentido Estação Ferroviária), concentravam as trabalhadoras mais jovens e que atendiam aos padrões estéticos normativos. A partir dele, o “nível” de outros hotéis supostamente “caía”, e apelidos pejorativos eram frequentemente atribuídos a locais considerados menos desejáveis, como o antigo Hotel Imperial, apelidado de *Castelo das Bruxas* por abrigar trabalhadoras mais velhas e fora dos padrões estéticos valorizados na época (Barreto, 2015).

Os apelidos atribuídos a esses hotéis — Sacolão, Pastelão, Atacadão, Esquinão — compreendem expressões coloquiais que associam os locais a estabelecimentos de baixo custo e venda de produtos em massa, estendendo-se, simbolicamente, às profissionais mais velhas ou fora dos padrões estéticos valorizados na época.

Trata-se de um discurso que reforça o etarismo⁴⁵ e a mercantilização dos corpos das mulheres, marcando, inclusive, uma divisão territorial informal do trabalho sexual. Essa linguagem cristaliza normas sociais sobre juventude, beleza e produtividade sexual, marginalizando ainda mais as mulheres que resistem à lógica do descarte etário no trabalho sexual (Santos, 2023).

⁴⁵ No contexto do trabalho sexual, o etarismo se expressa por meio da desvalorização simbólica e econômica de mulheres mais velhas, que passam a ser percebidas como menos desejáveis segundo padrões hegemônicos de juventude e beleza. Essa lógica, baseada na associação entre valor sexual e aparência física, impacta diretamente as oportunidades de trabalho, os valores cobrados pelos programas e os espaços onde essas mulheres atuam. Trata-se de um marcador de desigualdade que opera em articulação com outros, como classe, raça e estética corporal. Definição construída a partir da análise dos dados empíricos.

Atualmente, essa hierarquia se reflete nos preços cobrados e na composição de clientes e trabalhadoras. Essa diferenciação não se dá apenas no plano econômico, mas na forma como marcadores sociais organizam quem ocupa cada espaço. Nos hotéis considerados “melhores”, como o Brilhante, é mais comum encontrar mulheres jovens, de pele mais clara, que circulam com maior margem para negociar valores, horários e tipos de atendimento.

Já nos hotéis com diárias mais baixas, frequentemente apelidados de “sacolão”, concentram-se mulheres negras, mais velhas ou recém-chegadas ao trabalho, que enfrentam maior pressão para aceitar programas por valores menores e com menor poder de negociação, muitas vezes em condições mais precárias.

Essas dinâmicas revelam como a hierarquia entre hotéis funciona como um dispositivo de ordenamento interno, que apresenta possibilidades, restrições e expectativas de acordo com raça, idade, aparência e tempo de permanência na Guaicurus. Trata-se de uma forma de privilégio interno que opera pela combinação entre poder aquisitivo dos clientes, normas implícitas de adequação estética e desigualdades estruturais que antecedem o ingresso no trabalho sexual. As condições de trabalho nesses hotéis são precárias e envolvem cobranças adicionais por itens básicos, como roupas de cama, produtos de higiene e preservativos, conforme relatado pela Colaboradora 2. Embora alguns estabelecimentos permitam o uso da cozinha, outros, que possuem bares próprios, cobram por qualquer consumo, incluindo água, refeições e café. As modalidades de aluguel (pernoite ou mensalidade) são definidas diretamente, em acordos entre a gerência e a trabalhadora.

A atmosfera nos hotéis é marcada por uma sobreposição sensorial de sons, perfumes, rostos e tonalidades, refletindo um universo heterogêneo de trabalhadoras sexuais e clientes. O programa sexual, como prestação de serviço, começa com uma negociação direta e verbal entre a trabalhadora e o cliente, na qual são definidos três aspectos fundamentais: as práticas sexuais envolvidas, o valor do serviço e o tempo de duração. Essa etapa antecede o encontro propriamente dito e representa uma parte crucial da organizacional do trabalho.

Tipicamente, os programas têm uma duração média de 10 a 20 minutos, com valores iniciais entre R\$25,00 e R\$50,00. O preço final varia conforme as práticas acordadas. Um programa básico, por exemplo, pode incluir sexo oral e penetração vaginal, “três posições e uma chupadinha” (Oliveira, 2008; Santos, 2011; Santos, 2021). A análise interpretativa sobre os serviços oferecidos e as dinâmicas estabelecidas será aprofundada nas páginas seguintes.

Como observado durante a pesquisa de campo, a clientela e a composição das trabalhadoras nos hotéis da Guaicurus vêm se diversificando, mas ainda há marcas de exclusão e seletividade. Apesar de já existirem hotéis voltados para o trabalho sexual de mulheres trans

e travestis, como aponta o diagnóstico elaborado pela Aprosmig, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte e a PUC Minas (2023), sua presença na região sempre foi marcada por disputas e restrições. Atualmente, restam apenas dois desses hotéis, ambos sob a mesma administração, o que revela uma significativa redução dos espaços destinados a essas profissionais.

Apesar dessa diversidade, a distribuição das trabalhadoras pelos hotéis nem sempre é equilibrada, e certas administrações adotam critérios próprios para definir quem pode atuar em seus espaços. Esses critérios, informais e variáveis, influenciam a circulação das profissionais pela região e, em alguns casos, restringem o acesso a determinados estabelecimentos. Essa dinâmica se reflete no cotidiano do trabalho, pois afeta tanto as possibilidades de ganho quanto a sociabilidade entre as trabalhadoras.

Embora alguns hotéis ofereçam moradia, essa possibilidade depende de acordos informais com os gerentes, sem critérios transparentes. Em muitos estabelecimentos, a ausência de áreas comuns, como bares ou espaços de convivência, reforça o caráter impessoal da relação entre trabalhadoras e clientes. A atividade dos hotéis é registrada oficialmente como prestação de serviço de hospedagem, o que os exime de qualquer vínculo formal com o trabalho sexual (Santos, 2021). Essa configuração legal transfere integralmente a responsabilidade pelo exercício da atividade para as trabalhadoras, e reforça a ausência de suporte institucional e a invisibilidade do trabalho sexual diante do Estado. Na prática, essa condição impede que as profissionais acessem a justiça em disputas com os gerentes ou tenham direito a garantias mínimas, como previdência, férias ou licenças, perpetuando um quadro de desproteção que reforça a marginalização histórica sofrida pela categoria.

O cliente entra no hotel, sobe as escadas e já tem acesso aos corredores onde estão localizados os quartos de atendimento. As trabalhadoras escolhem como se posicionar nesse espaço: algumas ficam na porta, abordando ou convidando os clientes; outras preferem permanecer dentro do quarto, deitadas, sentadas, limpando, dançando, usando o celular ou conversando com colegas. Há quem opte por estar vestida, enquanto outras ficam seminuas ou nuas.

Os hotéis funcionam como estruturas organizadoras de uma economia baseada na venda de experiências sexuais. A Colaboradora 4, por exemplo, não mora nos hotéis. Ela vive com os filhos e trabalha durante a semana no BH de Mãos Dadas. Ao sair do serviço, vai direto para casa, onde cuida das tarefas domésticas e das crianças. Nos finais de semana, se o filho está com o pai, ela aproveita para trabalhar nos hotéis. Caso contrário, permanece em casa.

Fico com as crianças. Eu já fui muito de lazer, muito de curtidão. Hoje em dia eu sou mais caseira. Assim que eu cheguei em Belo Horizonte, eu curtia muito, eu farreava muito, ia para barzinho, show. Hoje em dia, não, hoje em dia eu tô mais cansada, a idade vai chegando, o meu trabalho é cansativo do BH de mãos dadas, então essa pausa que eu tenho do meu serviço e ir para casa, eu fico com as crianças mesmo. Eu saio do serviço, pego ônibus e vou direto para casa. Aí chego em casa já sabendo que tem as coisas para fazer, tem que lavar roupa, fazer comida, mas assim, eu dou preferência de ficar com as crianças. Mas num fim de semana que meu outro filho, que é mineiro, vai pro pai, aí eu vou para o hotel trabalhar, mas no fim de semana que ele não vai pro pai, eu fico em casa (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023).

O relato da Colaboradora 4 evidencia a sobreposição entre o trabalho formal e o trabalho sexual, revelando uma rotina marcada pela pluralidade ocupacional e pela necessidade de combinar diferentes estratégias de geração de renda. Essa articulação envolve conciliar um emprego formal extenuante com o trabalho sexual, realizado em horários e dias específicos, ajustando-se às demandas familiares e às oportunidades do mercado. Tal dinâmica requer planejamento constante e capacidade de adaptação, características presentes na experiência de muitas trabalhadoras sexuais da Guaicurus.

Em relação aos finais de semana, a Colaboradora 4 observa que, no domingo, o movimento é menor, devido à Feira Hippie⁴⁶, considerada por ela como um espaço voltado para o passeio familiar, ainda assim, ela trabalha nesse dia, para obter algum dinheiro:

É fraco, não bomba não, porque a feira hippie é muito familiar, então, eu venho trabalhar domingo e eu não vejo esse movimento não. A feira é muito familiar, é mais passeio de família mesmo. No sábado que é mais, porque ainda tem alguns lugares abertos, aí vem uns homens sozinhos para cá, então dá mais movimento no sábado, domingo é mais parado mesmo (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023).

Ela também avalia que os shoppings populares, como o Oiapoque e o Xavantes, localizados nas proximidades, têm papel importante no fluxo de clientes. Segundo ela, esses locais funcionam como pretexto para que homens frequentem a área.

Aqui, eu acredito que o Oiapoque e o Xavantes ajudam muito, quando eles estão fechados acaba o movimento. Porque é a desculpa que eles arrumam de vir aqui, porque o Oiapoque é aqui do lado, a Guaicurus é aqui. “Ah, eu vou lá no Oiapoque comprar uma peça”. Essa peça vai durar duas horas, entendeu? É a desculpa que eles têm, porque se não tivesse os dois shoppings aqui não

⁴⁶ Tradicional feira de artesanato e variedades de Belo Horizonte, conhecida popularmente como Feira Hippie. Oficialmente denominada Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, o evento é o maior a céu aberto da América Latina e ocorre aos domingos na Avenida Afonso Pena, por isso também é amplamente conhecida como Feira da Afonso Pena (Belo Horizonte, 2018).

teria motivo para eles estarem vindo aqui (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023).

A Colaboradora 2 também se recorda de que, antes mesmo da instalação dos shoppings, já havia circulação de pessoas de diferentes partes da cidade e do estado, muitas vezes aproveitando deslocamentos para outros fins como justificativa para frequentar a região. Segundo ela, era comum que homens que acompanhavam as esposas na Feira Hippie alegassem que iriam tomar uma cerveja ou comer algo, retornando mais tarde para reencontrá-las.

A observação da Colaboradora 4 e da Colaboradora 2 sobre os shoppings e a feira como “desculpa” para visitar a Guaicurus revela uma dinâmica em que práticas socialmente aceitas, como compras, funcionam como fachada para experiências que se distanciam das normas consideradas “respeitáveis”. Como aponta Castilho (2023), certas práticas de lazer subvertem o que é instituído como “normal” ou “saudável”, pois representam a busca por prazer, gozo ou felicidade em atividades que a sociedade tende a considerar marginais. Esse enquadramento ajuda a compreender como o comércio formal da área e o mercado sexual estabelecem conexões sutis, nas quais a fronteira entre o legitimado e o transgressor se torna porosa.

Esse padrão de deslocamento e uso da região mostra a relação entre a Guaicurus e o comércio urbano. O fluxo de pessoas é sustentado por atividades que, embora não estejam formalmente ligadas ao trabalho sexual, contribuem para a dinâmica da região.

Outro fator de impacto no trabalho sexual contemporâneo foi a crise sanitária global. A pandemia de covid-19, oficialmente reconhecida pela OMS em 11 de março de 2020, teve seu primeiro caso confirmado no Brasil em 26 de fevereiro daquele ano. Pouco depois, por meio da Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, foi decretado o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus no país (Brasil, 2020). Esse contexto evidenciou as vulnerabilidades estruturais já presentes no cotidiano das trabalhadoras sexuais. Com o fechamento temporário dos hotéis e a suspensão das atividades, parte delas se viu impedida de trabalhar, comprometendo seriamente sua sobrevivência e o acesso a necessidades básicas.

Além do impacto imediato, a pandemia intensificou tendências que permanecem na dinâmica da Guaicurus, como a digitalização dos atendimentos, a diversificação das estratégias de renda e a ampliação da demanda por apoio psicossocial, dimensões que fizeram com que a atuação da Aprosmig se tornasse ainda mais relevante.

Como relatam Santos e Eugenio (2020), “a paralização dos mesmos influenciou diretamente nas atividades das trabalhadoras do sexo que, com os hotéis fechados, não puderam

mais alugar os quartos para seus atendimentos e/ou moradia” (p. 374). A Colaboradora 4 corrobora essa afirmação, alegando que:

[...] foi muito difícil para as meninas, que muitas não eram daqui. Teve questão de arrumar alojamento para as meninas ficarem porque não estava tendo viagens, as meninas acabaram que ficaram presas, que não tinham dinheiro para poder ir embora porque não estava trabalhando (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023).

A associação organizou a distribuição de cestas básicas, buscou abrigos e manteve o atendimento às mulheres por telefone e em espaços alternativos, como o estacionamento de um supermercado, já que a sede permanecia fechada (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023). Um dos maiores desafios enfrentados foi a resistência dos clientes às medidas sanitárias. A Colaboradora 4 relata:

Eles não queriam usar máscara para entrar, eles não faziam higienização com álcool. Então, aí eles começaram a colocar nas portas... Mas eles não estavam aderindo os clientes, estava tendo muita confusão por causa disso, que as meninas estavam com medo (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023).

A negligência dos frequentadores, somada à alta rotatividade de pessoas vindas de outros estados, aumentava o risco de contaminação. Segundo a Colaboradora 4, muitos hotéis sequer exigiam comprovante de vacinação, tanto de clientes quanto de trabalhadoras, e falhavam em garantir o mínimo de segurança, apesar de lucrarem com a atividade. Em meio a esse cenário, a Aprosmig foi o único suporte efetivo para a vacinação: “teve uma equipe que veio aqui para vacinar as meninas [...] porque muitas não estavam tomando porque eram de outra cidade e o cartão de vacina não estava aqui” (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023).

A pandemia expôs vulnerabilidades ainda mais agudas. A Colaboradora 4 relatou que a resistência dos clientes em aderir às medidas de higiene gerou muita tensão e conflito, expondo as trabalhadoras a riscos significativos. Sem ações governamentais eficazes ou regulamentação das práticas nos hotéis, elas ficaram muito mais expostas. Nesse cenário, redes comunitárias como a Aprosmig organizaram medidas mínimas de cuidado. Ao se recordar daquele período, com a oferta de vacinação e o fechamento, por três meses, dos hotéis, a Colaboradora 4 afirmou:

[...] esse caos todo durou três meses [...] mas foram três meses muito longos, três meses que pareciam um ano..., mas depois dos três meses que chegou essa vacina foi aliviando mais um pouco. Mas depois disso nada voltou ao normal (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023).

O medo de possíveis reações adversas da vacina era mais um obstáculo, pois adoecer significava não trabalhar e ainda ter que arcar com os custos da diária: “Se der reação, como que eu vou trabalhar? Eu vou passar mal e vou ter que pagar diária passando mal” (Colaboradora 4, trecho de entrevista, 02/10/2023). Essa realidade demonstra a ausência de suporte institucional e a falta de reconhecimento dessas mulheres como cidadãs de direitos, especialmente em relação à ausência de políticas sociais específicas, como destacam Santos e Eugenio (2020).

A entrevista com a Colaboradora 6 descreve a atuação da associação no que diz respeito ao suporte psicossocial, intensificada durante a pandemia de covid-19, período em que o sofrimento psíquico entre as trabalhadoras sexuais aumentou significativamente. A Colaboradora 6 relatou que, no período pós-pandêmico, houve um crescimento expressivo da procura por acolhimento psicológico: “principalmente, né, considerando assim pós-pandemia, que aumentou muito os casos [...] da população em relação à saúde mental. E aí várias demandas também [...] das trabalhadoras sexuais” (Colaboradora 6, trecho de entrevista, 04/10/2023). Atualmente, mais de 70 pessoas buscam atendimentos psicossociais e clínicos na associação.

As causas desse sofrimento estão diretamente ligadas às condições de vida e trabalho durante a pandemia: o fechamento dos hotéis, a interrupção da renda, a insegurança alimentar e o medo da contaminação. A esses fatores somam-se o estigma social e as violências, que atingem de forma mais intensa mulheres negras, travestis e transexuais.

O isolamento social, durante a pandemia, foi uma medida para reduzir a propagação do vírus, incluindo casos assintomáticos (Santos; Eugenio, 2020). O fechamento temporário dos hotéis da Guaicurus obrigou muitas trabalhadoras sexuais a buscarem alternativas de sustento na esfera digital, como sites de videochamada, venda de fotos e vídeos eróticos e atendimentos por aplicativos de mensagens. Essas soluções, embora nem sempre seguras, garantiram alguma renda no período de crise sanitária e distanciamento social, mas também introduziram novas formas de trabalho e exposição sem qualquer amparo jurídico.

Embora adotada inicialmente como solução emergencial, a digitalização permaneceu no pós-pandemia como parte da rotina de algumas profissionais, articulando-se ao atendimento presencial, como estratégia de diversificação econômica.

Desde a precariedade dos hotéis até a ausência de apoio em situações de crise sanitária, o território da Guaicurus e as experiências das trabalhadoras sexuais envolvem uma constante negociação entre vulnerabilidade e busca por reconhecimento. Essas narrativas evidenciam que gênero, raça, classe social e identidade de gênero não operam de forma isolada, mas se cruzam

e se sobrepõem, influenciando as condições de trabalho, o acesso a direitos e a forma como cada mulher é percebida e tratada no espaço urbano.

A contextualização histórica da Guaicurus e a interpretação das entrevistas com as colaboradoras da Aprosmig, particularmente aquelas que iniciaram o trabalho sexual em diferentes décadas, revelam que os depoimentos representam não apenas experiências individuais, mas a construção coletiva em prol de uma comunidade marginalizada. Os relatos traçam um panorama dinâmico da Rua Guaicurus, evidenciando a diversidade de vivências no trabalho sexual ao longo de décadas, atravessadas por múltiplas dimensões.

As falas das Colaboradoras 2, 3, 4 e de outras mulheres não apenas iluminam trajetórias individuais, mas revelam como a Rua Guaicurus permanece sendo um espaço vivido, atravessado por disputas em que lazer e trabalho sexual se entrelaçam, se contradizem e se ressignificam continuamente. Mais do que uma delimitação física, trata-se de um lugar onde a subjetividade atua como força de reorientação da vida. Entre o silêncio e a fala, o trabalho e o lazer, o estigma e os gestos de reinvenção, essas mulheres desenham seus próprios percursos, criando redes, vínculos e formas de presença que escapam à ordem dominante. É ali que suas vozes seguem produzindo sentidos - e reivindicando lugar.

4.3 Panorama sociodemográfico: dados do diagnóstico de 2023

Para aprofundar essa compreensão e oferecer uma base empírica sobre as trabalhadoras que atuam nesse território, apresento um panorama sociodemográfico a partir do *Diagnóstico Socioterritorial e Assessoramento às Redes de Trabalhadoras Sexuais da Guaicurus* (Belo Horizonte; PUC Minas; Aprosmig, 2023).

A mobilidade geográfica é um aspecto relevante: 78,3% das trabalhadoras são migrantes. Embora 67,5% residam em Minas Gerais (quase metade em Belo Horizonte), a presença de migrantes ressalta o deslocamento em busca de oportunidades como uma realidade desse setor profissional. Em termos de escolaridade, 43,1% possuem ensino médio completo e 16,1% têm nível superior, indicando um perfil educacional que, apesar dos desafios, busca a qualificação. Essa migração, muitas vezes marcada por rupturas familiares, apareceu nas entrevistas como tentativa de recomeço e reconstrução de autonomia.

Em diálogo com Gonzalez (1984), percebe-se que essa realidade pode ser compreendida à luz do mito da democracia racial e do complexo binário da “mulata/doméstica”, que aprisiona mulheres negras em papéis socialmente predeterminados. No cotidiano, essas mulheres enfrentam a reprodução de papéis subalternos - a “doméstica”, responsável por trabalho físico

e serviços de cuidado, e a “mulata”, cuja sensualidade é apropriada culturalmente, celebrizada em contextos como o Carnaval. Essa construção social, ao exaltar o corpo negro como erótico e exótico, atravessa outras esferas da vida social e laboral. No caso das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, parte do estigma que enfrentam dialoga diretamente com esse imaginário: a mulher negra é sexualizada e julgada a partir de estereótipos, o que interfere na percepção pública de sua atividade, na negociação com clientes e na própria organização de seus espaços de trabalho e lazer, mostrando como o racismo simbólico se sobrepõe à escolha profissional.

A leitura proposta por Gonzalez (1984) ajuda a evidenciar que essas figuras não são apenas construções simbólicas, mas orientações práticas que organizam expectativas sobre o corpo e o trabalho das mulheres negras. Na Guaicurus, essa lógica aparece quando algumas participantes relatam que determinadas práticas são direcionadas às mulheres negras por serem percebidas como mais “fortes” ou adequadas ao “serviço pesado”, como uma espécie de atualização do lugar da mucama. Ao mesmo tempo, o corpo lido como “mulata” é frequentemente associado ao desejo e ao fetiche, o que impacta a forma de abordagem dos clientes e a precificação dos serviços. Esses relatos mostram como imaginários históricos continuam operando no cotidiano, regulando não apenas o tipo de programa solicitado, mas também a posição ocupada por essas mulheres no território.

Ao analisar os perfis de migração e escolaridade das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, é possível perceber que a busca por autonomia e ascensão social encontra barreiras estruturais, mantendo a mulher negra em setores de menor prestígio e, conseqüentemente, exposta à maior vulnerabilidade. Ainda assim, o protagonismo dessas mulheres, manifestado na gestão de suas trajetórias, na negociação de espaços de trabalho e na articulação de redes de apoio, evidencia estratégias de resistência e formas próprias de cuidado sobre suas vidas, mesmo em contextos marcados por desigualdade racial e de gênero.

Sobre a saúde, 66,8% das entrevistadas não relataram problemas. Entre as que relataram, 52% mencionaram sofrimento mental; 25,6%, hipertensão; 21,7%, doenças respiratórias; 12,5%, ISTs; 5,5%, HIV; 5,4%, diabetes; e 3,1%, doenças cardiovasculares. Essas condições são tratadas de forma fragmentada e biomédica, desvinculadas das tramas sociais que as produzem. A Guaicurus enfrenta medidas de higienização intermitentes, e é possível afirmar que há negligência em relação à garantia dos direitos sexuais, reprodutivos e ergonômicos das trabalhadoras, que estão expostas a riscos significativos.

Esses dados iniciais ajudam a compreender nuances das trajetórias que dificilmente aparecem em levantamentos quantitativos. Ao mesmo tempo, abrem caminho para uma leitura sintética dos principais resultados do estudo. A análise do diagnóstico permite afirmar que os

números, por mais objetivos que pareçam, também revelam narrativas de exclusão e confirmam experiências intuídas durante a escuta de campo. O estudo estimou que cerca de 4 mil mulheres atuam na região e ofereceu pistas importantes sobre suas condições de vida, trabalho e lazer sexual. A análise do perfil etário das participantes revela uma população predominantemente jovem-adulta: quase metade (49,4%) tem entre 21 e 30 anos de idade, seguida por 26,7% na faixa de 31 a 40 anos. Essa concentração sugere um perfil dinâmico na região, similar ao identificado por Góes (2017), embora com uma redução notável na porcentagem de jovens entre 18 e 20 anos na pesquisa mais recente. Essa configuração etária está relacionada a entradas motivadas pela busca de subsistência em idades produtivas. Durante o trabalho de campo, essa juventude aparecia também na estética, nas falas sobre futuro e, por vezes, no cansaço precoce.

Ainda que o contexto macroeconômico e social tenha se transformado, as motivações fundamentais para o ingresso no trabalho sexual (especialmente a necessidade de sustento próprio e familiar) continuam sendo as mesmas. Assim, as narrativas de trabalhadoras mais jovens dialogam com as narrativas das mais antigas, como as da Colaboradora 3 e 2, que relataram trajetórias iniciadas em outras décadas, mas igualmente atravessadas por restrições de acesso a oportunidades no mercado formal. Esse paralelo sugere uma persistência estrutural nas razões que levam mulheres a ingressarem no trabalho sexual, mesmo diante das mudanças nas condições urbanas e nas dinâmicas do setor.

Esse panorama se torna ainda mais significativo quando situado no contexto de um mercado de trabalho profundamente precarizado. Segundo Clementino, Araújo e Mito (2024), após um breve período de inclusão social e expansão do emprego formal, entre 2004 e 2014, o país entrou, a partir de 2015/2016, em uma nova fase de crise econômica e política, intensificada pela pandemia, que resultou na elevação da informalidade, no desalento e na subutilização da força de trabalho. A flexibilização promovida pela Reforma Trabalhista de 2017, ao contrário do que prometia, contribuiu para um cenário de desproteção social e queda de renda, especialmente entre jovens, mulheres e pessoas negras. A entrada precoce de mulheres jovens no trabalho sexual pode ser compreendida, assim, como parte de uma resposta subjetiva a esse colapso das possibilidades no mercado de trabalho formal. Mais do que uma escolha, essa entrada revela uma tentativa de garantir renda, tendo em vista a ausência de alternativas laborais minimamente estáveis e seguras.

Os dados de autodeclaração de raça/cor são reveladores: 76,6% das trabalhadoras se identificam como mulheres negras (45,8% pardas e 30,8% pretas). Essa realidade, já presente na pesquisa de 2016 (com 67% de autodeclaradas negras), reflete a sub-representação dessas mulheres na divulgação dos serviços dos hotéis de trabalho sexual, apesar de sua expressiva

presença como profissionais. Essa invisibilidade midiática e mercadológica não é neutra: ela se articula à violência simbólica que sustenta a marginalização das mulheres negras, reforçando estigmas e hierarquias que atravessam tanto as formas de exposição quanto as oportunidades de trabalho (Bourdieu; Passeron, 2008).

Os dados mostram como a experiência das mulheres negras articula não apenas raça e gênero, mas também classe. Essa abordagem, em consonância com o que propõe Collins (2022), permite compreender as relações de poder interseccionais como resultados complexos dessas conexões históricas. Reconhecer essas diferenças identitárias é parte de uma abordagem política que, segundo Collins e Bilge (2021), busca construir alianças por meio de uma “lógica da coalizão”. Nos relatos de mulheres negras sobre os espaços que podem ou não frequentar na Guaicurus, a dimensão racial surgia atravessada por silêncios e violências sutis, que os dados ajudam a nomear com mais precisão.

Quanto ao estado civil e à maternidade, 81,7% das entrevistadas estão solteiras e 63% delas são mães. Esse dado indica uma alta incidência de mães solo, o que reforça que a urgência por retorno financeiro rápido está frequentemente associada à responsabilidade pelo sustento de filhos. Em conversas informais, foi possível perceber como a maternidade reorganizava horários, riscos assumidos e até o tipo de cliente aceito.

Esse dado conecta-se ao conceito de feminização da pobreza (Pearce, 1978; Costa *et al.*, 2005), que descreve como mulheres, especialmente chefes de família, enfrentam maior precariedade econômica devido a ausência de redes de apoio, sobrecarga do trabalho reprodutivo e inserção desigual no mercado.

Essa sobrecarga evidencia a centralidade da economia do cuidado na vida dessas mulheres. Responsáveis pela manutenção cotidiana da vida de filhos e, em alguns casos, de outros familiares, elas vivenciam arranjos marcados por jornadas múltiplas, nas quais o trabalho de cuidado não remunerado ocupa parcela significativa do tempo disponível, restringindo as possibilidades de descanso, lazer e fruição. Conforme aponta Carloto (2020), as políticas sociais operam a partir de arranjos específicos de cuidado, ainda que essa dimensão nem sempre esteja explicitada em seus fundamentos normativos. A consideração do cuidado como categoria analítica permite evidenciar como a responsabilização cotidiana pela manutenção da vida estrutura desigualdades e atravessa tanto a formulação quanto a implementação das políticas sociais. Nesse contexto, o ingresso no trabalho sexual aparece, em muitos casos, como uma estratégia de sustentação dessa economia do cuidado, possibilitando a obtenção de renda em cenários de ausência ou insuficiência de suporte estatal.

No caso brasileiro, esse quadro é agravado entre mulheres pobres e negras, que arcam sozinhas com os custos da criação dos filhos, o que as empurra para ocupações informais ou estigmatizadas. Costa *et al.* (2005) também alertam que as políticas públicas muitas vezes perpetuam vulnerabilidades, por não enfrentarem suas raízes estruturais.

Nesse cenário, a maternidade solo na Guaicurus expressa um sistema que penaliza mulheres pela tentativa de sustentar seus filhos sem apoio efetivo do Estado ou da sociedade, tornando redes como a Aprosmig fundamentais não apenas para oferecer suporte material e jurídico, mas para enfrentar as raízes estruturais dessa pobreza, ligadas ao estigma, à discriminação e à ausência de direitos. Sua atuação inclui a promoção da cidadania e do reconhecimento profissional, ações de saúde e prevenção, oferta de capacitação e articulação política em instâncias governamentais e sociais, compondo uma estratégia que busca reduzir a vulnerabilidade e ampliar a autonomia das trabalhadoras sexuais.

Quanto ao aspecto econômico, o estudo revelou que a maioria das trabalhadoras (39,2%) possui renda mensal entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00, e 27,8% recebem até R\$ 1.000,00. Embora 8,4% ganhem mais de R\$ 3.000,00, a predominância de baixas faixas remuneratórias evidencia uma vulnerabilidade. Além disso, 39% das entrevistadas têm outra ocupação (como vendedoras, diaristas ou estudantes), indicando que o trabalho sexual muitas vezes atua como estratégia complementar. Essa pluralidade ocupacional, observada desde os primeiros contatos em campo, revela a polivalência da força de trabalho em contextos urbanos precários.

Contudo, é necessário problematizar a leitura desses dados quantitativos. Pesquisas de *survey* realizadas em contextos marcados pela informalidade, pelo estigma e pela ausência de garantias institucionais tendem a enfrentar limites importantes, entre eles a subnotificação de rendimentos, motivada por desconfiança, receio de exposição ou medo de fiscalização. Nesse sentido, os valores declarados no diagnóstico devem ser compreendidos como aproximações parciais da realidade econômica do território.

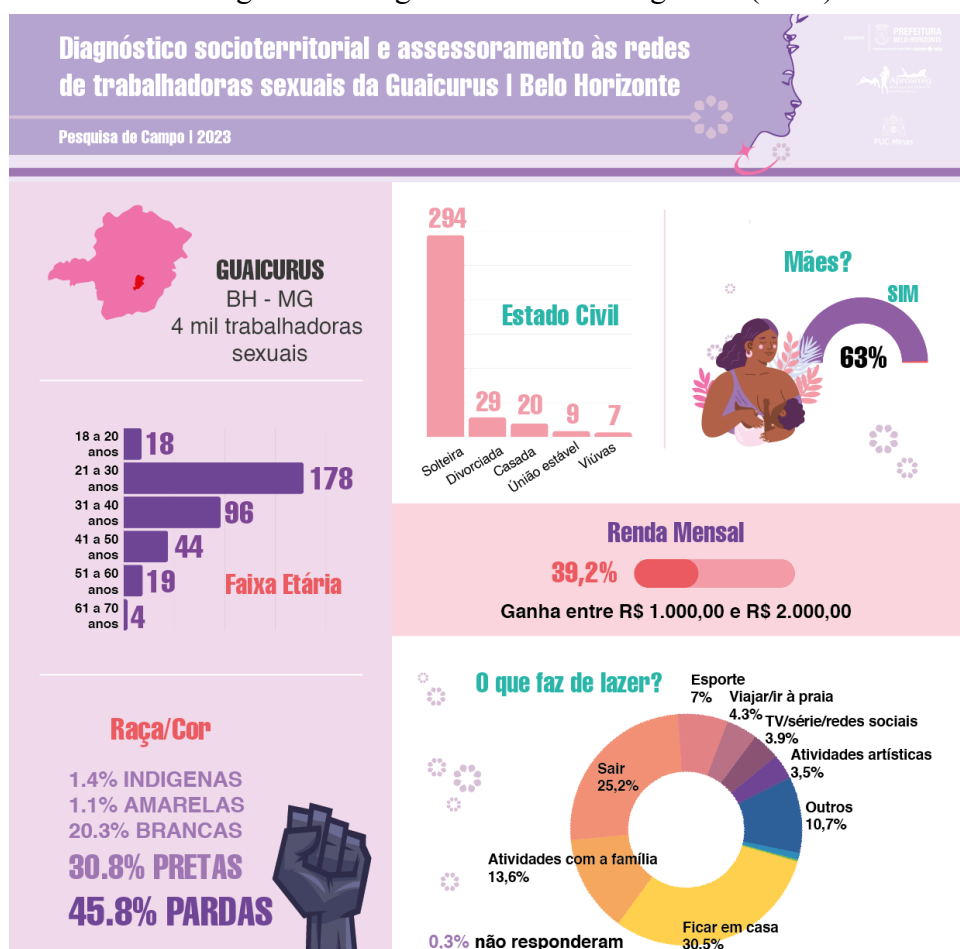
A escuta qualitativa desenvolvida nesta pesquisa, sustentada pela construção de vínculos e pela convivência prolongada em campo, revelou uma dinâmica financeira mais complexa e heterogênea, na qual os ganhos relatados pelas participantes frequentemente ultrapassam os patamares indicados pelo levantamento quantitativo. Essa diferença não invalida o diagnóstico, mas evidencia que estratégias metodológicas diversas acessam dimensões distintas da realidade, sendo fundamental considerar os limites e alcances de cada abordagem na análise do trabalho sexual no Complexo de Diversões Guaicurus.

Esses arranjos, como discutem Clementino, Araújo e Miotto (2024), deslocam o risco para a trabalhadora e ocultam os vínculos laborais sob o discurso do empreendedorismo. O

trabalho sexual pode ser entendido como parte de uma cadeia mais ampla de informalização, em que a sobrevivência depende de múltiplas estratégias e da absorção dos custos da reprodução social. A precarização atinge não apenas as condições materiais, mas também a subjetividade e a dignidade das trabalhadoras. Para os autores, essa “uberização da vida” se materializa na Guaicurus, onde a flexibilidade extrema e a ausência de vínculos institucionais estão diretamente associadas à vulnerabilidade das mulheres, especialmente negras e mães.

Complementando esse panorama, os dados apresentados na Figura 2 indicam, além dos aspectos já discutidos, como faixa etária, raça/cor, estado civil e renda mensal, as categorias de lazer mais frequentes entre as trabalhadoras sexuais da Guaicurus, destacando “Ficar em casa” (30,5%), “Sair” (25,2%) e “Atividades com a família” (13,6%). Esses percentuais oferecem um vislumbre das escolhas e prioridades de lazer dessas mulheres em um contexto de trabalho informal e, muitas vezes, exaustivo.

Figura 2 – Diagnóstico sociodemográfico (2023)



Fonte: Elaborado pelo autor⁴⁷.

⁴⁷ Criação Gráfica: Luiza Avelar e Rafael Santos Disponível em: <https://aprosmig.org.br/assets/2024-10-21-diagnostico-socioterritorial/infograficos-010324-2.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

“Ficar em casa” (30,5%) aparece como a principal atividade de lazer, o que sugere uma forte necessidade de repouso e de distanciamento da rotina demandante dos hotéis. Dadas as longas jornadas de trabalho e a natureza física e emocional da atividade, a casa emerge como um espaço primordial para a recomposição, de modo que essa escolha pode refletir o cansaço e a busca por um lugar de tranquilidade. Essa preferência também pode ser reflexo de limitações de acesso a outras formas de lazer, seja por questões financeiras ou de segurança, tornando o ambiente doméstico a opção mais acessível para o descanso e a paz.

A categoria “Sair” (25,2%) indica uma busca por experiências externas e a utilização da renda para consumo e quebra da rotina de trabalho. Esse dado se conecta à possibilidade de mobilidade e de acesso a bens e serviços que, para muitas, seriam inviáveis em outras ocupações precárias. Nesse sentido, é possível afirmar que o retorno financeiro advindo do trabalho sexual favorece que essas mulheres possam participar da vida urbana e desfrutar de outras atividades sociais.

As “Atividades com a família” (13,6%) ressaltam a centralidade da maternidade e das responsabilidades familiares, já identificadas como motivações para o ingresso no trabalho sexual. Esse dado sublinha a importância da família como um pilar de sustentação emocional e social, e como um destino prioritário para o tempo e os recursos dessas mulheres, sendo que muitas delas são mães solo.

Esses padrões de lazer, portanto, não se manifestam isoladamente, mas refletem as condições de vida, as responsabilidades e a vulnerabilidade econômica que permeiam as trajetórias das trabalhadoras sexuais na Guaicurus. Eles evidenciam como as escolhas de lazer são intrinsecamente moldadas por suas realidades interseccionais de gênero, raça e classe, e pelo contexto de precarização do trabalho e da vida, aspectos já discutidos a partir da leitura desse panorama sociodemográfico.

Eugenio (2023) destaca a importância de abordagens interseccionais e multiprofissionais, tendo em vista o contexto do trabalho sexual na Guaicurus. Isso se concretiza na atuação da Aprosmig e do BH de Mãos Dadas. Compreender a saúde de forma coletiva permite reconhecer estratégias de sobrevivência e formas de enfrentamento, como o apoio entre pares, o uso combinado de substâncias ou a apropriação de espaços como refúgio ou consultório informal.

Mattos (2009) observa como as condições socioeconômicas podem minar o senso de controle sobre a própria vida, tornando o trabalho sexual uma necessidade vinculada às circunstâncias. Nesse sentido, é importante considerar que, mesmo em cenários de

vulnerabilidade, há formas de enfrentamento por meio de redes e estratégias coletivas (Clementino; Araújo; Mito, 2024).

A análise dos dados confirma o que as narrativas e observações etnográficas já indicavam: a Guaicurus opera como espaço de intersecção entre trabalho, gênero, mobilidade e experiências. O trabalho sexual não deve ser romantizado como escolha autônoma, mas compreendido como alternativa constituída nas brechas de um sistema desigual, onde lazer e sociabilidade são componentes das estratégias de sobrevivência. Ao invés de desumanizar as experiências, os dados sociodemográficos oferecem uma lente mais precisa para compreender gestos, silêncios e contradições que emergem das falas, iluminando a lógica de vida que se constrói nesse território, resistindo à estatística.

Assim, a Guaicurus emerge não apenas como ponto geográfico, mas como território em disputa e ressignificação. É um espaço de trabalho marcado por tensões, onde convivem precariedade, violências e ausência de políticas, mas também vínculos, solidariedade e estratégias de sobrevivência. As transformações ao longo do tempo contrastam com a permanência da Guaicurus como polo presencial de lazer e trabalho, evidenciando um território atravessado por fluxos de identidades, corpos e práticas.

Para finalizar esta seção e oferecer uma compreensão espacial do território, a Figura 3 ilustra a configuração atual do Complexo de Diversões Guaicurus, com os principais pontos que materializam o complexo como local de lazer e trabalho sexual.

A observação das dinâmicas territoriais e da configuração dos serviços levou ao mapeamento dos estabelecimentos. No total, foram identificados 28 hotéis de trabalho sexual na região, dos quais 22 estão ativos. Desses, 20 são voltados a serviços prestados por mulheres cisgênero, e dois são especializados no atendimento por pessoas trans e travestis. Os estabelecimentos mapeados são: Hotel Amarelinho (Rua Vinte e Um de Abril, 89), Hotel Amarelinho 2 (Rua São Paulo, 164), Hotel Brilhante (Rua Guaicurus, 660), Hotel Cabaré (Rua Guaicurus, 602), Hotel Cine (Rua São Paulo, 106), Hotel Concord (Rua Curitiba, 248), Hotel Cristal (Rua Vinte e Um de Abril, 157), Hotel Esmeralda (Rua São Paulo, 210 / Av. Santos Dumont, 574), Hotel Novo (Rua Guaicurus, 620), Hotel Magnífico (Rua Guaicurus, 601), Hotel Monalisa (Rua Santos Dumont, 624), Hotel Monalisa 2 (Av. Paraná, 39), Hotel Montanhês (Rua Guaicurus, 492), Nova América (Rua São Paulo, 161), Novo Hotel (Rua Guaicurus, 630), Pensão Mineira (Rua Guaicurus, 648), Pérola Negra (Rua Vinte e Um de Abril, 107), Hotel Privê (Rua São Paulo, 187), Hotel 114 (Rua São Paulo, 114), Hotel São Paulo (Rua São Paulo, 101), Hotel Stylus (Rua São Paulo, 190) e Hotel Vereda (Rua São Paulo, 84).

Figura 3 - Mapa Complexo de Diversões Guaicurus



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Entre os hotéis, os únicos voltados exclusivamente ao atendimento por pessoas trans e travestis são o Hotel Monalisa (Rua Santos Dumont, 624) e o Hotel Monalisa 2 (Av. Paraná, 39). Essa baixa oferta de estabelecimentos destinados exclusivamente a pessoas trans e travestis evidencia desigualdades estruturais no acesso aos espaços de trabalho, refletindo processos de marginalização já observados nas narrativas de campo. No entanto, conforme relatado pela

Colaboradora 5⁴⁸ (29/09/2023), “existe a presença de pessoas não binárias” (linguagem neutra para “não binário”, uma adaptação do português para incluir pessoas que não se identificam com os gêneros masculino ou feminino) atuando nesses hotéis⁴⁹.

Como aponta Ribeiro (2025), a corporeidade é também um território de existência e expressão, no qual o corpo funciona como suporte identitário e lugar de inscrição de saberes. Nesse sentido, a noção de corpo-território articula-se à perspectiva de Achinte (2017), para quem ações que partem de um lugar concreto de enunciação de vida rompem com padrões de identidade impostos, reafirmando a dignidade e o direito de pertencer e ocupar um lugar na sociedade. No contexto da Guaicurus, a forma como o corpo é lido (pela identidade de gênero, pelas marcas corporais e pela apresentação social) influencia diretamente o acesso e a permanência nos espaços de trabalho. Essa lógica reforça fronteiras simbólicas entre “hotéis de cis” e “hotéis de trans/travestis”, mas também revela zonas de interseção, onde atuam pessoas não binárias, cuja presença desafia classificações fixas e evidencia que o corpo, como território, pode transitar e ressignificar fronteiras impostas pelo mercado e pelas expectativas dos clientes.

Além dos hotéis, o Complexo de Diversões Guaicurus conta com outros quatro estabelecimentos de lazer sexual em funcionamento: Cine Canal Cinema e Cabines (Rua Guaicurus, 541), Cabines Bar (Rua São Paulo, 106), Sex Shop Amor e Prazer (Rua São Paulo, 274) e Play Prazeres Sex Shop (Rua São Paulo, 187).

Esses espaços ampliam a oferta de lazer e consumo sexual na região, atuando como pontos de circulação, desfrute e interação. A natureza dessas interações e a sobreposição de frequentadores indicam uma articulação que transcende a simples distinção de públicos.

O mapeamento inclui a representação de seis edifícios que funcionaram como hotéis de trabalho sexual, um cinema e uma sex shop permanentemente fechados. Para compreender como esse território se insere na cidade e como sua configuração urbana influencia (e é influenciada por) as dinâmicas do lazer e do trabalho sexual, é fundamental observar também o entorno mais amplo do hipercentro de Belo Horizonte.

⁴⁸ A Colaboradora 5 é uma mulher trans, travesti e preta, de 28 anos, trabalhadora sexual na Guaicurus há cerca de quatro anos. Sua autoidentificação como mulher trans, travesti se insere em um contexto político e histórico mais amplo, no qual travestis reivindicam o protagonismo nas lutas por direitos das pessoas trans no Brasil, conforme ela mesma explica em entrevista: “a gente fala trans, mas a gente usa é travesti, porque elas que trouxeram essa vivência, bateram de frente primeiro [...] por causa dessa luta, da militância mesmo”.

⁴⁹ Esse dado permite problematizar a própria classificação binária entre “hotéis de cis” e “hotéis de trans/travestis”, uma vez que identidades como agênero (não se identificar com nenhum gênero), bigênero (identificar-se com dois gêneros), gênero-fluido (identidade que muda ao longo do tempo) e demigênero (identificação parcial com um gênero) podem estar presentes em diferentes espaços. Além disso, em hotéis destinados a mulheres cis, podem atuar pessoas não binárias cuja corporalidade e apresentação estejam associadas socialmente ao sexo biológico feminino, o que indica que o acesso aos espaços de trabalho sexual é influenciado não apenas por identidade de gênero, mas também por leitura corporal, demanda do mercado e expectativas dos clientes.

Atualmente, o Complexo de Diversões Guaicurus é composto por edificações de pequeno porte, geralmente sobrados de até três andares, que abrigam comércios diversos: lojas de produtos variados, distribuidoras de bebidas, estabelecimentos atacadistas e varejistas, lanchonetes e estacionamentos. No térreo, entre essas lojas, há entradas discretas, com portas estreitas, monitoradas por detectores de metal e seguranças, que dão acesso às escadas que conduzem aos andares superiores, onde funcionam os hotéis voltados ao trabalho sexual.

Esses hotéis operam sob alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura de Belo Horizonte, registrados como hotéis de alta rotatividade ou pensões. Os proprietários declaram apenas alugar os quartos, sem envolvimento direto com as atividades desenvolvidas em seu interior. Estão sujeitos à fiscalização sanitária e de funcionamento, além de inspeções regulares por parte do Corpo de Bombeiros (Barreto, 2015). No entanto, diferentemente de hotéis voltados ao turismo convencional, esses estabelecimentos cobram separadamente por itens geralmente incluídos na diária, como lençóis, papel higiênico e preservativos. Esses custos adicionais recaem sobre as trabalhadoras sexuais, que, para adquirir esses itens e realizar pequenos serviços, recorrem a mandatários(as), trabalhadores(as) informais que realizam pequenas compras ou pagamentos, especialmente quando as profissionais não podem ou não desejam sair dos quartos. Essa cobrança por itens básicos, além de aumentar os custos da permanência, reforça a vulnerabilidade e evidencia a informalidade estrutural que as mantém desprotegidas. A estrutura física dos hotéis apresenta características similares: corredores estreitos e extensos, com sucessivas portas que abrem para quartos compactos. Estima-se que, em cada um dos dois turnos de funcionamento, quase mil quartos sejam utilizados para o exercício do trabalho sexual – o Hotel Magnífico, por exemplo, possui 54 quartos. Os quartos, em geral, são compostos por cama de alvenaria, colchão com capa impermeável, vaso sanitário e, em alguns casos, pia e chuveiro com divisória. Muitos deles não possuem janelas, sendo configurados como alcovas. A ambientação costuma ser adaptada pelas próprias trabalhadoras, de acordo com suas preferências e estratégias de atendimento. É importante notar que ainda há estabelecimentos onde os banheiros são coletivos.

Segundo dados do diagnóstico (Belo Horizonte; PUC Minas; Aprosmig, 2023), atualmente, mais de quatro mil mulheres exercem atividades nos hotéis de trabalho sexual, enquanto homens profissionais do sexo atuam em estabelecimentos com cabines. A alta rotatividade, a presença de mulheres oriundas de diversos estados e o uso dos hotéis como espaços simultâneos de moradia e trabalho reforçam a dinâmica de constante movimento e adaptação presente no território.

O fluxo de pessoas, no sobe e desce das escadas que dão acesso aos hotéis da região, é intenso. Mesmo em dias de menor demanda, é comum observar homens à espera em frente às portas fechadas. Essa espera, no entanto, vai além da expectativa de atendimento: ela integra uma dinâmica que Castilho (2023) denomina como “lazer marginal”, marcada por práticas que transgridem os padrões normativos de sociabilidade urbana. O termo carrega uma inflexão pejorativa, associando o sujeito que se encontra “à margem” a adjetivos socialmente discriminatórios, como “malandro”, “periférico” ou “drogado”. Ao propor essa reflexão, o autor está em diálogo com a discussão de Becker (1991) sobre a produção social e a imposição de rótulos. No contexto da Guaicurus, atividades como o jogo da tampinha, a permanência nas portas dos hotéis, o consumo de bebidas alcoólicas ou a observação das vitrines, embora cotidianas e aparentemente banais, assumem sentido transgressor e reforçam o caráter marginal desse lazer, na medida em que rompem com as normas culturalmente estabelecidas sobre o uso e a circulação nos espaços urbanos.

Muitos desses homens, frequentemente trabalhadores que circulam pela região (em horários de almoço, no fim do expediente ou até mesmo antes dele), ocupam o tempo de formas diversas. Isso pode incluir a simulação de uma espera por transporte público, o consumo de alimentos na porta dos hotéis, a procura por produtos ou vendas ilícitas, a observação de vitrines próximas aos hotéis ou a interação com jogos de azar, como o jogo da “tampinha”⁵⁰, muito presente em diversos horários perto dos hotéis. Essas práticas se somam a outros hábitos observados, como o consumo de bebidas em bares da região, a exemplo da combinação de cachaça com café ou caldo de cana, conhecida informalmente como “quebra-gelo” ou “ele e ela” (se for com caldo de mocotó ou feijão no copo americano).

Embora o consumo excessivo de álcool e o uso de drogas ilícitas não sejam recomendados nem regulamentados, é importante observar que, para alguns frequentadores, essas práticas (assim como a recorrência à pornografia) podem configurar padrões de vício, integrando-se a estratégias de busca por escape, prazer e alívio. A clientela é majoritariamente masculina, abrangendo diferentes faixas etárias, origens sociais e vínculos ocupacionais. Segundo Edson Cruz, presidente da Associação dos Amigos da Rua Guaicurus (AARG), parte

⁵⁰ O jogo da “tampinha” consiste, em sua forma mais comum, em esconder uma pequena bolinha sob uma entre três tampinhas, embaralhando-as para que outra pessoa tente adivinhar onde ela está. Essa dinâmica pode ser praticada como atividade recreativa, aparecendo inclusive em versões educativas, como o “tabuleiro das tampinhas”, voltado ao ensino de noções de quantidade e adição, ou como variações lúdicas de jogos de estratégia, como o jogo da velha adaptado. No entanto, quando utilizado com a intenção de obter vantagem ilícita por meio de engano — como nos golpes de rua em que se aposta dinheiro e o praticante manipula o resultado para garantir sua vitória — o jogo pode ser caracterizado como estelionato, previsto no artigo 171, configurando-se como um crime previsto no Código Penal Brasileiro.

significativa desse público é formada por trabalhadores da construção civil, das indústrias automobilística, siderúrgica e de mineração, chamados por ele de “peões” (Santos, 2021). Entretanto, também é comum a presença de aposentados; trabalhadores formais, reconhecidos como CLTs, devido à Consolidação das Leis do Trabalho; trabalhadores informais e autônomos, catadores de materiais recicláveis; andarilhos; estudantes; e pessoas em situação de rua. Essa gama de possibilidades evidencia a diversidade de perfis que utilizam o espaço como uma forma de convivência e lazer, cada um buscando na Guaicurus formas particulares de socialização, prazer e alívio das pressões cotidianas.

A infraestrutura da Guaicurus é orientada, quase exclusivamente, para homens, restringindo o acesso de mulheres que não estejam vinculadas ao trabalho sexual ou a funções específicas, como as exercidas por integrantes da Aprosmig. Embora o espaço seja acessível, sua legitimação e permanência são condicionadas por papéis sociais e relações de poder que regulam quem pode circular, desejar e permanecer nesse território — dinâmicas fundamentadas em normas de gênero e sexualidade, que tendem à exclusão (Butler, 2000).

A diversidade de consumos e usos reflete a heterogeneidade do público que frequenta a região. As interações e rituais de consumo nos arredores dos hotéis, por sua vez, revelam um lazer que se manifesta nos intervalos entre as demandas da vida urbana e do trabalho. Embora possam parecer triviais, essas práticas constituem modos significativos de ocupar e vivenciar o espaço, articulando-se às necessidades de escape e bem viver.

O próprio ato sexual, nesse contexto, pode ser compreendido como uma prática de alívio físico e emocional, articulada às formas de lazer presentes na Guaicurus. Conforme Azevedo e Silva (2025), o sexo envolve tanto aspectos fisiológicos quanto comportamentais, mobilizando respostas cerebrais ligadas a recompensa, motivação e regulação emocional⁵¹. A liberação de substâncias como dopamina, serotonina, endorfina, oxitocina e feniletilamina contribui para sensações de prazer, relaxamento e bem viver, reforçando memórias associadas à satisfação e favorecendo a repetição da prática.

Entretanto, esses efeitos não ocorrem no vazio: são mediados por condições sociais, econômicas e simbólicas. No território da Guaicurus, a busca pelo sexo pago é atravessada por estigmas, pela precariedade laboral e pelas tensões da vida urbana. Nesse sentido, o prazer e o

⁵¹ Conforme Azevedo e Silva (2025), os efeitos neurobiológicos do sexo (como a liberação de dopamina, serotonina, endorfina, oxitocina e feniletilamina) não devem ser entendidos de forma isolada ou determinista. Essas respostas corporais e químicas associadas ao prazer são sempre vividas e interpretadas tendo em vista contextos sociais, econômicos e culturais específicos. No caso da Guaicurus, esses efeitos estão imbricados nas relações de trabalho sexual, nas dinâmicas de lazer, nos estigmas e nas desigualdades, o que significa que o prazer e o alívio não podem ser dissociados das condições e significados sociais que os moldam.

alívio físico produzidos biologicamente não são apenas respostas automáticas, mas vivências situadas, que dialogam com necessidades de descanso, compensação e escape diante das pressões cotidianas. Assim, o sexo, mesmo mercantilizado, não se restringe a uma função fisiológica; ele se constitui como prática social e territorializada de lazer, que reorganiza subjetividades e ressignifica a ocupação do espaço.

Esse conjunto de efeitos ajuda a entender por que o sexo, mesmo em contextos atravessados por tensionamentos sociais relacionados a estigmas, pode operar como uma forma de reorganização subjetiva. A busca por essa prática no território da Guaicurus está associada à necessidade de descanso, prazer e compensação diante das pressões cotidianas vividas por grande parte de seus frequentadores. O sexo, nesse cenário, não se resume a uma função fisiológica ou mercantil, mas se constitui como uma forma de ocupar o espaço, produzir sentidos e articular experiências de alívio e socialização no interior de um circuito urbano de lazer e consumo.

Entretanto, a proposta do presente estudo não é enquadrar a Guaicurus nas categorias convencionais dos estudos do lazer, mas tensionar os limites do campo ao reconhecer práticas historicamente marginalizadas como parte legítima desse fenômeno. Trata-se de um território formado por hotéis e estabelecimentos de lazer sexual, bares, cinemas e espaços voltados ao consumo de produtos eróticos, que oferece experiências relacionadas à sexualidade e ao prazer, voltadas majoritariamente a homens. Ainda que não figurem no repertório clássico do lazer, essas práticas envolvem consumo, desejo e circulação de pessoas, dimensões centrais para a compreensão do lazer na contemporaneidade.

Assim, ao evidenciar práticas historicamente marginalizadas e reconhecer sua potência como experiências de consumo, circulação e sociabilidade, a Guaicurus favorece um outro olhar sobre o lazer, tensionando as fronteiras do campo e revelando que ele não se limita às formas institucionalmente legitimadas. Trata-se de um território que, ao articular prazer, trabalho e circulação urbana, desafia as narrativas hegemônicas e afirma a legitimidade de experiências que a academia, muitas vezes, insiste em manter à margem.

Santos (1978) define o espaço geográfico como “um conjunto de formas e relações sociais do passado e do presente” (p. 122), o que permite pensar a Guaicurus como um território que opera a partir de uma lógica própria, articulando formas (infraestruturas voltadas ao entretenimento sexual), funções (atividades de lazer e trabalho sexual), estruturas (redes culturais, econômicas e institucionais) e processos (disputas, regulações e permanências). Internamente, o cotidiano se organiza nas relações entre trabalhadoras sexuais e suas redes, visíveis na ocupação dos quartos, nas estratégias para se sustentar e nas trocas entre quem

circula pelo território. Externamente, o espaço é tensionado por políticas de segurança, discursos de ordenamento urbano e interesses do mercado imobiliário, que disputam o uso e o significado da região.

O espaço geográfico ocupado pela Guaicurus também conta com a presença de eventos como a *Virada Cultural* e, especialmente, o *Carnaval*. Tais momentos celebrativos inserem o território da Guaicurus em circuitos mais amplos de festividade e sociabilidade urbana. O bloco *Então Brilha*, um dos maiores e mais simbólicos de Belo Horizonte, realiza seu desfile matinal justamente na região dos hotéis da Guaicurus, transformando, temporariamente, a paisagem sonora, estética e sensorial do espaço. Nesses momentos, observa-se uma intensificação do fluxo de pessoas e uma sobreposição entre os mundos do lazer festivo e do trabalho sexual.

Os hotéis mantêm seus horários habituais de funcionamento. Um número significativo de garotas chega para o aumento de demanda durante o Carnaval. Algumas, após concluírem seu serviço, aproveitam a celebração, enquanto outras permanecem em suas atividades. É notável a chegada de muitas garotas para trabalhar e aproveitar o Carnaval (Colaboradora 1, trecho de entrevista, 27/09/2023).

Essa convivência entre o trabalho e o lazer, entre a prostituição e a celebração popular, revela a complexidade das práticas sociais no território. Sennett (2018) observa como a presença de elementos íntimos, como a sexualidade, reconfigura os espaços públicos e suas formas de convivência. Essa observação é central para compreender a ambiguidade da Guaicurus: um espaço atravessado por estigmas, mas também por fluxos legítimos de sociabilidade, prazer e circulação cultural. A coexistência de comércio, moradias, shoppings populares, bares e eventos públicos demonstra que o lazer sexual e o trabalho sexual não são experiências alheias ao cotidiano urbano, ao contrário, estão entrelaçados a ele.

O Carnaval, como momento festivo e celebrativo, não suspende as normas sociais, mas carrega em suas simbologias e particularidades a construção de uma subjetividade de liberdade — liberdade para se vestir, dançar, beber e se fantasiar. É nesse contexto que se torna visível a intersecção entre trabalho sexual e lazer, pois a festa amplia, ainda que de forma temporária, as possibilidades de expressão de autonomia e de reorientação da vida. A concentração de hotéis especializados contribui para consolidar uma identidade territorial associada ao trabalho sexual, com implicações diretas nas políticas públicas, na regulação urbana e na vivência cotidiana. Para a Colaboradora 1, as trabalhadoras sexuais que “vêm para trabalhar e aproveitar o Carnaval” mobilizam múltiplos papéis sociais e demonstram que o lazer, tal como compreendido por Gomes (2023), também se constrói nas bordas da institucionalidade, onde

experiências marginalizadas reivindicam centralidade e espaço diante das particularidades estruturais da cidade.

É com base nessa articulação entre os autores que é possível defender a inclusão da Guaicurus como um território de lazer sexual. A região reúne uma infraestrutura voltada para esse fim (hotéis especializados, cinema pornô, cabines eróticas e sex shops), que favorece práticas baseadas no desejo, no consumo e na sociabilidade, ainda que fortemente marcadas por desigualdades de gênero. O enfoque está nas experiências proporcionadas pelas interações e serviços sexuais que ocorrem nesses espaços, compreendendo o lazer sexual como uma possibilidade concreta, vivida e organizada no cotidiano desse espaço. Trata-se, portanto, de um lazer que não é desvinculado da materialidade e da lógica urbana, mas que se inscreve na cidade por meio da infraestrutura e dos usos sociais do Complexo de Diversões Guaicurus. Diante do exposto, vale ressaltar que o objetivo do presente estudo é reconhecer as vivências em que o sexo é experimentado como forma de prazer e fruição, conforme definem os autores.

É importante ressaltar que esse lazer é estruturado de maneira seletiva. Compreender o Complexo de Diversões Guaicurus como território de lazer sexual, não significa afirmar que o trabalho sexual deixa de ser trabalho. Pelo contrário, é impossível negar a centralidade dessa atividade na economia e nas dinâmicas da região. Trata-se de evidenciar que, nesse contexto, lazer e trabalho sexual se articulam de modo interdependente, constituindo um arranjo que desafia as categorias tradicionais que tratam esses fenômenos de forma separada. Essa interdependência organiza o espaço e mobiliza formas de consumo, prazer e sociabilidade a partir de diferentes sujeitos e suas subjetividades, mostrando que as fronteiras entre “tempo de lazer” e “tempo de trabalho” são porosas e constantemente negociadas no cotidiano.

No próximo capítulo, o estudo aprofunda a análise sobre a natureza do trabalho sexual nos hotéis da Guaicurus, explorando as motivações que levam as mulheres a ingressar e permanecer na atividade, os graus de autonomia que conseguem exercer, as formas como negociam o uso do corpo e a segurança no exercício da profissão. A partir das narrativas e observações realizadas no campo, examinou-se como esses elementos se entrelaçam nas rotinas de trabalho, revelando tanto as estratégias de sustentação e proteção quanto as pressões e riscos que permeiam o cotidiano no Complexo de Diversões Guaicurus.



A pintura digital de Augusto Molinari, com texturas que simulam pincel e tela, retrata uma mulher em um momento de reflexão diante do espelho. A obra captura a negociação diária no trabalho sexual: o cansaço visível em seu corpo contrasta com a determinação em seu olhar, voltado para o futuro. O dinheiro na mão e o gesto de cuidar do corpo simbolizam a resiliência e a luta por seus objetivos. A mulher se confronta no espelho, reafirmando sua autonomia e a motivação para seguir em frente em seu trabalho, visando a uma vida melhor para si e sua família

5 PROTAGONISTAS DO COMPLEXO, TÁTICAS DO TRABALHO SEXUAL

O trabalho sexual no Complexo de Diversões Guaicurus é aqui analisado a partir das narrativas das 15 mulheres entrevistadas, buscando ir além da mera troca comercial para focalizar táticas, negociações e formas de protagonismo que extrapolam a função de subsistência. Tais relatos revelam que a atividade mobiliza escolhas e decisões cotidianas, num cenário marcado por precariedade e desigualdades interseccionais.

Para dar a devida profundidade a essa análise, este capítulo está metodologicamente estruturado pela articulação do eixo 1: A Centralidade do Trabalho Sexual, que examina os elementos estruturantes do cotidiano da atividade. Esse eixo se desdobra em três núcleos interpretativos: o núcleo 2, que discute como o trabalho sexual é vivenciado como uma prática estratégica de decisões, limites e negociações; o núcleo 4, que analisa o papel central do corpo, da segurança e do autocuidado; e o núcleo 7, que explora como a atividade se articula a sentidos, projetos de futuro e planos de vida.

A partir dessa estrutura, o capítulo desvela o trabalho sexual na Guaicurus como um campo de negociações contínuas, onde a busca por autonomia, a gestão da aparência e as dinâmicas familiares se entrelaçam com o estigma, a informalidade e a lógica do "ralar". É importante ressaltar que a Guaicurus funciona primariamente como um território de lazer sexual para os homens, estabelecendo um cenário econômico e social no qual as mulheres desenvolvem suas táticas de subsistência e resistência. As seções a seguir aprofundam as motivações para o ingresso na atividade, as estratégias de negociação e autopreservação, e a forma como o corpo e os projetos de vida se articulam nesse campo de disputa.

O trabalho sexual, no Complexo de Diversões Guaicurus, importante ponto de encontro e atuação para trabalhadoras sexuais. Todas as entrevistadas atuam nos hotéis de sexo da região. Esses relatos revelam sentidos que extrapolam a mera troca comercial entre corpo e dinheiro. Além de um meio de subsistência, o trabalho sexual surge, nas falas das participantes, como uma prática que mobiliza escolhas, negociações e decisões cotidianas. As táticas e vivências das trabalhadoras sexuais discutidas neste capítulo não podem ser plenamente compreendidas fora dos domínios de poder — estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal — que moldam profundamente esse território e condicionam as estratégias e decisões das mulheres (Collins, 2019).

Durante as entrevistas, foi possível perceber que o ingresso e a permanência no trabalho sexual não se explicam por um único fator, mas por uma conjunção de circunstâncias que envolve necessidades econômicas, rupturas pessoais, ausência de oportunidades no mercado

formal e o desejo por autonomia financeira. As trabalhadoras sexuais entrevistadas relatam trajetórias marcadas por experiências nas quais o trabalho sexual emerge como uma alternativa concreta para reorganizar a existência diante de crises, perdas ou dificuldades materiais.

Esse movimento não ocorre de maneira linear ou homogênea. Cada relato traz nuances que expressam o modo como essas mulheres atribuem sentido à sua presença na Guaicurus, considerando a urgência em garantir o sustento dos filhos, o cansaço diante das condições precarizadas de outros trabalhos ou o desejo de manter certa liberdade de horários e de consumo. Embora essas motivações apareçam como fatores estruturantes, o cotidiano do trabalho sexual é permeado por dinâmicas que requerem constante reflexão para lidar com os desafios da atividade. Não se trata apenas de atender clientes, mas de gerenciar o próprio corpo como instrumento de trabalho, negociar limites, estabelecer critérios de segurança e cuidar da saúde física e emocional.

As falas das participantes indicam que o trabalho não se restringe ao ato sexual em si. Há toda uma lógica de preparação, espera, definição de preços, seleção de clientes e criação de pacotes de serviços que denotam um domínio técnico sobre a atividade. Esse domínio não exclui a presença de riscos ou a experiência de violência, mas evidencia que as trabalhadoras constroem estratégias para se proteger e minimizar vulnerabilidades. Dessa forma, o corpo não é apenas objeto de negociação, mas também território de controle, de prazer e de cuidado. A gestão da própria imagem, o uso de roupas específicas, os cuidados com a higiene e a prevenção de doenças configuram-se como práticas que compõem o trabalho e reforçam a necessidade de um olhar mais atento para essas dimensões cotidianas.

Nesse sentido, o presente capítulo busca desvelar como o trabalho sexual na Guaicurus é organizado e vivido pelas participantes do estudo, considerando as negociações que fazem, os sentidos que produzem e os limites que enfrentam.

A perspectiva ética do relato de si, desenvolvida por Butler (2015), permite ler essas narrativas não como dados brutos ou verdades transparentes, mas como tentativas situadas de dar conta de si diante de normas sociais que regulam o que pode ser dito, reconhecido e legitimado. Parte-se do entendimento de que as falas das entrevistadas não expressam uma interioridade plenamente acessível, mas são produzidas na relação com o outro, no contexto específico da pesquisa, sendo atravessadas por limites, silêncios e opacidades constitutivas da formação do sujeito.

Diferentemente de abordagens que poderiam reduzir essas experiências ao estigma ou à vulnerabilidade, essa perspectiva busca compreender como essas mulheres constroem narrativas possíveis sobre si mesmas, negociando exposição, protagonismo e reconhecimento,

tendo em vista os regimes de verdade que as antecedem. O foco desloca-se, assim, para a busca de sentidos internos para a análise das condições sociais, morais e territoriais que moldam o modo como essas histórias são contadas e tornadas inteligíveis. Para garantir a integridade ética da pesquisa, todas as participantes foram identificadas exclusivamente pelo número da entrevista, preservando o anonimato e evitando qualquer referência a nomes reais ou apelidos. Essa decisão não apenas atende às diretrizes éticas da pesquisa acadêmica, mas também resguarda a privacidade das mulheres que compartilharam experiências marcadas por estigma social e vulnerabilidades diversas.

5.1 As motivações e a lógica do “ralar”

Nesta seção, destacam-se as formas como as participantes do estudo se tornam protagonistas de suas trajetórias, mesmo quando operam em condições marcadas por precariedades e desigualdades. Antes de aprofundar o tema, trazendo à superfície as motivações e a lógica do “ralar”, é pertinente uma apresentação das entrevistadas, delineando os perfis sociodemográficos e as trajetórias que moldam suas vivências no Complexo de Diversões Guaicurus.

As entrevistas realizadas com as mulheres que atuam no Complexo de Diversões Guaicurus revelam um grupo relativamente homogêneo em relação ao sexo biológico e à identidade de gênero, todas se identificam como mulheres cisgênero. A Entrevistada 1, por exemplo, explicitou sua autodeclaração como “Mulher cis, heterossexual” (Entrevistada 1, 05/12/2024), reforçando a predominância dessa identidade de gênero e orientação sexual entre as participantes. Embora essa autodeclaração direta não apareça em todas as falas, a forma como se referem a si e às suas experiências indica uma construção de gênero que se molda às expectativas tradicionais da clientela e do espaço de trabalho.

A orientação sexual, tal como emergiu nos relatos, é majoritariamente heterossexual no exercício do trabalho. Muitas afirmam que “só gostam de homem” ou que só “fazem programa com homem”. A Entrevistada 2, por exemplo, declara, “Eu gosto de homem” (Entrevistada 2, 05/12/2024). A Entrevistada 10 segue na mesma linha, “Só homem mesmo, só homem, nunca fiquei com mulher não” (Entrevistada 10, 29/01/2025). Algumas, como a Entrevistada 4, apontam uma vivência bissexual, “Eu sou bi” (Entrevistada 4, 27/01/2025), assim como a Entrevistada 12, “Os dois. Eu gosto dos dois” (Entrevistada 12, 30/01/2025), e a Entrevistada 14: “Ambos, tanto homem quanto mulher” (Entrevistada 14, 30/01/2025). Mesmo nesses casos,

a experiência profissional é voltada majoritariamente para o atendimento a homens, o que evidencia uma adequação pragmática à lógica de mercado presente no território.

Essa dinâmica revela uma tensão entre a identidade pessoal e a performance profissional. A percepção de flexibilidade e autonomia, tão valorizada no discurso das trabalhadoras, é paradoxalmente limitada pelas demandas do mercado. A necessidade de subsistência e a busca por lucros acabam direcionando a prática sexual para um público majoritariamente formado por homens, fazendo com que a fluidez ou a vivência da própria sexualidade seja negociada em prol da rentabilidade. O corpo, nesse cenário, se torna um campo de identidade maleável para se adequar às expectativas do cliente e às regras do ofício.

Quanto ao tempo de atuação no trabalho sexual, as experiências são variadas, abrangendo tanto trajetórias iniciantes quanto percursos de longa duração. A Entrevistada 1, por exemplo, conta: “Dois anos... Dois anos só nos hotéis mesmo. Eu só trabalho aqui” (Entrevistada 1, 05/12/2024); enquanto a Entrevistada 3, que também está iniciando, diz: “Desde maio do ano passado” (Entrevistada 3, 27/01/2025), e completa: “Só aqui mesmo.” Da mesma forma, a Entrevistada 4 também se vê como nova na área, dizendo: “Sou nova. Trabalho sempre aqui” (Entrevistada 4, 27/01/2025). A Entrevistada 8, por sua vez, relata: “Um ano já. Comecei no Hotel Esmeralda, mas já trabalhei em quase todos por aqui” (Entrevistada 8, 29/01/2025). A Entrevistada 10 acrescenta uma dimensão migrante à trajetória: “Tenho um ano e pouco. Eu vim do Rio, porque lá tava fraco o movimento, aí vim pra cá” (Entrevistada 10, 29/01/2025).

Há também trajetórias mais longas e consolidadas. A Entrevistada 2 relata: “Oito anos como garota de programa. Tô aqui há um mês e dez dias, mas já trabalhei na Guaicurus antes” (Entrevistada 2, 05/12/2024). A Entrevistada 5 compartilha: “Três anos, só neste hotel” (Entrevistada 5, 28/01/2025); enquanto a Entrevistada 6 afirma: “Seis anos já. Eu comecei no Rio. Fiquei dois anos lá e depois vim pra cá” (Entrevistada 6, 28/01/2025). A Entrevistada 9 também tem uma trajetória intermitente: “Uns dois, três anos, eu venho todo ano. Já trabalhei em quase todos os hotéis daqui” (Entrevistada 9, 29/01/2025).

Outras participantes demonstram uma presença ainda mais longa e enraizada na Guaicurus. A Entrevistada 12 afirma: “Uns seis anos já. Tô aqui nesse hotel tem mais de três anos. Comecei em São Paulo, mas aqui eu me firmei” (Entrevistada 12, 30/01/2025). A Entrevistada 13 relata, com familiaridade: “Comecei quando eu era mais nova. Aqui já tem tanto tempo que tô acostumada” (Entrevistada 13, 30/01/2025).

Apesar de as participantes apresentarem trajetórias diversas, bem como diferentes tempos de dedicação ao trabalho sexual, é possível afirmar que os caminhos que conduzem à

atividade podem se repetir dentro da mesma família, sem que isso signifique imposição direta. Mais do que uma escolha isolada, a entrada no trabalho sexual pode se inscrever em um campo de referências já disponíveis no cotidiano, onde histórias, experiências e exemplos de outras mulheres tornam esse percurso familiar e reconhecível. A Entrevistada 14, por exemplo, relata que seu início na atividade foi mediado por outras mulheres da família:

Comecei por necessidade, queria uma vida diferente da minha família. Minha mãe conta que a minha vó rodava bolsinha. Eu cresci sabendo que tinha gente da minha família que era puta. Uma tia minha trabalhava aqui, aí eu vim. Já passei pelo Pensão, Amarelinho, Privê (Entrevistada 14, trecho de entrevista, 30/01/2025).

O relato da participante revela o que pode ser chamado de “herança ligada ao sexo”, termo que, em sentido metafórico, desvinculado de qualquer noção biológica, serve para indicar não apenas a transmissão de bens ou traços físicos, mas, sobretudo, a incorporação de modos de agir e compreender o mundo, que são aprendidos e naturalizados no convívio social e familiar.

Essa ideia se aproxima do conceito de *habitus* (Bourdieu, 2003), entendido como disposições duráveis que orientam percepções e práticas, fazendo com que certos caminhos apareçam como “naturais” ou “possíveis”. Como destaca Setton (2002), essas disposições não atuam por coerção explícita, mas por afinidade com experiências vividas, tornando algumas escolhas mais facilmente reconhecidas como viáveis. No caso da Entrevistada 14, a familiaridade com o trabalho sexual não elimina o peso das condições materiais, mas se combina a elas, criando um terreno em que a necessidade imediata e o reconhecimento de um caminho já trilhado se reforçam mutuamente. Assim, a decisão por ingressar no trabalho sexual pode ser interpretada como um reconhecimento de algo que já possuía sentido no seu mundo vivido, em continuidade com a história familiar. É nesse entrelaçamento (entre referências herdadas, necessidades concretas e possibilidades percebidas) que a escolha pela profissão se constrói, não como destino fixo, mas como percurso possível e legitimado no horizonte da participante.

Outras trabalhadoras, embora apresentem trajetórias distintas, também demonstram essa permanência ou retorno à Guaicurus como um espaço conhecido e viável para reorganizar suas estratégias de vida. A Entrevistada 15, por exemplo, descreve uma trajetória que antecede a pandemia: “Trabalhei em outros hotéis da Guaicurus antes. Quando veio a pandemia, fiquei na internet, aí voltei” (Entrevistada 15, 30/01/2025).

A Entrevistada 11 apresenta um caso singular. Ela se define como alguém com trajetória extensa, marcada por idas e vindas ao trabalho sexual, “Comecei mais ou menos em 97... Já trabalhei em vários hotéis aqui. Teve uma época que parei, viajei, fui pra fora. Depois retornei” (Entrevistada 11, 30/01/2025). Seu relato revela não apenas o tempo decorrido, mas uma relação de longa duração com o Complexo de Diversões Guaicurus, acompanhando as transformações do território ao longo das décadas.

Essas diferentes trajetórias revelam que, mesmo em um território comum, como os hotéis da Guaicurus, existem múltiplas formas de entrada, permanência e circulação entre as profissionais do sexo. O tempo de atuação é um marcador importante não apenas da experiência acumulada, mas também da forma como cada mulher constrói seu pertencimento e sua posição nesse espaço. Há quem esteja começando e ainda se adaptando, há quem já se mova com segurança pelo complexo, e há quem traga no corpo e na fala uma longa história de resistência e aprendizado.

A compreensão das motivações que levam mulheres ao ingresso e à permanência no trabalho sexual, particularmente no contexto do Complexo de Diversões Guaicurus, exige um esforço de interpretação atento às narrativas subjetivas que cada uma construiu durante as entrevistas. As escolhas que conduzem ao trabalho sexual não podem ser lidas de forma isolada ou superficial. Elas são atravessadas por experiências de ruptura, urgências materiais, responsabilidades familiares e tentativa de garantir alguma autonomia e segurança, dimensões que nem sempre são alcançadas no mercado de trabalho formal.

A experiência de trabalho na Guaicurus revela um microcosmo de tensões entre estruturas de opressão e possibilidades de protagonismo individual e coletivo. O corpo, nesse contexto, não é apenas um objeto de comércio, mas um território de negociações contínuas, de autocuidado e de dignidade. As estratégias de segurança e preservação não decorrem de uma “escolha livre”, mas de um cotidiano de decisões que envolvem desde a negociação com clientes até a busca por reconhecimento social e direitos.

É nesse cenário que o protagonismo se expressa como uma conduta ativa diante dos desafios cotidianos, tal como concebem Perrotti (2017) e Gomes (2019), como um modo de existir que tensiona os limites impostos e constrói espaços possíveis de inclusão, mesmo que restritos. O protagonismo aqui mobilizado dialoga com o conceito de agência, entendido como a capacidade de elaborar estratégias, resistir e interferir nas condições que moldam a própria vida, mesmo sob restrições estruturais (Mariano; Ferreira; Tavares, 2024).

Essa dimensão emerge de forma evidente nas narrativas. A Entrevistada 1, por exemplo, sintetiza a motivação de ingresso no trabalho sexual de forma direta, vinculando-a à

maternidade solo e à necessidade de sustento: “Condição financeira, porque eu tive filho, aí separei, fui mãe muito nova e eu tive que seguir essa opção” (Entrevistada 1, 05/12/2024). O trabalho sexual aparece como resposta à maternidade solo, à separação conjugal e à ausência de alternativas que garantissem o sustento. A urgência econômica reaparece na fala da Entrevistada 2: “O dinheiro não dava, o tempo não batia e não conseguia conciliar uma coisa com a outra. Porque eu tinha que pagar também a escola do meu filho, o dinheiro não dava” (Entrevistada 2, 05/12/2024). Aqui, a sobreposição entre baixos salários, jornadas extenuantes e a responsabilidade de criar filhos inviabiliza a permanência no mercado formal.

As narrativas das trabalhadoras sexuais revelam protagonismo e agência na elaboração de estratégias de sobrevivência e mobilidade, mesmo em cenários de severas restrições estruturais. Esse processo envolve a negociação constante de limites e a criação de mecanismos que, ao mesmo tempo, asseguram o sustento e redefinem a dependência econômica como espaço de ação.

Esses relatos evidenciam como a autonomia dessas mulheres é relacional e relativa, como indicam Mariano, Ferreira e Tavares (2024). Trata-se de uma autonomia condicionada pelas privações materiais e pelas desigualdades de gênero, raça e classe, que limitam escolhas e oportunidades. Nesse sentido, o protagonismo não é uma escolha idealizada, mas a capacidade de conduzir a própria trajetória, de acordo com os limites impostos, criando estratégias de sobrevivência e resistência, embora marcadas pelo estigma e pela precariedade.

O contexto de precarização do trabalho formal agrava essas condições. Clementino, Araújo e Mito (2024) apontam que a informalidade se intensifica com a economia de plataformas⁵², o autoemprego e a terceirização, criando um cenário em que o “precariado” se afirma como uma nova classe social (Araújo *et al.*, 2022). Embora o trabalho sexual seja reconhecido pela CBO, sua informalidade o insere em um limbo jurídico e social e, como consequência, a ausência de direitos específicos reforça a vulnerabilidade (Gusman; Soares, 2021). Essa condição se expressa de forma concreta na Guaicurus, onde cada etapa do exercício da atividade envolve algum tipo de custo, desde materiais de uso pessoal até a manutenção do espaço. Em muitos casos, também há gastos com roupas íntimas, produtos de limpeza e itens de segurança. A necessidade de arcar diariamente com esses valores, antes de obter qualquer retorno financeiro, impõe uma lógica de pressão constante por produtividade. O valor investido

⁵² Segundo Clementino, Araújo e Mito (2024), conceito de economia de plataformas, desenvolvido a partir da consolidação do novo paradigma tecnológico e informacional, refere-se a um modelo econômico que intensifica a precarização do trabalho. Ele se manifesta por meio de mecanismos como a terceirização, o autoemprego e a gestão algorítmica, que transferem os custos e riscos da atividade para o trabalhador, criando uma nova classe social, o “precariado”.

por turno ou diária estabelece um cálculo mínimo de rendimento esperado, o que dificulta pausas, ausências e decisões não orientadas pelo ganho imediato.

A informalidade marca as relações de trabalho na região, com ausência de vínculos formais, direitos e proteção legal. Segundo o IBGE (2022), mais de 40% da força de trabalho brasileira está em situação informal, porém, no caso do trabalho sexual, essa condição se agrava. Não há políticas públicas específicas voltadas para a garantia de direitos para essas profissionais, o que aprofunda a instabilidade. Como aponta Costa (2010), trabalhadores informais geralmente não têm acesso a direitos como 13º salário, férias ou licença médica — realidade ainda mais crítica para as profissionais do sexo, que enfrentam também o estigma moral e a exclusão institucional. Essa precarização não se limita à ausência de contrato trabalhista, envolve insegurança jurídica, falta de atendimento adequado em delegacias e inexistência de mecanismos institucionais que reconheçam esse trabalho como legítimo. Essa ausência de reconhecimento formal repercute diretamente no cotidiano das trabalhadoras, limitando suas possibilidades de reivindicar direitos, acessar serviços públicos e construir formas de organização coletiva.

Essas dinâmicas se refletem nas narrativas das entrevistadas. A Entrevistada 2, por exemplo, relata a dificuldade de compatibilizar empregos formais mal remunerados com as demandas do cuidado e da maternidade solo, enfatizando como o tempo era insuficiente e o dinheiro não cobria as necessidades básicas, como o pagamento da escola do filho. Essa dificuldade concreta de equilibrar tempo, renda e responsabilidades é um exemplo da precarização que conduz essas mulheres à informalidade, como discutido por Clementino, Araújo e Míoto (2024). Nesse contexto, o trabalho sexual emerge como uma alternativa economicamente mais viável, a despeito do estigma e da ausência de direitos.

O dinheiro aparece como o motor mais evidente. Diversas participantes apontam que ingressaram no “ralo” ou “trampo” devido à urgência de sustentar a si mesmas e suas famílias, especialmente após a vivência de quadros desafiadores, como a maternidade solo, o desemprego ou a separação conjugal.

Eu tava cansada de depender dos outros, né? Queria ser independente, ter meu dinheiro, minha casa... Acho que foi isso que me fez vir pra cá. Ninguém me ajudava muito, então tomei coragem e comecei. Não foi fácil não, mas hoje eu tô aqui (Entrevistada 13, 30/01/2025).

Para muitas, como revela a Entrevistada 15, o dinheiro também funciona como compensação para o desgaste e o ambiente hostil:

Do dinheiro, não tem nada de bom aqui, lugar sujo, cama dura, colchão um fio de tão fino. É trampo, né? Ninguém gosta de trampo, mas a gente faz porque precisa. Mas o dinheiro é bom, então vale a pena. Melhor que muito emprego por aí que a gente trabalha o mês todo pra ganhar um salário que nem paga as contas direito (Entrevistada 15, 30/01/2025).

Essa afirmação revela como a busca por independência econômica está atravessada não apenas pela necessidade de renda, mas também pelo desejo de autonomia diante das ausências e negligências que marcam as trajetórias dessas mulheres. Trata-se de um protagonismo que se expressa em condições de restrição, nas quais as possibilidades de ação estão condicionadas por estruturas sociais de desigualdade. Como apontam Mariano, Ferreira e Tavares (2024), a agência dos sujeitos não desaparece diante das privações, mas se reconfigura sob a forma de estratégias concretas de sobrevivência e mobilidade, mesmo que tensionadas pelos limites impostos por marcadores de gênero, raça e classe.

Essa lógica pragmática se repete, de modo que o trabalho sexual é comparado a outras formas de trabalho informal e precarizado.

O trabalho é como qualquer profissão, você ganha dinheiro para isso. Eu não vejo diferença, não. Claro que tem gente que fala que não é digno, que isso e aquilo, mas tá lá, limpando privada dos outros, sendo humilhado, ganhando miséria. Qual que é a dignidade aí? Eu tô ganhando meu dinheiro, tô pagando minhas contas (Entrevistada 1, 05/12/2024).

Essa fala explicita uma forma de ressignificação do trabalho sexual, ao colocar em perspectiva a dignidade atribuída socialmente aos diferentes ofícios. Ao comparar o próprio trabalho à atividade de “limpar privadas”, a participante desafia a hierarquia moral que diferencia ocupações e questiona o critério pelo qual a sociedade decide o que é digno ou não. Trata-se de um movimento discursivo que desestabiliza o estigma, pois afirma o valor do trabalho tendo em vista a autonomia financeira e a capacidade de sustentar a própria vida que ele oferece, em detrimento de um juízo moral externo. Essa ressignificação permite reinterpretar o lugar social ocupado por essas mulheres, apesar de o estigma permanecer como um marcador simbólico que elas precisam constantemente negociar. A percepção do estigma também é elaborada pelas próprias trabalhadoras. A Entrevistada 7 contesta diretamente:

Porque as pessoas, né? Ah, você tá ali porque gosta, porque quer... não, cara, não é isso! Acho que 1% tá ali porque gosta, entendeu? A gente tá porque precisa, porque tem conta pra pagar, filho pra criar. Ninguém sonha em ser puta, não. Isso é a vida que leva a gente (Entrevistada 7, 28/01/2025).

Esse relato, apesar de marcar as condições adversas que conduziram a entrevistada ao trabalho sexual, não reduz sua experiência à vitimização. Ao explicar como define seus limites e conduz suas escolhas, a participante se inscreve em um movimento de autodefinição, no sentido proposto por hooks (2019), de acordo com o qual mulheres negras constroem narrativas próprias sobre si para escapar das imagens de controle que as fixam em posições de fragilidade ou submissão. Nesse caso, reconhecer que a vida a levou a esse caminho não impede que ela reivindique critérios e formas de organizar sua trajetória, afirmando agência mesmo em contextos marcados por desigualdade.

O protagonismo se manifesta justamente nessa elaboração crítica, que recusa o senso comum da “vida fácil” e afirma o peso das responsabilidades materiais. Collins (2016) reforça que a consciência sobre si e o lugar social não eliminam as opressões, mas possibilitam a intervenção sobre o próprio destino. Giddens (2009), ao tratar da dialética do controle, mostra que relações de dependência podem ser tensionadas, criando margens de ação mesmo sob dominação.

O posicionamento da entrevistada 7 revela o enfrentamento cotidiano do estigma, que recai sobre o trabalho sexual e pode ser entendido como um processo social pelo qual certos grupos ou identidades são desvalorizados e desacreditados com base em atributos considerados desviantes da norma. Para Goffman (2014), o estigma ligado à prostituição se insere na categoria das “culpas de caráter”, ou seja, diz respeito a marcas sociais que comprometem a reputação e a identidade moral da pessoa, mesmo que não sejam imediatamente visíveis. Nesse sentido, a profissional do sexo é percebida como alguém “não completamente humana”, o que justifica, do ponto de vista social, a discriminação, a marginalização e o tratamento como ameaça ou perigo.

Como explica Goffman (2014, p. 5), “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Assim, o estigma não apenas separa os “normais” dos “desviantes”, mas também molda a percepção que os próprios estigmatizados têm de si e do mundo. Em muitos casos, isso gera formas de identificação e união entre os que compartilham a mesma condição, como uma estratégia de proteção e afirmação diante do julgamento social.

Rago (2014) complementa essa perspectiva ao evidenciar que o trabalho sexual está atrelado a múltiplas formas de opressão, reforçadas por estruturas patriarcais que subordinam e objetificam as mulheres. Assim, a criminalização simbólica da prostituição recai sobre as trabalhadoras, sem que sejam consideradas as condições socioeconômicas que as levam a essa atividade. Nesse processo, a sociedade manifesta uma contradição intrínseca, ao recriminar uma

prática que, embora marginalizada, é cotidiana e socialmente tolerada, evidenciando uma dualidade de posturas. Em meio a essa dualidade, essas mulheres constroem trajetórias que possibilitam não apenas a subsistência, mas também formas de mobilidade e consumo.

A busca por autonomia e ascensão social aparece, por exemplo, quando a Entrevistada 1 relata as conquistas proporcionadas pelo trabalho: “O trabalho me possibilita ir pros lugares e comprar coisas que antes não podia. Tipo assim, antes eu não podia comprar uma roupa que eu queria, hoje em dia eu ralo, faço dinheiro e compro” (Entrevistada 1, 05/12/2024).

O dinheiro, nesse caso, apresenta-se como mais do que uma necessidade de sobrevivência, representando a possibilidade de escolha, de acesso e de reconhecimento social. A trabalhadora sexual conquista o direito ao consumo, à circulação e à valorização de si mesma por meio da renda gerada com o próprio corpo, revertendo, ainda que parcialmente, as restrições econômicas que marcaram sua trajetória anterior. Esse acesso, desigual e marcado por tensões, constitui-se como uma forma concreta de autonomia e agência cotidiana no enfrentamento da exclusão social.

As entrevistadas demonstram protagonismo ao buscar no trabalho sexual um meio de subsistência e uma autonomia financeira que se traduz na liberdade de consumo e no acesso ao lazer, dimensões frequentemente negadas em outros contextos laborais. A possibilidade de “ir pros lugares e comprar coisas que antes não podia”, ou de garantir lazer, surge como um objetivo central, reafirmando o dinheiro não apenas como necessidade, mas como ferramenta de escolha e reconhecimento social. Esse acesso a formas de lazer e consumo funciona como expressão de uma mobilidade simbólica, que vai além da ocupação do tempo livre.

A motivação central para o ingresso e a permanência no trabalho sexual reside na busca por subsistência e autonomia financeira, que se traduz na liberdade de consumo e no acesso ao lazer, dimensões frequentemente negadas em outros contextos laborais. A possibilidade de “ir pros lugares e comprar coisas que antes não podia” ou de garantir momentos de lazer reafirma o dinheiro não apenas como necessidade, mas como ferramenta de escolha, reconhecimento social e mobilidade simbólica. Mais do que atender a necessidades imediatas, ele permite a ocupação de espaços, a vivência de experiências, a conquista de formas de pertencimento e o consumo de bens que antes eram inacessíveis.

Ribeiro e Passamani (2024) e Calabria e Almeida (2024) destacam que o trabalho sexual, embora marcado pela precariedade, é uma via de mobilidade social possível diante das limitações impostas às mulheres das classes subalternas. A comparação com o salário mínimo aparece como ponto de inflexão: a Entrevistada 9 observa que sua mãe “tem um salário mínimo, que o que ela faz no mês a gente faz em dois, três dias ou às vezes” (Entrevistada 9, 29/01/2025).

Essa disparidade salarial consolida o trabalho sexual como uma alternativa economicamente mais viável para alcançar metas de consumo e garantir autonomia financeira, ainda que à custa de ter que conviver com o estigma social. A Entrevistada 10, por sua vez, afirma, “Ai, para ser sincera, o que eu só gosto é de tudo, dinheiro mesmo, mas nada” (Entrevistada 10, 29/01/2025), indicando que o trabalho sexual possibilita “coisas que, se eu ganhasse no salário mínimo, eu não conseguiria fazer” (Entrevistada 10, 29/01/2025), como o lazer.

O dinheiro, além de garantir o sustento, permite que essas mulheres acessem formas diversas de lazer e consumo, reafirmando uma autonomia construída a partir da disposição do próprio corpo no mercado.

Dessa forma, protagonizar a própria história, no caso das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, significa transitar entre estratégias de enfrentamento, ganhos econômicos e ressignificações subjetivas, que expressam escolhas possíveis, tensionadas pela precarização, pelo estigma e pela ausência de direitos.

Por outro lado, a disparidade de renda entre as entrevistadas também revela a insegurança financeira que permeia a profissão, caracterizando-se como uma das marcas do trabalho sexual, o que exige das trabalhadoras uma gestão constante de estratégias para garantir a sobrevivência econômica. Esse gerenciamento inclui desde a escolha dos dias e horários de trabalho até as formas de abordagem e negociação com os clientes, configurando uma prática de autogerenciamento em um contexto marcado pela informalidade e pela precarização.

Essa dinâmica pode ser interpretada à luz do que Zickwolff e Cheibub (2022) descrevem como a lógica do empreendedorismo de si no capitalismo contemporâneo. Para as autoras, mulheres que oferecem seus serviços de forma autônoma, em locais onde podem receber mais, são frequentemente vistas como empreendedoras de si mesmas. Esse movimento associa-se à ideia de comodificação do consumidor, em Bauman (2008), segundo a qual os sujeitos são “aliciados, estimulados ou mesmo forçados a se autopromoverem enquanto “mercadorias”, tornando-se não apenas produtos, mas também seus próprios agentes de publicidade e marketing” (Zickwolff; Cheibub, 2022, p. 14). No trabalho sexual, isso significa que as trabalhadoras se tornam gestoras de si mesmas, administrando não apenas o tempo e o valor do serviço, mas também sua imagem e posicionamento no mercado.

A rentabilidade do trabalho nos hotéis é frequentemente destacada como superior à de outros empregos. A Entrevistada 15 (27 anos) sintetiza essa percepção ao afirmar que: “dá pra tirar uma grana boa, pelo menos mais do que eu ganharia em qualquer outro trampo por aí” (Entrevistada 15, 30/01/2025). Por sua vez, a Entrevistada 5 (32 anos) explicita seus objetivos de longo prazo: “Eu faço meu planejamento pra conseguir conquistar minhas coisas, tipo casa,

carro, essas coisas” (Entrevistada 5, 28/01/2025). Ela ainda observa como a melhoria das condições materiais altera o modo como é percebida socialmente: “se você tem uma casa boa, um carro legal, as pessoas te veem com outros olhos” (Entrevistada 5, 28/01/2025).

A Entrevistada 12 (46 anos) oferece um relato emblemático sobre como o trabalho sexual pode ser um meio de garantir o sustento e o futuro da família: “Eu sou uma garota de programa e sustento minha família com isso. Pelo menos os meus filhos. Eu tenho um filho que é doutor, é médico. O dinheiro foi daqui, foi lá quando eu trabalhava em São Paulo. Então, eu fui juntando, fui colocando no banco tudo. Depois, ele ganhou a bolsa, fui ajudando. É desse jeito” (Entrevistada 12, 30/01/2025). Ela também projeta possibilidades futuras: Se eu começar a juntar bastante dinheiro, eu posso. Porque você imagina quem ganha o dinheiro que a gente ganha por dia. [...] Agora, se a gente juntar esse dinheiro, a gente não ganha tão mal não, tá?” (Entrevistada 12, 30/01/2025).

Silva e Blanchette (2017) reforçam essa perspectiva ao mostrar que, segundo as próprias interlocutoras pesquisadas, o trabalho sexual permite que as mulheres trabalhem para si mesmas, acumulando capital para projetos pessoais que seriam inalcançáveis no setor de serviços formal. Essa análise evidencia não apenas o protagonismo, mas também a habilidade empreendedora dessas mulheres na informalidade, que organizam seus meios de subsistência e acumulam recursos mesmo em contextos marcados pela precariedade estrutural.

A expectativa de “juntar para o futuro” também carrega a marca da urgência, afinal essa “seiva da juventude” pode ser considerada um capital efêmero (Silva; Blanchette, 2017). Para elas, essa pressão é intensificada pela forma como o mercado sexual historicamente supervaloriza a juventude e a aparência. Assim, a monetização do tempo e do corpo se articula com projetos de médio e longo prazo, evidenciando que, além da sobrevivência, muitas constroem estratégias complexas de permanência, ascensão e reconhecimento.

Esse quadro de variabilidade e incerteza é exemplificado pela Entrevistada 7, que menciona o movimento específico do mercado: “em alguns dias, pode faturar até R\$ 1.000,00 no dia”, enquanto em outros os ganhos são significativamente menores - “às vezes 100” (Entrevistada 7, 28/01/2025). A Entrevistada 4 (27/01/2025), que está no início da trajetória no trabalho sexual, relata uma renda mensal de R\$ 900,00, contrastando fortemente com a Entrevistada 5 (28/01/2025), que afirma alcançar R\$ 40.000,00 por mês. Esse contraste revela o quanto a renda está atrelada a fatores como tempo de experiência, número de clientes, localização e estratégias individuais de trabalho.

As altas rendas mensais relatadas por algumas entrevistadas – como a Entrevistada 5, com R\$ 40.000,00; a Entrevistada 6, com R\$ 20.000,00; e as Entrevistadas 8 e 9, com cerca de

R\$ 15.000,00 (valor dividido entre as duas, resultando em aproximadamente R\$ 7.500,00 líquidos para cada uma) – não correspondem ao lucro final, mas a um faturamento que precisa ser analisado à luz dos custos operacionais e da carga de trabalho envolvida.

Para compreender a dimensão concreta desses ganhos, é fundamental considerar a lógica da hora trabalhada. Conforme relatado pelas participantes, a jornada no Complexo de Diversões Guaicurus pode ultrapassar facilmente 10 ou 12 horas diárias, distribuídas ao longo de seis ou sete dias por semana, sem férias remuneradas, descanso semanal garantido ou proteção previdenciária. A isso somam-se os custos fixos, como o pagamento da diária do quarto (em torno de R\$ 170,00 por dia), além de gastos com alimentação, vestuário, produtos de higiene e insumos necessários ao trabalho.

Quando esses elementos são considerados, a renda elevada deixa de representar uma condição de privilégio automático e passa a evidenciar um regime de autoexploração intensiva do tempo e do corpo. O que se apresenta como “ganhar mais” está diretamente condicionado à ampliação da jornada, à ausência de direitos trabalhistas e à necessidade de manter uma disponibilidade quase total para o trabalho. Nesse sentido, ao diluir o faturamento pelo número de horas efetivamente trabalhadas, os ganhos se aproximam — e por vezes se equivalem — aos rendimentos de ocupações formais que, embora menos rentáveis em termos brutos, oferecem proteção social e limites regulados de jornada⁵³. De toda forma, o trabalho sexual surge como uma via de mobilidade e realização de objetivos pessoais e familiares, apesar dos custos invisíveis associados à precarização e ao estigma.

A jornada de trabalho de muitas dessas mulheres constitui, em termos práticos, um ciclo de longas horas de dedicação. Apesar de algumas entrevistadas mencionarem a “flexibilidade” de horários, a realidade mostra-se bem mais exigente. A Entrevistada 1 (05/12/2024) descreve sua rotina como exaustiva: “eu sempre chego cedo, oito horas, então eu pego papel, camisinha esses trem... aí eu vou para o quarto trabalhar. Aí eu ralo até as quatro da tarde, eu faço a diária, que é R\$ 100,00, e depois eu faço o meu”. Contudo, ela frisa que esse horário não é uma regra e frequentemente estende seu turno até as 21 horas, somando uma carga de até 12 horas de trabalho por dia.

Essa carga horária exaustiva, que pode chegar a 12 horas diárias, tensiona a narrativa da flexibilidade frequentemente associada ao trabalho sexual e permite relativizar a leitura dos rendimentos elevados mencionados em outros trechos da pesquisa. O ganho financeiro não

⁵³ Entende-se por gastos operacionais despesas recorrentes, como peças íntimas, maquiagem, cabelo, unhas, itens de higiene pessoal, preservativos, lubrificantes, além dos aluguéis de toalhas e roupas de cama – especialmente quando não fornecidos pela associação (Aprosmig).

decorre de uma suposta facilidade do trabalho, mas da intensificação da jornada e da ampliação do tempo disponível para o atendimento. Diferentemente do trabalho formal, no qual a extensão da jornada é regulada e a hora extra remunerada com adicionais legais, no contexto da Guaicurus, a ampliação do tempo de trabalho constitui a principal estratégia para cobrir os custos fixos da atividade, como o pagamento da diária do quarto, e produzir excedente financeiro.

Assim, os ganhos das profissionais do sexo permitem uma autonomia relativa, exercida dentro de margens estreitas, definidas por custos fixos, exigências de disponibilidade e necessidade de prolongar a jornada, evidenciando que a gestão do próprio tempo ocorre sempre em negociação com condições estruturais que antecedem o sujeito (Butler, 2015).

A exigência pela “diária” do hotel, valor fixo que as trabalhadoras precisam garantir para utilizar o espaço, impõe uma pressão constante. Muitas relatam a necessidade de dobrar o turno para compensar os dias de movimento fraco ou imprevistos, trabalhando o equivalente a duas diárias, sem garantia de que o retorno financeiro compensará o esforço. A meta financeira diária torna-se, assim, um elemento organizador da jornada e um marcador da intensidade do trabalho.

Outro aspecto significativo, que emerge das narrativas das entrevistadas, é a sobreposição entre o espaço de trabalho e o espaço de moradia. Para muitas, especialmente aquelas que vêm de outras cidades, o hotel de sexo transforma-se em uma moradia temporária ou fixa. Essa escolha, embora seja funcional para otimizar o tempo de trabalho, revela as condições precárias que estruturam essa atividade. A fusão entre lar e local de trabalho apaga as fronteiras entre o “pessoal” e o “profissional”, absorvendo o tempo de viver no tempo de trabalhar e afetando o bem viver, a privacidade e a possibilidade de descanso pleno.

O cenário brasileiro tem sido marcado pela intensificação da precarização e da informalidade do trabalho, com o aumento do trabalho autônomo, da uberização, da terceirização e dos contratos flexíveis, especialmente a partir de 2015/2016. Essas condições vulnerabilizam particularmente mulheres e pessoas negras (Clementino; Araújo; Mito, 2024). No trabalho sexual, a lógica de que “tempo é dinheiro” leva à mercantilização do tempo, de modo que cada unidade temporal se converte em recurso financeiro, gerando sofrimento físico e psíquico, já que o “tempo de viver é pressionado pelo tempo de trabalho” (Paiva *et al.*, 2020, p. 218).

Essa jornada extensa, sem garantia de rendimento fixo, evidencia um regime de trabalho em que o esforço permanente se impõe como estratégia necessária para alcançar a renda mínima, sobretudo em função da cobrança da diária do hotel. A constante disposição para o

trabalho não é sustentada apenas por imposições externas diretas, mas por um mecanismo de autogestão e vigilância internalizada, que obriga cada uma a otimizar o tempo disponível como oportunidade de rendimento.

Por outro lado, nem todas as entrevistadas optam por morar no hotel. Algumas tentam manter uma separação entre o trabalho e a vida pessoal, o que se reflete na escolha de voltar para casa após o expediente. A Entrevistada 13 (30/01/2025) afirma: “Eu venho quando quero. Não fico toda hora aqui não. Às vezes, descanso em casa, cuido dos meus filhos”. Essa afirmação evidencia a busca por um espaço que permita a distinção entre a vida profissional e a vida pessoal. A Entrevistada 4 (27/01/2025), por exemplo, também prefere não dormir no hotel e retorna para casa após o expediente, mantendo um vínculo com sua rotina familiar.

A escolha de voltar para casa, embora implique mais tempo de deslocamento, permite que essas mulheres busquem um refúgio em seus lares, escapando da constante pressão de estar no “trabalho” o tempo todo, como ressaltado pela Entrevistada 15 (30/01/2025): “Não, vou embora. Aqui não é lugar de dormir não, muito zoad, cama dura, lençol áspero, o povo barulhento. Eu venho, faço meu dinheiro e vou pra casa ficar com meus filhos”. Para essas trabalhadoras, a separação entre o trabalho e a vida pessoal é uma tentativa de resgatar uma forma de dignidade, criando um espaço de descanso e pertencimento fora do contexto laboral.

5.2 Estratégias de autonomia, negociação e autopreservação

Esta seção aprofunda o núcleo 2: Trabalho e ação, examinando as estratégias de autonomia, negociação e autopreservação que as participantes desenvolvem no cotidiano da Guaicurus. As narrativas revelam como o trabalho sexual é vivenciado não apenas como uma forma de subsistência, mas como uma prática que exige constante tomada de decisões, estabelecimento de limites e gerenciamento de riscos.

A busca por autonomia, flexibilidade e segurança emerge como um atrativo significativo, especialmente em comparação com outras modalidades de trabalho e os riscos intrínsecos ao trabalho sexual em diferentes contextos. A Entrevistada 1 valoriza a possibilidade de “tirar um final de semana para descansar e pra dar rolê” (Entrevistada 1, 05/12/2024), e a liberdade de poder “fazer o que quiser”, pagando a diária do hotel (Entrevistada 1, 05/12/2024). A Entrevistada 4 aprecia a “liberdade do ambiente aqui” (Entrevistada 4, 27/01/2025), enquanto a Entrevistada 6 valoriza a “liberdade” e a ausência de “polícia em cima”, em comparação ao Rio de Janeiro, além das condições mais seguras do hotel, conforme detalha:

A liberdade, não tem polícia em cima. E eu já trabalhei no Rio, no Rio é mais complicado. E aqui o quarto, o ambiente, se tem muita droga, porque eu não uso, não bebo, não fumo, essas coisas. Graças a Deus, aqui é tranquilo, é bem-organizado. Tem banheiro, janela direitinho (Entrevistada 6, 28/01/2025).

A segurança no trabalho é uma questão fundamental para as trabalhadoras sexuais, especialmente no que diz respeito à escolha do ambiente de trabalho. A percepção de risco nos hotéis de sexo, como mencionado por diversas entrevistadas, é comparativamente mais baixa em relação à rua ou às boates. Para muitas, o hotel oferece uma sensação de proteção, tanto física quanto psicológica. A Entrevistada 1 (05/12/2024) destaca a diferença: “O hotel é mais seguro, eu não corro tanto risco aqui. Na rua é diferente, lá a gente não tem controle de nada”.

A Entrevistada 14 (30/01/2025) compartilha uma experiência traumática, vivida fora do hotel, reforçando a sensação de segurança proporcionada por um ambiente controlado: “Eu fui estuprada na rua, com um revólver na minha cara. Aqui no hotel, pelo menos, a gente tem um controle maior. Eu me sinto mais segura”.

Esse contraste evidencia como a sensação de segurança, especialmente a capacidade de controle, é um fator determinante na escolha do local de trabalho. A habilidade de decidir quem entra no quarto e quem pode ser atendido é uma forma de garantir certa autonomia, refletindo a busca por uma estrutura de segurança pessoal em um ambiente de trabalho muitas vezes desprovido de apoio formal.

A Entrevistada 14 (30/01/2025) ainda relata a importância dessa autonomia para o seu bem viver emocional e físico: “A gente decide quem entra, quem sai, quem vale a pena atender. Se o cliente não paga, a gente esconde a roupa, joga ele pelado no corredor, bate nele”.

Nesse contexto, a violência pode parecer extrema, mas é uma estratégia de resistência e autoproteção, uma resposta à vulnerabilidade do trabalho e à falta de uma rede de apoio institucional. Além disso, a possibilidade de escolher o horário de trabalho também contribui para uma sensação maior de controle sobre a própria rotina, como observa a Entrevistada 12 (30/01/2025): “Não, não vou trabalhar hoje”. Ou a Entrevistada 13 (30/01/2025), que enfatiza: “Eu venho quando quero”. Essa flexibilidade, em certa medida, representa uma forma de poder sobre suas próprias condições de trabalho, elemento crucial em um ambiente em que as mulheres frequentemente têm que negociar sua própria segurança e dignidade.

Ainda em relação a esse contexto, vale ressaltar que as interações entre as próprias trabalhadoras sexuais ganham relevância para a aprendizagem, incluindo a transmissão de regras, modos de trabalho e o desenvolvimento de habilidades necessárias à prática sexual e ao atendimento ao cliente. As narrativas compartilhadas frequentemente enaltecem aspectos como

poder de sedução, esperteza, prazer sexual com alguns clientes e controle da situação, desmistificando uma visão vitimizadora (França, 2017).

Essa dinâmica pode ser compreendida pela perspectiva da aprendizagem situada, desenvolvida por Lave e Wenger (2022). De acordo com esse conceito, o conhecimento, como um processo social e contextualizado, é adquirido pela participação ativa em uma comunidade de prática. No Complexo da Guaicurus, as trabalhadoras, ao se engajarem em suas rotinas e interações, configuram uma comunidade na qual a aprendizagem acontece, favorecendo a transição de uma participação periférica para uma participação plena, mediada por observação, repetição e troca de experiências. Histórias, conselhos e exemplos compartilhados entre colegas ajudam a dar sentido ao que as iniciantes observam e fazem, mostrando que o saber se constrói de forma situada, relacional e incorporada à prática cotidiana. Nesse processo, o conhecimento não é apenas transmitido, mas também transformado, adaptando-se às necessidades do contexto e fortalecendo o protagonismo das mulheres na construção de estratégias, modos de atuação e formas de resistência diante de desafios e estigmas.

As contradições internas entre os sentimentos pessoais e as expectativas externas são frequentes. Algumas entrevistadas oscilam entre o orgulho de sustentar a família e o desconforto em relação à profissão. Nesse sentido, revela-se uma negociação permanente entre o que se quer esconder e o que se precisa afirmar. Essa perspectiva é reforçada pela visão pragmática, comum entre as entrevistadas, de que, embora “ninguém gosta de trampo”, ele é feito “porque precisa” (Entrevistada 15, 30/01/2025).

Nessas tensões, algumas narrativas indicam resistência e redefinição de si, ao transformarem o trabalho em ferramenta de autonomia. Segundo Ribeiro e Passamani (2024), a autonomia das trabalhadoras sexuais não é uma condição estática, mas um processo dinâmico de negociação e ressignificação. O trabalho sexual, nesse contexto, é uma estratégia para ressignificar a dependência econômica em um espaço que, ao mesmo tempo, lhes oferece possibilidades de realizar suas aspirações e garantir o sustento familiar. Os autores destacam a tensão entre o protagonismo individual e as restrições estruturais e sociais impostas, resultando em uma autonomia demarcada pelas brechas do sistema de estigmatização e controle.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que as mulheres alternam performances identitárias, a da profissional segura, diante do cliente; e a da mulher cuidadosa, diante da família; a da colega, no ambiente de trabalho; e a da filha, mãe ou companheira, no espaço íntimo. Essas performances não são falsas, mas formas de sobreviver aos diferentes contextos e expectativas que se impõem. Esses sentidos, porém, não são definitivos, mas atravessados por contradições e aberturas, compondo um processo contínuo de produção subjetiva. Essa

multiplicidade não pode ser considerada uma adaptação passiva, mas representa um conjunto de estratégias de invenção de si, configurando-se como práticas que mesclam dor, inteligência prática e desejo de reconhecimento.

Além da volatilidade da renda, a forma de negociação das tarifas e serviços também se torna um ponto central na articulação da dinâmica econômica. Em muitas entrevistas, foi possível verificar que as tarifas variam, dependendo do tipo de serviço oferecido, com valor adicional sendo cobrado por práticas específicas. A variação de preços e o que cada valor inclui compõem um verdadeiro léxico interno do trabalho sexual na Guaicurus.

A Entrevistada 13 opera em um hotel conhecido como “Varejão”, caracterizado por programas rápidos e baratos: “Aqui vem quem não tem grana. Tem nego que passa o dia catando latinha na rua só pra conseguir R\$ 25 pra dar uma na gente. Aqui é conhecido como Varejão, sabe?” (Entrevistada 13, 30/01/2025). Por esse valor, ela oferece o que define como um pacote básico: “Faço três posições, uma chupada e pronto, sai rapidinho” (Entrevistada 13, 30/01/2025).

A expressão “três posições e uma chupadinha” aparece como uma convenção entre trabalhadoras e clientes, referindo-se a três variações de posição sexual durante o atendimento e um breve sexo oral — a “chupadinha” — que não se prolonga ou se aprofunda. Trata-se de um serviço enxuto, eficiente, que visa maximizar o número de clientes atendidos em pouco tempo, numa dinâmica muito próxima do que se poderia chamar de produção em série do desejo, ainda que cada interação mantenha sua singularidade.

Outras participantes informam preços mínimos entre R\$ 30,00 e R\$ 70,00 para o programa básico. A Entrevistada 10 diz que “o preço mínimo é 30” (Entrevistada 10, 29/01/2025), enquanto a Entrevistada 4 afirma que cobra “R\$ 70 o programa” (Entrevistada 4, 27/01/2025), com uma duração que pode variar entre “10 e 12 minutos” (Entrevistada 4, 27/01/2025) e “até 15 minutos” (Entrevistada 15, 30/01/2025). A brevidade do atendimento não se relaciona apenas à questão do preço, mas representa uma estratégia de preservação corporal e emocional diante do desgaste imposto pelo volume de clientes e pela própria dureza do ofício.

Quando se trata de serviços que incluem práticas adicionais, como sexo anal, os valores aumentam significativamente. A Entrevistada 6 destaca: “Se for algo mais, como anal, fica 300, 350” (Entrevistada 6, 28/01/2025). Por sua vez, a Entrevistada 14 afirma que “o anal pode chegar a R\$150, se pagar bem” (Entrevistada 14, 30/01/2025).

Além da precificação baseada no tipo de prática, há um marcador importante relacionado ao uso ou não de preservativo, que impacta diretamente o valor cobrado. A Entrevistada 15 informa que “meter sem capa” (sem camisinha) é mais caro, “R\$ 50,00 sem

capa, 30,00 com” (Entrevistada 15, 30/01/2025). Contudo, há limites estabelecidos por algumas participantes, como expressa a Entrevistada 7, “Sem camisinha, nem pensar. É meu corpo, minha vida” (Entrevistada 7, 28/01/2025).

Essa afirmação direta, que estabelece limites e afirma controle sobre o próprio corpo, pode ser compreendida como um exercício de autodefinição, no sentido trabalhado por hooks (2019). Para a autora, a autodefinição é uma estratégia central por meio da qual mulheres negras se afastam das imagens de controle impostas pelas estruturas racistas e sexistas, construindo narrativas próprias sobre quem são e sobre o que aceitam ou recusam em suas experiências. Nesse caso, decidir a forma de negociar, estabelecer limites para as práticas e afirmar critérios pessoais não representa apenas uma negociação técnica, mas uma forma de organizar a própria identidade diante do estigma.

O relato da Entrevistada 7 traz à tona a preocupação em relação à prevenção de ISTs. Embora o uso de preservativos seja uma prática comum, ele nem sempre é assegurado e, em alguns casos, sua utilização é negociada de acordo com o valor pago. Para a Entrevistada 11 (29/01/2025), a postura em relação ao preservativo é rígida: “Eu não faço de jeito nenhum sem preservativo. Não faço, nunca fiz. Nunca peguei nada. Sempre fiz questão de usar, e acho que é o mínimo para minha saúde”.

Essa fala evidencia a consciência da trabalhadora sobre os riscos e a importância da proteção, mas também coloca em destaque a diferença de postura entre as mulheres que atuam no mercado sexual. Diante de um contexto heterogêneo, a negociação das práticas de segurança torna-se mais complexa, como indica a Entrevistada 4 (27/01/2025): “Se for com camisinha, também aumenta o valor. E tem cliente que paga, outros não, e aí fica difícil, né? Eu quero estar segura, mas tem momentos que a pressão é muito grande”.

Os relatos evidenciam que a proteção não é apenas uma questão de escolha, mas, muitas vezes, está atrelada à dinâmica econômica do trabalho sexual, que determina que a segurança pode ser precificada e, portanto, comprometida em favor de um ganho imediato. Isso coloca as mulheres em uma posição ainda mais vulnerável, mostrando como o capitalismo e as desigualdades sociais moldam as condições de trabalho no setor.

A Entrevistada 5 também ressalta a recusa de certos fetiches: “Não, não. Não faço fetiche” (Entrevistada 5, 28/01/2025), e a Entrevistada 6 declara: “Tipo, querer beijo na boca, essas coisas eu não faço. Eu gosto do básico mesmo” (Entrevistada 6, 28/01/2025), demonstrando a importância de estabelecer fronteiras claras, incluindo o uso de preservativo.

Dessa maneira, fica claro que as formas de organização e negociação do trabalho sexual variam significativamente entre as mulheres, o que inclui não apenas os limites das práticas

sexuais, mas também a própria definição do que constitui o serviço. Nem sempre a troca envolve o ato sexual convencional. Uma participante exemplifica a competência na identificação e na exploração de um nicho de mercado bastante particular, ao revelar que seu foco principal de trabalho não é o intercursos sexual tradicional: “Eu não transo com homens” (Entrevistada 12, 30/01/2025). A entrevistada compõe um grupo de profissionais que, além dos serviços sexuais convencionais, relatam oferecer práticas especializadas, que transitam pelo campo do BDSM⁵⁴, dos fetiches, do uso de acessórios e até de práticas escatológicas — fantasias que envolvem excrementos, fezes ou outros fluidos corporais.

Meu trabalho mais é os consolos. Eu tenho vários tamanhos, cores, jeitos. Tem cliente que gosta de ver, tem cliente que gosta de usar, tem uns que querem que eu use neles. Eu tenho uma malinha que levo pro quarto, com tudo limpinho, álcool, luva, tudo certinho. Tem gente que acha nojento, mas é meu trabalho, minha ferramenta (Entrevistada 12, 30/01/2025).

Essa especialização também se traduz em vantagens financeiras. Ela afirma que “eles pagam mais no consolo do que para ficar comigo mesmo” e detalha: “para ficar comigo eu cobro R\$ 30,00, R\$ 40,00 e o consolo eu cobro R\$ 50,00, R\$ 80,00, R\$ 100,00” (Entrevistada 12, 30/01/2025).

Além de serviços convencionais, as trabalhadoras sexuais revelam a existência de nichos de mercado de alta especificidade, voltados a fetiches extremos. A Entrevistada 12, por exemplo, narra a demanda por serviços de natureza escatológica, que ela descreve como “coisas muito estranhas”, solicitadas com frequência: “Nossa, como pede. Como pede muito, muito”. Essa disposição para realizar atos que extrapolam o que seria considerado o padrão do trabalho sexual posiciona a entrevistada em um nicho particular. Em relato detalhado, ela exemplifica:

Ó, tem cliente aqui que eles, ele chega, ah, ele chega aqui, eles pedem, falou, “Ó, eu vou te pagar, paga até bem”. [...] Eh, eles pedem para mim poder evacuar na boca dele. Aham. Fazer um, dois, entendeu? Quer que você me entende. [...] Aí quando eu faço, aí ele fica todo sujo do número dois. Depois, eu tenho que fazer pegar ele, entendeu? Tenho que fazer penetração nele. [...] Eu vomito na boca dele. Já fiz tudo isso (Entrevistada 12, 30/01/2025).

Conforme já mencionado, as demandas por práticas mais cansativas, repetitivas ou consideradas “pesadas” retomam o lugar da mucama identificado por Gonzalez (2020), de

⁵⁴ O acrônimo BDSM refere-se a práticas sexuais que envolvem os conceitos de Bondage (restrição), Disciplina, Sadismo (sentir prazer ao causar dor) e Masoquismo (sentir prazer ao receber dor). É um termo guarda-chuva, que engloba uma ampla variedade de atividades consensuais focadas em dinâmicas de poder, dor e prazer (Nunes; Pereira, 2022).

acordo com o qual a mulher negra é associada à força e à disponibilidade. Quando clientes buscam determinadas mulheres pelo “tipo de serviço” que desejam, acionam esse imaginário racializado, que distribui tarefas a partir de hierarquias de cor. Ao mesmo tempo, a figura da mulata como corpo para o fetiche e o espetáculo aparece nas descrições de clientes que procuram “determinadas cores” para vivências sexualizadas específicas. Essas dinâmicas reforçam que, no território, desejo e estigma operam de forma racializada, compondo um mercado estruturado por fantasias e desigualdades históricas.

O uso de consolos e outros acessórios, bem como o sexo anal, aparece como forma de diversificação e ampliação do faturamento: “eu faço o consolo, eles pagam até bem... acima de R\$ 100,00. Aí eu penetro os caras sem dó, tem cliente que pede até introduzir o braço... R\$ 300,00, assim já me deram R\$ 300,00, bem mais. Não mexo com droga, não bebo, mas os consolos, menina, é o que me dá dinheiro” (Entrevistada 12, 30/01/2025). A própria participante observa que existe “muito cliente disso, muito cliente de consolo” (Entrevistada 12, 30/01/2025), evidenciando uma demanda consistente e economicamente significativa.

Essa especialização demonstra como algumas trabalhadoras reconhecem demandas particulares e se posicionam de forma estratégica, mobilizando preparo técnico, adaptações corporais e negociações constantes de limites. O conjunto dessas práticas reforça a compreensão do Complexo de Diversões Guaicurus como um território de lazer sexual (Silva, 2011), onde experiências que extrapolam a lógica reprodutiva ou moral da sexualidade se inserem nos campos do prazer, do consumo e do entretenimento (Santos, 2021). Como destacam Attwood e Smith (2013), práticas sexuais contemporâneas podem ser entendidas como atividades de lazer, articulando prazer, desejo, consumo e performance.

Dessa forma, o que emerge das falas das entrevistadas não é apenas a realização de serviços sexuais, mas a constituição de um mercado de experiências eróticas diversificadas, que incluem performances fetichistas e de dominação, voyeurismo⁵⁵ e serviços de escuta, compondo um repertório plural de ofertas vinculadas ao lazer sexual. Trata-se de uma profissionalização marcada pela diversidade dos serviços e pela habilidade de ocupar nichos de mercado que, apesar do estigma, oferecem maiores retornos financeiros.

As práticas fetichistas relatadas pelas trabalhadoras evidenciam que a sexualidade, no território da Guaicurus, não se organiza de forma espontânea ou natural. Como argumenta

⁵⁵ O *voyeurismo* é uma parafilia, um tipo de fetiche em que o prazer sexual é obtido ao observar pessoas em atos sexuais, em situações íntimas ou de nudez. No contexto do trabalho sexual, é uma prática consensual em que a pessoa que contrata o serviço obtém satisfação ao observar a trabalhadora sexual, seja sozinha ou com outras pessoas (Nunes; Pereira, 2022).

Foucault (2020), o dispositivo da sexualidade opera por meio da incitação ao discurso, da normatização dos corpos e da produção de saberes sobre o prazer. Os rituais de higiene, as regras implícitas, a delimitação do que pode ou não ser feito e a forma como os desejos são nomeados e negociados revelam que o sexo, mesmo quando transgressor, é profundamente regulado. As trabalhadoras, ao administrarem essas práticas, atuam de acordo com o estabelecido por esse dispositivo, mas também o tensionam, ao estabelecer limites, precificar desejos e redefinir posições de poder na interação com os clientes.

As participantes da Entrevistada 9 narram que um cliente pagou para que elas “queimasse as bolas dele com cigarro, pisasse com o salto no pau dele, cuspsse nele” (Entrevistada 9, 29/01/2025). Tais práticas, situadas no campo do BDSM, não apenas evidenciam a pluralidade dos desejos dos homens, mas também requerem das trabalhadoras habilidades específicas de negociação e segurança, que não raro são invisibilizadas nos discursos públicos sobre o trabalho sexual.

O *voyeurismo* também surge como uma demanda recorrente no cotidiano das trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus. A Entrevistada 5 relata: “Tem uns que pagam pra ver a gente transar com outro. Eles só olham, não encostam” (Entrevistada 5, 28/01/2025). Por sua vez, a Entrevistada 10 afirma que há clientes que: “só querem ficar se masturbando, te olhando, você nem precisa mexer” (Entrevistada 10, 29/01/2025). Esses relatos reforçam que o trabalho sexual não se reduz ao ato físico da penetração, mas envolve uma performance ampla, em que olhar, ouvir e ser observado também são moedas de troca.

Essa lógica da observação e do contato não físico abre espaço para outro tipo de serviço ofertado, o trabalho de escuta, como comenta a Entrevistada 5: “Tem uns que pagam só pra isso, sabia? Pra ter alguém que ouve, que não julga. Eu fico lá ouvindo, às vezes nem tiro a roupa, mas o cara sai leve. E paga do mesmo jeito” (Entrevistada 5, 28/01/2025). Trata-se de uma dimensão do trabalho que não se configura por práticas sexuais explícitas, mas por uma oferta emocional e subjetiva de atenção e cuidado.

Essa prática de escuta, que se estabelece como um serviço remunerado, pode se conectar ao que Arlie Hochschild (1979) descreve como trabalho emocional - esforço deliberado de manejar emoções próprias e alheias em função das expectativas sociais e ocupacionais - conceito introduzido pela autora em 1983 e aqui referido conforme apresentado por Silva L. (2022). Como destaca Silva L. (2022), esse trabalho é parte constitutiva de muitas ocupações invisibilizadas e, no caso do trabalho sexual, se manifesta de forma evidente. O sorriso, a paciência, o não julgamento e o acolhimento tornam-se recursos profissionais essenciais, embora raramente contabilizados ou reconhecidos como parte legítima do ofício.

Esse gerenciamento emocional não se restringe ao contato com os clientes. Ele se estende às relações entre as próprias trabalhadoras, ao impacto psicológico das interações familiares e à forma como cada uma administra a sobrecarga emocional do cotidiano. A Entrevistada 14, por exemplo, fuma maconha: “Toda hora, para aguentar os clientes e ficar mais relaxada” (Entrevistada 14, 30/01/2025); enquanto a Entrevistada 15 usa cocaína para se sentir “mais animada, mais pra cima” (Entrevistada 15, 30/01/2025), o que aponta o uso de substâncias como mecanismo de enfrentamento da pressão e do desgaste emocional do trabalho, intensificado por interações discriminatórias. A prática cotidiana impõe um desgaste invisível, frequentemente enfrentado por meio de estratégias de autopreservação - sejam elas o uso de substâncias, a criação de limites para os serviços oferecidos ou a adoção de posturas pragmáticas diante da vida afetiva.

É nesse contexto que a autopreservação emerge como um elemento central nas trajetórias das participantes. A experiência relatada pela Entrevistada 11 é particularmente significativa nesse sentido. Ela narra ter superado um câncer e “carregado três suicídios”, expressando uma história marcada por perdas e sofrimento. Sua decisão de não interromper o trabalho durante o tratamento oncológico — porque, segundo ela, “tristeza mata, abaixa a imunidade” — revela que o trabalho sexual, além de sua dimensão econômica, tornou-se uma ferramenta de autopreservação emocional e física nessa vivência específica. Trabalhar “pra ganhar dinheiro dos homens e xingar homem” (Entrevistada 11, 29/01/2025) não é apenas um meio de sustento, mas um modo de manter-se ativa, de não se deixar sucumbir à solidão e à dor.

Essa análise permite compreender que o trabalho emocional realizado por essas mulheres não é apenas uma adaptação às exigências do mercado, mas um mecanismo subjetivo de sobrevivência, que inclui o cuidado de si e a construção de limites para a própria integridade. O trabalho de escuta, o gerenciamento das emoções diante do cliente e a capacidade de delimitar o que fazem ou não fazem não são apenas técnicas profissionais, mas expressões de uma prática subjetiva, que busca resguardar o que resta de si mesmas em um ambiente de exploração e estigma.

Essa dinâmica revela que, no trabalho sexual, o emocional também é moeda, uma moeda que não se contabiliza em número de atendimentos, mas que pesa no corpo e na mente de quem a oferece. E é justamente nesse manejo das emoções e dos afetos que muitas das participantes constroem suas estratégias de autopreservação, ressignificando o próprio trabalho como espaço possível de autonomia e resistência diante das vulnerabilidades que atravessam suas vidas.

5.3 Corpo e interseccionalidade: táticas de gestão e identidade

Esta seção se dedica à análise das complexas táticas de gestão do corpo e da identidade empregadas pelas trabalhadoras sexuais no Complexo de Diversões Guaicurus, tomando como lente fundamental o conceito de interseccionalidade. O corpo emerge não apenas como principal ferramenta de trabalho, mas como um campo de disputa contínua, atravessado por normas estéticas, exigências de produtividade, estigmas sociais e dinâmicas afetivas e familiares. A experiência dessas mulheres revela um movimento constante de autopreservação e resistência diante das opressões estruturais.

Embora apresentemos, a seguir, subseções específicas focadas na aparência, na cor e nas dinâmicas familiares, é fundamental compreender que, na prática cotidiana da Guaicurus, esses elementos são indissociáveis. A cor da pele (raça) influencia o preço cobrado (classe) e o tipo de serviço demandado (gênero/sexualidade), formando uma amálgama complexa, que define as possibilidades de existência dessas mulheres.

A primeira dimensão desta análise, que se alinha ao núcleo 4 (corpo, segurança e autocuidado), focaliza o corpo-mercadoria e as estratégias de performance e preservação. Demonstra-se que os cuidados com a aparência (maquiagem, cabelo, lingerie) transcendem a mera atratividade para o cliente, configurando-se como rituais de autoafirmação, controle sobre o corpo e autossatisfação. Em seguida, o foco analítico se desloca para as interseccionalidades (eixo 3) e as tensões entre pares (núcleo 3), evidenciando como as categorias sociais não se dissolvem, mas se reconfiguram no território da Guaicurus. Finalmente, a seção aborda os projetos de vida (núcleo 7), possibilitados pelo trabalho sexual, revelando uma faceta de esperança e crença no futuro.

Por fim, a seção aborda as intrincadas dinâmicas familiares e as relações afetivas (núcleo 3), mostrando como a família se estabelece como motivação central e, simultaneamente, como um campo de intensa negociação de gênero. Nas relações com parceiros, revela-se a complexa coexistência entre autonomia econômica e controle patriarcal sutil. Para algumas, a monetização do sexo surge como uma prática de autopreservação contra a exploração afetiva e sexual em relações não tarifadas, um ato que busca estabelecer limites diante da violência emocional acumulada.

Dessa forma, a seção 5.3 está estruturada para desvelar a complexa teia de táticas de gestão corporal e identitária que se desenvolvem na Guaicurus, onde a sobrevivência econômica se articula com a agência, a resistência e as marcas persistentes das desigualdades de raça, classe e gênero.

5.3.1 O corpo-mercadoria em cena: aparência e rituais de autocuidado

No contexto das trabalhadoras sexuais, os cuidados com a aparência transcendem a simples exigência de atratividade física para os clientes. Para muitas entrevistadas, esses cuidados fazem parte de um ritual de autoafirmação, de controle sobre o próprio corpo e de autossatisfação. As entrevistas revelam como a aparência é não apenas uma ferramenta de trabalho, mas uma forma de autoempoderamento.

A gente acorda cedo para fazer maquiagem, arrumar o cabelo e procurar uma lingerie que a gente vai usar, não porque alguém exige, mas porque a gente se sente melhor assim. É um ritual, né? Colocar o que a gente acha que vai nos fazer sentir bem durante o dia. Mesmo sendo algo relacionado ao trabalho, tem algo de pessoal nesse cuidado (Entrevistada 9, 29/01/2025).

Essa fala é significativa, pois revela que, embora a aparência seja imprescindível para a profissão, há uma dimensão de prazer e controle pessoal nesse processo. Nesse sentido, o cuidado com a aparência não é apenas um modo de se encaixar em um padrão externo, mas uma forma de se afirmar, de sentir que podem controlar algo em um ambiente composto por elementos que frequentemente escapam do controle.

A Entrevistada 14 (30/01/2025) também ilustra esse cuidado, mas de forma mais pragmática e descomplicada: “passo um batom, um rímel e pronto. Eu não me preocupo muito, mas é um jeito de me sentir bem. Não é só pelo cliente, é por mim também. Se a gente se sente bem, o trabalho flui melhor”.

A fala da Entrevistada 14 sublinha como a maquiagem, algo aparentemente simples, representa uma estratégia de autocuidado que permite manter certo nível de autoestima e controle, mesmo em uma profissão onde o corpo é constantemente exposto e negociado.

Contudo, essa busca pelo padrão estético é mais flexível em certos contextos, como os hotéis da Guaicurus, onde a pressão estética parece ser menor. A Entrevistada 15 (30/01/2025) comenta:

Os caras não ligam se eu tô gorda ou não, se minha unha tá feita, se o cabelo tá impecável... Eles querem outra coisa, e eu não tenho que me preocupar com isso. Aqui, tem gosto para tudo. Só você andar aqui que vai ver todos os tipos de mulheres.

Essa liberdade, evidenciada por diversas entrevistadas, reflete uma estrutura de trabalho mais inclusiva, onde diferentes tipos de corpo são mais facilmente aceitos. Na Guaicurus, a pressão estética enfrentada por mulheres em outros ambientes de trabalho sexual parece menor.

Em locais como boates ou plataformas on-line, o “padrão publicitário” de beleza é, muitas vezes, implacável e excludente.

A Entrevistada 7 observa a disparidade entre o mercado de luxo do Rio de Janeiro e os hotéis do Complexo de Diversões Guaicurus. No Rio, em boates “chiques”, o padrão era de mulheres: “lindas, corpo perfeito, rosto, cabelo maravilhoso, tem que estar com a unha pronta, tem que estar muito bem no salto, maquiada” (Entrevistada 7, 28/01/2025). Ela mesma relata que não foi aceita nesses espaços, no Rio de Janeiro, por causa da idade, indicando que esses ambientes são menos tolerantes à diversidade de corpos e idades.

A diversidade etária entre as entrevistadas é significativa e isso, por si só, já questiona os estereótipos sobre quem pode ou não ser profissional do sexo. A idade das mulheres varia de 20 a 55 anos, e elas estão todas atuando nos mesmos espaços, com o mesmo tipo de clientela, muitas vezes dividindo os mesmos corredores de hotel. O mais interessante é que, segundo seus relatos, a idade simplesmente não é uma questão relevante para os homens que buscam seus serviços na Guaicurus. Em outros contextos, como boates caras ou redes sociais, ser “mais velha” pode significar estar fora do mercado. Contudo, nos hotéis do Complexo de Diversões, a dinâmica é outra, e elas demonstram ter consciência disso.

A Entrevistada 7 (55 anos) é quem dá o tom ao dizer: “quando eu cheguei aqui, que eu vi, cara, nossa, eu fiquei, falei ‘Meu Deus, eu nem sabia que os homens pagavam assim’” (Entrevistada 7, 28/01/2025). A surpresa se torna mais compreensível quando sua trajetória é contextualizada: ela iniciou a profissão tardiamente e, após um período de afastamento, tentou retornar às casas de elite do Rio de Janeiro, onde foi explicitamente rejeitada por sua idade. No Complexo de Diversões Guaicurus, essa surpresa expressa, ao mesmo tempo, espanto, alívio e afirmação. O espanto não está apenas no fato de ser paga, mas no reconhecimento inesperado de que ainda há desejo por seu corpo – um corpo que carrega idade, história, marcas e, ao mesmo tempo, presença. É como se houvesse uma redescoberta de seu próprio valor como mulher e como profissional do sexo. Essa descoberta quebra expectativas que talvez ela mesma já tivesse introjetado, a ideia de que envelhecer é desaparecer do mercado do desejo.

Em seguida, ela disse: “Caramba, o homem que gosta de mulher mesmo, ele é foda”, revelando mais do que um elogio. É uma provocação à lógica dominante, ela reconhece que há homens que não estão reféns do padrão jovem, magro, artificialmente embelezado. Homens que “gostam de mulher de verdade”, e isso, para ela, é digno de admiração. O uso do palavrão não é gratuito, ele carrega potência. Ela está falando de um desejo que não cabe nas revistas, nos catálogos, nos filtros do Instagram. Um desejo que reconhece a mulher que ela é – com 55 anos, com celulite, com experiência – e paga por isso. E paga bem.

A Entrevistada 7, que já havia trabalhado em casas sofisticadas no Rio de Janeiro, deixa evidente que, nesses ambientes, as portas se fecham para quem já passou dos 40 anos de idade: “Não são nem os clientes, são as casas que não aceitam, né? Porque são casas assim, mais chiques. Então, tem que ter um padrão, sabe?” (Entrevistada 7, 28/01/2025).

O tal “padrão” aparece o tempo todo nas falas, quase sempre como um obstáculo. A Entrevistada 10, com 34 anos de idade, diz: “Eu achava que tinha que ter um padrão, um corpão, tal” (Entrevistada 10, 29/01/2025). A Entrevistada 15, de 27 anos de idade, ao se referir a outro trabalho fora dos hotéis de sexo, reforça: “No *OnlyFans* tem que ter padrão, corpo no jeito, cenário bonito... essas meninas que fazem isso direito são tudo modelo. Faz dinheiro grande” (Entrevistada 15, 30/01/2025). E a Entrevistada 14, de 24 anos de idade, ainda pontua que “na rua, tem que ser padrão de TV, nem muito magra, nem gorda” (Entrevistada 14, 30/01/2025), referindo-se ao trabalho sexual em espaços públicos.

Apesar da predominância do trabalho presencial nos hotéis, algumas entrevistadas revelam uma migração parcial para o ambiente digital, buscando novas formas de renda. Plataformas de conteúdo adulto, como *OnlyFans* e *Privacy*, surgem como possibilidades para ampliar ganhos, refletindo uma adaptação estratégica diante das exigências do mercado, como observa uma participante: “Eu tenho vontade de ter porque eu acho que dá para virar uma nota muito boa por fazer *privacy*” (Entrevistada 9, 29/01/2025). A mesma ideia é corroborada por sua colega: “Tem gente que trampa só com isso, *man*” (Entrevistada 8, 29/01/2025). O uso do *WhatsApp* para vendas de conteúdo também é destacado: “Vende pack de fotos também pelo *WhatsApp*, né? Trabalha só com ganha dinheiro, só que não falta” (Entrevistada 8, 29/01/2025).

Esses relatos evidenciam o fenômeno da plataformização do trabalho sexual (Srnicsek, 2016), de modo que as profissionais se configuram como empreendedoras de si mesmas (Foucault, 2020), gerenciando a própria marca, conteúdos e estratégias para maximizar os ganhos. Entretanto, a autonomia digital percebida pelas trabalhadoras está condicionada a novos tipos de exigências e desafios. Uma entrevistada relata: “Mas, nossa, o *OnlyFans* é uma bagunça, tudo em inglês, cheio de coisa pra configurar, tem que ficar postando sempre, divulgando... Eu não tenho paciência pra isso não. Fora que o site ainda pegava uma parte gorda do meu cachê, tipo, eu cobrava um valor e eles ficavam com um pedaço grande, nem compensava” (Entrevistada 15, 30/01/2025).

Além das demandas técnicas, surgem pressões estéticas e sociais próprias das plataformas digitais, que se somam às já existentes nos espaços presenciais. A Entrevistada 15, por exemplo, compara os padrões exigidos on-line com a realidade dos hotéis: “Se eu tivesse paciência, até ficava só na internet, porque é menos arriscado do que aqui, né? Mas tem que ter

um padrão, um corpo sempre no jeito, cenário bonito, luz boa, essas coisas. E essas meninas que fazem isso direito são todas cotadas, modelo mesmo, tudo arrumada, cheia de seguidor, faz dinheiro grande. Eu não tenho paciência pra esse rolê. Então, prefiro ficar aqui, que é mais rápido e garantido” (Entrevistada 15, 30/01/2025). Esse relato evidencia a complexa negociação entre autonomia percebida e coerções estruturais, incluindo padrões estéticos, exigências de visibilidade e dependência de algoritmos, que estruturam a experiência digital.

Por outro lado, algumas entrevistadas reportam elementos de prazer ou diversão na criação de conteúdo, aproximando o digital de um espaço de lazer produtivo. Como observa outra participante: “Eu acho divertido, quando não tem cliente na porta, eu faço uns vídeos dançando, insinuando, depois eu fico horas editando, colocando filtro, mudando de música, aí posto no insta, os cara curte e eu ganhando cada vez mais seguidores, só não mostro o rosto, mas, se me perguntar, eu falo que tô aqui, é tipo uma vitrine as redes sociais pra mim, já arrumei cliente” (Entrevistada 10, 29/01/2025). A interação com o público, a edição de conteúdo e o acompanhamento do engajamento funcionam simultaneamente como estratégia profissional e forma de lazer, mostrando que a gestão da identidade digital não se limita a tarefas de trabalho, mas pode se tornar um espaço de expressão e experimentação.

Essa dimensão do trabalho digital evidencia que, mesmo inseridas em um contexto de exposição e normas impostas pelas plataformas, as trabalhadoras conseguem desenvolver habilidades de autopromoção, criatividade e negociação de imagem. A atividade on-line não substitui o trabalho presencial, mas se integra a ele, oferecendo alternativas de rendimento e modos diferenciados de engajamento, além de permitir que algumas participantes encontrem diversão e reconhecimento na própria prática. Dessa forma, o meio digital não apenas amplia o escopo do trabalho sexual, mas também reconfigura as fronteiras entre lazer, trabalho e construção de identidade, num movimento que se alinha com a literatura sobre lazer produtivo e empreendedorismo digital (Fortes, 2011; França, 2015).

A fala da Entrevistada 10, que se diverte fazendo e editando vídeos para as redes sociais sem mostrar o rosto, conecta-se a outras tantas narrativas que desconstróem o mito do corpo ideal como requisito para o trabalho sexual na Guaicurus. A prevalência da aceitação de diferentes biotipos é um ponto recorrente. Assim como a entrevistada constrói uma “vitrine” para se promover de forma criativa e sem se submeter ao “padrão” dos filtros de beleza, as demais participantes relatam que a diversidade de corpos e a idade são fatores de aceitação e sucesso na região, o que diferencia a Guaicurus de outros contextos de trabalho sexual. Muitas entrevistadas enfatizam que não há um “padrão” específico para trabalhar nos hotéis,

reforçando a ideia de que existe “gosto para tudo” (Entrevistada 1, 05/12/2024). A Entrevistada 11, de 53 anos de idade, é categórica:

Olha, eu creio que não. Você sabe por quê? Porque tem muitos homens que gostam de mulher magra, mulher com peito pequeno. Outros gostam de mulher bem fofinha, sabe? Pererecuda. Outros gostam de mulher de peito bem avantajado. Então, preferência assim de cor, peso, não, para ser garota de programa não precisa ter um corpo específico. Tem cliente para todas (Entrevistada 11, 29/01/2025).

Essa percepção é reafirmada, com honestidade, pela Entrevistada 15: “Que nada! Tem gorda, magra, tem de tudo. Os caras querem fuder e sair fora, tem até uma menina no outro hotel que trabalha na cadeira de rodas” (Entrevistada 15, 30/01/2025). Essa fala ressalta que o requisito primordial é a disposição para o trabalho, e não um padrão físico preestabelecido.

O que essas falas escancaram é uma dissociação radical entre o ideal de beleza normativo e a lógica prática do desejo nos hotéis. Não são exigidos corpos com padrões publicitários (Santos, 2021), mas corpos disponíveis, diversos, que sabem como fazer o trabalho. A Entrevistada 12, de 46 anos de idade, sintetiza isso:

Sim, é todo mundo bem aceito. Pode ser gorda, negra, magra, drogada. O negócio aqui no hotel, o segredo é você trabalhar e pagar sua diária. Você pagou sua diária, pode ser até pra investir, eles aceitam. Tá pagando a diária, então pronto (Entrevistada 12, 30/01/2025).

A fala da Entrevistada 12 é poderosa porque parte de uma lógica pragmática: “tá pagando a diária, então pronto”. Esse trecho revela a centralidade da autonomia econômica como critério de pertencimento naquele espaço. Há, nesse sentido, um tipo de aceitação pragmática que, embora superficial, destoa dos padrões de outros contextos do trabalho sexual, onde imperam estéticas excludentes e hierarquias normativas. Contudo, essa aparente inclusão não anula a persistência de estigmas e hierarquias internas, que se reconfiguram nas relações cotidianas.

Outro aspecto relevante diz respeito à higiene e à prevenção de doenças, que ocupam um lugar central no cotidiano das trabalhadoras sexuais, funcionando como práticas que combinam cuidado físico e manejo das condições emocionais necessárias para a realização do trabalho. O relato da Entrevistada 9 descreve um ritual detalhado de limpeza, que vai muito além de uma medida pontual de proteção, evidenciando a densidade simbólica dessas ações:

A gente limpa o quarto quando a gente vai dormir, porque a gente dorme melhor. A gente não vai dormir com o quarto sujo. A gente bota incenso, toma um banho com álcool e, gente, o nosso banho é um ritual sério. Primeiro, passa

álcool na bucha, aí toma banho com álcool, depois passa sabonete líquido que diz que 99% tira as bactérias, depois passa o sabonete normal. Depois passa creme, escova os dentes, faz todo um processo, todo um ritualzinho para poder deitar leve, sabe? Se sentir que é legal (Entrevistada 9, 29/01/2025).

Esse conjunto de ações, que combina limpeza do espaço, cuidados corporais e elementos sensoriais como o incenso, não se restringe à dimensão física. Ele também opera como mecanismo de regulação emocional, favorecendo uma sensação de leveza, segurança e preparo para o dia seguinte.

Foucault (2014) analisa como as técnicas disciplinares moldam “corpos dóceis”, isto é, corpos treinados para máxima utilidade e eficiência, mas submetidos a formas sutis de controle. Santos (2022), ao adotar essa perspectiva para abordar questões relativas ao corpo da mulher, argumenta que essa docilidade é reforçada por expectativas sociais e patriarcais que enquadram comportamentos e posturas. No caso das trabalhadoras sexuais, é possível notar uma forma de autodisciplina que, embora elaborada e custeada pelas próprias profissionais — devido à ausência de regulamentação e garantias formais —, responde às normas tácitas do território e às expectativas dos clientes. A gestão da higiene e da segurança, portanto, pode ser interpretada como internalização de padrões de desempenho e apresentação, transferindo para a esfera individual a responsabilidade por manter um corpo “útil” e “aceitável” para o trabalho.

Essa dimensão física do cuidado articula-se com o manejo emocional que, como observa Santos (2022), envolve não apenas atender às expectativas dos clientes, mas também sustentar um padrão de “docilidade-utilidade” produzido e administrado pelas próprias trabalhadoras. Ao garantir um ambiente limpo e seguro, elas também antecipam e regulam as reações emocionais dos clientes, criando condições para que a interação ocorra nos termos previstos. A preparação do corpo e do ambiente funciona, ao mesmo tempo, como proteção e como estratégia para antecipar e regular as reações de quem contrata o serviço. Nesse sentido, a higiene, a organização e a apresentação pessoal atuam como dispositivos de gestão que estabelecem confiança e estruturam a interação, revelando como a disciplina física também opera como recurso de performance emocional.

Esse cuidado físico sistemático também atua como forma de manejo emocional para as próprias trabalhadoras. Em um contexto de estigma e ausência de proteção institucional, o controle sobre o corpo e sobre o espaço de trabalho contribui para a redução da ansiedade e para a preservação de um senso de organização e profissionalismo. Esse controle também pode operar como forma de alívio, especialmente após um dia de contato com diversos corpos de origens desconhecidas. Nessa perspectiva, o ritual de limpeza profunda, com uso de produtos específicos e etapas rigorosas, funciona como mecanismo para restabelecer uma sensação de

normalidade e preservar a dignidade, particularmente em um contexto marcado por marginalização e estigma. Assim, o autocuidado, no trabalho sexual, não é apenas uma prática de proteção contra riscos, mas também um recurso de regulação subjetiva, que articula sobrevivência, técnica e gestão cotidiana.

5.3.2 Hierarquias de cor e estigma: interseccionalidades e segregação interna

Durante a entrevista, uma participante fez referência aos tipos de corpos apreciados pelos clientes. Ao dizer que “pode ser gorda, negra, magra, drogada”, a Entrevistada 12 (30/01/2025) — que se autodeclara preta — mobiliza uma lista com algumas características que carregam marcas de marginalização social. A inclusão de categorias como “drogada” exemplifica como as trabalhadoras, para se autopreservarem e se diferenciarem, constroem hierarquias internas que levam a estratégias de segregação. Essa segregação não é apenas racial, mas interseccional: ser uma mulher negra na Guaicurus não significa apenas enfrentar o preconceito de cor, mas lidar com a expectativa colonial de que seu corpo está disponível para o “serviço duro” ou para o fetiche da “mulata” (Gonzalez, 1984), o que impacta diretamente sua valorização econômica e sua posição na hierarquia de gênero do local.

Considerando especialmente o termo “negra”, é possível traçar reflexões sobre como o racismo afeta as trabalhadoras sexuais na Guaicurus. O racismo estrutural se internaliza e se manifesta nos discursos, evidenciando a persistência de associações entre características sociais e estigmas, mesmo entre aqueles que resistem. Não se trata aqui de criticar sua fala, mas de compreender como essas representações são historicamente construídas e incorporadas, inclusive por quem é diretamente afetado por elas. A lógica do racismo estrutural não opera apenas “de fora”, mas também se enraíza nos modos de ver e nomear o mundo, mesmo entre aqueles que resistem e enfrentam suas violências diariamente. Nesse caso, a identidade negra, ao ser mencionada nesse contexto, reflete a forma como o racismo estrutural continua a operar sutilmente, relegando-a a uma condição de tolerância condicionada ao desempenho econômico. Trata-se de uma dinâmica que aponta para a persistência de mecanismos de estigmatização.

Esse enunciado não é isolado, mas reflete um discurso que, ainda que naturalizado, reproduz a lógica do racismo estrutural, que atravessa a história do Brasil e que associa o corpo negro à feiura, à subalternidade ou à permissividade. A cultura brasileira construiu representações de mulheres negras centradas na submissão, na docilidade e na erotização exacerbada, associando-as, historicamente, ao trabalho doméstico e à objetificação sexual (Mariano; Ferreira; Tavares, 2024).

Esse imaginário é reforçado pelo estigma do trabalho sexual, frequentemente enraizado em uma perspectiva colonial que define essas mulheres como vítimas, pobres e interioranas (Calabria; Almeida, 2024), reforçando um lugar de subalternidade que se sobrepõe ao próprio trabalho e à identidade pessoal das trabalhadoras (Barbosa; Borges, 2017).

O desejo que estrutura o mercado sexual no Complexo de Diversões Guaicurus está longe de ser neutro. Como aponta Bernstein (2008), os clientes são movidos por desejos que envolvem não apenas o prazer, mas a busca por variação sexual, características raciais e físicas específicas, o exotismo, o acesso a corpos racializados, o clandestino e o transgressor. Adiciona-se a isso o imaginário sobre o “exotismo” e a “beleza” das mulheres, que influencia diretamente a escolha no que o presente estudo denomina de lazer sexual (Zickwolff; Cheibub, 2022). Nesse ambiente, o corpo é mercadoria (Paiva *et al.*, 2020) e a lógica do mercado sexual permite que certas características físicas, marcadas por raça, peso e idade, sejam reconfiguradas de acordo com uma funcionalidade que subverte (mas não elimina) o preconceito.

O uso da palavra “drogada”, pela Entrevistada 12, colocado ao lado das demais, escancara como essa categoria carrega um peso moral específico. Ela parece indicar um limite da aceitação, mesmo que esse corpo esteja ali e pague a diária, ele carrega um estigma que não desaparece. A fala reproduz uma ideia socialmente difundida de que a mulher que usa drogas é “menos confiável”, “menos profissional” ou “menos íntegra”, o que revela como o estigma sobre o uso de substâncias atua em espaços já atravessados por outras formas de exclusão.

Essa reprodução do estigma pode ser lida à luz de Fanon (2008) como um efeito da interiorização das hierarquias raciais e morais que estruturam a experiência colonial e pós-colonial. O desprezo dirigido à colega identificada como “drogada”, assim como outras formas de julgamento moral presentes nos relatos, não expressa apenas uma opinião individual, mas revela processos de autovigilância e autopolicamento que incidem sobre os próprios corpos e trajetórias. Nesse sentido, a vergonha de si e a desqualificação da outra funcionam como estratégias de sobrevivência em um contexto no qual o sujeito aprende a se perceber a partir de parâmetros que o inferiorizam. Trata-se menos de uma falha moral pessoal e mais de um mecanismo social que ensina mulheres racializadas a reproduzirem, entre si, os valores que historicamente as colocam em posições de deslegitimação.

A fala da Entrevistada 13, com 32 anos de idade, reforça esse ponto: “tem muita menina que é meio perdida também, tem umas com problema mental mesmo, sabe? Tudo doida. Melhor nem mexer com essas, a gente nunca sabe como vai ser, se o ovo tá virado ou não” (Entrevistada 13, 30/01/2025). Nesse relato, o julgamento aparece com mais força e crueza, num tom de alerta. Ao dizer “melhor nem mexer com essas”, ela traça um limite simbólico dentro da própria

categoria das trabalhadoras sexuais, um recorte que separa quem está “no controle” de quem é “perigosa”, “instável”, “imprevisível”. Isso, ao mesmo tempo que reflete uma estratégia de autoproteção, também opera como um gesto de distanciamento em relação àquelas que vivem situações de sofrimento psíquico evidente.

Essa percepção de que a saúde mental é um fator de segregação interna ganha ainda mais força na fala da Entrevistada 7 (28/01/2025), que aponta diretamente o problema:

Mas, assim, na verdade... agora vem a parte da coisa, né? Vocês não têm noção, mas não tem amizade real porque a maioria das meninas, primeiro, tem problemas de saúde mental, sabe? Muitas, é algo que todo mundo julga, mas não entende. Muita mulher ali está porque realmente tem algum distúrbio mental, é visível, entende? Lá no Rio, eu não via tanto isso, era menos, mas, aqui em Minas, eu reparei bastante.

A entrevistada adicionou uma dimensão pessoal à sua observação, refletindo sobre sua própria trajetória: “Na minha família, também tem essa questão de problemas de saúde mental, então acho que, por isso, acabei falando sobre isso aqui” (Entrevistada 7, 28/01/2025). Essa fala revela uma tensão crucial, o olhar de julgamento e a busca por autoproteção convivem com a empatia de quem entende o sofrimento por vivência própria.

Os dados do estudo de Campos *et al.* (2024)⁵⁶ dimensionam essa realidade, pois revelam que cerca de 67,3% das trabalhadoras sexuais entrevistadas em Belo Horizonte apresentavam sintomas indicativos de Transtornos Mentais Comuns. Contudo, no cotidiano da Guaicurus, a saúde mental quase nunca é nomeada nesses termos. Ela aparece atravessada por expressões como “perdida”, “doida”, “ovo virado”, modos populares de dar conta do que não tem diagnóstico, do que não tem cuidado, do que escapa aos saberes instituídos da clínica⁵⁷.

⁵⁶ Os Transtornos Mentais Comuns (TMC) referem-se a um conjunto de sintomas psíquicos como ansiedade, insônia, cansaço extremo, dores sem causa física definida, tristeza persistente e desinteresse por atividades cotidianas. Segundo Campos *et al.* (2024), em um estudo realizado com trabalhadoras sexuais em um hotel da região da Guaicurus, 67,3% apresentavam sintomas compatíveis com TMC, percentual significativamente superior ao da população geral brasileira. Os sintomas mais prevalentes incluíam humor deprimido, ansiedade, insônia, dores corporais, perda de energia vital e pensamentos depressivos. A pesquisa também evidenciou que longas jornadas de trabalho e rendas mais baixas estavam associadas a maiores taxas de sofrimento psíquico. Esses dados reforçam que a vulnerabilidade vivida por essas mulheres não se restringe à dimensão econômica ou física, mas atinge diretamente sua saúde mental, tornando o corpo um espaço de sobrecarga emocional diante da precariedade, do estigma e da ausência de políticas públicas adequadas.

⁵⁷ A percepção de “problemas mentais” ou “vagabundagem” em pessoas em situação de vulnerabilidade é frequentemente um reflexo do senso comum e da estigmatização. Essas visões desconsideram o sofrimento e as múltiplas violências (físicas, simbólicas, institucionais) que atravessam a vida dessas pessoas (Zickwolff; Cheibub, 2022; Eugenio, 2023). De forma análoga, no contexto dos hotéis do Guaicurus, quando as trabalhadoras nomeiam colegas como “doidas”, “perdidas” ou com “distúrbio mental”, elas não estão usando categorias clínicas, mas marcadores sociais que reforçam limites de aceitação e convivência. Em alguns casos, esse julgamento pode encobrir sofrimentos psíquicos ou condições do neurodesenvolvimento (como o Transtorno do Espectro Autista, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, entre outros) que permanecem invisíveis, sobretudo em mulheres e em contextos de vulnerabilidade social.

Essas palavras não são apenas estigmas, são também estratégias de nomeação, de alerta, de defesa. Indicam que algo está fora do lugar, mas também que não há lugar legítimo para falar disso. O sofrimento psíquico, nesse contexto, é vivido em silêncio, disfarçado de esquisitice ou considerado perigoso demais para se tocar. É um corpo que trabalha e sofre, mas não adocece oficialmente, porque adoecer, para essas mulheres, muitas vezes significa não conseguir pagar a diária.

A análise dessas falas sugere que, embora o espaço dos hotéis permita uma convivência mais plural, do ponto de vista corporal e de idade, ele ainda está impregnado de classificações morais que diferenciam as profissionais entre si. Há uma linha tênue entre acolhimento e julgamento, entre solidariedade e segregação simbólica. Essas fronteiras são definidas tanto pela capacidade de trabalho quanto pela visibilidade do sofrimento, especialmente quando esse sofrimento se manifesta de maneira que pode ser considerada “fora da norma”.

É nesse contexto que a análise precisa se aproximar das contradições, o mesmo espaço que aceita uma mulher com um corpo fora do padrão ou mais velha, pode ser hostil àquela que demonstra sofrimento psíquico intenso ou faz uso visível de drogas. A lógica do “trabalhou e pagou, tá dentro” funciona, mas carrega fissuras que revelam o quanto a exclusão não desaparece, apenas muda de lugar.

A fala é crua, pragmática, e diz de um tipo de autonomia que se constrói ali, não é sobre agradar visualmente, é sobre garantir o próprio sustento. A entrevistada 3, de 32 anos de idade, resume: “Qualquer mulher pode trabalhar aqui, desde que saiba fazer dinheiro” (Entrevistada 3, 27/01/2025).

A mais jovem, a Entrevistada 8, com 20 anos de idade, reconhece isso também, observando, com respeito: “Aqui tem todos os corpos porque aparece homem de todos os perfis do mundo” e “as mais velhas, mais gordinhas, talvez às vezes trabalha até melhor do que a gente, então não tem perfil pra trabalhar na... porque é, vem homem de todos os tipos” (Entrevistada 8, 29/01/2025). O relato revela uma outra lógica de mercado, um mercado onde o desejo circula de forma mais desorganizada, imprevisível, e que não depende das vitrines da juventude ou do silicone recém-aplicado. Trata-se de um mercado que atende homem que quer mulher com cara de mulher, com barriga, com papo reto e com vagina, do jeito que ela for.

Assim, tanto no caso da população em situação de rua quanto no das trabalhadoras sexuais, observa-se uma sobreposição entre estigma e ausência de cuidados institucionais, o que faz com que o sofrimento seja interpretado como falha moral ou ameaça, e não como uma questão de saúde. Esse sofrimento pode se manifestar como burnout (esgotamento profissional severo) ou como efeitos não reconhecidos de condições do neurodesenvolvimento. A ausência de lazer e a compressão temporal (em que o “tempo de viver” é dominado pelo “tempo de trabalho”) intensificam esse desgaste (Paiva *et al.* 2020). A análise mostra que o sofrimento é resultado da intersecção entre fatores sociais, econômicos e psicológicos, e não de uma falha individual.

A Entrevistada 7 ainda faz uma comparação certa: “As meninas não fazem nem unha e os caras tão lá. Aqui não importa. Os meninos só gostam das mais velhas. Tem gosto pra tudo” (Entrevistada 7, 28/01/2025). Essa inversão do desejo (num contexto em que a idade não é um problema, mas até pode ser um diferencial) desestabiliza a narrativa dominante de que a mulher tem prazo de validade no mercado sexual.

Isso não significa que não haja opressão, pois, como nos lembra Akotirene (2019), o etarismo nunca age sozinho, ele se mistura com racismo, com classismo, com o peso do cisheteropatriarcado. A mulher negra, envelhecendo, não encontra descanso, encontra mais precariedade (Akotirene, 2019). Ela continua sendo empurrada para o trabalho exaustivo e, quando esse trabalho é o sexual, ainda precisa driblar o estigma de ser vista como “fácil”, como “passada”, como “inadequada”. Contudo, ela resiste. Não porque romantiza o que vive, mas porque transforma o que tem em ferramenta para continuar.

O que as entrevistas mostram é que, na Guaicurus, há uma reconfiguração do valor da mulher mais velha. Não é que a sociedade passou a valorizá-las — é que, nesse espaço específico, o desejo não está preso às normas do Instagram. A diversidade de clientela, a informalidade das regras e o foco no trabalho (e não na aparência) criam um ambiente em que a idade deixa de ser um obstáculo.

Ribeiro e Passamani (2024) alertam que a perda da juventude pode significar o início de uma trajetória descendente para muitas trabalhadoras sexuais. Entretanto, na contramão disso, algumas mulheres encontram, na maturidade, uma espécie de blindagem emocional. Já sabem o que querem, já compreenderam o contexto, sabem que a maquiagem não garante nada e que o salto alto não compra respeito. Como mostram Silva e Blanchette (2017), mesmo num cenário de informalidade e precariedade, o trabalho sexual pode ser uma escolha racional diante das poucas opções reais disponíveis.

Esse movimento contribui para aprofundar a compreensão sobre mercados do desejo em que o valor do corpo não é ditado exclusivamente pela juventude ou pela simetria, mas pela performance afetiva, pela disposição ao trabalho e, principalmente, pela convivência com o inesperado. Na Guaicurus, o que se vende não é o corpo ideal, é o corpo possível. O corpo cansado, marcado, com as tetas caídas ou a maquiagem borrada, mas que encara o cliente, cobra, negocia e se sustenta.

Esta pesquisa posiciona as trabalhadoras sexuais em um entrelugar de exclusão e reinvenção, desvelando as complexas formas de existência que constroem a partir de suas experiências. Ao evidenciar as contradições inerentes à sexualidade, ao desejo e à sobrevivência, este estudo contribui para uma compreensão mais matizada do trabalho sexual,

especialmente ao considerar os corpos marcados por etarismo, racismo e classismo. A análise aqui desenvolvida desafia perspectivas simplificadoras, sublinhando a agência e a resistência dessas mulheres em face das opressões estruturais.

“Com o que trabalho nem preciso ser bonita, faço o consolo, eles pagam até bem...”, essa especificidade do serviço da Entrevistada 12 (30/01/2025) evidencia que o mercado do trabalho sexual é diverso, com espaço para a monetização de fetiches variados, pois o “atraente” é definido pela capacidade de atender às fantasias mais específicas dos clientes, independentemente de um padrão de beleza generalista. Isso permite que a trabalhadora construa sua “atratividade” e renda por meio da oferta de serviços que, embora socialmente marginalizados, são financeiramente viáveis para um segmento de clientes dispostos a pagar por sua realização.

O que se delineia é uma lógica de mercado em que a funcionalidade do corpo para o consumo sexual (e não o ideal estético midiático) define a atratividade e a capacidade de gerar lucro. O trabalho sexual no Complexo de Diversões Guaicurus, nesse sentido, é visto como um meio justificado pelos fins (dinheiro), conferindo uma ideia de transitoriedade à profissão. A precarização e o estigma associados a essa modalidade de trabalho fazem com que as vivências de sofrimento superem as de prazer, mas também criam um ambiente em que a capacidade de adaptação e de resposta às demandas do mercado permite a permanência de corpos diversos, ainda que atravessados pelas marcas do racismo, da desigualdade de classe e do capacitismo.

O que se observa nesse cenário é uma dinâmica marcada pela lógica pragmática, de acordo com a qual o valor do corpo não se mede pelo padrão estético ou pela aceitação social, mas pela sua capacidade de gerar lucro imediato. O corpo diverso, negro, gordo, com deficiência ou envelhecido não é necessariamente aceito ou celebrado, mas incorporado à engrenagem do mercado, desde que seja rentável.

A diversidade corporal, nesse mercado, não desconstrói o preconceito, mas é acomodada nos limites de uma lógica segundo a qual, como disse a entrevistada, “pagou a diária, então pronto”. Isso reflete a natureza do trabalho em um contexto de baixo meretrício, em que a prioridade é a subsistência econômica em um ambiente altamente estigmatizado e precarizado. Nesse cenário, a funcionalidade do corpo para a transação financeira sobrepõe-se ao alinhamento com ideais estéticos normativos. Assim, a dura realidade da sobrevivência suplanta qualquer idealização de beleza, transformando o corpo em ferramenta de ganho, independentemente de suas características. Contudo, essa funcionalidade imposta ao corpo não se esgota nas formas visíveis do desempenho físico. Ela se estende também às estratégias

simbólicas de autopreservação, que aparecem nas maneiras como essas mulheres se nomeiam, se percebem e se posicionam no mundo.

As autodeclarações de cor/raça feitas pelas participantes não são meras categorias estatísticas, mas expressam sentidos complexos, disputas por pertencimento e trajetórias atravessadas por desigualdades estruturais. A cor do corpo é também parte da experiência do trabalho sexual e afeta diretamente como essas mulheres se percebem e são percebidas.

Após analisar as complexas dinâmicas que moldam a funcionalidade do corpo e a sua aceitação pragmática no mercado sexual da Guaicurus, é possível observar que as categorias sociais não se dissolvem, mas se reconfiguram. As percepções sobre os corpos, especialmente aqueles marcados por raça e condição social, revelam um campo contínuo de disputa e ressignificação. É nesse contexto que a própria autopreservação das trabalhadoras sexuais se desdobra em outras dimensões essenciais, nas formas como nomeiam a si mesmas e suas experiências, particularmente no que tange à identidade racial e às intrincadas dinâmicas familiares que permeiam suas escolhas e estratégias de vida.

Entre aquelas que se autodeclaram pretas ou negras, é recorrente a associação entre identidade racial e uma trajetória marcada por esforço, exclusão e necessidade constante de resistência. A Entrevistada 13 sintetiza essa percepção ao dizer: “Preta, claro. Cresci vendo as dificuldades, sabe? A gente tem que lutar mais, sempre, pra se destacar” (Entrevistada 13, 30/01/2025). A cor da pele, nesse caso, não é apenas uma identificação, mas uma chave de leitura da própria vida. O “lutar mais, sempre” condensa o reconhecimento de que o racismo impõe barreiras que exigem das mulheres negras um esforço contínuo para existir e sobreviver em uma sociedade que historicamente as marginaliza.

Essa percepção está diretamente ligada ao que propõem o feminismo negro e o feminismo decolonial, ao insistir na necessidade de visibilizar as estratégias e formas de resistência criadas por mulheres negras em contextos de forte opressão e desvalorização social (Mariano; Ferreira; Tavares, 2024). O trabalho sexual, nesse sentido, pode ser significado não apenas como sobrevivência, mas também como uma possibilidade de autodefinição, ainda que atravessada por estigmas de raça, classe e gênero.

Essas correntes teóricas, o feminismo negro e o decolonial, ressaltam que a autodeclaração racial não é uma mera formalidade identitária, mas uma construção marcada por disputas simbólicas e materiais. No contexto da Guaicurus, em que a maioria das participantes se autodeclara preta ou parda, essas disputas aparecem tanto na afirmação direta da identidade negra quanto em formulações ambíguas, revelando negociações identitárias em ambientes racializados.

Para Collins (2016), compreender como as mulheres negras constituem-se como sujeitas exige atenção às experiências vividas e à consciência crítica que desenvolvem a partir delas. Sua perspectiva enfatiza a visão analítica, emocional e ética dessas mulheres sobre si e sobre seu lugar na sociedade, sendo essencial para entender os encaixes e desencaixes entre opressão, consciência e ativismo. Collins (2016) também adverte que negar agência às mulheres negras é naturalizar sua subalternidade, ignorando suas formas de resistência, que emergem mesmo quando não são imediatamente visíveis.

bell hooks (2015) reforça que grupos de mulheres oprimidas desenvolvem uma consciência política a partir da própria vivência da opressão, o que impulsiona a criação de estratégias cotidianas de resistência. Seu trabalho complementa a visão de Collins (2016) ao sugerir que a dor da opressão pode ser também a centelha da resistência.

Mohanty (2020), por sua vez, adverte para os riscos de se homogeneizar as mulheres racializadas do Sul global, e insiste no reconhecimento da agência e da pluralidade de suas estruturas de vida, incluindo a forma como constroem sentidos para o trabalho e a sobrevivência.

No contexto brasileiro, Gonzalez (1984, 2020) é fundamental ao evidenciar como o racismo à brasileira erotiza e subalterniza o corpo negro, produzindo figuras como a mulata hipersexualizada e a empregada doméstica submissa. Essa construção cultural ainda atravessa o imaginário social e influencia como essas mulheres são percebidas no trabalho sexual. Na Guaicurus, as falas das participantes evidenciam como essa racialização dos corpos define clientela, preços, tratamentos e oportunidades, impactando profundamente suas trajetórias e percepções de si.

Essas formas de nomeação (às vezes diretas, outras ambíguas) carregam sentidos que articulam pertencimento, resistência e experiência vivida. Ao afirmarem “negra”, “raça preta” ou mesmo “morena clara”, as participantes constroem modos de estar no mundo que revelam tanto o enfrentamento quanto a complexidade das disputas simbólicas que atravessam seus corpos.

Essa ideia ressoa, ainda que de forma mais breve, em outras falas: “Eu sou negra” (Entrevistada 2, 05/12/2024), diz a Entrevistada 2, sem rodeios. A da Entrevistada 5, por sua vez, usa a expressão “raça preta” (Entrevistada 5, 28/01/2025), o que reforça um marcador de pertencimento coletivo. Já a da Entrevistada 12, diante do preconceito que enfrenta por parte dos clientes, afirma com convicção: “Eu sou negra” (Entrevistada 12, 30/01/2025). A cor aparece ali como uma parte indissociável de sua trajetória, inclusive da dor e do estigma sofridos no exercício da profissão.

A figura da mãe preta, analisada por Gonzalez (1984), ajuda a compreender como determinadas responsabilidades de cuidado são atribuídas às mulheres negras de forma naturalizada. No cotidiano da Guaicurus, essa lógica aparece quando mulheres mais velhas orientam as mais novas, mediam conflitos ou distribuem preservativos, sustentando práticas que garantem a circulação e a segurança no espaço. Essas ações, embora fundamentais, raramente são reconhecidas como trabalho, funcionando como continuidade simbólica do papel historicamente imposto às mulheres negras de manter a ordem, proteger e apoiar outras pessoas. Essa presença confirma que a dimensão racial não se expressa apenas nas experiências de estigma, mas também nas tarefas cotidianas que organizam o território.

Outras participantes reafirmam essa identidade de forma igualmente direta: “Preta” (Entrevistada 4, 27/01/2025), “Preta” (Entrevistada 14, 30/01/2025) e “Preta” (Entrevistada 15, 30/01/2025). Essas declarações, ainda que curtas, sustentam uma base identitária comum, que ecoa nos modos como elas elaboram seus lugares sociais. O trabalho sexual, para muitas, pode ser significado como uma resposta prática à exclusão racial e econômica, uma alternativa diante de um mercado de trabalho que tende a fechar portas para mulheres negras, especialmente aquelas com baixa escolaridade, histórico de violência ou maternidade solo.

A maior vulnerabilidade de mulheres negras e pardas em relação ao trabalho sexual não é uma constatação nova, mas é reforçada, por exemplo, pelo diagnóstico realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, que mostra que 45,8% das trabalhadoras sexuais se autodeclararam pardas e 30,8% pretas (Belo Horizonte, 2024). Isso corrobora o que autoras como Gonzalez (2020) vêm apontando, que a ausência de dados precisos sobre a população negra e a falta de recorte racial nas políticas públicas contribuem para o apagamento das desigualdades e da miséria vivida por essas mulheres. Como alerta Gonzalez (2020), quando se escamoteiam os dados de cor/raça, escamoteia-se também a dimensão estrutural da exclusão.

A partir dessa compreensão, foi possível observar como outras participantes se identificaram por meio de categorias ambíguas e intermediárias — como “morena” ou “morena clara”. Essa escolha, por vezes, reflete um distanciamento estratégico das categorias “preta” ou “parda”, frequentemente associadas a estigmas históricos. A Entrevistada 8, por exemplo, afirma: “Eu acho que branco ou parda, morena” (Entrevistada 8, 29/01/2025), enquanto a Entrevistada 11 detalha: “No registro, está “morena clara” (Entrevistada 11, 29/01/2025).

O ditado popular “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” exemplifica a interseção entre racismo, sexismo e exploração econômica, contribuindo para tensionar o lugar simbólico e material da mulher negra no trabalho sexual. Esse antigo ditado, com efeitos que impactam a atualidade, articula os sentidos produzidos pelas participantes

(especialmente nos relatos sobre autodeclaração racial e identidade) com a crítica estrutural presente nesta análise.

Gonzalez (2020) ajuda a compreender como esse ditado não é apenas uma expressão popular antiga, mas um dispositivo que continua orientando a forma como o corpo da mulher negra é distribuído entre trabalho, desejo e violência simbólica. A articulação entre a mulata (associada ao fetiche e à sexualização) e a negra trabalhadora (associada a força, resistência e serviço) aparece nas falas das participantes quando relatam que determinados clientes buscam “as mais escuras” para práticas consideradas mais cansativas, ou quando a negociação de preço assume contornos racializados. Nesses casos, atualizam-se as figuras analisadas por Gonzalez (2020), nas quais a mulata ocupa o lugar da fantasia e a mucama o da força e do serviço. Esses relatos mostram que o imaginário racial não está deslocado do cotidiano da Guaicurus, mas organiza preferências, define acessos e orienta a forma como o mercado lê e distribui valor aos corpos das trabalhadoras sexuais.

Assim, a autodeclaração não é apenas um dado fenotípico ou uma categorização objetiva, mas um ato subjetivo, uma escolha atravessada pelas violências simbólicas que estruturam o racismo no Brasil. Dessa maneira, as escolhas das entrevistadas 8 e 11 podem operar como uma estratégia de navegação nas hierarquias raciais e sociais, buscando se afastar dos estigmas historicamente associados às identidades negras mais retintas. No Brasil, o termo “morena” atua como um eufemismo racial, socialmente mais aceito e menos estigmatizado do que “preta” ou “parda”, funcionando como um marcador de branqueamento simbólico.

Gonzalez (2020) desvela como a ideologia do branqueamento atua como violência simbólica internalizada, levando muitos sujeitos racializados a negarem sua própria identidade em busca de aproximação com o ideal branco. Essa lógica aparece de forma sutil, mas significativa, nas observações de campo realizadas na Guaicurus. Em uma conversa informal registrada, a Entrevistada 11 comentou com uma colega sobre a necessidade de “retocar o loiro”, referindo-se à tintura do cabelo. Esse gesto, aparentemente banal, pode ser compreendido como uma estratégia estética de aproximação a uma imagem associada à branquitude, o que adquire um valor particular no contexto do mercado sexual.

Santos (2021), ao analisar peças gráficas voltadas para o mercado sexual, verificou que a maior parte das imagens apresentava mulheres loiras, com traços eurocêtricos, sugerindo que a valorização simbólica da branquitude molda não apenas as formas de apresentação, mas também as estratégias de captação de clientes. Nesse sentido, o retoque do loiro não é apenas uma escolha estética, mas uma forma de se adequar ao que é socialmente considerado desejável. Trata-se de uma administração das marcas raciais, de modo que o corpo é produzido e

negociado a partir das hierarquias de cor e beleza impostas historicamente. Essa estética do desejo reforça o lugar subordinado dos corpos negros e pardos, ao passo que impulsiona algumas mulheres a se distanciarem, simbolicamente, de sua identidade racial negra, na tentativa de acessar uma valorização maior no mercado. Ainda que a Entrevistada 11 se autodeclare preta, a percepção da necessidade de “retocar o loiro” evidencia como o racismo estrutural opera não apenas de fora para dentro, mas também como forma internalizada de autogestão identitária, marcada pelas pressões do desejo racializado e das dinâmicas econômicas do trabalho sexual.

Essa autopreservação se desdobra também nas relações afetivas e sexuais. A Entrevistada 8 explicita uma distinção central entre “nós que somos do *job*” e “elas que dão de graça”. Sua fala é contundente:

A única diferença de nós com elas de fora, que não é do *job*, é que a gente cobra, elas dão grátis. A gente já se ferrou muito no amor. Entendeu? Então, eu acho bem mais prático dar cobrando e não me machucar do que dar de graça. Ainda eu tava, eu tava dando a buceta e tomando no cu. Faz sentido? (Entrevistada 8, 29/01/2025).

A declaração crua e direta oferecida pela Entrevistada 8 revela uma filosofia de vida forjada na experiência de opressão e de decepções afetivas. O sexo tarifado aparece como uma fronteira de proteção contra o sofrimento emocional que advém de relações amorosas marcadas pela exploração e pela desvalorização da mulher negra e pobre. Em outras palavras, “cobrar” não é apenas uma transação econômica, mas um ato subjetivo de resguardo e de revalorização de si, um mecanismo de resistência diante da violência emocional acumulada.

Essa percepção alinha-se às teorias de bell hooks (2021), que define o amor não apenas como um sentimento, mas como uma prática ética que exige cuidado, compromisso, responsabilidade e respeito. A ausência desses elementos nas relações afetivas vivenciadas por essas mulheres transforma o sexo gratuito em uma experiência de exploração, ao passo que o sexo pago emerge como um território de controle, embora limitado, sobre o próprio corpo e sobre os afetos.

Esse controle, ainda que parcial, também deve ser compreendido à luz da posição histórica da mulher negra. Gonzalez (2020), ao tratar da tripla discriminação⁵⁸ que incide sobre

⁵⁸ Gonzalez (2020) aponta que a mulher negra, no Brasil, é atravessada pela tripla discriminação, que se manifesta na interconexão de três elementos estruturais: racismo, sexismo e exploração de classe. Essa perspectiva, alinhada ao feminismo negro, entende essas opressões como inseparáveis. O racismo, em conjunto com o sexismo, manifesta-se em estereótipos (como a “mulata” e a “doméstica”) que aprisionam a mulher negra em papéis socialmente subalternos, enquanto a exploração capitalista a mantém na base da pirâmide social.

a mulher negra, evidencia como os estereótipos raciais e sexuais a posicionam como objeto de exploração sexual e econômica. A fala da entrevistada, ao recusar “dar de graça”, é uma resposta prática e consciente a essa condição, um gesto que pode ser lido como um exercício de agência em um campo de restrições.

Sob essa perspectiva, interpretar esses agenciamentos pela lente da teoria do sujeito, de Butler (2015), permite afirmar que a monetização da sexualidade é um ato que ocorre dentro de um campo de restrições. Ao estabelecer o preço, a trabalhadora delimita sua exposição e negocia as normas que a constituem, transformando a vulnerabilidade em uma tática de autopreservação. O *job* não é apenas um trabalho, mas um modo de relatar a si mesma que resiste à condição de vítima, estabelecendo limites éticos diante das violências do amor romântico e da desigualdade racial, onde a sujeita busca se fazer reconhecível apesar das normas que tendem a apagá-la.

A prática relatada também representa uma ruptura, ainda que parcial, com o que Akotirene (2019) aponta como o entrelaçamento do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado. Ao estabelecer um preço pelo sexo, as trabalhadoras sexuais da Guaicurus tensionam a lógica patriarcal que naturaliza o acesso gratuito ao corpo da mulher, principalmente ao corpo da mulher negra e pobre.

Finalmente, ao retomar Evaristo (2017) e seu conceito de escrevivência, percebe-se que essas falas são mais do que relatos, são registros de vida, marcas de existência que transformam a dor em narrativa, o sofrimento em aprendizado e o corpo em território de resistência. Nesse movimento, o que se constrói é mais do que sobrevivência, é escrevivência. Como propõe Evaristo, cada relato dessas mulheres reescreve os lugares que lhes foram impostos, inscrevendo neles marcas de resistência e reexistência.

Essas estratégias de nomeação, pertencimento e autopreservação não estão desvinculadas das experiências de exclusão racial que atravessam o cotidiano das participantes. O racismo estrutural não aparece apenas como pano de fundo, ele se manifesta de forma direta e contundente, atravessando suas trajetórias, especialmente daquelas que se identificam como pretas ou negras. No contexto do trabalho sexual, esse racismo assume formas particulares, mesclando estigmas raciais, de classe e de gênero que impactam profundamente as vivências e percepções de si dessas mulheres.

A Entrevistada 12, mulher negra, relata o quanto o preconceito marca suas interações com os clientes: “Já sofri muito preconceito, muito, muito mesmo” (Entrevistada 12, 30/01/2025). As situações que ela descreve envolvem falas racializadas, como: “Ah, só podia ser preta, só podia ser negra”, que revelam um imaginário social racista. Essa violência não se

restringe a insultos isolados, mas se manifesta na sobreposição entre identidade racial, ocupação laboral e criminalização: “eles têm medo de eu roubar ele porque, ah, você é garota de programa, você é negra, você é ladrona. Na cabeça deles... Isso daí me deixa mal pra caramba”. A articulação explícita do racismo estrutural com o estigma de classe e do trabalho sexual afeta diretamente o ânimo e a autoestima da entrevistada, corroendo as condições mínimas para a experiência do lazer.

Essa associação direta entre criminalidade, trabalho sexual e negritude atualiza, como analisa Gonzalez (2020), o lugar da mucama trabalhadora e da negra, vista como corpo disponível e suspeito. O medo declarado pelos clientes não se refere apenas ao furto, mas ao fato de que, no imaginário racial brasileiro, a mulher negra ocupa uma posição de desconfiança social. Essa lógica reforça a hierarquização entre corpos “seguros” e “arriscados”, afetando diretamente a precificação, a forma de abordagem e até o humor relacional durante o atendimento. A fala da participante evidencia como a raça estrutura não apenas o desejo, mas também o estigma e a criminalização simbólica.

Esses relatos mostram como a violência de gênero, o racismo e o estigma atravessam o trabalho sexual, impactando a capacidade de aproveitar um “descanso com qualidade”, como aponta a Entrevistada 12. Alves (2021) lembra que o lazer, como direito social, só se realiza plenamente quando é possível garantir igualdade e respeito às diferenças. A fala da participante demonstra que o lazer não pode ser dissociado das estruturas que regulam quem é reconhecido como digno de usufruí-lo.

A dor dessa vivência não é minimizada por ela. Pelo contrário, é nomeada com clareza: “Isso daí me deixa mal pra caramba” (Entrevistada 12, 30/01/2025). Ainda assim, essa participante sustenta uma postura afirmativa e orgulhosa de sua identidade: “Eu amo a minha cor, amo de paixão, sou negra, tenho orgulho da minha raça”. Essa afirmação não se constitui apenas como um contra-ataque simbólico, mas representa uma forma de resistência cotidiana diante da desvalorização que recai sobre o corpo negro, especialmente no contexto do trabalho sexual, em que a racialização do desejo e do estigma se entrelaçam.

A Entrevistada 13, também preta, embora não detalhe episódios específicos de preconceito, naturaliza a presença constante do racismo no cotidiano: “Sim, já [sofreu preconceito]. O mundo é cheio disso, né? A gente já tá acostumada com essas coisas” (Entrevistada 13, 30/01/2025). O termo “acostumada” não indica conformismo, mas uma adaptação à violência contínua, incorporada como condição de vida. Esse reconhecimento evidencia como o racismo opera de forma persistente, moldando expectativas, relações e afetos, mesmo quando não se expressa de maneira explícita.

Para aprofundar a análise, é importante diferenciar preconceito e discriminação racial. O preconceito racial refere-se a juízos prévios, sentimentos ou atitudes subjetivas e individuais, geralmente negativos, baseados em estereótipos ou concepções distorcidas sobre um grupo racial (hooks, 2015). Ele atua no campo das ideias, desvalorizando o outro por sua raça ou etnia. Gonzalez (2020) exemplifica isso ao discutir a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, construções que operam no nível da consciência e podem levar à internalização de um “preconceito sem preconceito” no Brasil. Já a discriminação racial consiste em ações, práticas ou tratamentos diferenciados e injustos que materializam o preconceito, restringindo direitos, oportunidades ou impondo desvantagens a indivíduos ou grupos por sua raça ou etnia (Gonzalez, 2020; hooks, 2015). Em outras palavras, enquanto o preconceito se manifesta como crença ou atitude, a discriminação é a sua efetivação concreta, frequentemente sustentada por uma estrutura de poder.

A raça, entendida como uma construção social, está diretamente ligada à posição subordinada de determinados grupos na reprodução das classes sociais, incluindo formação, qualificação e subordinação, bem como à distribuição de indivíduos nos espaços sociais e econômicos. Minorias raciais, portanto, não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais, em que predominam relações de produção capitalistas ou outras formas de organização econômica. O racismo funciona como mecanismo ideológico materializado em práticas discriminatórias, determinando a posição dos indivíduos não brancos nas relações de produção e distribuição. Gonzalez (2020) argumenta que, quando o racismo (assim como o sexismo) se torna parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a divisão racial ou sexual do trabalho pode ser explicada sem recorrer apenas a preconceitos individuais.

Dessa forma, o racismo estrutural, revelado nos relatos das entrevistadas, não se restringe a falas ofensivas ou episódios isolados de discriminação. Ele organiza o acesso a recursos, empregos e possibilidades de escolha. A recorrência de mulheres negras e pardas entre as participantes evidencia que cor da pele, classe e gênero condicionam trajetórias de exclusão social e econômica, tornando o trabalho sexual uma alternativa de sustento e autonomia, mas, ao mesmo tempo, gerando novas camadas de vulnerabilidade e estigma. Nesse entrelaçamento, o racismo estrutural não apenas limita oportunidades, mas também define como essas mulheres são vistas, tratadas e julgadas socialmente. Seus corpos, marcados por cor e origem, são simultaneamente erotizados e desqualificados, desejados e rejeitados, exigindo das entrevistadas constante posicionamento, defesa e, por vezes, blindagem emocional para continuar.

A resistência, nesse cenário, não se apresenta apenas como enfrentamento explícito, mas também como afirmação subjetiva, orgulho racial e sobrevivência cotidiana. Quando a Entrevistada 12 diz, com firmeza, que ama sua cor e sua raça, ela não apenas responde ao insulto, mas desestabiliza o lugar que tentam impor a ela. E, quando a Entrevistada 13 diz estar “acostumada”, ela evidencia o quanto o racismo é parte estruturante de sua experiência, mas também o quanto segue em movimento, criando estratégias para continuar, apesar de tudo.

5.3.3 Família, maternidade e segredo: a negociação da autonomia de gênero

A vida das mulheres que atuam no trabalho sexual nos hotéis, conforme revelado pelas entrevistadas, é uma realidade em que as relações familiares e afetivas se entrelaçam com a profissão. Nesse sentido, um campo novo se abre para a análise. Em alguns casos, essas relações mantêm um delicado equilíbrio entre apoio e discricção, enquanto em outros, são sustentadas por estratégias de sacrifício e motivação. A família, em suas diversas configurações, surge como um pilar central, seja pelo sustento financeiro que impulsiona o trabalho, seja pelo refúgio emocional que oferece fora do ambiente de exploração e precarização.

A questão que envolve a ciência da família em relação à profissão das trabalhadoras sexuais revela um espectro de realidades distintas, desde a aceitação tácita até o mais rígido segredo, motivado pelo medo do julgamento social e da violência familiar. Algumas entrevistadas relatam que sua família conhece e até aceita a profissão, estabelecendo normalização e respeito inesperados.

Para a Entrevistada 1 (05/12/2024), por exemplo, “todos sabem” e “eles não me julgam não”. A aceitação, nesse caso específico, pode ser facilitada pela ausência dos pais ou pela indiferença de outros membros da família. Da mesma forma, a Entrevistada 3 (27/01/2025) confirma que a sua família sabe, e a profissão “já é normal”. A Entrevistada 5 (28/01/2025) reforça essa ideia, afirmando que a família lida com o trabalho de forma “normal, como um trabalho normal”, desde que não haja envolvimento com substâncias ilícitas. Para a Entrevistada 11 (29/01/2025), apesar de nunca ter falado abertamente sobre o trabalho, acredita que sua filha, em particular, sabe, e isso não afeta a relação familiar, “com certeza eles sabem. Minha filha principalmente, né?”.

Outras entrevistadas, entretanto, mantêm sua profissão em segredo, sentindo que a revelação poderia resultar em violência física ou psicológica. A Entrevistada 2 (05/12/2024), por exemplo, categoricamente responde: “NÃO”, quando perguntada se a família sabe, temendo que o pai “me mataria” ou “me dava um soco”. Da mesma forma, a Entrevistada 4 (27/01/2025)

prefere manter o sigilo, afirmando que nem sua família nem os vizinhos sabem, o que lhe proporciona uma proteção contra o preconceito direto. A Entrevistada 6 (28/01/2025) compartilha essa escolha, dizendo que a família: “não sabe, nem imagina”.

Essa dualidade entre a aceitação e o sigilo absoluto ilustra como o impacto da profissão se manifesta de formas diversas, conforme as experiências culturais e pessoais de cada mulher. A identidade como “puta” ou “garota de programa” é elaborada de forma variada. A Entrevistada 9 relata preconceito na rua, pois já foi xingada de “prostituta, puta, vagabunda” por outras mulheres, mas afirma: “a gente nem se ofende, não” (Entrevistada 9, 29/01/2025).

Ao relativizar a violência verbal e afirmar que “nem se ofende”, a participante aciona uma forma de autodefinição que, conforme hooks (2019), funciona como estratégia para neutralizar a força das imagens de controle que historicamente definem a mulher negra como corpo disponível ao julgamento alheio. Essa postura não significa insensibilidade ao estigma, mas a recusa de permitir que essas agressões determinem sua identidade. Ao nomear a si mesma e assumir sua forma de estar no mundo, ela desloca o centro da narrativa, criando um espaço onde sua experiência não é ditada pelo insulto, mas por sua própria leitura da situação.

Algumas assumem a denominação de modo irônico ou autoafirmativo, outras evitam ou mantêm segredo absoluto diante da família e vizinhança. Uma entrevistada explica:

Não, ninguém da minha família. Meus filhos não sabem, minha mãe, meus filhos, ninguém sabe. Eu não quero que eles saibam, porque eu sei o que vão pensar, o que vão falar. Eu já ouvi muita coisa feia, não quero isso pros meus meninos. Eles acham que eu trabalho de balconista, que fico no caixa de lanchonete. Eu prefiro assim. Menos verdade, menos dor (Entrevistada 12, 30/01/2025).

A gestão do segredo pode ser compreendida como uma forma de gestão de impressões, conceito de Goffman (2014), que analisa as estratégias que indivíduos mobilizam para controlar as percepções alheias sobre si, buscando preservar uma imagem social aceitável em diferentes contextos. Além de preservar relações familiares, essa gestão também serve como mecanismo de autocontrole emocional, pois limita o impacto direto do estigma sobre a subjetividade da trabalhadora.

A vida afetiva das entrevistadas também é diversificada. A maioria se identifica como solteira, o que pode ser associado à natureza do trabalho, que exige disponibilidade constante e, por vezes, uma desvinculação emocional. Entre as entrevistadas solteiras estão as participantes 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, e 14. Para muitas dessas mulheres, o estado civil solteira é uma condição que facilita a flexibilidade exigida pelo trabalho sexual, embora

também represente uma forma de autossuficiência emocional para lidar com as demandas dessa profissão.

Entretanto, algumas entrevistadas estão casadas, e suas realidades familiares são mais complexas. A Entrevistada 2 (05/12/2024) é casada, mas mantém sua profissão em segredo absoluto do marido. As relações afetivas também são tensionadas por essa lógica. A Entrevistada 15 menciona que:

Meu marido, quando descobriu, me tratou super mal, não me bateu, ele não é nem doido de levantar a mão pra mim. Mas ele não tinha grana, eu precisava de dinheiro, então quando ele ia trabalhar, eu vinha ganhar dinheiro e voltava pra casa. Ele um dia me seguiu, descobriu, me chamou de todos os nomes de puta, vagabunda, tudo. Depois passou, hoje ele aceita. Eu pago as contas e coloco comida dentro de casa pros meus filhos, tá de boa. Pra você ter ideia, meu marido me traz aqui de moto e na hora de ir embora eu ligo pra ele e ele me busca. No começo, ele ficou puto, falou um monte, mas depois viu que eu não ia parar, porque né, quem ia sustentar as crianças? Aí acostumou (Entrevistada 15, 30/01/2025).

Ainda no que se refere às relações afetivas e de poder, o relato da entrevistada sobre o marido, que passou a buscá-la e levá-la ao hotel, expressa uma ambiguidade, por um lado, há o reconhecimento do trabalho como fonte de sustento; por outro, persiste um controle simbólico sobre o deslocamento e o cotidiano da companhia.

Como alertam Ribeiro e Passamani (2024), mesmo em contextos de autonomia econômica da mulher, as relações de gênero mantêm formas sutis de controle sobre a mobilidade e a disposição corporal das mulheres. As contradições subjetivas entre o que sentem e o que precisam performar são frequentes.

A relação entre autonomia econômica e persistência do patriarcado é um campo de tensão permanente. Como argumentam Mariano, Ferreira e Tavares (2024), a literatura feminista e decolonial tem problematizado a visão ocidental, que frequentemente considera mulheres em situação de pobreza como passivas e desprovidas de vontade própria, invisibilizando suas formas de agência e autonomia. Ainda que a renda seja reconhecida como um elemento central para a autonomia das mulheres, o fator independência financeira não elimina automaticamente as estruturas de opressão, nem pode ser tratado como seu oposto direto. No caso brasileiro, a relação histórica das mulheres com o Estado está vinculada à maternidade e ao espaço doméstico, conferindo-lhes um estatuto político inferior em comparação aos homens, que acessam o espaço público como indivíduos, cidadãos e trabalhadores (Mariano; Ferreira; Tavares, 2024).

Nesse sentido, a experiência da Entrevistada 15 oferece um exemplo revelador dessa complexidade. Embora tenha “aceitado” a atividade exercida pela mulher, tendo em vista a necessidade de sustento da família, o fato de levá-la e buscá-la no hotel onde trabalha, apesar de representar apoio logístico, também mantém um potencial de vigilância sobre seus deslocamentos e rotinas. Essa ambiguidade — entre reconhecimento econômico e controle simbólico — reflete, como já foi dito, o que Ribeiro e Passamani (2024) identificam como a persistência de formas sutis de controle de gênero, mesmo em contextos de autonomia financeira da mulher.

Essa “aceitação” não se apresenta como um ponto final, mas como um arranjo instável, tecido na tensão entre sentidos contraditórios, apoio e vigilância, cuidado e apropriação simbólica. Ao levar e buscar a esposa no hotel, o marido participa ativamente da logística do trabalho sexual. Essa dinâmica revela um arranjo complexo, pois, se antes havia conflito, agora há uma colaboração pragmática. Mais do que tentar enquadrar a atitude apenas como controle ou submissão, é preciso reconhecer que o casal renegociou seus papéis para garantir a subsistência da família, de modo que o suporte dele viabiliza a segurança dela no deslocamento. Esse movimento revela como autonomia e subordinação podem coexistir no cotidiano, não como polos excludentes, mas como forças que se entrelaçam e se reorganizam a cada negociação. Nesse caso, a permanência da entrevistada no trabalho sexual, apesar da desaprovação inicial, não significa apenas resistência, mas a construção de um espaço próprio dentro de um campo de restrições, onde a agência se afirma sem eliminar completamente as dinâmicas de poder que a cercam.

O caso ilustra como, mesmo quando o papel tradicional de “homem provedor” se inverte, o patriarcado se adapta para preservar mecanismos de controle. Belrão e Bispo (2023) lembram que, historicamente, o casamento reduziu a mulher a objeto e parte do patrimônio dos homens, excluindo-a da sucessão de bens e associando-a, quase exclusivamente, à reprodução. Gonzalez (2020) reforça que a vinculação da mulher à esfera doméstica limita seu acesso ao trabalho formal, confinando-a a papéis socialmente definidos pelo cisheteropatriarcado. A fala da Entrevistada 15 revela que, mesmo invertendo a lógica econômica, o controle conjugal não desaparece, apenas se reconfigura.

Essa percepção dialoga com o que foi discutido por Scott (2017), para quem o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, legitimando desigualdades por meio de diferenças associadas ao sexo biológico. Assim, o controle do homem sobre a mobilidade e o cotidiano da mulher pode ocorrer de forma explícita ou velada, inclusive no contexto de relações afetivas estáveis. Silva *et al.* (2023) afirma que a família funcione como

um “microestado” ou uma “microigreja”, com capacidade de supervisionar e restringir as ações da mulher, inclusive por meio de negociações familiares que disciplinam o corpo e os deslocamentos.

Contudo, como destaca o feminismo negro e decolonial (Mariano; Ferreira; Tavares, 2024), reconhecer essas estruturas não implica negar a agência. Ao contrário, mulheres negras, historicamente submetidas a múltiplas formas de opressão, desenvolvem estratégias para resistir e negociar dentro dessas mesmas estruturas. No caso da Entrevistada 15, a persistência em manter o trabalho sexual, mesmo diante da desaprovação inicial do marido, pode ser interpretada como uma ação de resistência e autopreservação econômica. Essa negociação de poder evidencia que o significado da autonomia não é absoluto, mas construído no processo de interação, assim, a mulher manteve sua atividade e o homem, percebendo a inviabilidade de controlá-la integralmente, adaptou-se ao novo arranjo.

A leitura de Beauvoir (2009) sobre a separação entre o corpo como objeto e o corpo como dimensão da subjetividade ajuda a compreender que, mesmo inserida em um contexto de estigma, a participante não reduz sua identidade à função sexualizada atribuída pelo trabalho. Butler (2019), ao tratar da performance de gênero, acrescenta que essas mulheres podem reinterpretar as expectativas de feminilidade, subvertendo parcialmente os papéis convencionais. No caso em análise, o trabalho sexual, embora alvo de estigma social, torna-se um espaço de produção de renda, manutenção da família e negociação de poder no interior da relação conjugal.

Assim, a experiência da Entrevistada 15 mostra que a autonomia financeira conquistada no mercado sexual não se traduz automaticamente em liberdade plena. Ela emerge como resultado de negociações constantes com um patriarcado que se reinventa para manter sua influência. Entretanto, essa mesma autonomia abre brechas para redefinir papéis, desafiar padrões e ampliar o campo de escolhas possíveis, mesmo em um cenário marcado por desigualdades históricas de gênero, raça e classe.

Algumas entrevistadas oscilam entre o orgulho de sustentar a família e o desconforto com o que fazem. O que se revela é uma negociação permanente entre o que se quer esconder e o que é preciso afirmar. Como expressou uma delas: “Ninguém gosta de trampo, mas a gente faz porque precisa.” (Entrevistada 15, 30/01/2025). A aceitação do marido veio pela necessidade financeira, uma vez que ele percebeu que “quem ia sustentar as crianças?”. Nesse caso, a divisão de trabalho se estabelece de forma pragmática, com o marido cuidando da casa e das crianças enquanto ela trabalha fora. Isso ilustra uma dinâmica a partir da qual a mulher torna-se a provedora financeira da casa, e o marido desempenha um papel de apoio doméstico.

Na maioria dos casos, a presença da família emerge como uma força propulsora, que motiva as mulheres a ingressarem no trabalho sexual. A maternidade solo e a responsabilidade familiar são um fator crucial, frequentemente interligado à necessidade financeira. A presença de filhos e a condição de serem as principais ou únicas provedoras são mencionadas por diversas entrevistadas (Entrevistada 1, 2, 10, 12, 13, 14 e 15).

A Entrevistada 1, ao se tornar mãe muito jovem e se separar, viu-se diante da necessidade de encontrar uma forma de sustento. A Entrevistada 2 declarou que o trabalho formal não permitia “pagar também a escola do meu filho” (Entrevistada 2, 05/12/2024), destacando a incompatibilidade entre as exigências do mercado e as demandas da maternidade. O orgulho da capacidade de prover para a família é evidente na fala da Entrevistada 12: “sustento minha família com isso. ... Eu tenho um filho que é doutor, é médico. O dinheiro foi daqui, foi lá quando eu trabalhava em São Paulo” (Entrevistada 12, 30/01/2025). Embora esse caso ilustre um notável protagonismo e capacidade de ascensão social via trabalho sexual, é crucial reconhecer que essa trajetória se destaca em um contexto marcado por severas restrições estruturais e que não representa a norma para a maioria das trabalhadoras, reafirmando a natureza precária da ocupação, mas sem negar a agência individual.

A Entrevistada 13 buscava “ser independente, ter meu dinheiro, minha casa” e cuidava dos seus quatro filhos como seu lazer principal, revelando a centralidade da profissão. Esse aspecto articula-se com a economia do cuidado, que explora a importância do trabalho de cuidado e como as responsabilidades familiares impactam as decisões econômicas das mulheres, especialmente em contextos de baixa renda. A Entrevistada 15, com cinco filhos, relata que o marido aceitou a profissão “depois viu que eu não ia parar, porque né, quem ia sustentar as crianças?” (Entrevistada 15, 30/01/2025), ilustrando a dimensão pragmática e a aceitação da realidade imposta pela necessidade de sustento familiar.

A maioria das entrevistadas, portanto, concilia suas responsabilidades familiares com a rotina de trabalho sexual de diferentes maneiras. A Entrevistada 1 (05/12/2024) conta com a ajuda da irmã para cuidar dos filhos, enquanto a Entrevistada 4 (27/01/2025) tem o apoio da mãe e paga uma babá para garantir que seus filhos sejam bem cuidados enquanto ela trabalha. Essas narrativas revelam como o trabalho sexual, ainda que motivado, em muitos casos, pela necessidade de sustentar a família, interfere nas dinâmicas familiares, reconfigurando as fronteiras entre trabalho e vida pessoal.

Por fim, fica evidente que as narrativas reunidas ao longo deste capítulo indicam que o trabalho sexual na Guaicurus se constitui por um conjunto articulado de práticas, sentidos e estratégias que se reorganizam continuamente diante das condições e demandas do território,

em um constante rearranjo das temporalidades da vida e do ofício. Entre exigências corporais, riscos e negociações, as trabalhadoras desenvolvem formas próprias de gerir o tempo de trabalho, os intermitentes momentos de descanso e lazer, e a relação com o tempo do território, articulando subsistência e autonomia. Essa gestão, no entanto, é marcada pela tensão, pois o tempo de viver é pressionado pelo tempo de trabalho.

A aparente flexibilidade de horários no trabalho sexual é, paradoxalmente, marcada por uma intensa compressão temporal e pela lógica da diária do hotel. Essa mercantilização do tempo, ao forçar a autogestão do corpo como recurso financeiro, revela a complexidade do empreendedorismo de si. Tal dinâmica, embora confira autonomia na gestão individual, esconde coerções estruturais que intensificam o desgaste físico e psíquico, dificultando o acesso a um lazer de qualidade e ao descanso reparador.

O tempo de trabalho é marcado pela incessante pressão da “diária” do hotel, um valor fixo que as profissionais precisam garantir antes de qualquer lucro. Essa imposição organiza a jornada e, muitas vezes, leva a turnos de até 12 horas diárias (como a Entrevistada 1 relata), pois exige que as trabalhadoras dobrem seus horários para compensar dias de baixo movimento. Essa intensificação da rotina, frequentemente realizada em ambientes fechados e com iluminação artificial, dificulta a percepção do tempo natural, fazendo com que “a hora passa mais rápido” e a trabalhadora “perde a noção de tudo, se é manhã, tarde ou noite”, gerando sofrimento físico e psíquico.

Em contrapartida, os intermitentes momentos de descanso e lazer configuram-se como estratégias de sobrevivência e preservação da subjetividade. Embora a flexibilidade de horários seja um atrativo, a realidade mostra que o tempo de descanso e lazer é fragmentado e disputado. Para muitas, a fusão entre o espaço de trabalho e moradia nos hotéis apaga as fronteiras entre o pessoal e o profissional, afetando o bem viver e a privacidade. Outras, como as entrevistadas 13 e 4, optam por voltar para casa, buscando um refúgio que permite a distinção entre a vida profissional e a pessoal, bem como um descanso com qualidade, apesar do tempo de deslocamento.

Já o “tempo do território” da Guaicurus revela trajetórias de longa duração e reprodução de saberes que moldam o cotidiano das trabalhadoras. Há quem esteja começando, mas também quem carrega uma longa história de resistência e aprendizado (como a Entrevistada 11, atuando desde 1997, ou a Entrevistada 12, atuando há seis anos). Essa permanência no território permite a transmissão de referências e a incorporação de modos de agir, tornando o trabalho sexual um percurso reconhecível e até legitimado no horizonte familiar de algumas (como no caso da Entrevistada 14). Contudo, esse “tempo do território” também se manifesta na persistência de

estigmas e hierarquias, com a emergência de preconceitos raciais e etários que, embora desafiados pela diversidade do mercado, continuam a moldar as vivências e a exigir estratégias contínuas de enfrentamento e autopreservação.

Essa sobreposição de tempos e demandas revela dimensões cruciais do sofrimento físico e psíquico, ocasionando insônia, cansaço constante, diminuição da energia vital e sensação de monotonia, quando a atividade deixa de ser vivida como prazerosa (Gusman; Soares, 2021). Ao mesmo tempo, essa realidade mostra a complexidade do protagonismo das trabalhadoras; apesar da exaustão, elas estruturam estratégias de autocuidado, lazer e regulação emocional que se configuram como formas de resistência e adaptação. A Entrevistada 1 ressalta a necessidade de lazer, mesmo que breve, evidenciando que esses momentos são cruciais para a recomposição física e emocional. Referindo-se a essa necessidade, ela afirma: “tem menina que não desce... Fica só lá. Não tem nem feriado... Senão você fica sempre aquela pessoa chata, de mal com a vida...” (05/12/2024). Esse comentário evidencia que o lazer, mesmo fragmentário, é percebido como um recurso essencial para preservar subjetividade e manter a interação social e profissional.

Ainda que as trabalhadoras desenvolvam estratégias de autocuidado, o trabalho sexual gera um desgaste físico e psíquico considerável, uma vez que a compressão temporal faz com que o tempo de viver seja pressionado pelo tempo de trabalho. Nesse cenário, o lazer, mesmo fragmentário, emerge como um recurso essencial para preservar a subjetividade e a saúde mental. Contudo, a persistência do estigma, do racismo e da informalidade impacta diretamente a capacidade de ter um “descanso com qualidade”, revelando que, mesmo com o dinheiro para o lazer, as barreiras estruturais impedem a plena realização desse direito social. Essas barreiras se manifestam de diversas formas: o cansaço extremo, por exemplo, muitas vezes restringe o lazer ao descanso passivo em casa; a pressão econômica impede a dedicação de tempo à família e aos amigos; e o peso do estigma e da discriminação racial gera um isolamento voluntário, fazendo com que as trabalhadoras restrinjam suas saídas para evitar o preconceito em espaços públicos.

Assim, a gestão do tempo, do corpo e das relações não pode ser compreendida apenas como prática operacional ou técnica individual; trata-se de uma resposta estruturada a um conjunto de vulnerabilidades sociais, econômicas e institucionais. A organização do trabalho sexual na Guaicurus, portanto, combina elementos de agência com limitações impostas pela precariedade estrutural, revelando como as mulheres negociam continuamente estratégias de sobrevivência, segurança e recomposição subjetiva.

As falas das participantes indicam que o trabalho sexual pode funcionar como resposta a momentos de crise e como possibilidade de reorganização da vida. O protagonismo se manifesta no domínio técnico sobre a atividade — na preparação, definição de preços, seleção de clientes e composição de pacotes de serviços, incluindo especializações como BDSM, fetiches e uso de consolos para diversificar a renda —, bem como na gestão constante de riscos e na busca por segurança, que envolve desde a vigilância de clientes até estratégias para lidar com estigmas e discriminações.

O Complexo de Diversões Guaicurus se consolida como um território de “lazer sexual” para a clientela, que busca o consumo de “experiências eróticas diversificadas”. As práticas especializadas, como BDSM, fetiches, uso de consolos e até serviços de escuta, são monetizadas, revelando como o corpo da trabalhadora se torna uma “mercadoria” que atende a uma gama plural de desejos e entretenimento dos clientes. Essa dinâmica é crucial para entender a complexa relação entre o trabalho das mulheres e a economia do desejo e do lazer que estrutura o local.

A relação com o corpo surge como elemento central, instrumento de trabalho, território de controle, espaço de experiências prazerosas e de autocuidado. Estratégias de higiene, prevenção de doenças, escolha de vestimentas, maquiagem e gestão da imagem social e digital, registradas como práticas diárias, evidenciam dimensões essenciais de análise. O lazer se entrelaça a essa rotina, sendo vivido na sociabilidade com colegas, no uso de tecnologias para entretenimento e autoproteção ou em momentos de descanso planejados para recomposição física e emocional.

O que aparenta ser flexibilidade de horários e autonomia, embora comparativamente atrativo, tendo em vista outros contextos do trabalho sexual, está atravessado por uma rigorosa temporalidade, imposta pela lógica da diária do hotel. A necessidade de “bater a diária” traduz-se em longos turnos, que podem ultrapassar 12 horas diárias, nos quais a produtividade se torna uma pressão constante. Essa dinâmica força as trabalhadoras a gerirem o próprio corpo e o tempo como recurso financeiro, revelando a lógica do “empreendedorismo de si” (Zickwolff; Cheibub, 2022), uma vez que a aparente autonomia esconde coerções estruturais e mercantilização do tempo. Cada minuto é otimizado, de modo que jornadas duplas ou ajustes para compensar dias fracos se tornam rotineiros, mostrando que a flexibilidade é, muitas vezes, uma ilusão que convive com exaustão, vigilância constante e tensão emocional.

Nesse contexto, o protagonismo das trabalhadoras não é apenas técnico ou estratégico, mas também uma forma de negociar condições, preservar integridade e articular subsistência

com fruição pessoal, mesmo quando submetidas à pressão de uma temporalidade imposta externamente.

As interseccionalidades de gênero, raça e classe atravessam, de modo significativo, essas trajetórias. Mulheres negras, periféricas e mães em situação de monoparentalidade enfrentam sobreposições de desigualdades, ao mesmo tempo que reelaboram suas identidades e práticas. O Complexo de Diversões Guaicurus, nesse cenário, opera como espaço em que a diversidade de corpos e idades convive, contudo, essa convivência é frequentemente marcada por tensões e contradições nas relações entre as próprias trabalhadoras.

No interior dos hotéis, a convivência plural é tensionada por hierarquias internas e pela internalização de estigmas, manifestada por meio de categorizações de colegas como “drogadas”, “perdidas” ou “com problemas mentais”. Essas denominações, que refletem tanto o sofrimento psíquico invisibilizado quanto a ausência de cuidados institucionais, limitam a formação de redes de apoio sólidas e evidenciam que a exclusão social não se anula, mas se reconfigura nas relações cotidianas.

Contudo, em meio a essas fissuras, emergem também indícios de redes de apoio e solidariedade, que se manifestam tanto de forma explícita quanto sob a forma de práticas cotidianas mais sutis. A transmissão de saberes e referências familiares para o ingresso na atividade (como no relato da Entrevistada 14, que seguiu os passos da tia) ou o apoio familiar e de redes informais para o cuidado dos filhos (como o suporte da irmã para a Entrevistada 1) são exemplos claros de como a família atua como uma rede de sustentação. No entanto, a solidariedade entre as próprias trabalhadoras no ambiente dos hotéis é mais complexa e ambígua.

Embora a capacidade de “saber fazer dinheiro” e o reconhecimento de que “tem gosto para tudo” possam fomentar uma pragmática aceitação da diversidade e um entendimento mútuo das dificuldades da profissão, as dinâmicas de competição por clientes e a necessidade de se diferenciar no mercado também podem acentuar divisões e gerar desconfiança. As falas sobre colegas “perdidas” ou com “problemas mentais”, por exemplo, não apenas refletem julgamentos internos, mas podem também ser interpretadas como estratégias de distanciamento para se proteger em um ambiente de vulnerabilidade, em que a reputação e a estabilidade são moedas valiosas. Assim, o território se configura como um campo complexo onde a solidariedade coexiste com a concorrência e o julgamento, aspectos que moldam profundamente as vivências e as estratégias de autopreservação dessas mulheres no cotidiano, exigindo uma constante negociação de limites e alianças.

Nessas experiências, a família também aparece como dimensão fundamental. Ela figura como elemento central nas motivações para o ingresso e a permanência na atividade, seja pelo sustento dos filhos, seja pela busca de independência financeira. As dinâmicas familiares variam entre aceitação explícita e manutenção de segredo, refletindo a complexidade do impacto do estigma. O caso do marido da Entrevistada 15, que após um período de desaprovação passou a levá-la e buscá-la no hotel, exemplifica como apoio logístico e controle simbólico podem coexistir. Assim, a autonomia obtida é relacional e negociada de acordo com limites impostos por desigualdades e relações de poder, de acordo com as quais a mulher pode assumir o papel de provedora e, ainda assim, enfrentar formas sutis de controle.

De acordo com Akotirene (2019), a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo, do cisheteropatriarcado e do capitalismo, só pode ser enfrentada por meio da interseccionalidade, que recusa hierarquizar opressões e busca compreender a sobreposição de sofrimentos produzidos por essas assimetrias. De modo complementar, Crenshaw (2019, p. 69) observa que “as noções sobre o que constitui discriminação racial e sexual são estreitamente talhadas para abraçar apenas um pequeno conjunto de circunstâncias, nenhuma das quais incluindo a discriminação contra as mulheres negras”. No contexto do trabalho sexual na Guaicurus, a interseccionalidade (gênero, raça, classe, sexualidade e, de forma implícita, saúde mental) permite evidenciar como essas desigualdades moldam as experiências das trabalhadoras, ao mesmo tempo que complexificam os modos de inserção, de reconhecimento e de convivência no território.

O que emerge das narrativas evidencia um processo contínuo de negociação e ressignificação, no qual práticas, sentidos e relações se reorganizam em função de contextos mutáveis e das demandas temporais da profissão. Entre risco e proteção, desgaste e resguardo, o trabalho configura-se como campo de decisões possíveis, atravessado por condições sociais, econômicas e corporais. A gestão do tempo de trabalho, que se estende por longas jornadas e é pautada pela lógica da “diária”, colide com a busca por momentos efetivos de descanso e lazer, tão necessários para mitigar o sofrimento psíquico. Enquanto algumas encontram refúgio em seus lares, separando trabalho e vida pessoal, outras vivenciam a fusão do espaço de moradia e trabalho, apagando fronteiras entre o “pessoal” e o “profissional”. O “tempo do território” manifesta-se nas trajetórias de longa duração e na reprodução de saberes, mas também na persistência de estigmas e hierarquias que se reconfiguram ao longo das décadas.

Em resposta a essa realidade, as trabalhadoras desenvolvem uma autodisciplina que inclui a negação ao prazer pessoal no trabalho, considerada sinal de maturidade profissional, já que o prazer é entendido como desvio do objetivo principal, gerar renda (Paiva *et al.*, 2020).

Essa regulação das próprias emoções — o trabalho emocional que exige expressão de sentimentos não espontâneos — contribui para estresse ocupacional e exaustão emocional (Silva L., 2022), e sua complexidade é destacada por Malebranche e Samu (2017) como um processo desgastante de gerenciamento de impressões.

Apesar dessas pressões, as trabalhadoras demonstram agência ao gerir tempos e relações, reconhecendo o trabalho sexual como meio de sustento e de amparo à família (Paiva *et al.*, 2020) e como caminho para uma vida melhor. Elas desenvolvem expertise e domínio técnico, educando clientes sobre práticas seguras e eficientes e assumindo a autoridade de especialistas (Gusman; Soares, 2021). Buscam estratégias para lidar com problemas de saúde mental decorrentes da atividade (Couto *et al.*, 2022) e, mesmo em contextos de vulnerabilidade e estigma, afirmam sua posição como batalhadoras, que organizam recursos financeiros para atender às próprias necessidades (Abal; Schroeder, 2017).

Ao definirem limites, gerirem interações e administrarem a própria presença, essas mulheres articulam subsistência e autonomia, estruturam percursos e redefinem o significado do trabalho. Nas margens disponíveis, registram suas experiências em narrativas próprias, construídas no movimento contínuo de viver e trabalhar no território.

Além das dinâmicas imediatas do cotidiano, a pesquisa revelou a centralidade dos projetos de vida e os horizontes futuros nas trajetórias das trabalhadoras sexuais. Essa dimensão evidencia o trabalho sexual não como um fim em si, mas como um meio, uma fase de transição e, sobretudo, uma oportunidade situada para a construção de outras possibilidades de existência. Nas falas, observa-se a tensão entre permanecer e transformar. A afirmação de que “este trabalho é ótimo para mim. Eu nunca vou precisar de um prato de comida, entendeu? Mas se você pode estudar, fazer outras coisas, muito melhor” (Entrevistada 7, 28/01/2025) revela uma formulação que amarra segurança material e horizonte educacional. Não se trata de negar a utilidade do trabalho, mas de situá-lo em relação a possibilidades que ganham forma em projetos de estudo e requalificação. Em linha semelhante, uma das participantes demonstrou buscar um lugar de trabalho mais calmo para poder se dedicar à leitura e à escrita. Essa prática, que amplia o sentido do tempo fora do atendimento, compõe um campo de experiências que pode ser compreendido como uma dimensão humana do lazer e da construção de si (Gomes, 2023).

Há, ainda, a reconfiguração dos meios de trabalho como parte do projeto de futuro. Mulheres que atuavam apenas presencialmente consideram a possibilidade de explorar plataformas digitais como forma de garantir uma renda mais segura e expandir suas possibilidades de trabalho (Santos, 2024b). Quando uma participante menciona “quero ser

famosa no *Privacy* para ganhar mais dinheiro” (Entrevistada 8, 29/01/2025), não apenas anuncia um desejo individual, mas sinaliza uma percepção mais ampla de que o meio digital pode reconfigurar as margens da atividade. Essa formulação combina cálculo econômico e expectativa de mobilidade, ao mesmo tempo em que explicita a busca por formas de controle sobre o tempo e a renda. Contudo, essa transição não é linear e apresenta seus próprios riscos, como a precarização das relações, o controle algorítmico e a exposição a novas formas de violência (Clementino; Araújo; Miotto, 2024; Han, 2020). Embora existam essas direções, os projetos são atravessados por marcadores sociais da diferença, que modulam o que é pensável e exequível, razão pela qual é central manter a lente interseccional para analisar futuros possíveis e concretizados (Akotirene, 2019).

Também é possível identificar o entrelaçamento entre projetos de consumo, corpo e estabilidade material. Quando uma das entrevistadas afirma que “quer ainda fazer silicone, depois eu paro” (Entrevistada 1, 05/12/2024), é possível inferir que há um investimento não apenas profissional. Há desejo de satisfação com a própria imagem e de cumprir um objetivo que, para ela, marca um antes e um depois. A mesma articulação entre presente e futuro aparece no plano de bens duráveis, quando diz “quero conquistar bens como casa e carro” (Entrevistada 5, 28/01/2025). Essas falas reforçam que o dinheiro não se esgota no pagamento das despesas do dia, mas se converte em patrimônio e estabilidade a longo prazo, o que dialoga com a compreensão do trabalho sexual como vetor de mobilidade econômica e de construção de bens concretos (Silva; Blanchette, 2017). Ao mesmo tempo, nota-se que o acesso ao lazer e a capacidade de planejar dependem de condições e escolhas que são sempre negociadas, algo que pode ser compreendido como a elaboração de um “lazer possível” em meio a constrangimentos e oportunidades específicas (Eugenio, 2023).

Esses projetos mostram que o trabalho sexual, apesar da precarização e do estigma, não é apenas um espaço de sobrevivência, mas também um meio para elaborar futuros possíveis. Ao planejar bens, transformações no corpo, estudos ou inserção no meio digital, as trabalhadoras projetam modos de vida que escapam ao presente imediato, indicando que a atividade é atravessada por expectativas e horizontes.

A análise evidencia, assim, a tensão entre a exigência incessante do ofício e a busca por um tempo de vida mais pleno, no qual sofrimento, disciplina e autonomia se entrelaçam. Mesmo diante de longas jornadas, pressões financeiras e estigmas, essas mulheres elaboram estratégias de respiro e recomposição. É nesse movimento que o lazer se torna um campo privilegiado, tema que será discutido no capítulo seguinte, que explora como as trabalhadoras sexuais da

Guaicurus reconstituem suas vidas fora do trabalho, criando momentos de prazer, sociabilidade e cuidado de si.



A lustração digital de Tiago Lopo retrata mulheres em um cenário que mescla descanso e oferta de trabalho, tomando cerveja na rua, cercadas pelo cotidiano dos bares dentro e fora dos hotéis da Guaicurus. Essa sobreposição de referências visuais traduz a ambiguidade entre lazer e trabalho: o corpo que repousa é o mesmo que se oferece ao serviço, o espaço da rua é, simultaneamente, local de sociabilidade e de risco. As cores, os fragmentos e o movimento da cena evocam o lazer como respiro e resistência, mas também como experiência tensionada pela exaustão e pela precariedade. A obra sintetiza, assim, o modo como o lazer emerge no microcotidiano da Guaicurus (entre conversas, risos e breves pausas) como afirmação de dignidade em meio às desigualdades que marcam o território.

6 LAZER POSSÍVEL: AUTONOMIA E PRECARIEDADE NO COTIDIANO DAS TRABALHADORAS SEXUAIS

Ao concluir o capítulo anterior, onde foram analisadas as maneiras pelas quais o trabalho sexual é organizado, negociado e vivenciado no território da Guaicurus, a presente pesquisa focaliza um aspecto que aparece de maneira recorrente nas narrativas: o lazer. Essa dimensão é aqui explorada por meio da articulação do eixo 2: As experiências e significados do lazer no cotidiano e do eixo 4: A relação entre trabalho e lazer, que se desdobram em dois núcleos centrais. O primeiro, o núcleo 6, Tempo, exaustão e (im)possibilidades de descanso, aborda como a rotina e a informalidade afetam a saúde e o descanso. Em seguida, o núcleo 1, Lazer como respiro e espaço de resistência, analisa como as pausas e as atividades externas funcionam como formas de recomposição e afirmação de dignidade.

Para abordar o lazer vivenciado pelas trabalhadoras sexuais da Guaicurus, o estudo recorre ao conceito de “lazer possível” (Eugenio, 2023), tendo em vista as diferentes expressões e sentidos do lazer, tal como narrado pelas participantes e interpretado a partir de uma perspectiva que considera a inseparabilidade entre contexto, subjetividade e cotidiano. O termo “lazer possível” não é apenas descritivo, mas uma ferramenta analítica para desvelar como o lazer emerge, mesmo sob restrições materiais e simbólicas, como um espaço de dignidade, autonomia e resistência para as trabalhadoras sexuais.

É fundamental, contudo, não romantizar essa possibilidade. O “lazer possível” não deve ser confundido com o “bem viver”, que pressupõe harmonia, equilíbrio comunitário e plenitude de direitos. O lazer que essas mulheres acessam é marcado pela escassez e pela urgência; é um lazer de fresta, conquistado a duras penas em meio à exploração. Ele é “possível” justamente porque o “ideal” lhes é estruturalmente negado. Trata-se de uma autonomia relativa (Sampaio, 2023), condicionada pela necessidade de pagar a diária e pela vigilância moral que as cerca.

As conversas mostram que o lazer não se reduz a um conjunto fixo de atividades, mas se constrói como experiência que envolve pausa, deslocamentos, convivência, prazer e, em alguns casos, pequenas brechas de respiro no próprio espaço de trabalho. O lazer enfrenta barreiras como exaustão, pressão por renda e estigma, mas a própria renda do trabalho sexual possibilita muitas de suas práticas, evidenciando sua interdependência com o trabalho.

Este capítulo, portanto, explora o caráter múltiplo do lazer, destacando seu papel essencial na recomposição física e emocional, na preservação de vínculos sociais e na afirmação de dimensões da vida que extrapolam a função laboral, demonstrando a fluidez e a intersecção entre trabalho e não-trabalho. Essa inseparabilidade, contudo, não deve ser romantizada como

uma escolha livre. Ela é fruto de uma precarização estrutural que captura o tempo de vida. Na Guaicurus, o lazer acontece “dentro” do trabalho porque a necessidade de pagar a diária e a longa jornada impedem que ele aconteça plenamente “fora”. A mistura não é apenas fluidez; é estratégia de sobrevivência psíquica em um cotidiano em que o tempo de descanso é colonizado pela urgência da subsistência. Essa fluidez se manifesta desde os momentos de autogestão e sociabilidade no hotel até o uso estratégico de tecnologias digitais e a busca por prazeres que desafiam a dicotomia trabalho e não trabalho, revelando um lazer possível, que negocia brechas de dignidade e autonomia.

6.1 Lazer: entre a necessidade, o desejo e o possível

No presente estudo, o lazer é compreendido não apenas como uma prática, mas como um domínio da existência das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, profundamente moldado e disputado pelos domínios de poder. A pesquisa revela que, para essas mulheres, o lazer emerge como uma necessidade vital de recomposição física e emocional diante da exaustão do trabalho sexual, sendo constantemente tensionado pelo estigma, pela precariedade e pelas responsabilidades familiares. Explora-se, portanto, o conceito de lazer sexual não apenas sob a ótica dos clientes (como espaço de desejo e consumo que define o território), mas também tendo em vista a forma como as próprias trabalhadoras negociam o prazer e a fruição em suas vidas, em um complexo entrelaçamento com sua atividade laboral.

Nesse ponto, é fundamental retomar Foucault (2020), para compreender que o lazer sexual não pode ser entendido como mera liberação de desejos individuais. A sexualidade que se manifesta no território da Guaicurus é produzida historicamente como dispositivo de poder, atravessada por discursos morais, sanitários e econômicos que regulam corpos, práticas e condutas. O sexo ali não escapa ao poder, ele é organizado por ele. Mesmo quando aparece sob a forma do lazer, opera de acordo com um conjunto de normas que definem o que é permitido, desejável ou condenável. Reconhecer o lazer sexual como prática social implica, portanto, compreender os mecanismos que o tornam possível e, ao mesmo tempo, controlável.

O lazer, sob essa perspectiva, é desvelado como um campo de negociação contínua de autonomia, onde o estigma se reatualiza, mas também onde se constroem estratégias de resistência e (re)existência. Assim, o estudo explora o caráter múltiplo do lazer, destacando seu papel essencial na recomposição física e emocional, na preservação de vínculos sociais e na afirmação de dimensões da vida que extrapolam a função laboral, demonstrando a fluidez e a intersecção entre trabalho e não-trabalho.

Nas falas das participantes, o lazer se apresenta como algo que não está restrito a momentos esporádicos, mas se configura como uma dimensão necessária para sustentar a vida e contrabalançar o peso do trabalho. O lazer fora da Guaicurus emerge como uma conquista de autonomia e tempo próprio, como expressa, de forma categórica, a Entrevistada 1: “Lazer? Vou no shopping, vou no clube, na praia... isso é lazer. Eu gosto de shopping, clube, praia, cinema... Sempre dá porque eu sempre tiro um final de semana para descansar e pra dar rolê” (Entrevistada 1, 05/12/2024).

Essa formulação, à primeira vista simples, carrega camadas de significados quando interpretada à luz das desigualdades de gênero. Como mostram Kinnaird e Hall (2020), as experiências de lazer das mulheres tendem a ser mais fragmentadas e condicionadas por papéis socialmente atribuídos, muitas vezes como facilitadoras do lazer de outros e receptoras secundárias de lazer para si mesmas. Nesse sentido, “tirar” um tempo próprio, em um contexto de intensa carga de trabalho e responsabilidades múltiplas, representa um ato de agência sobre o tempo e sobre o próprio corpo, deslocando-se de expectativas normativas sobre onde e como uma mulher deve estar.

Ainda na perspectiva do protagonismo, essa presença pode ser compreendida a partir de Gomes (2014), que entende o lazer como campo para repensar limites da existência e mobilizar formas de engajamento social e político. Nesse sentido, a análise de Gonzalez (2020) sobre a presença de mulheres negras em espaços de lazer, como o Carnaval e as casas noturnas, mostra como essas práticas, mesmo atravessadas pela exploração e pela comodificação, tensionam discursos de confinamento e subalternização, abrindo espaço para pensar também as experiências das trabalhadoras sexuais da Guaicurus.

Essa regulação moral penaliza, de forma mais intensa, as mulheres que transgridem normas sociais, pois estão sujeitas uma dupla pena, moral e social, quando a transgressão está ligada à sexualidade. Nesse sentido, o estigma de “puta” aparece como o exemplo mais extremo, conforme análise de Oliveira (2023), que aborda a manutenção da lógica patriarcal. Nas falas das entrevistadas, essa penalização aparece de modos distintos. A Entrevistada 8 (29/01/2025) relata: “Ah, sim. Na rua, né, amiga, às vezes quando nós passamos, algumas mulheres xinga a gente, né? Tipo prostituta, puta, vagabunda, mas a gente nem se ofende não”. Sua amiga complementa, desafiando a lógica moral que sustenta esses xingamentos:

Porque a única diferença de nós como elas de fora que não é do *job*, é que a gente cobra, elas dão grátis. A gente já se ferrou muito no amor. Entendeu? Então, eu acho bem mais prático dar cobrando e não me machucar do que dar de graça. Ainda eu tava, eu tava dando a buceta e tomando no cu. Faz sentido. Entendeu? Falei: “Então só vou dar a buceta e vou ganhar mole”. E eu não

consigo ver como que essas mulheres nos julgam. Sempre que elas dão também para vários caras, só que grátis. A gente única nossa diferença é que a gente cobra (Entrevistada 9, 29/01/2025).

Essas falas mostram como a regulação moral atua inclusive sobre os momentos de lazer, pois o julgamento social acompanha os deslocamentos dessas mulheres, indo além da zona de trabalho. O lazer, ainda que seja vivenciado como conquista, pode se tornar também terreno de estigmatização, no qual insultos e comparações tentam restringir a legitimidade de circulação e fruição dessas pessoas.

Como observam Redondo (2021) e Ahmed (2022), os espaços de lazer não são neutros: praias, clubes e restaurantes carregam códigos de gênero, corpo e sexualidade que influenciam diretamente a forma como essas mulheres podem vivenciá-los. O controle social se intensifica quando a transgressão está vinculada à sexualidade, como no caso do trabalho sexual, estigma identitário por excelência. Essa vigilância molda as escolhas e experiências de lazer, afetando tanto a sensação de pertencimento quanto a própria possibilidade de fruição.

No caso das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, essa penalização potencializa o controle sobre seus deslocamentos e suas presenças, inclusive em situações de lazer, produzindo olhares vigilantes, que tentam restringir sua circulação. Algumas entrevistadas narram evitar certos espaços por receio de reconhecimento e julgamento, enquanto outras escolhem frequentá-los de forma estratégica, em horários ou locais de menor exposição. Há também quem opte por subverter essa vigilância, comparecendo intencionalmente a ambientes socialmente legitimados (como clubes, shoppings ou praias) como forma de afirmar pertencimento e desafiar a lógica que tenta confiná-las à “zona”.

Essa regulação moral dos comportamentos femininos nos espaços públicos e de lazer é parte de um sistema mais amplo que, como observa Manne (2019, p. 148), “opera dentro de uma ordem social patriarcal para policiar e impor a subordinação das mulheres e defender o domínio masculino”. Trata-se de um controle que permeia as vidas das mulheres, influenciando suas escolhas, sua visibilidade e sua segurança, e que é sistematicamente defendido por uma ideologia patriarcal, que muitas vezes se disfarça de natural ou neutra.

De acordo com Castro e Baptista (2021, p. 15), esse “sistema falocrata” naturaliza uma performatividade sociocultural generificada⁵⁹, sustentada por uma relação de poder desigual e

⁵⁹ Termo utilizado por Castro e Baptista (2021) para descrever uma lógica patriarcal que estrutura relações de gênero. Para além da necessidade fisiológica de reposição de energias, as narrativas revelam a centralidade do desejo na experiência do lazer. As participantes não se referem apenas ao descanso como condição para continuar trabalhando, mas à possibilidade de consumir, viajar, circular e experimentar prazer. O lazer, nesse sentido, não opera apenas na lógica da necessidade, mas na lógica do desejo, entendido como recusa à mera sobrevivência.

hierárquica, alinhada com engrenagens capitalistas, neoliberais e conservadoras, de modo que “o corpo feminino é duplamente oprimido, pelo capitalismo e pela dependência e submissão na sua vida familiar”. Esses mecanismos atuam de forma interdependente: o capitalismo instrumentaliza o corpo das mulheres como recurso produtivo e mercadoria; o neoliberalismo desloca para o indivíduo a responsabilidade por superar desigualdades estruturais, invisibilizando as barreiras sociais; e o conservadorismo reforça normas morais, que limitam a circulação das mulheres e a legitimidade de suas experiências de lazer. Esse enquadramento permite compreender que o lazer, para as trabalhadoras sexuais, é também um campo de disputa simbólica e política, um espaço em que resistem a mecanismos históricos de controle, afirmando sua autonomia e direito à fruição, apesar da vigilância e do estigma.

O lazer, conforme conceituado por Gomes (2023), é uma necessidade humana intrínseca e um espaço de autonomia e sentido próprio, que supera a visão funcionalista de “válvula de escape” ou mera oportunidade de recomposição do trabalho. Ele atua como ferramenta essencial de recomposição física e mental em contextos de trabalho intenso, cuja ausência pode levar ao adoecimento e à desumanização (Sampaio, 2023), configurando-se como fruição da vida e não um resíduo.

Para as trabalhadoras sexuais, essa dimensão não é vivida como luxo, mas como condição indispensável para preservar a vitalidade diante da dureza cotidiana. A fala de uma entrevistada é ilustrativa: “descansar” e tornar a vida “mais divertida” não aparecem apenas como desejos, mas como prerrogativas para seguir ativa no trabalho e na vida (Entrevistada 1, 05/12/2024).

Nesse sentido, o lazer é ressignificado como estratégia de sobrevivência subjetiva, revelando que, além de seu caráter de pausa, ele se constitui como um campo de reafirmação identitária e de produção de sentido sobre si. Essa recomposição, quando conquistada, se constitui como um ato de resistência cotidiana, na medida em que confronta a lógica produtivista ao permitir que as trabalhadoras organizem o tempo segundo seus próprios desejos e prazeres, e não apenas em função das demandas externas de trabalho. No caso da Guaicurus, essa prática assume dimensão política, pois retira as trabalhadoras sexuais do lugar de subalternidade e reivindica o direito de existir, além do trabalho e do estigma.

Quando mencionam viagens, compras ou experiências estéticas, as mulheres reivindicam o direito de desejar e realizar práticas socialmente valorizadas, tensionando a expectativa de que corpos marcados pelo estigma devam se contentar com formas mínimas ou restritas de fruição, com base na dominação dos homens, articulada a mecanismos capitalistas, neoliberais e conservadores.

Assim, o lazer aparece como contraponto existencial ao cansaço, como chance de recuperar um sentido de liberdade. Essa reafirmação identitária e a busca por um sentido de liberdade são evidenciadas pela mesma participante, que conclui:

O trabalho me possibilita ir pros lugares e comprar coisas que antes não podia, roupa, um sapato, tipo viajar... fazer o que todo mundo que é de boa intenção faz. Uma coisa legal? Uma viagem para o Rio, eu amei, eu comprei tudo que eu queria, comer e beber à vontade (Entrevistada 1, 05/12/2024).

A afirmação “fazer o que todo mundo que é de boa intenção faz” revela uma reivindicação simbólica de pertencimento a um espaço social mais amplo, em que o lazer é naturalizado e acessível, desafiando a exclusividade do prazer aos socialmente respeitáveis. Essa perspectiva alinha-se à noção de lazer como instrumento de inclusão social e reparação simbólica (Eugenio, 2023), reivindicando igualdade de acesso a experiências historicamente negadas. No contexto da Guaicurus, “boa intenção” adquire um significado ampliado: trata-se da recusa a aceitar que o lazer seja privilégio dos que ocupam posições sociais de maior prestígio.

A “boa intenção” começa por reconhecer que o lazer é um direito social para todos. Não se trata de um luxo, mas de um componente essencial para a dignidade e a qualidade de vida de qualquer ser humano. Uma boa intenção, portanto, implica lutar para que esse direito seja universalizado e não seja um privilégio de poucos.

“Fazer o que todo mundo que é de boa intenção faz” significa ir além da mera oferta de atividades pontuais, visando a uma transformação social duradoura. Uma “boa intenção” informada e eficaz exige uma compreensão profunda das desigualdades sociais, reconhecendo que o acesso ao lazer é atravessado por fatores como gênero, raça, classe social, deficiência e sexualidade, elementos que, para as trabalhadoras sexuais da Guaicurus, se manifestam em barreiras concretas de estigma e vigilância social, como veremos adiante (Dores, 2024; Ribeiro, 2025). Nesse sentido, demonstrar uma “boa intenção” significa questionar as normas e controles sociais que aprisionam corpos e sexualidades (Sampaio, 2023). Uma boa intenção não pode ser cega às violências e hierarquias que impedem que grupos marginalizados vivenciem o lazer com dignidade (Sampaio, 2023).

O lazer, nesse contexto, é um componente essencial para a dignidade e a humanização de indivíduos e grupos marginalizados, configurando-se como um espaço para o reequilíbrio, a recuperação, a expressão da identidade e a resistência contra as opressões sociais. No caso das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, trata-se de um lazer possível (Eugenio, 2023), marcado por restrições materiais e simbólicas, mas também pela força de se afirmar como direito e prática

de existência, indo além do estigma e do trabalho. Para as trabalhadoras sexuais, essa busca por um lazer de “boa intenção” é um ato particularmente desafiador e significativo, dadas as barreiras impostas pelo estigma e pelas desigualdades estruturais que as atravessam.

Essa dimensão se torna ainda mais complexa quando olhamos para a realidade de uma mulher trabalhadora sexual, que já é marginalizada, estigmatizada, reprimida e frequentemente invisibilizada. Para ela, “fazer o que todo mundo que é de boa intenção faz” não é apenas usufruir de um tempo livre, mas afirmar que sua vida merece (e efetivamente terá) momentos de prazer, consumo e circulação em espaços de fruição, mesmo sob o peso das normas sociais que tentam excluí-la.

A autonomia financeira como motor para a fruição do lazer é claramente evidenciada na fala de uma participante que, ao relatar seu prazer em “ir no shopping, vou no clube, na praia... Eu me divirto, viajo. [...] Lá eu compro o que eu quero, eu me divirto, eu aproveito. Gasto meu dinheiro mesmo, tô nem aí. Tem que aproveitar” (Entrevistada 1, 05/12/2024), demonstra o vínculo direto entre a renda do trabalho e a capacidade de consumir e se divertir. O “tô nem aí” não é um simples gesto de despreocupação. Ele se inscreve como uma resistência simbólica às múltiplas camadas de julgamento social que pesam sobre as mulheres, especialmente aquelas que exercem o trabalho sexual. Trata-se de uma recusa ativa a se deixar paralisar pela lógica da vigilância moral, que tenta enquadrar o que, onde e como uma mulher pode usufruir do lazer e do consumo. Ao afirmar “tô nem aí”, a participante não apenas reivindica o direito de gastar e aproveitar, mas também desloca o controle do olhar social para a centralidade de seu próprio desejo.

Essa perspectiva dialoga com o que Sampaio (2023) identifica como a quebra da “culpa internalizada” associada ao prazer, especialmente em sociedades que, ao mesmo tempo em que sexualizam o corpo feminino, buscam restringir sua autonomia e sua circulação em espaços públicos de fruição. No contexto da Guaicurus, esse gesto adquire ainda mais força: ele se dá a partir de um trabalho estigmatizado, cuja renda, paradoxalmente, viabiliza experiências que o trabalho formal precário jamais permitiria.

Ao declarar “tô nem aí”, a participante rompe com a necessidade de justificar seu acesso ao lazer. Nesse sentido, o enunciado sintetiza a resistência cotidiana: não se trata apenas estar nesses espaços, mas estar de forma afirmada, usufruindo sem pedir licença, sem se enquadrar nas regras tácitas de respeitabilidade. Essa dimensão de enfrentamento, somada à possibilidade concreta de custear tais experiências, transforma o lazer em um território de disputa, onde se reconfiguram, ainda que por instantes, as relações de poder que estruturam a vida.

A dimensão compensatória do lazer, viabilizada pela renda do trabalho sexual, destaca-se, de forma concreta, na fala de uma das entrevistadas: “Tipo, agora em fevereiro, eu vou para um cruzeiro, eu tô pagando uma viagem para ir no ano que vem com meu filho mais novo, para o Beto Carrero. Eu acho que são coisas que, se eu ganhasse um salário mínimo, eu não conseguiria fazer” (Entrevistada 10, 29/01/2025).

Nesse caso, consumo e deslocamento se acoplam, e a “organização financeira” emerge como categoria que media trabalho, orçamento e recomposição. A escolha da Entrevistada 10 de financiar uma viagem ao Beto Carrero World⁶⁰, utilizando a renda do trabalho sexual, revela uma camada complexa de significados que ultrapassa o simples ato de “fazer turismo”. Desde a década de 1990, a publicidade massiva na televisão brasileira consolidou o parque como um verdadeiro ícone no imaginário popular, frequentemente chamado de “Disney brasileira”. Para muitas crianças dessa época, tratava-se de um lugar quase mítico — sinônimo de aventura, magia e diversão — mas também de um sonho distante, inacessível para famílias com recursos limitados. Esse desejo, muitas vezes adormecido na vida adulta, reaparece como meta de vida, agora direcionada à experiência compartilhada com os próprios filhos.

Ao concretizar esse projeto, a participante não apenas oferece ao filho uma experiência de lazer valorizada socialmente, mas também reinscreve sua própria história, transformando um sonho infantil em conquista concreta. Essa possibilidade só é materializada pela renda obtida por meio do trabalho sexual, que, apesar do estigma, garante condições superiores às do mercado formal precário, permitindo que o lazer seja vivido como conquista e não apenas como aspiração distante. Nesse sentido, o lazer emerge, conforme Gomes (2023), como uma necessidade humana e um espaço de gratuidade e reorganização da existência, permitindo ao sujeito interromper as lógicas produtivistas e acessar experiências que ampliam sua sensação de autonomia e pertencimento, aqui expressos na reparação afetiva e na construção de um futuro familiar.

Essa reparação não é apenas econômica, mas também simbólica e ética, articulando-se ao que Butler (2015) compreende como o desejo de persistir no próprio ser. Ao planejar um cruzeiro e uma viagem ao Beto Carrero, a participante não está apenas comprando serviços turísticos, mas afirmando a possibilidade de uma vida que ultrapassa a lógica da mera sobrevivência. Trata-se de um projeto que envolve cuidado, afeto e a criação de memórias com o filho, mesmo em um contexto marcado por restrições, estigmas e desgaste cotidiano.

⁶⁰ Beto Carrero World é um parque temático localizado em Penha, Santa Catarina, conhecido por ser um dos maiores e mais completos da América Latina.

Nesse sentido, o lazer, como prática social, incorpora dimensões simbólicas e afetivas que vão além do entretenimento, configurando-se como um espaço no qual se afirma uma forma possível de “boa vida” em condições adversas (Gomes, 2023). Esse investimento emocional inscreve a maternidade em experiências prazerosas e socialmente valorizadas, tensionando os limites impostos pela precarização do trabalho e pelo estigma. Assim, o lazer não elimina as condições estruturais que atravessam a vida dessas mulheres, mas produz brechas éticas nas quais o sujeito se recusa ser reduzido à mera sobrevivência e reivindica reconhecimento, dignidade e futuro. Como aponta Collins (2019), a maternidade negra é uma instituição dinâmica e dialética, moldada tanto por forças de opressão quanto pelos esforços das mulheres negras para definir e valorizar suas próprias experiências. Ela pode se tornar um espaço de autodefinição, de afirmação da autonomia e de fortalecimento do poder pessoal, funcionando como catalisador de autoestima e de ativismo social. Nesse sentido, o gesto da participante reafirma a maternidade como território de agência, rompendo com o enquadramento que associa o cuidado apenas à dependência ou ao sacrifício unilateral.

Ribeiro (2025) argumenta que, para mulheres negras, a maternidade pode ser um espaço de resistência política e de enfrentamento às estruturas racistas e patriarcais, que tentam definir o que é ser “boa mãe”. Dorés (2024) complementa, ao mostrar que o acesso e a apropriação do lazer por mulheres negras e pobres envolvem a superação de barreiras materiais, simbólicas e temporais, muitas vezes associadas às jornadas extenuantes e à instabilidade de renda. Nessa perspectiva, o lazer familiar financiado pelo próprio trabalho é também uma contestação à lógica de que essas mulheres devem se restringir à sobrevivência mínima, reafirmando o direito de viver com prazer e dignidade.

Esse movimento só se torna possível porque, ao contrário do trabalho formal precário, a renda do trabalho sexual oferece condições materiais que viabilizam projetos de longo prazo, construção de patrimônio e a criação de memórias significativas com a família. Silva e Blanchette (2017) destacam que, para muitas trabalhadoras sexuais, essa renda vai além da sobrevivência imediata. No caso da Entrevistada 10, o lazer assume caráter duplamente político: ao mesmo tempo em que atua como recomposição subjetiva e celebração familiar, desafia a moralidade excludente, que associa a maternidade à dependência e ao sacrifício unilateral. Ao financiar e organizar essa viagem, a participante se posiciona como protagonista da provisão e do cuidado, deslocando fronteiras tradicionais de gênero e reafirmando que o prazer e o lazer também lhe pertencem.

Esse movimento pode ser compreendido como uma prática de afirmação pessoal, em que a participante se inscreve na figura de “boa mãe” a partir de suas próprias condições e

escolhas, e não conforme os parâmetros de respeitabilidade impostos por uma moralidade excludente. Proporcionar experiências positivas aos filhos, como viagens e momentos de lazer, reforça a dignidade e a autoafirmação materna, ao mesmo tempo em que desafia discursos sociais que tendem a reduzir mulheres que se dedicam ao trabalho sexual a representações de passividade ou carência.

Conforme proposto por Eugenio (2023), momentos de prazer e relaxamento funcionam como mecanismos que atenuam tensões e proporcionam uma “fuga” da realidade cotidiana. Para as trabalhadoras sexuais, esse direito ao lazer não é apenas uma possibilidade, mas uma condição fundamental para o equilíbrio psicológico e físico. A atividade de trabalho sexual, marcada por estigmatização e vulnerabilidade, impõe uma carga emocional considerável, e o lazer atua como forma de preservação da saúde mental e física, possibilitando a desconexão temporária das tensões do cotidiano.

Essa desconexão, no entanto, não é um escape romântico ou idealizado, mas uma pausa concreta e pragmática, que permite a recuperação da energia necessária para enfrentar as condições de trabalho adversas. De acordo com Eugenio (2023), o lazer não é um direito excessivo ou inatingível, mas uma prática necessária para o bem viver integral das trabalhadoras sexuais, especialmente em contextos de marginalização, que tornam imprescindíveis os espaços de respiro e recuperação.

Zickwolff e Cheibub (2022) indicam que as trabalhadoras sexuais desenvolvem habilidades e estratégias para garantir autonomia e fazer escolhas individuais. A capacidade de priorizar gastos com filhos e investir em bens é uma dessas estratégias, funcionando como forma de planejamento e construção de patrimônio (França, 2017). Nesse sentido, o fato de a participante planejar um cruzeiro ou uma viagem com o filho, utilizando a renda do trabalho sexual, ilustra como o lazer se torna expressão concreta de conquistas que ultrapassam a sobrevivência imediata.

Para grupos marginalizados, como trabalhadoras sexuais, a experiência de lazer pode se configurar como resistência e transformação da realidade (Ribeiro, 2025). Ao proporcionar lazer aos filhos, algo que, em outros contextos, seria inviável, essas mulheres reafirmam sua capacidade de agência e de cuidado, desafiando a lógica que associa a maternidade à dependência econômica ou ao sacrifício unilateral. O contexto de vulnerabilidade, a falta de apoio de companheiros ou familiares e a dificuldade de acesso a empregos formais — especialmente para mulheres negras e pobres com filhos, impulsiona a busca por alternativas de renda, como o trabalho sexual, para garantir a subsistência e o bem viver familiar (Silva *et al.* 2023).

Assim, a maternidade se apresenta como um espaço de autoafirmação, autonomia e empoderamento, especialmente para mulheres negras que batalham para ser reconhecidas como boas mães apesar das opressões (Ribeiro, 2025). A luta pela apropriação do lazer, nesse caso, se articula à superação de barreiras como instabilidade de renda e duplas jornadas, muitas delas relacionadas ao cuidado com a família (Dores, 2024). O lazer, portanto, não é apenas recomposição física e emocional, mas também um campo de disputa simbólica, que oferece a legitimidade de viver e proporcionar prazer em contextos de profunda desigualdade.

Embora o lazer seja uma forma de resistência e afirmação pessoal, a viagem e o acesso a determinados espaços também podem expor essas mulheres a códigos e vigilâncias sociais. Como aponta Ahmed (2022), esses espaços não são neutros: praias, clubes e restaurantes carregam códigos de gênero, corpo e sexualidade que influenciam diretamente a forma como podem ser vivenciados.

Ao se deslocarem para outros territórios de lazer, essas mulheres entram em contato com “objetos felizes”, socialmente construídos — praia, família, consumo — que, segundo Ahmed (2022)⁶¹, prometem prazer e pertencimento, mas também podem produzir alienação quando a experiência não corresponde à promessa. A “felicidade” atribuída a certos objetos e lugares não reside neles mesmos, mas na orientação social que define o que deve ser visto como bom.

Nesse processo, algumas participantes relataram sensações de desconforto ou de “não pertencimento” em determinados ambientes, enquanto outras ressignificam essa distância como escolha consciente, recusando padrões de fruição que não dialogam com suas realidades e desejos. Essa recusa pode ser entendida como uma forma de resistência simbólica: ao não se alinharem integralmente às expectativas normativas, tensionam o imaginário coletivo e desestabilizam o pacto tácito de felicidade. Para algumas, isso não implica necessariamente um incômodo; há quem assuma, de forma afirmativa, o lugar de quem não se submete ao roteiro social prescrito, aproximando-se do que Ahmed (2022) define como a figura do “estraga prazeres”, que expõe contradições e desigualdades na distribuição social do prazer.

Essa tensão entre pertencimento e deslocamento revela que a presença feminina em espaços de lazer ainda é regulada por normas patriarcais e atravessada por relações de poder que determinam quem pode fruir plenamente. Nesse sentido, Sampaio (2023) acrescenta que o lazer é um “território privilegiado para a afirmação humana” e um espaço de livre escolha, em que o corpo pode experimentar a gratuidade e o pouco-caso diante das imposições do mercado

⁶¹ Para Ahmed (2022), objetos felizes são elementos socialmente investidos de expectativa de felicidade (como família, praia, consumo), associados à felicidade e ao pertencimento. Já a figura do estraga prazeres evidencia o caráter normativo dessas promessas, ao recusar alinhar-se a elas.

e da moralidade. Contudo, para quem desafia normas hegemônicas, essa liberdade é negociada cotidianamente, em um jogo de limites e possibilidades que demanda tanto estratégias de inserção quanto de contestação.

Essa tensão é parte do próprio potencial transgressor do lazer, sobretudo quando pensado no contexto da Guaicurus. Aqui, a possibilidade de vivenciar prazer e sociabilidade em espaços que historicamente buscaram excluir ou controlar a presença dessas mulheres adquire um caráter de ocupação insurgente. Esses deslocamentos (seja para a praia, um clube ou um restaurante) funcionam como uma extensão simbólica das disputas que elas já travam diariamente no território de trabalho. Ao se fazerem presentes nesses lugares, desestabilizam as fronteiras físicas e simbólicas que delimitam onde uma trabalhadora sexual “deveria” estar, afrontando o disciplinamento social que as quer restritas a zonas de tolerância e invisibilidade.

A Guaicurus, como foi desenvolvido nos capítulos anteriores, é um espaço ambivalente: ao mesmo tempo em que é vigiado e disciplinado, também abriga práticas transgressoras, que subvertem a lógica do controle. O lazer vivido fora desse território leva consigo essa ambivalência — nele, há liberdade e recomposição subjetiva, mas também exposição a novas formas de vigilância e julgamento. Esse movimento ecoa o que Silva L. (2022) aponta sobre a coexistência de disciplinamento e resistência: a presença dessas mulheres em espaços de lazer reforça a agência sobre seus corpos e narrativas, mas é simultaneamente atravessada por códigos de gênero, corpo e sexualidade que buscam contê-las.

Nessa perspectiva, o lazer torna-se um dispositivo de reconfiguração simbólica, não apenas da trajetória individual, mas também do território social que as trabalhadoras sexuais ocupam. Ao circular por ambientes tradicionalmente associados ao prestígio ou ao consumo legítimo, elas reposicionam sua imagem e provocam um diálogo com os discursos hegemônicos sobre corpo e sexualidade, desafiando suas naturalizações. Essa presença, longe de ser meramente recreativa, atua como resistência cotidiana: afirma que as trabalhadoras não se restringem à “zona” e reivindica o direito de habitar outros espaços e modos de vida, ainda que temporariamente. É nesse cruzamento entre o íntimo e o público, entre a recomposição e o enfrentamento, que o lazer se revela como campo de disputa e possibilidade de reinvenção identitária.

O fato de a Entrevistada 7 (28/01/2025) enfatizar “Como sou carioca, sou apaixonada por praia” sugere que o lazer, neste caso a ida à praia, transcende uma simples atividade recreativa para se tornar um espaço de afirmação de identidade cultural e pessoal. Em consonância com a perspectiva de Gomes (2014, 2023) sobre o lazer como uma prática social situada e essencial à dignidade, é importante ressaltar que ele não se reduz a um “conjunto de

ocupações” desvinculado da vida concreta, mas se manifesta ludicamente e é culturalmente enraizado (Isayama, 2023). A preferência pela praia, associada à identidade “carioca”, exemplifica como as práticas de lazer podem estar profundamente ligadas a valores, vivências e pertencimentos culturais de uma mulher (Gomes, 2023). Para mulheres em situação de vulnerabilidade, como as trabalhadoras sexuais, o lazer pode ser um meio de reconexão com seu “ser” interior e de reafirmação de sua humanidade, indo além da identidade estigmatizada (Eugenio, 2023). Para a Entrevistada 7, 28/01/2025, a praia pode evocar memórias e sentimentos de um “eu” pré-estigma, permitindo-lhe o retorno a um espaço simbólico de pertencimento e normalidade.

É nesse ponto que a noção de “corposcrevência” (Ribeiro, 2025) adquire relevância para pensar a experiência de lazer das trabalhadoras sexuais da Guaicurus. O corpo, constantemente interpelado como instrumento de trabalho e alvo de estigmatização, é reinscrito no lazer como texto narrativo orgânico e lugar de identidade representada. Caminhar na areia, nadar no mar, dançar em uma festa, arrumar-se para sair, experimentar maquiagem ou escolher uma roupa não são apenas gestos cotidianos, mas atos performáticos de escrita no corpo que subvertem narrativas impostas. A Entrevistada 7, ao definir a praia como um “remédio” que a “revitaliza” (Entrevistada 7, 28/01/2025), exemplifica esse movimento em que o corpo se torna veículo de autoafirmação e contestação de estereótipos. O ato de ocupar o espaço público em práticas de lazer, embora seja simples, é politicamente carregado porque rompe com a lógica que tenta confiná-las à margem, reinscrevendo o corpo da trabalhadora sexual nesse espaço e reconhecendo-a como sujeita de prazer, dignidade e pertencimento.

A Entrevistada 2 ilustra a distinção entre espaços de trabalho e de lazer/moradia: “Sou de São Paulo, só vim para trabalhar no hotel. E, em São Paulo, você já trabalhou em algum lugar? Não, não... em São Paulo eu moro, aqui eu trabalho” (Entrevistada 2, 05/12/2024). Essa criação de uma fronteira simbólica é reforçada pela Entrevistada 5, que vê Maragogi como um refúgio para relaxar e “esquecer um pouco do trabalho” (Entrevistada 5, 28/01/2025). O deslocamento físico, nesse sentido, funciona como mecanismo de autoproteção e de redefinição da própria presença no mundo, materializando a ruptura com a rotina imposta pela Guaicurus e permitindo que o corpo reescreva sua narrativa em um “outro território”, onde o lazer se converte em exercício de liberdade e de escrita de si.

Essa fala constrói um contraste radical entre o espaço de trabalho e o de lazer, no qual a distância física funciona como barreira simbólica para preservar uma dimensão de si que não é atravessada pelas pressões do serviço sexual. Aqui, o lazer não aparece como um evento

ocasional ou mero “escape”, mas como um deslocamento significativo, capaz de materializar a ruptura com a rotina e a territorialidade imposta pela Guaicurus.

Maragogi, nesse contexto, é um “outro território” (não apenas geográfico, mas simbólico) no qual o corpo pode reescrever sua narrativa: vestir-se, mover-se, interagir e estar à vontade, sem a necessidade de performar a identidade de trabalhadora sexual. Essa possibilidade de experimentar outra forma de presença aproxima-se da compreensão de lazer como “território privilegiado para a afirmação humana de sua existência no mundo em momentos de livre escolha” (Sampaio, 2023, p. 77).

Dialogando com Dores (2024), é possível afirmar que esse deslocamento cria uma “fresta possível” para expressar subjetividades que vão além das narrativas impostas, permitindo que a experiência corporal se afirme como complexa e múltipla. Para a trabalhadora sexual, estar em Maragogi significa, ainda que temporariamente, deslocar-se de um espaço regulado por códigos morais e de gênero para um ambiente em que o lazer se converte em exercício de liberdade e agência.

Em um sentido mais amplo, essa vivência conecta-se à ideia de “experimentação com maneiras alternativas de produzir o Eu e o Mundo” (Florêncio, 2022, p. 25), desafiando a “crononormatividade neoliberal” que valoriza a produção contínua⁶². Nesse enquadramento, “perder tempo” em Maragogi não é sinal de improdutividade, mas um ato consciente de resistência à lógica que subordina a vida à produtividade.

Dessa forma, o lazer se revela como um ato de reinvenção identitária e resistência cotidiana. Cada gesto — rir alto, sentar-se confortavelmente, vestir-se de determinada forma — é uma declaração de que a identidade dessas mulheres não se restringe à zona de trabalho. Como observa Cascais (2023), o lazer funciona como escape idealizado das normas, permitindo abraçar a identidade própria. No caso das trabalhadoras sexuais, isso significa tensionar códigos patriarcais e morais que regulam seus deslocamentos, transformando o lazer em um espaço de corposcrevência capaz de afirmar sua existência e desafiar as narrativas que buscam aprisioná-las (Ribeiro, 2025).

O lazer é também visto como uma “agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, condutas e valores” e como “tempo e lugar de construção

⁶² A crononormatividade neoliberal é abordada por Florêncio (2022) para descrever uma lógica social e política que valoriza a produção contínua e subordina a vida à produtividade (no caso das trabalhadoras sexuais, o ganho imediato por atendimento). Nesse enquadramento, até o tempo que poderia ser dedicado ao lazer ou ao de não trabalho tende a ser percebido como “tempo perdido”, porque não gera renda. Assim, desafiar essa lógica significa ressignificar o lazer como espaço legítimo de autonomia e recomposição, rompendo com a ideia de que a existência se resume a produzir continuamente.

da cidadania e exercício da liberdade” (Santos; Pimentel, 2018, p. 468). Ao buscar a praia, a participante exerce sua livre escolha, um aspecto central do lazer na perspectiva de Gomes (2023), o que, por si só, é um ato de afirmação em um contexto em que a autonomia pode ser frequentemente cerceada.

A metáfora da “praia como remédio” e “afastamento espiritual” eleva o lazer a um processo de cura e reequilíbrio, com profundos benefícios para a saúde mental e emocional. Santana *et al.* (2024) apontam que atividades de lazer, incluindo o contato com a natureza, podem promover o bem-estar mental. Para os autores, o “cuidado consigo mesma”, por meio do lazer, é importante para valorizar a vida e promover o bem-estar emocional. As atividades lúdicas, em geral, são poderosas ferramentas para promover o bem-estar psicológico, fortalecer a autoestima e os laços comunitários (Santana *et al.*, 2024).

O lazer é frequentemente conceituado como uma “válvula de escape” para aliviar as pressões cotidianas, embora, como Gomes (2023) aponta, essa visão reproduza o *status quo* e ignore a dimensão de necessidade humana. Para mulheres em contextos de estresse e precariedade, contudo, essa função é vital. A vivência do lazer pode ser um “amortecedor imediato das tensões”, proporcionando um “respiro” necessário (Eugenio, 2023).

A busca pela praia para “revitalizar” e como “afastamento espiritual” se alinha com essa necessidade de desconexão e renovação das energias. Mesmo em situações de trabalho sexual, as mulheres desenvolvem trabalho emocional para se adaptar e suportar a situação, buscando neutralizar emoções negativas (França, 2017). O lazer, nesse sentido, pode ser o espaço para processar e aliviar essas cargas emocionais, representando um contraponto à rigidez da vida e do trabalho (Guzzo; Dupas; Alvez, 2025). A capacidade de escolher um lugar específico, como a praia, que reforça a identidade de “carioca”, de estabelecer uma reconexão pessoal é central, pois o lazer, segundo Gomes (2014, p. 144), permite aos sujeitos “se reencontrar consigo mesmo, com o que gosta e deseja”.

Nesse sentido, o lazer pode ser uma forma de “preservação de algumas práticas que as remetem ao seu modo de vida anterior” (Eugenio, 2023, p. 109). Da mesma forma, a praia para a carioca representa um “lar” ou um espaço de familiaridade e conforto. Embora o turismo possa ser caracterizado por deslocamentos e contato com outras culturas, o caso da Entrevistada 7 (28/01/2025) ilustra um deslocamento que visa ao reencontro com uma cultura e um ambiente familiar, que já fazem parte de sua identidade (Gomes, 2025).

Em sua complexidade, o lazer é, conforme Gomes (2023, 2025), contraditório e marcado por peculiaridades históricas, culturais e sociais que expressam singularidades locais. A praia, nesse contexto, é mais do que um destino; é uma extensão da identidade da pessoa, um

lugar em que a “prática toma sentido através da interação dos conhecimentos com a atuação cotidiana” (França, 2017, p. 339). A experiência da participante com a praia como “remédio” e parte de sua identidade “carioca” destaca o lazer como um vetor poderoso para a autonomia e a afirmação identitária, oferecendo pausa, diversão e um espaço de cura, respiro e reconexão com o eu em meio às tensões e estigmas da vida.

Contudo, o lazer não é apenas uma prática a ser conquistada; ele também pode ser um espaço em que outras vulnerabilidades emergem. Ao circular em ambientes públicos ou turísticos, as participantes continuam expostas a olhares e interações que reiteram o estigma. De forma semelhante, a Entrevistada 13 (30/01/2025) afirma: “Sim, já. O mundo é cheio disso, né? A gente já tá acostumada com essas coisas. Tem gente que olha torto, fala mal pelas costas...”. Essas experiências, vividas fora do hotel, mostram que, mesmo no lazer, a liberdade é negociada e o corpo permanece sujeito a códigos morais que atravessam a vida cotidiana.

Assim, o mesmo espaço que proporciona pausa e recomposição pode também expor fragilidades e reafirmar fronteiras simbólicas impostas pelo estigma. Ainda assim, para muitas participantes, essa vulnerabilidade não anula o desejo e o planejamento para vivenciar o lazer como conquista pessoal. É nesse entrelaçamento entre risco e recompensa que surgem estratégias de organização da vida e da renda, voltadas a garantir momentos e lugares que simbolizam liberdade e afastamento do cotidiano de trabalho. A Entrevistada 5 organiza sua vida em torno dessa lógica:

Praia, piscina, estar com minha família, sair pra bons restaurantes. Trabalho duro aqui para poder aproveitar a vida em Maragogi. E, claro, tudo tem a ver com a minha organização financeira. Quando estou bem estruturada, consigo me dar esses luxos (Entrevistada 5, 28/01/2025).

Maragogi funciona como barreira simbólica que permite “esquecer um pouco do trabalho” justamente porque, ali, ela não trabalha; vive com a família e aproveita o lazer. A distância física de Belo Horizonte não é aleatória: é mecanismo de proteção para preservar uma dimensão de si que não é atravessada pelas pressões do trabalho sexual. Assim como a dança, a viagem pode ser fuga e forma de libertação, mesmo que temporária (Ribeiro, 2025). O contraste radical entre o ambiente de trabalho e o destino turístico possibilita a reescrita da narrativa corporal: em Maragogi, ela não precisa performar a identidade de trabalhadora sexual, podendo mover-se, vestir-se e interagir de forma a expressar uma identidade pessoal, livre e sem estigmas.

O lazer, nesse caso, é deslocamento, planejamento, conquista. É o lugar onde se vive o que o hotel não permite e, para trabalhadoras sexuais, é também a ruptura com a territorialidade

imposta pela Guaicurus, espaço que funciona como zona de confinamento simbólico e material. Nesse sentido, o deslocamento para a vivência de experiências de lazer é um “ato de saída”, no sentido de fuga e de ocupação de novos territórios, em que a presença dessas mulheres subverte fronteiras de mobilidade e circulação socialmente impostas.

Essas narrativas se aproximam da compreensão de Gomes (2023) sobre o lazer como uma prática cultural situada, que adquire sentidos construídos na relação com desejos, recursos e contextos específicos, indo além da mera oposição ao tempo de trabalho. Também dialogam com a crítica de Eugenio (2023) à homogeneização das formas de lazer, que tende a privilegiar modelos normativos e de consumo, invisibilizando a legitimidade das experiências populares e autônomas.

Esses relatos evidenciam que o lazer e a recomposição não são efeitos colaterais, mas componentes ativos da resistência cotidiana ao estigma, à exaustão e à precariedade. As experiências de lazer são práticas que sustentam a continuidade da vida, reafirmam a dignidade e, ao mesmo tempo, funcionam como instrumentos de gestão de impressões, sendo aqui aplicados a situações em que as trabalhadoras sexuais se reposicionam publicamente e afirmam pertencimento fora do enquadramento estigmatizante.

A experiência dessas mulheres é moldada por sistemas simultâneos de opressão que não se limitam ao espaço de trabalho. Em momentos de lazer vividos em praias, clubes ou restaurantes, essas dinâmicas se reatualizam: olhares vigilantes, julgamentos velados e constrangimentos explícitos podem operar como barreiras simbólicas, testando constantemente a legitimidade de sua presença nesses ambientes.

Essa dimensão torna-se mais evidente quando as entrevistadas relatam a necessidade de selecionar locais e companhias para evitar situações de desconforto ou exposição. A escolha de espaços de lazer, portanto, não é neutra, mas calculada a partir da leitura de riscos e da busca por ambientes em que possam exercer maior controle sobre a interação social. Essa “curadoria” de lugares e contextos é, ao mesmo tempo, uma estratégia de autopreservação e um gesto de protagonismo, pois reafirma a autonomia dessas mulheres na condução de sua experiência de lazer.

Nesse sentido, é possível afirmar que o lazer pode expor vulnerabilidades que coexistem com o prazer e a recomposição. Como apontam Santana *et al.* (2024), atividades de lazer funcionam como estratégia de fortalecimento da saúde mental e do autocuidado, mas também podem reativar sentimentos de solidão ou deslocamento quando o estigma social se infiltra no ambiente. Nesse sentido, o lazer, para as trabalhadoras sexuais da Guaicurus, não é apenas um

intervalo, mas um campo dinâmico onde são negociadas fronteiras identitárias, segurança e reconhecimento.

Por outro lado, as escolhas específicas de lazer e o modo de se comportar nesses espaços funcionam como estratégias ativas de gestão de impressões (Goffman, 2014). As narrativas revelam um investimento deliberado em performances que comunicam pertencimento e respeitabilidade, como a de uma participante que descreve que o trabalho sexual possibilita “ir pros lugares e comprar coisas que antes não podia [...] fazer o que todo mundo que é de boa intenção faz” (Entrevistada 1, 05/12/2024), ou outra que desfruta de “luxos” como viajar para Maragogi quando está “bem estruturada” financeiramente (Entrevistada 5, 28/01/2025). Essas “fachadas” (Goffman, 2014) são mobilizadas para negociar reconhecimento e desafiar o estigma.

Essa dimensão performática não anula, contudo, a centralidade da vida privada para essas mulheres. A narrativa das participantes revela que o exercício do trabalho sexual não é uma identidade pública em todos os contextos, mas uma atividade situada, delimitada territorialmente e preservada de olhares externos. A Entrevistada 3 (27/01/2025) segue essa lógica: “Lá [no Rio de Janeiro] você também faz programa? Não, lá não.”, estabelecendo fronteiras nítidas entre espaços de trabalho e espaços de moradia.

Mesmo quando os deslocamentos incluem trabalho eventual, como no caso da Entrevistada 1 (05/12/2024) que, ao viajar ao Rio, disse “Se dar, sim (risos) a gente dá um jeito, lógico”, a ênfase recai sobre a experiência de consumo e fruição: “amou” a viagem, “comprou tudo que eu queria, comer e beber à vontade”. Essas falas evidenciam que o lazer não se reduz a uma fuga do trabalho, mas envolve também a negociação contínua de papéis e a proteção de uma esfera íntima, em que a mulher permanece apenas “mulher” — e não a “profissional” — aos olhos dos que com ela convivem em seu entorno social.

Esse jogo entre visibilidade e invisibilidade, entre o “eu público” e o “eu privado”, é fundamental para compreender como essas trabalhadoras constroem autonomia relativa. Trabalhar na Guaicurus e morar em outra cidade — como no caso da Entrevistada 5 (28/01/2025), que afirma: “Quando estou em BH, o foco é o trabalho. Já em Maragogi, é só pra relaxar” — cria uma geografia própria, na qual o território de trabalho é separado do território afetivo e familiar. Essa fragmentação territorial não é apenas logística, mas também simbólica, funcionando como um recurso de preservação subjetiva diante do estigma e como um mecanismo para gerir quando e onde determinadas identidades são apresentadas.

Nesse sentido, o lazer, para as trabalhadoras sexuais da Guaicurus, não se restringe a uma pausa reparadora, mas se configura como campo dinâmico onde se negociam fronteiras

identitárias, formas de circulação social e condições de reconhecimento. Ao ocupar clubes, praias ou restaurantes, essas mulheres não apenas saem do espaço de trabalho, mas atravessam fronteiras simbólicas que tensionam códigos de gênero, raça e classe. Esses espaços, tradicionalmente marcados por prestígio social, tornam-se arenas de disputa em que sua presença afirma pertencimento, mas também é constantemente testada e, por vezes, contestada.

A análise de Crenshaw (2002), retomada por Akotirene (2019), é central para compreender esse processo. A autora denuncia como os enquadramentos sociais frequentemente invisibilizam a pluralidade das violências sofridas pelas mulheres negras. A superinclusão ocorre quando experiências específicas são diluídas em uma categoria genérica de “problema das mulheres”, apagando o racismo; já a subinclusão acontece quando a violência de gênero contra mulheres negras é desconsiderada em agendas antirracistas ou feministas hegemônicas. Essa falta de molduras interpretativas adequadas faz com que, mesmo em momentos de lazer, os corpos das trabalhadoras sexuais sejam lidos a partir de estereótipos que os vinculam ao trabalho ou ao prazer do outro, negando-lhes autonomia e legitimidade.

Esse ponto é reforçado por bell hooks (2019), que critica abordagens que universalizam a experiência feminina e negligenciam as interconexões entre raça, classe e gênero. Para a autora, esse reducionismo produz análises limitadas e soluções “anêmicas”, incapazes de transformar estruturas de poder. No contexto das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, essa crítica ganha forma concreta: a “puta” dos hotéis pode ser também a mulher interpelada nas ruas, alvo de olhares de reprovação ou de insultos explícitos, como relatam as entrevistadas.

Desse modo, é possível interpretar que o lazer, longe de ser apenas pausa, é um espaço em que essas dinâmicas de exclusão se reatualizam, mas também podem ser desafiadas. A circulação por territórios de prestígio social transforma-se em gesto de protagonismo, afirmando que sua identidade não se reduz à ocupação estigmatizada.

Assim, a relação entre trabalho e lazer revela uma chave de leitura segundo a qual o trabalho sexual é simultaneamente meio e obstáculo. Ele viabiliza financeiramente o acesso a bens e experiências de consumo valorizadas, mas também projeta sobre as trabalhadoras códigos morais que limitam sua fruição. Essa ambivalência é constitutiva da experiência relatada: de um lado, a possibilidade de materializar conquistas; de outro, a vigilância social que busca restringir sua legitimidade. A prioridade do trabalho sobre o lazer é uma realidade marcante nas narrativas, mas isso não significa ausência de práticas de recomposição.

6.2 Entre a disponibilidade permanente e as brechas de descanso

As narrativas das trabalhadoras sexuais mostram o lazer, de forma recorrente, como um componente indispensável para sustentar a vida e o trabalho. Ele não aparece nas falas como um luxo ou acessório, mas como parte essencial de uma rotina que precisa contemplar descanso, convivência e cuidado de si. Essas falas podem ser compreendidas como construções partilhadas, nas quais o lazer se configura simultaneamente como prática e como ideia que organiza a vida, emergindo do entrecruzamento de experiências, necessidades e expectativas. Essa construção se intensifica sob pressões econômicas, exigências corporais e estigma (Silva L., 2022), o que revela a inscrição do lazer na economia emocional do trabalho sexual.

Nas conversas, o lazer aparece como um conjunto de atividades que proporcionam relaxamento, bem viver e distração, quase sempre em contraste com a rigidez e as tensões do trabalho. Essa oposição não é absoluta, mas está condicionada por fatores estruturais, como a natureza exigente da atividade, a necessidade financeira, as responsabilidades familiares, a segurança e a própria percepção social da profissão. A centralidade do trabalho no cotidiano é recorrente, e as participantes verbalizam essa prioridade como uma forma de manter coerência entre seus projetos de vida e a realidade econômica que enfrentam, o que também revela como o lazer se organiza a partir das mesmas dinâmicas que estruturam a economia da disposição corporal (Silva; Blanchette, 2017).

A prioridade do trabalho sobre o lazer é uma realidade marcante, como expressa a Entrevistada 2 (05/12/2024): “É muito limitado, pra mim o trabalho é prioridade. Se você estiver de boa você aproveita o lazer, mas, como a gente precisa de dinheiro, tem que trabalhar”. A fala permite inferir que, para algumas, renunciar ao lazer é parte de um cálculo estratégico, e não apenas resultado de falta de tempo. Outras falas corroboram essa hierarquia, como a da Entrevistada 5 (28/01/2025), que coloca “o trabalho em primeiro lugar” e o lazer em “segundo plano”, ou a da Entrevistada 7 (28/01/2025), que lamenta a ruptura com práticas anteriores de lazer. Há, ainda, situações em que o tempo livre se converte em fonte de mal-estar, como relatado pela Entrevistada 11 (29/01/2025): “Parece que aqui, quando estou em casa, fico depressiva, viu?”.

A fala convida à reflexão sobre a ambivalência do lazer doméstico. Eugenio (2023) descreve como, para mulheres em contextos de vulnerabilidade, o lar pode representar um espaço seguro para a recomposição física e mental, permitindo desligar o “modo alerta” imposto pelo espaço público. Essa solitude (estado de estar só) reparadora é buscada como forma de tranquilidade e paz, configurando-se como um lazer possível, na perspectiva de Eugenio (2023),

por favorecer respiro em meio às restrições. No entanto, como alerta Gomes (2023), é preciso notar que o mesmo espaço pode se tornar lugar de isolamento, quando deixa de promover vínculos sociais, ou mesmo reforçar sentimentos de alienação. No caso da Entrevistada 11, o que poderia ser um momento de recolhimento se converte em depressão, mostrando que o mesmo espaço que protege pode, em certas circunstâncias, intensificar vulnerabilidades emocionais, ecoando a alta prevalência de transtornos mentais observada entre essas mulheres. Esses contrastes revelam que o lazer não é homogêneo, para algumas, ele se traduz em silêncio e recolhimento; para outras, em movimento e sociabilidade.

Historicamente, os Estudos do Lazer se apoiaram em uma distinção rígida entre tempo livre e tempo de trabalho, em que o primeiro era visto como espaço liberado das obrigações cotidianas e dedicado a atividades de livre escolha, associadas ao prazer e à ludicidade (Dumazedier, 1979; Marcellino, 1987). A concepção clássica que separa lazer e trabalho como esferas estanques é tensionada no cotidiano das trabalhadoras sexuais, pois a fluidez e a intersecção entre ambos são evidentes, atravessadas pelas demandas da ocupação.

A tensão entre a busca por descanso e as restrições impostas pelo ambiente de trabalho é explicitada pela Entrevistada 12, que, mesmo em dias de folga, precisa permanecer no quarto para não pagar outra diária: “Mas também eu não posso sair da minha porta para fora, só tenho que ficar aqui dentro do quarto. Só vou sair para tomar banho, para ir no banheiro, para comer. Aí eu tenho que ficar só aqui dentro” (Entrevistada 12, 30/01/2025).

Ao aconselhar outras mulheres a “fechar a porta” quando estão cansadas, ela produz uma regra prática, que pode ser lida como uma política do cuidado de si. Essa postura de recusa ao trabalho ininterrupto também tensiona o que Costa, Barbosa e Perinotto (2023) chamam de “agonia do tempo livre”, marcada pela invasão constante do trabalho sobre os espaços de não-trabalho⁶³. No caso das trabalhadoras sexuais, essa captura não é mediada por aplicativos ou sistemas digitais de produtividade, mas por mecanismos cotidianos de disponibilidade permanente. Estar no hotel significa, muitas vezes, que os momentos de recolhimento são atravessados pela expectativa de atender um cliente, pela necessidade de manter-se arrumada e estrategicamente posicionada.

⁶³ A noção de “agonia”, trabalhada por Costa *et al.* (2023), descreve a tensão gerada pela invasão do trabalho sobre o tempo livre. No contexto desta tese, esse conceito ilumina como a lógica produtivista se manifesta na Guaicurus: mesmo sem aplicativos de controle ou formas explícitas de vigilância, as trabalhadoras sexuais vivem sob a pressão da disponibilidade permanente. A “agonia” expressa, portanto, o esforço cotidiano para proteger e reconquistar momentos de lazer em meio à precarização e à autogestão do corpo e da imagem.

Em meio a essas dinâmicas de competitividade e captura do tempo, algumas participantes recorrem ao espaço doméstico como contrapeso. Para a Entrevistada 10 (29/01/2025), o descanso em casa assume um papel central de lazer.

Ficar em casa descansando. É. Porque a gente fica tanto tempo fora da nossa casa que eu aprendi a valorizar a minha casa. Quando eu tô em casa, eu gosto de ficar em casa. Entendi. Não importa, fazendo tarefas, eu amo, descansando, mas eu gosto muito de ficar em casa. Claro que eu dou uma saída de vez em quando, mas meu ato preferido é estar na minha casa (Entrevistada 10, 29/01/2025).

Essa valorização da casa não se confunde com inatividade, mas se relaciona à possibilidade de se reconectar ao que é próprio e não mediado pela função profissional. Gonzalez (1984, 2020) problematiza esse ponto ao tratar da “neurose cultural brasileira”⁶⁴, marcada pela denegação do racismo: enquanto o país se autodeclara uma “democracia racial”, sustenta práticas que naturalizam a exploração do corpo negro. Nesse sentido, quando uma trabalhadora negra identifica o lazer em arrumar a casa ou cumprir afazeres domésticos, essa prática pode ser interpretada tanto como um reflexo da internalização de papéis de servidão historicamente impostos (atualizando a figura da doméstica ou da mulata, como discutido por Gonzalez, 1984, 2020), quanto como um gesto de reafirmação subjetiva. Em contextos de precarização, como observa Barbosa (2018), essa sobreposição de trabalho remunerado e não remunerado restringe o tempo livre, sobretudo das mulheres negras e casadas. Contudo, em consonância com Eugenio (2023) e Bonalume, Tavares e Sampaio (2022), é possível afirmar que até o ato de cuidar da casa pode ser vivido como dignidade e fruição, transformando a obrigação em fonte de descanso, pertencimento, lazer e forma de resistência à lógica produtivista.

Dores (2024) e Ribeiro (2025) reforçam que a sobrecarga originada da sobreposição de trabalho remunerado e não remunerado limita ou impede a vivência plena do lazer, enquanto Eugenio (2023) mostra que, em condições de vulnerabilidade, até o ato de arrumar a cozinha pode ser vivido como dignidade e fruição, reaproximando a mulher do sentimento de satisfação por “ter uma casa” após trajetórias de negação.

Segundo Bonalume, Tavares e Sampaio (2022), embora o trabalho seja o “imperativo maior” na vida dessas mulheres, o lazer não é silenciado: ele aparece no cantar, no encontro, no riso e na sala de visita. Nessas brechas do cotidiano, mesmo em espaços tradicionalmente

⁶⁴ Expressão utilizada por Gonzalez (2020) para designar a contradição entre o mito da democracia racial e a persistência de práticas que naturalizam a exploração e invisibilizam a violência contra a população negra.

associados à obrigação, as mulheres negras ressignificam atividades e ambientes, transformando-os em lugar de descanso e prazer. Essa busca por momentos de fruição representa uma forma de resistência à lógica produtivista, reafirmando a autonomia sobre o tempo e o espaço que, de outra forma, seriam consumidos pelas exigências do trabalho e do cuidado. O ócio, como lembram as autoras, funciona como “microrrevolução” contra os discursos dominantes e contra os “tempos dos relógios”, abrindo frestas para novas histórias e potências.

É nesse ponto que Gonzalez (1984, 2020) nos ajuda a compreender como, mesmo duplamente penalizadas pelo racismo e pelo sexismo que as confinam a papéis de servidão, as mulheres negras exercem poder de ação ao ressignificar culturalmente seus espaços e práticas. A valorização da casa e do cuidado familiar como lócus de lazer é, assim, um ato que subverte a lógica produtivista e reafirma a autonomia sobre seus corpos e tempos, transformando a obrigação em fonte de descanso, pertencimento e lazer.

Essa ambivalência aparece na continuidade do relato da Entrevistada 10: “Essa semana, eu gostaria de estar em casa com ele, porém como eu tenho contas para pagar, eu não posso” (Entrevistada 10, 29/01/2025). Aqui, a casa é também lugar simbólico de ausência sentida, de presença desejada e de autoria sobre o tempo. A família aparece como núcleo estruturante do lazer. A Entrevistada 13 enfatiza: “Eu gosto de estar em casa, cuidando das minhas coisas. Cuidando dos meus filhos. Isso é meu lazer, né? Ficar com eles é o melhor que eu posso fazer” (Entrevistada 13, 30/01/2025).

Esse “lazer caseiro” se opõe a modelos normativos baseados no consumo, mostrando que estar com os filhos, cuidar da casa ou simplesmente descansar são escolhas legítimas e potentes, estando em sintonia com a visão de Gomes (2023) que aborda um lazer que não se restringe a padrões predefinidos (Eugenio, 2023). Nas falas das Entrevistadas 14 e 15, lazer é “cuidar dos filhos”, “fazer churrasco”, “ir ao pagode”, “ficar em casa”. A Entrevistada 2 acrescenta: “Limpo minha casa, vou para academia, fico com meus filhos, brinco de boneca... Eu gosto” (Entrevistada 2, 05/12/2024). Esse prazer do cuidado e da organização rompe a lógica que opõe lazer e obrigação. Nos relatos das Entrevistadas 3, 4, 5, 8 e 9, a família aparece como presença que dá sentido, mesmo quando distante, e a falta de tempo para estar junto se manifesta como dor latente.

A centralidade do lar como espaço de lazer é reforçada por Gomes (2004, 2023), que aponta esse espaço íntimo como o principal espaço de lazer para muitos, especialmente diante das dificuldades de acesso a equipamentos específicos. Essa centralidade se intensificou durante a pandemia, quando a casa se transformou em espaço de lazer mediado pela internet,

por meio de lives, shows e redes sociais. Para as trabalhadoras sexuais da Guaicurus, a casa carrega esse duplo valor: é refúgio contra o desgaste físico e simbólico do hotel, mas também lugar atravessado por afazeres e responsabilidades de cuidado.

Essa centralidade do lar como espaço de lazer, intensificada durante a pandemia, com a mediação da internet, revela a crescente importância da dimensão tecnológica no cotidiano dessas mulheres. A internet e as redes sociais atuam não apenas como extensões do espaço de recomposição e entretenimento, mas também possibilitam a manutenção de vínculos sociais distantes, o acesso a comunidades on-line de apoio e, crucialmente, a gestão estratégica da imagem pessoal e profissional. Como irei explorar na seção adiante, esses recursos digitais permitem às trabalhadoras negociarem visibilidade e subverterem o estigma, configurando o lazer digital como um território híbrido de entretenimento e estratégia.

A liberdade de definir o próprio ritmo aparece como elemento fundamental. A Entrevistada 13 valoriza a autonomia sobre a escala: “Eu venho quando quero. Não fico toda hora aqui não. [...] Não, não. Se eu quero, eu faço. Lazer é meu direito também” (Entrevistada 13, 30/01/2025).

O cuidado, aqui, é chave para compreender o lazer invisibilizado das mulheres, especialmente quando atravessadas por vulnerabilidades econômicas e sociais. Dados mostram que elas dedicam, em média, muito mais horas semanais aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos do que os homens (Dores, 2023). Isso ocorre porque a sociedade naturaliza características como doçura, altruísmo, abnegação, empatia e disponibilidade incessante para cuidar, tratando-as como inerentes às mulheres. Esse processo, como destacam Araújo e Zanello (2024), leva-as a priorizar o bem viver de filhos, parceiros ou familiares — e até de clientes, no trabalho — em detrimento do próprio, sob pena de arriscarem aprovação social e vínculos ao se colocarem no centro de suas escolhas.

A relevância do lazer como direito e prioridade é enfatizada pela Entrevistada 1, que afirma: “Ah, tem que curtir também, né?! A vida não é só trabalhar, é muito importante. [...] Eu viveria mais pelo lazer, lógico!”. Essa perspectiva reforça a compreensão de Gomes (2023) sobre a necessidade humana intrínseca do lazer, que se afasta da visão meramente compensatória ou residual, afirmando-o como um espaço de dignidade e qualidade de vida, mesmo sob restrições do trabalho e demandas econômicas. O planejamento prévio para garantir momentos de lazer também surge como prática concreta. A Entrevistada 4 relata que “às vezes eu já marco algo com antecedência, né? [...] Aí você deixa tudo organizado e saio” (Entrevistada 4, 27/01/2025). Essa antecipação pode ser interpretada como uma maneira de proteger o lazer

de imprevistos e demandas do trabalho, assegurando que ele aconteça. E há quem, como a Entrevistada 7 (28/01/2025), coloque a saúde acima do rendimento imediato:

Essa semana teve um dia que eu não tava legal, minha pressão subiu um pouco, sabe? Não tava muito legal, não. Tava cheio de homem e as meninas em uma gritaria, era início de mês, tinha trabalhado pra caramba um dia antes e na semana tava um calor da porra! Não ia sair pra ficar toda suada, meu quarto tem ar. Aí me deu aquela coisa... quer saber? Cara, não vou trabalhar. Aí fiquei, PORRA, mas tudo bem lá é 170,00 a diária. [...] PORRA, mas vou ter que tirar 170 do meu bolso. “Quer saber? Minha saúde, saúde mental e eu não quero nem saber. Eu tava a fim de ver televisão, aí fiz isso, né? Fiquei naquela coisa para tirar do meu bolso, mas AH, amanhã eu vou recuperar, vai dar um jeito e tal. ... Tirei R\$ 170 no meu bolso.

A fala da Entrevistada 7 evidencia que a autonomia no trabalho sexual é relativa e condicionada pelas regras econômicas que organizam o funcionamento dos hotéis. A possibilidade de “começar a hora que quiser” existe apenas mediante o pagamento antecipado da diária, o que transforma qualquer decisão em um cálculo permanente de risco. O tempo de descanso implica prejuízo direto, e não uma escolha livre de pressões materiais. Nesse contexto, a chamada autonomia assume a forma de uma gestão individualizada da sobrevivência, marcada pela transferência dos custos e dos riscos do trabalho para a própria trabalhadora. Essa dinâmica se aproxima do que Santos (2018) descreve como processos de uberização do trabalho, nos quais o sujeito arca com despesas fixas, absorve a instabilidade e administra o próprio desgaste para manter-se em atividade. Assim, o que aparece como liberdade é produzido por uma lógica capitalista que cobra antecipadamente pelo acesso ao meio de produção e subordina o tempo das mulheres à necessidade constante de pagar para poder trabalhar.

Essas experiências dialogam com o estudo de Nunes, Siqueira e Gonçalves (2019), que apontam que o trabalho, especialmente em sua forma precária e informal, é a principal fonte de subsistência, permitindo o acesso a bens e serviços que, por sua vez, podem ser destinados ao lazer. No entanto, a natureza desse trabalho também impõe severas restrições ao tempo e à qualidade do lazer.

Essas práticas se configuram como uma forma de autonomia relativa⁶⁵, entendida como a possibilidade de criar margens restritas de decisão sobre o próprio tempo de descanso e lazer em um contexto de trabalho marcado pela precariedade (Sampaio, 2023). Trata-se, contudo, de uma autonomia exercida sob condições materiais rigorosas. A decisão de não trabalhar em determinado dia implica, frequentemente, a absorção imediata de prejuízos financeiros, além do risco de comprometimento da subsistência cotidiana. Assim, as escolhas relacionadas ao

⁶⁵ Para Sampaio (2023), a autonomia relativa designa a capacidade de ação e decisão dos sujeitos em contextos de fortes restrições e precarização, reconhecendo margens de escolha mesmo em condições adversas.

descanso não se dão em um horizonte de liberdade plena, mas fazem parte de uma gestão constante da exaustão e da sobrevivência em um regime de trabalho desprovido de garantias e proteção social. A autonomia, nesse contexto, não elimina a precariedade, mas se constitui no interior dela, como forma de administrar limites impostos pelas condições estruturais do trabalho.

A decisão de passar o dia vendo televisão, mesmo implicando um custo financeiro direto de diária e perda de clientes, demonstra a instrumentalidade da tecnologia como ferramenta de autocuidado. O ato de se permitir “ver TV com o ar-condicionado no talo” representa uma escolha consciente de priorizar a saúde mental e o bem viver sobre o lucro imediato, desafiando a crononormatividade neoliberal (Florêncio, 2022), que valoriza a produção contínua. Nesse sentido, a televisão não é apenas um passatempo, mas um “luxo” necessário e uma forma de resistência ativa à lógica da autoexploração, reconfigurando o tempo de inatividade como um investimento crucial na recomposição subjetiva e na dignidade pessoal (Han, 2020).

A Entrevistada 11 (29/01/2025) afirma: “Olha, eu costumo, eu tenho uma folga por semana, né? Sim, eu que me dei essa folga, né?”, apontando que destina esse tempo para lazer. Já a Entrevistada 1 (05/12/2024) descreve uma estratégia de alternância entre trabalho intenso e lazer programado: “Sempre dá porque eu sempre tiro um final de semana para descansar e pra dar rolê. Tipo, esse final de semana eu ralo, no outro eu vou pra praia, no outro saio, vou para o clube, sítio, parque... tudo isso eu gosto. Sim, eu tiro dias de descanso”.

No caso das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, essa “autonomia relativa” se dá em um ambiente sem qualquer direito formal, de maneira que fruir esses momentos de descanso significa arcar com a diária do quarto e perder possíveis clientes habituais. Diferentemente do emprego tradicional, que oferece férias, aposentadoria e jornada limitada por lei (Nunes; Siqueira; Gonçalves, 2019), na Guaicurus, cada pausa representa perda direta de renda, reforçando a vulnerabilidade da escolha (Domingues; Rechia, 2016).

Nesse cenário, o lazer se torna prática de resistência e de preservação subjetiva. A noção de autonomia relativa não elimina a vulnerabilidade, mas permite brechas em que o corpo se reconecta a experiências de prazer e descanso fora da lógica estritamente produtiva. Essas decisões, ainda que cotidianas e aparentemente pequenas, reconfiguram as fronteiras entre trabalho e vida, constituindo práticas de resistência que asseguram a preservação do corpo e da mente em meio à precariedade.

Ademais, o acesso ao lazer e sua gestão estão intrinsecamente ligados à modalidade de trabalho e moradia. Para quem vive nos hotéis, a diária se estende aos dias de folga, garantindo permanência no espaço e relativa segurança, mas restringindo o lazer ao ambiente do próprio

hotel. Para as que moram fora, o lazer tende a ser mais variado, articulado ao convívio com familiares e amigos e a espaços externos, o que amplia as possibilidades e ressignifica a experiência. Essa diferença é central para a compreensão de como o lazer, além de uma prática, também se constitui como recurso simbólico e emocional no enfrentamento das condições de trabalho, seja ao oferecer um espaço de afirmação identitária fora do estigma, seja ao proporcionar a capacidade de gerir o desgaste e manter a resiliência subjetiva.

Logo nas primeiras conversas, a Entrevistada 1 delimita a importância do lazer, afirmando que “a vida não é só trabalhar, é muito importante” (Entrevistada 1, 05/12/2024). Quando diz que viveria “mais pelo lazer, lógico!”, compreende-se que ela não está negando o trabalho, mas recusando que ele seja o único eixo de existência. Essa recusa ganha força quando compara sua postura com a de colegas que se dedicam exclusivamente ao trabalho:

Tem mulher que só quer trabalhar, né?! Várias, não sai nem pra comer, eu já não gosto disso, não, eu gosto de viver a vida e é isso. O dia de amanhã nós não sabe, né?! Eu gosto de viver, eu gosto de sair, curtir, é isso. Porque você vai ralar numa vida dessas, que não é fácil, aí você vai viver pra hotel? Tem graça não. Já não é fácil a vida, e a gente precisa fazer ficar mais divertida. (Entrevistada 1, 05/12/2024).

Ao se recusar a “viver para o hotel”, a participante rompe com a disponibilidade total, introduzindo o lazer como prática da afirmação de que a vida não pode ser inteiramente absorvida pela lógica do trabalho. Se, como observam Costa, Barbosa e Perinotto (2023), o tempo livre está em erosão, aqui se evidencia que, mesmo sob condições de precariedade e ausência de direitos, há esforços conscientes para protegê-lo, ainda que de forma intermitente.

O lazer se aproxima, assim, de um princípio ético de condução da vida. “Viver” é um verbo que exige não se reduzir à dimensão produtiva, especialmente em um trabalho que já impõe alta carga física e emocional. Essa postura carrega um sentido de resistência subjetiva: ao valorizar momentos de alegria, convivência e descontração, a participante desloca o centro da experiência cotidiana para além do hotel, produzindo uma contestação silenciosa à lógica que naturaliza jornadas intermináveis. O lazer, nesse sentido, atua como prática de recomposição e de afirmação de identidades fora do espaço de trabalho.

Na mesma direção, a autonomia na decisão de não trabalhar, embora esteja submetida a regras e confinamento, é narrada pela Entrevistada 12, que descreve sua estratégia para garantir um dia de descanso sem custos adicionais.

Se eu quisesse, se eu falar: “Não, não vou trabalhar hoje”, eu não trabalho. [...] Mas é tipo assim, eu tenho que fazer o seguinte, eu tenho que avisar antes,

falar: “Amanhã eu não vou trabalhar”. Mas também eu não posso sair da minha porta para fora, só tenho que ficar aqui dentro do quarto. Só vou sair para tomar banho, para ir no banheiro, para comer. Aí eu tenho que ficar só aqui dentro. [...] Não posso ficar com a minha porta aberta não. Aí eu também não pago a diária (Entrevistada 12, 30/01/2025).

Mesmo em confinamento, essa decisão é afirmada como um direito de parar, revelando uma micronegociação com o espaço de trabalho para a recuperação do corpo. O descanso, nesse contexto, não é fruto do acaso, mas resultado de um cálculo consciente sobre quando intensificar o trabalho e quando desacelerar para preservar o corpo e aproveitar momentos de prazer. Para as mulheres que residem nos hotéis, como a Entrevistada 3 (27/01/2025) - “Não, só uma diária” - e a Entrevistada 6 (28/01/2025) - “Diária completa” -, manter o quarto implica um custo diário, mesmo em dias de não trabalho. Essa decisão revela uma estratégia de permanência e segurança: garantir um espaço próprio, ainda que isso represente gasto fixo, assegura não apenas o local de atendimento, mas também um ambiente de descanso protegido. Outras, como a Entrevistada 2 (05/12/2024), a Entrevistada 9 (29/01/2025) e a Entrevistada 11 (29/01/2025), que também moram nos hotéis, organizam suas folgas levando em conta a necessidade de preservar esse espaço, integrando descanso e lazer no mesmo ambiente que usam para trabalhar.

Já para aquelas que residem no local, tomando-o como moradia, o descanso assume outra configuração. Alguns hotéis do Complexo de Diversões Guaicurus operam como residência fixa para as trabalhadoras (Santos, 2021), de modo que elas podem, inclusive, incrementar seus quartos com mais conforto e decoração. É essa a situação da Entrevistada 12, por exemplo, que relata que, no dia de folga, não paga a diária de trabalho, mas precisa permanecer dentro do quarto: “Aí eu também não pago a diária” (Entrevistada 12, 30/01/2025). Essa condição transforma o tempo de lazer em algo restrito, limitado pelas paredes do quarto, sugerindo uma política interna do estabelecimento para que o espaço não seja alugado para uso de trabalho naquele período. Para as que residem fora da Guaicurus, como as participantes 1, 4, 13, 14 e 15, a folga significa um retorno ao ambiente doméstico, de forma que o descanso e o lazer se vinculam à vida familiar e comunitária, sem o peso da diária como condicionante. Nesses diferentes arranjos, o lazer é sempre resultado de negociações permanentes entre desejo e necessidade, mediadas por restrições econômicas e pela ausência de garantias trabalhistas (Gomes, 2014, 2023; Nunes; Siqueira; Gonçalves, 2019). Esse cálculo cotidiano envolve considerar não apenas o ganho financeiro imediato, mas também a importância de recompor o corpo e a mente para sustentar o próprio trabalho (Silva L., 2022). No caso das que vivem no

hotel, o pagamento da diária nos dias de descanso funciona como estratégia para garantir segurança e estabilidade mínimas em um ambiente marcado pela rotatividade e pelo risco.

Aqui, é possível estabelecer diálogo com Goffman (2014) que avalia que, mesmo nesses momentos de pausa, existe uma dimensão de gestão de impressões: manter o quarto e permanecer visível no espaço de trabalho, ainda que não atendendo clientes, ajuda a sustentar uma imagem de presença, disponibilidade e pertencimento àquele território, o que pode influenciar oportunidades futuras e relações com colegas e administradores. Já para as que não moram ali, o lazer se desloca para espaços domésticos ou públicos, conectando-se diretamente à vida fora do trabalho e possibilitando outras formas de recomposição, que podem assumir sentidos ligados ao convívio familiar e à vida comunitária (Domingues; Rechia, 2016).

O contraste entre o lugar onde ela está e o lugar onde gostaria de estar também revela as tensões dessa escolha: “Por mim eu estaria no clube, curtindo e bebendo (risos), só que eu tô ralando né? [...] Antes de ser puta eu sempre ia no shopping e no parque, tomar sorvete, sempre gostei dessas coisas” (Entrevistada 1, 05/12/2024).

A expressão “tô ralando” carrega a consciência da dureza da rotina, mas também um certo orgulho por ser capaz de financiar os próprios prazeres. Aqui, o lazer não é apenas um respiro diante das pressões do trabalho, mas também um marcador de autonomia, ainda que condicionado pelo tempo e pela energia que o trabalho exige.

As narrativas das demais participantes reforçam que o lazer não se configura como um luxo eventual, mas como elemento essencial para sustentar a rotina de trabalho e a própria vida. Sua função ultrapassa a ideia de descanso físico, abrangendo recomposição emocional, afirmação de direitos e conquistas materiais viabilizadas pelo trabalho sexual.

Se, para algumas participantes, o lazer se expressa por meio de saídas, encontros e distrações, para outras, ele é redimensionado de forma radical: repousar, dormir e simplesmente estar em paz tornam-se os maiores desejos e a principal forma de recomposição. O sono, nessa perspectiva, não é apenas necessidade biológica, mas também prática de autocuidado, prazer e resistência simbólica ao esgotamento diário, é a forma mais direta de desacelerar um corpo tensionado por exigências físicas e emocionais.

O esgotamento, como pano de fundo, e a valorização do descanso puro são evidenciados quando a Entrevistada 3, ao ser questionada sobre o que faz quando não está trabalhando, responde com uma única palavra: “Dormir” (Entrevistada 3, 27/01/2025). Em outro momento, ela complementa: “Você dorme muito, mas quando não tá trabalhando aqui, você sai? - Quando não tô trabalhando, fico em casa” (Entrevistada 3, 27/01/2025). O fato de “ficar em casa” ser

imediatamente relacionado ao sono mostra o quanto o descanso estrutura o tempo de não trabalho.

Da mesma forma, a Entrevistada 6 afirma: “Olha, meu lazer é dormir, mesmo” e “Dormir é importante” (Entrevistada 6, 28/01/2025). Para a Entrevistada 7, o lazer se define como um estado de tranquilidade: “Dormir, ver televisão, comer, tá em paz. Eu gosto disso, ficar tranquila, sabe?” (Entrevistada 7, 28/01/2025). Essas falas evidenciam o esgotamento como pano de fundo e mostram que, nesse contexto, o ato de parar já adquire valor próprio.

O descanso, como dimensão fundamental do lazer, deixa de ser visto como improdutivo e passa a ser compreendido como uma escolha ativa de preservação e afirmação da própria dignidade.

Descansei o dia inteirinho no meu quarto, tava com uma outra energia, vendo tv com o ar-condicionado no talo. Fiquei bolada por não ganhar dinheiro e ter pago a diária? Não. E sabe o que foi? Porque eu tinha exatamente descansado, foi isso que aconteceu, porque eu descansei, tava com outra energia, outra luz, porque uma coisa que eu aprendi também nesse trabalho, não adianta, cara, você passar. É incrível, os homens é uma coisa incrível, cara. Eles olham para você e sabem, sabe se você tá cansada, se você tá menstruada, se você tá com tesão, cara, é foda. Então, assim, não vale a pena, tá cansada? Não, também, cara, fecha tua porta (Entrevistada 7, 28/01/2025).

O relato da Entrevistada 7 sobre passar o dia inteiro no quarto, “vendo TV com o ar-condicionado no talo” e sem se preocupar com a perda financeira imediata, revela uma escolha consciente de interromper o ritmo de trabalho. Essa decisão, ainda que pontual e precária, afasta-se da lógica produtivista que exige disponibilidade permanente do corpo e se alinha ao que Han (2020) descreve como ruptura com a autoexploração, pois representa uma recusa da ideologia que vincula o valor da pessoa apenas ao que ela produz. Ao “fechar a porta” e se permitir descansar, a participante constrói um tempo próprio, que não é negociado com o cliente ou com o hotel, mas definido por ela, afirmando sua autonomia sobre o ritmo e o uso do corpo. Contudo, é fundamental lembrar que o acesso ao descanso não é universal, sendo condicionado por recortes de classe, raça e gênero (Guzzo; Dupas; Alves, 2025).

Essa postura dialoga com o que é defendido por Hersey (2022), para quem descansar é um ato de resistência que afirma a humanidade e desafia sistemas que historicamente exploram e desumanizam corpos, especialmente os de mulheres, pessoas negras e trabalhadores precarizados. No contexto das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, essa resistência é atravessada por interseccionalidades que tornam o direito ao descanso ainda mais restrito. Como apontam Guzzo, Dupas e Alves (2025), o acesso ao descanso não é universal, sendo

condicionado por recortes de classe, raça e gênero. Muitas trabalhadoras sexuais, especialmente as negras e de baixa renda, carregam não só o peso da necessidade financeira que as empurra para jornadas extenuantes, mas também a marca de estigmas históricos que deslegitimam suas pausas, rotulando-as como “preguiça” ou “falta de comprometimento”.

Nessa perspectiva, descansar não é um privilégio neutro, mas uma conquista política, que desafia múltiplas camadas de opressão. É um gesto que combina autopreservação física e emocional, enfrentamento das estruturas que restringem o lazer e, ao mesmo tempo, reafirmação simbólica de valor e dignidade. No cenário da Guaicurus, essa escolha também se traduz na gestão de como serão percebidas (por clientes, colegas e administradores), articulando descanso e gestão de impressões (Goffman, 2014) como parte de uma estratégia mais ampla de sobrevivência e permanência no trabalho.

A Entrevistada 11 oferece outro exemplo de lazer como recomposição simbólica e intelectual, que amplia repertórios e produz sentido para além do contexto de trabalho:

Escrever e ler são atividades que me ajudam a adquirir sabedoria, é tão gostoso, pra mim é um momento de lazer. Vou escrevendo, gosto de registrar as passagens dos livros que mais me interessam, vou viajando na história, eu acho gostoso ficar imaginando as coisas. Vou adquirindo sabedoria, é tão gostoso, pra mim é um momento de lazer (Entrevistada 11, 29/01/2025).

A leitura aqui é um gesto de crescimento, de pausa e de prazer, uma forma de reorganizar o mundo a partir de si. Nesse caso, o lazer assume contornos de fruição criativa e elaboração intelectual, em que a escrita e a leitura se entrelaçam como formas de prazer e aprendizado. Ao envolver imaginação, registro e reflexão, a prática relatada pela participante rompe com a lógica de lazer como simples pausa para descanso, alinhando-se à concepção de Gomes (2023) sobre o lazer como uma prática cultural situada, marcada pela criatividade e pela possibilidade de ampliar horizontes pessoais. A “alquimia do lazer” proposta pela autora se manifesta aqui na capacidade de transformar o ato de ler e escrever em um espaço de expansão subjetiva, no qual o prazer estético e o desenvolvimento crítico se articulam. Assim, o lazer não se apresenta apenas como interrupção das demandas do trabalho, mas como um território fértil para produzir novos sentidos e modos de estar no mundo.

O lazer, como deslocamento territorial, simbolizando pausa e ruptura com a rotina estressante, é vividamente narrado pela Entrevistada 5, que reside em Maragogi, litoral norte do estado de Alagoas, e se desloca para trabalhar em Belo Horizonte (MG):

Maragogi é o lugar onde consigo realmente relaxar, sabe? Lá eu posso esquecer um pouco do trabalho, aproveitar as coisas boas da vida. [...] É como

se eu tivesse outra vida lá, um refúgio. Lá, posso aproveitar a natureza e ficar com minha família, sem esse estresse todo (Entrevistada 5, 28/01/2025).

Sua fala ressoa com a formulação clássica do lazer como tempo liberado das obrigações, uma dimensão que Gomes (2023) discute, e com a ideia de uma separação simbólica entre o tempo/espço do trabalho e o da fruição. A escolha por Maragogi como lugar de recomposição indica não apenas uma valorização da pausa, mas também uma concepção estratégica do lazer que exige deslocamento, tempo e organização econômica. No entanto, o que essa experiência revela é mais do que uma adesão ao modelo tradicional do turismo como consumo: há aqui uma inversão da lógica dominante. Para ela, é o trabalho que se desloca até a precariedade urbana, enquanto o descanso permanece vinculado ao território de origem, reconstruído como refúgio.

Esse tipo de mobilidade, longe de se confundir com o turismo das classes médias, exige constante organização financeira e disponibilidade física para circular entre extremos geográficos, algo que Bonalume *et al.* (2023) e Gomes (2025) reconhecem como uma barreira concreta para a fruição do lazer em contextos populares. Como destaca Gomes (2025), pessoas em situação de informalidade no trabalho e precarização estão frequentemente excluídas do direito ao turismo, conforme revelam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. A fala da participante, ao contrário, mostra uma apropriação possível e tática desse direito, pois o lazer em “outros lugares” (Gomes, 2025) é conquistado não como exceção, mas como princípio de reorganização subjetiva e econômica da própria vida.

Em síntese, a experiência das trabalhadoras sexuais da Guaicurus revela que o lazer, longe de ser um espaço residual, é uma conquista cotidiana, tendo em vista a ausência de direitos formais e a instabilidade do trabalho. Ao se concederem folgas, planejarem atividades ou simplesmente permanecerem em casa, elas produzem sentidos que ressignificam o tempo e o corpo, estabelecendo brechas de dignidade e recomposição. Essas práticas, ainda que frágeis e permeadas pela vulnerabilidade, afirmam o lazer como dimensão vital da vida, mesmo em contextos de precarização extrema.

6.3 O lazer no microcotidiano

Ao longo das entrevistas, um aspecto que se destacou foi a forma como o lazer se infiltra no cotidiano das trabalhadoras sexuais dentro dos hotéis do Complexo de Diversões Guaicurus. Esses momentos não aparecem de forma grandiosa, mas como fragmentos, brechas que

ressignificam a rotina de trabalho. Essas brechas são compreendidas não como simples intervalos ou pausas, mas como produções subjetivas, que emergem da relação entre a trabalhadora sexual e o contexto, constituindo-se como espaços simbólicos de resistência nos hotéis de sexo, seja na sociabilidade com colegas, nos rituais de autocuidado ou no uso estratégico de tecnologias como celulares e *streaming* para preencher os tempos de espera e gerir o desgaste.

Durante a realização da entrevista com a participante 1, foi possível observar um momento que combinava elementos de trabalho e lazer. A entrevista foi realizada no Shopping Uai, em um dia de calor intenso e, no caderno de campo, registrei que “nesse dia estava fazendo muito calor na cidade e a entrevista foi realizada no Shopping Uai. A entrevistada estava no horário de almoço, tomando cerveja em um copo de 700ml com canudo, enquanto aguardava o atendimento com o psicólogo do projeto da Aprosmig”. Esse registro revela a forma como o lazer se dá em simultaneidade com a espera pelo atendimento e pela entrevista em si que, no caso, aconteceu de forma espontânea (sem agendamento prévio).

Essa sobreposição entre lazer, trabalho e consumo é expressa pela própria entrevistada, ao afirmar: “eu ralo no hotel, eu bebo, eu saio, volto, ralo de novo” (Entrevistada 1, 05/12/2024). A sequência evidencia certa fluidez e intersecção, mostrando que o lazer - beber, sair, conversar - ocorre dentro do mesmo espaço e sob a mesma lógica que rege o trabalho. Segundo Mariano, Ferreira e Tavares (2024), esses momentos de aparente descontração não podem ser reduzidos a práticas triviais, pois constituem zonas de invenção e de recomposição subjetiva no interior de contextos de precariedade.

A dualidade do hotel como espaço de trabalho e de possível diversão é revelada quando uma participante descreve que ali é possível “fazer o que quiser” e “curtir”, desde que se pague a diária:

Você considera algum momento dentro dos hotéis de sexo como lazer (distração, divertimento, recreação)? Sim. [Quais?] Às vezes a gente fica zoando, conversando, bebendo, curtindo. Como você aproveita esses momentos? Lá você pode fazer o que quiser, você pagando a diária... no hotel que trabalho tem bar, posso ir tranquilo, hotel é assim... você pagando a diária você faz o que você quer (Entrevistada 1, 05/12/2024).

Essa fala revela a face perversa da inseparabilidade entre lazer e trabalho na Guaicurus. A “liberdade” de vivenciar o lazer no bar do hotel está condicionada ao pagamento da diária. O lazer, aqui, não é um direito desvinculado da produção; ele é comprado. A inseparabilidade se dá porque o espaço de fruição é o mesmo da exploração, e o direito de “fazer o que quiser” só

existe enquanto a trabalhadora se mantém como cliente do próprio local de trabalho, reafirmando a lógica de que, nesse território, até o descanso é uma mercadoria.

O que está em jogo aqui não é apenas a possibilidade de usufruir momentos de riso, bebida e convivência, mas o fato de que até esses gestos de descontração dependem de uma relação econômica. O lazer aparece atravessado por uma contradição: ele se dá dentro de um espaço que explora o corpo, mas sua realização só é viável mediante pagamento. Nesse sentido, o direito de “curtir” é subsumido à lógica do consumo, convertendo-se em mercadoria. Como observa Isayama (2023), o lazer, na contemporaneidade, tende a ser organizado em torno da lógica do consumo, o que significa que até os intervalos de respiro são capturados por essa engrenagem. Jubert e Leitão (2023) acrescentam que, mesmo quando tais espaços de descontração estão disponíveis nos próprios ambientes de trabalho, permanecem submetidos às exigências da produtividade e da economia de mercado.

Outra participante mostra um contraponto. Ao ser questionada, ela reconhece a existência de um bar no hotel, mas se recusa a utilizá-lo como espaço de lazer: “Aqui no hotel tem bar, mas eu não gosto. Não sou de socializar, elas lá e eu no meu quarto” (Entrevistada 2, 05/12/2024). Nesse relato, emerge uma subjetividade marcada pelo isolamento. O lazer não se realiza, mas a negativa também é significativa, pois ela constrói para si um espaço de proteção ao se fechar no quarto, recusando a sociabilidade que poderia gerar conflitos ou desgastes.

A Entrevistada 10 descreve algo semelhante, conjugando atividade física logo cedo e início imediato do expediente, o que explicita o entrelaçamento entre cuidado de si e trabalho. A prática de atividade física antes do expediente, como no caso Entrevistada 10, que “acorda às 5 horas e vai para a academia” e “abre a porta para trabalhar, sem tomar banho”, demonstra esse cruzamento entre autocuidado e trabalho. Essa dedicação à saúde ressalta a importância do lazer como uma prática de recomposição e de afirmação de que o corpo não se esgota na função produtiva, em sintonia com a compreensão de Gomes (2023) sobre a necessidade humana intrínseca do lazer, que se afasta da visão meramente compensatória ou residual. Mesmo quando o tempo é escasso, práticas corporais aparecem como forma de recompor e de afirmar que o corpo não se esgota na função produtiva.

A atividade física compõe esse cuidado, de maneira explícita, em mais de um relato. A Entrevistada 7 organiza o dia a partir da academia, reafirmando prioridade para a saúde e marcando um “antes” de começar a atender, o que pode ser entendido como produção de um humor mais viável para o trabalho. Ela inicia o dia com “academia” e “café” antes de “começar a trabalhar”, demonstrando uma gestão consciente do corpo e do humor para o trabalho (Entrevistada 7, 28/01/2025).

No mesmo movimento, ela observa possibilidades concretas dentro ou ao redor do hotel para seguir com esse hábito, o que reconfigura o espaço de trabalho como lugar em que alguma forma de lazer como cuidado pode existir: “Lá no hotel tem um espaçozinho lá que dá para você fazer uns exercícios. E tem uma academia ali também que a gente pode malhar por um preço simbólico, é muito bom.” (Entrevistada 7, 28/01/2025). A materialidade do espaço, quando oferece recursos mínimos, favorece a produção de leveza e de disposição, mesmo quando se sabe que o resto do dia será pesado.

A persistência em praticar atividades físicas e de cuidado pessoal, apesar da rotina exaustiva, ressalta a importância do corpo como lugar de libertação (Guzzo; Dupas; Alves, 2025). O lazer, nesse sentido, é visto como um “campo de disputas, de negação e de afirmação de interesses e necessidades” (Gomes, 2004, p. 132), onde o indivíduo busca “expressar-se por intermédio da habilidade existente e nada mais” (Gomes, 2004, p. 44). Isso permite que a Entrevistada 10, que vai para a academia bem cedo, afirme seu desejo de viver e de cuidar de si, estabelecendo brechas de autonomia dentro de um cotidiano dominado pelo trabalho. Como lembra bell hooks (2019), o corpo das mulheres foi historicamente negado como território de prazer e cuidado, o que torna ainda mais significativo quando elas insistem em priorizar sua saúde em contextos de exploração. Além disso, como observam Silva *et al.* (2023), as condições materiais e os recursos disponíveis influenciam diretamente as formas de viver o lazer, revelando desigualdades na experiência do cuidado.

Nesse sentido, mesmo pequenos rituais, como frequentar uma academia de preço simbólico ou improvisar exercícios no espaço do hotel, podem ser entendidos como estratégias de enfrentamento do sofrimento cotidiano (Campos *et al.*, 2024). Mas o lazer não aparece apenas nos gestos individuais; ele também se manifesta em experiências de sociabilidade, como nas festas, que carregam tanto potência de encontro quanto tensões.

A convivência que emerge nesses momentos, marcada por gestos de cuidado, apoio mútuo e organização da rotina entre as mulheres, dialoga com o que Collins (2019) descreve como redes extensivas de cuidado. Segundo a autora, essas redes surgiram historicamente quando as famílias negras foram desestruturadas pela escravização, levando mulheres a construir formas cooperativas de sobrevivência que extrapolavam os laços sanguíneos. Práticas como dividir tarefas, oferecer orientação, ajudar na arrumação, compartilhar insumos e criar espaços de descanso e conversa atualizam esse modelo das “mães de criação da comunidade” (Collins, 2019, p. 318), de acordo com o qual o cuidado é distribuído e coletivizado.

No cotidiano da Guaicurus, essas formas de apoio aparecem quando mulheres mais velhas acolhem as mais novas, quando colegas organizam momentos de sociabilidade ou quando figuras como a Colaboradora 2 distribuem insumos e orientações. Esses vínculos configuram o lazer como espaço de proteção mútua e sustentação emocional, articulando cuidado e sobrevivência coletiva em um território marcado pela vulnerabilidade.

A ambivalência inerente a essas sociabilidades é ilustrada pela Entrevistada 7, que, ao mencionar as “festinhas”, rapidamente desloca o foco para a fragilidade dos vínculos e a desconfiança entre colegas:

Engraçado que a gente acaba se envolvendo em algumas situações, tipo, quando tem uma festinha, por exemplo. [...] Elas se apoiam, sim, mas elas têm uma visão muito diferente. Elas foram educadas assim, a não confiar em ninguém, a dar rasteira, sabe? “O mundo é dos espertos”, elas aprendem que dinheiro é tudo. Elas tiveram uma visão diferente de tudo. Elas são o que aprenderam, o que viram. E são coisas nas quais eu não acredito. Não é o que me ensinaram, não é o que eu vivi. Então, é isso... elas podem ser sua melhor amiga, te ajudar quando você passa mal, enfim, mas, no fundo, são pessoas que... não dá pra confiar 100%. Ninguém pode confiar 100% em ninguém. Somos humanos, temos nossas qualidades e defeitos, né? É, mas ali é diferente. Elas não são como as minhas amigas mesmo, fora dali desse contexto (Entrevistada 7, 28/01/2025).

A fala da entrevistada não deve ser lida como expressão de um traço pessoal ou de uma suposta “rivalidade feminina”. O que emerge dessas narrativas é o efeito de condições estruturais que organizam o cotidiano do trabalho sexual, marcado por estigma, disputa por clientela, fiscalização informal e instabilidade econômica. Em um contexto no qual a sobrevivência depende da captação diária de clientes e da gestão permanente de riscos, a desconfiança opera como uma tecnologia de defesa imposta pela lógica do mercado. Trata-se de uma sociabilidade atravessada pela concorrência individualizada, que fragmenta vínculos de solidariedade e produz tensões que não se relacionam necessariamente às características das mulheres, mas se configuram como resultado das pressões que moldam o campo.

A fala evidencia que, mesmo em espaços socialmente associados ao prazer e à leveza, emergem fragilidades nos vínculos e percepção de sofrimento psíquico entre as colegas. Essa transição revela como, no contexto da Guaicurus, momentos de lazer convivem com rivalidade e suspeita, o que torna tênue a linha entre sociabilidade e conflito. Bonalume, Tavares e Sampaio (2022) já haviam observado algo semelhante em outros contextos de lazer, como nos salões de dança, em que a convivência pode envolver tanto redes de amizade quanto episódios de agressão física, mostrando que os espaços de lazer não estão livres de tensões.

De forma próxima, na realidade das trabalhadoras sexuais, a Aprosmig promove festas, encontros e atividades coletivas que articulam lazer, apoio em saúde e atendimento psicológico. Essas iniciativas revelam que, apesar da vulnerabilidade social à qual estão expostas, a convivência permeada por rivalidades e superações pode se transformar em oportunidade de construção coletiva. Ao participar desses encontros, mulheres que geralmente são posicionadas de forma individualizada no mercado sexual podem experimentar a vivência da coletividade, deslocando a prática do lazer de um plano individual para um campo de reconhecimento mútuo e resistência compartilhada.

Essas mulheres também constroem brechas quando rompem a clausura do quarto para a realização de tarefas pessoais, o que transforma saídas rápidas em pequenas experiências de independência. A Entrevistada 1 exemplifica esse deslocamento, que combina cuidado da saúde e consumo cotidiano, sempre com uma colega, o que adiciona dimensão relacional à brecha: “Agora mesmo, com a minha colega, nós estamos dando volta eu e ela... ah tem que na psicóloga ali, ah tem que comprar umas roupas ali, aí nós vamos, não vivo só de hotel não” (Entrevistada 1, 05/12/2024). Um circuito de rua, que não se configura como passeio turístico ou de longa duração, emerge como uma maneira de “bater perna” fora do trabalho, recompor-se e voltar.

A dicotomia rígida entre trabalho e lazer, como já discutido por Gomes (2004, 2023), não se sustenta no cotidiano. A fala da Entrevistada 1 mostra isso de forma prática: atividades como ir à psicóloga ou comprar roupas, que poderiam ser vistas apenas como obrigações, transformam-se em momentos de respiro e interação social, adquirindo conotação de lazer. Nesse sentido, o lazer emerge não como uma esfera separada, mas como parte das práticas diárias que articulam cuidado, sociabilidade e pequenas brechas de independência.

As trabalhadoras sexuais constantemente articulam a esfera profissional e a privada, buscando boas conexões que intersectam atividade econômica e intimidade (França, 2017). As sociabilidades se estendem ainda a momentos banais, mas valorizados. A Entrevistada 4 observa: “Tem momentos divertidos aqui no hotel, quando tô com minhas amigas. A gente fica conversando da vida, de tudo. É bom. Ah, a gente chega junto, toma café junto, às vezes fica conversando no quarto. Saímos juntas” (Entrevistada 4, 27/01/2025). Nesse relato, o lazer aparece nas pequenas práticas cotidianas (tomar café, conversar, sair) que, dentro do ambiente de trabalho, adquirem valor simbólico de leveza. Como destaca Eugenio (2023), a sociabilidade é uma dimensão intrínseca do lazer e um fator de bem viver, mesmo quando se manifesta sob práticas simples e não institucionalizadas.

Há falas que reforçam um aspecto de cumplicidade intensa. A Entrevistada 8 descreve: “A mesma coisa que nós ficamos junto praticamente toda hora, né, amiga? Igual chaveirinho, é a mesma coisa. Chaveiro e chave. Chave e cadeado” (Entrevistada 8, 29/01/2025). A metáfora do chaveiro expressa proximidade, quase fusão entre as colegas, mas também pode indicar uma dependência forjada pelas condições do espaço, uma amizade que nasce menos de escolha e mais de necessidade.

Essas práticas não são exclusivas do universo do trabalho sexual. Jubert e Leitão (2024), por exemplo, observam que, na chamada “sociedade de desempenho”, a dissolução das fronteiras entre o trabalho e a intimidade é uma característica central do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, a inserção de elementos de lazer em ambientes laborais se torna uma forma sutil de apropriação do tempo do trabalhador. Essa lógica se manifesta de forma aguda em outros contextos de trabalho feminizado, como no trabalho de cuidado ou doméstico. No caso das trabalhadoras da Guaicurus, essa interpenetração das esferas se expressa de modo particular: as conversas, as refeições partilhadas, a música ou mesmo a festa dentro do hotel são formas de lazer que se constroem no tempo/espaço do trabalho.

Conforme Oliveira (2023) observa, mulheres trabalhadoras sexuais frequentemente articulam as esferas profissional e privada, criando redes de convivência que entrelaçam atividade econômica e intimidade. No caso das trabalhadoras da Guaicurus, as conversas, as refeições partilhadas, a música ou mesmo a festa dentro do hotel são formas de lazer que se constroem no interior do trabalho. Lobato e Bahia (2021) lembram que conversas, muitas vezes estigmatizadas como “fofoca” ou sinal de “tempo ocioso”⁶⁶, podem ser um dos poucos espaços em que mulheres falam e são ouvidas, ganhando valor como práticas de lazer e sociabilidade. Nesse sentido, práticas desvalorizadas socialmente se transformam em experiências de recomposição subjetiva.

O humor também se volta para os clientes, criando uma forma de inversão temporária da hierarquia do espaço. Como narra a Entrevistada 9: “Ficamos no corredor conversando e zutando os clientes” (Entrevistada 9, 29/01/2025). Essa zombaria, aparentemente simples, é uma forma de lazer que suspende, por instantes, a lógica da submissão ao desejo do cliente, convertendo-os em objeto de riso.

⁶⁶ A associação entre conversas informais e “fofoca” ou “tempo ocioso” carrega uma desvalorização histórica do tempo das mulheres, vinculando-o à improdutividade em uma lógica patriarcal. Como lembram Lobato e Bahia (2021), essa visão ignora que tais práticas funcionam como espaços de fala e de escuta, muitas vezes um dos poucos disponíveis para mulheres em contextos de forte controle social.

A mesma inversão aparece, de forma ainda mais explícita, quando a Entrevistada 14 afirma: “Sim, quase toda hora tem lazer. Quando um cliente não paga, a gente esconde a roupa, joga ele pelado no corredor, bate nele. O que tem de cara folgado... esse é um momento divertido, a gente se junta (risos)” (Entrevistada 14, 30/01/2025). Aqui, o que poderia ser apenas conflito se transforma em experiência coletiva de diversão. Colocar “o cara para correr” vira prática de lazer, no sentido de rir juntas, de experimentar uma força coletiva diante de um ato de injustiça.

Algumas falas mostram o papel da amizade. A Entrevistada 6 afirma: “Até que tenho colegas, algumas meninas boas, nós almoçamos juntas, conversamos...” (Entrevistada 6, 28/01/2025). O simples ato de comer junto, compartilhar a refeição no meio da jornada, carrega um sentido de lazer, não como atividade excepcional, mas como prática relacional que suaviza o cotidiano.

De forma similar, a Entrevistada 5 destaca a rede que se forma ao redor da associação: “Muito pouco, tenho mais com as meninas da associação, mas aqui sou amiga do pessoal da gerência e segurança. A gente costuma conversar, brincar, sair às vezes” (Entrevistada 5, 28/01/2025). A participante revela que prefere a companhia da gerência e da segurança em vez das colegas, descrevendo-as como “meio tiradas, se acham as donas do mundo”. Nesse relato, o lazer aparece associado ao apoio proporcionado pela Aprosmig, mas também se mistura com a presença de outros trabalhadores do hotel, como gerentes e seguranças, que são homens.

Essa interação aponta para uma dimensão ambivalente: por um lado, a associação é vista como um espaço de confiança e pertencimento, algo como um “lar”, um “refúgio”, um “espaço seguro”, onde se encontra descanso físico e mental (Eugenio, 2023); por outro, a proximidade com homens em cargos de gerência e vigilância mostra que as redes de sociabilidade e lazer também se constroem a partir das estruturas de poder que moldam a dinâmica dos hotéis. Essa dualidade evidencia que, mesmo quando é vivido como apoio e proteção, o lazer não se desvincula totalmente das hierarquias presentes no cotidiano das mulheres na Guaicurus.

Então, nesse hotel, eu tenho amizades assim de coleguismo mesmo, né? Não é amiga, porque é muito difícil fazer uma amizade mesmo. Eu entendi isso, né? No início até rola, mas depois eu entendi que no nosso meio é difícil, é muito difícil (Entrevistada 7, 28/01/2025).

O relato revela que as sociabilidades estabelecidas não estão livres de tensões. A própria Entrevistada 8 reconhece:

Mas seria de rivalidade? Não, o caso não é rivalidade, o caso é atitudes que a pessoa anda tomando que não tá certo, entendeu? Que ela tem que entender que não é só ela que trabalha aqui. Então, tem que respeitar as meninas, porque isso aqui é um ambiente de trabalho, não é brincadeira. A gente não tá aqui brincando. Entendeu? Tem os momentos de lazer entre a gente, mas não pode confundir as coisas, as meninas têm que entender isso (Entrevistada 8, 29/01/2025).

O depoimento mostra como o lazer e a rivalidade se entrecruzam: há espaço para brincar, conversar e rir, mas as fronteiras do trabalho não desaparecem, e as tensões emergem justamente quando se percebe que os limites de respeito entre colegas são rompidos.

A observação da entrevistada reforça que as tensões entre colegas não decorrem de antagonismos pessoais ou de um padrão atribuído às mulheres, mas de atitudes situadas, que respondem às demandas imediatas do trabalho, às regras internas dos hotéis e às condições de precariedade. O que se nomeia como “atitudes” está diretamente ligado às pressões externas que estruturam o campo, e não a rivalidades naturais. Esse entendimento desloca a análise para o nível das relações sociais e das condições de vida, evitando explicações individualizantes ou moralizantes.

Por fim, a Entrevistada 13 sintetiza essa ambivalência, ao afirmar: “Aqui a gente acaba fazendo amizade, sim. Nem sempre é só trabalho. Tem aquela amizade de quem entende o que a outra vive” (Entrevistada 13, 30/01/2025). Esse “entender o que a outra vive” traduz uma experiência compartilhada que não é idêntica à amizade fora do hotel, mas que cria um laço singular, mostrando que mulheres que vivem a mesma condição produzem uma forma própria de lazer e de solidariedade.

Assim, esses relatos mostram que os momentos de lazer dentro dos hotéis não se reduzem a descanso ou distração. Eles funcionam como zonas de convivência atravessadas por rivalidades, alianças, práticas de humor e redes de apoio. A partir deles, mulheres geralmente tratadas como sujeitas isoladas no mercado do sexo podem experimentar uma vivência como sujeitas coletivas. Bonalume, Tavares e Sampaio (2022) ressaltam que pode haver tensões em espaços de convívio e lazer, entretanto, eles também podem se configurar como espaços de fortalecimento coletivo, em que redes de convivência e laços de amizade se mantêm e se reinventam. Santos e Pimentel (2018) reforçam esse entendimento ao conceberem o lazer como agência educativa, capaz de colaborar para a construção de normas, condutas e valores, além de ser tempo e lugar de exercício da cidadania.

No interior do hotel, a organização do ambiente funciona como técnica de recomposição. A Entrevistada 7 sintetiza essa prática ao afirmar um gesto aparentemente trivial,

mas com grande efeito: “Eu mesma limpo meu quarto” (Entrevistada 7, 28/01/2025). A Entrevistada 5 reforça que esse preparo inclui a escolha de roupa, gesto que organiza o corpo e antecipa o dia: “Limpo o quarto, organizo tudo, não que eu ache bom, mas me relaxa, sabe?! Às vezes é bom pra desestressar. Escolho a roupa que vou usar no dia. Me sinto linda e começo” (Entrevistada 5, 28/01/2025).

Essas microações, embora vinculadas a tarefas utilitárias, são ressignificadas como técnicas de si que fabricam bem viver e controle, reordenando simbolicamente um ambiente ruidoso e pouco confortável. Nesse contexto, emerge a noção de um lazer possível (Eugenio, 2023), de modo que práticas como a limpeza do quarto e a escolha da roupa, que se situam no limite entre obrigação e prazer, adquirem um valor subjetivo de recomposição. Essa ambivalência não romantiza a precariedade, mas revela a engenhosidade das mulheres em produzir sentido e dignidade no cotidiano, transformando o que é imposto em estratégias de autopreservação e afirmando o direito ao lazer em condições de escassez de alternativas.

Para Álvarez, Leon e Panuncio (2021), em contextos de controle externo, a possibilidade de organizar e personalizar o próprio espaço e corpo constitui um ato de agência e gera sentimentos de prazer, disfrute e entusiasmo. Os rituais de limpeza, banho e organização pessoal descritos pelas entrevistadas ilustram a necessidade humana de autocuidado como uma forma de lazer. Longe de serem meras tarefas utilitárias, eles são atos de autoafirmação e recomposição subjetiva, que transformam o ambiente e o corpo em espaços de bem viver e controle. Nessa alquimia cotidiana, o lazer se realiza como escolha estética e simbólica, reafirmando dignidade e autonomia em meio às adversidades do cotidiano (Gomes, 2023).

As imposições de aparência e seus efeitos sobre o humor e o descanso aparecem de forma diversa, revelando escolhas que recusam um padrão único e apontam critérios de conforto e autopercepção. Essas escolhas estéticas são ilustradas pela Entrevistada 14, que descreve sua rotina de iniciar o dia “bem arrumada”, embora esse cuidado com a aparência seja flexibilizado ao longo do tempo:

Já venho com banho tomado e cabelo preso. Aqui, solto o cabelo, passo um batom, um rímel e pronto. No começo do dia, gosto de estar bem arrumada, mas com o tempo vou deixando para lá. Tem menina que nem liga para isso, mas eu gosto de me sentir bem (Entrevistada 14, 30/01/2025).

Outras falas mostram diferentes modos de organizar esse cuidado. A Entrevistada 3 vincula a lingerie e a maquiagem a uma prática cotidiana e obrigatória — “todo dia” —, enquanto a Entrevistada 4 afirma: “me visto como eu sou, do jeito que eu me sinto bem”. Algumas priorizam apenas o básico, como a Entrevistada 11, que se refere a “maquiagem bem

fraquinha, bem leve”, e a Entrevistada 6, que prefere “fazer o cabelo e usar o básico de maquiagem”. Já a Entrevistada 10 recusa o uso diário de maquiagem, valorizando a naturalidade do rosto.

Essas escolhas, embora distintas, partilham um mesmo sentido: produzir condições mínimas de bem viver, que atravessam tanto o humor no trabalho quanto a possibilidade de viver pequenos momentos de lazer e leveza, que se contrastam com as exigências do cotidiano.

A estética própria se ancora no que cada uma reconhece em si como suficiente para se sentir bem, sem submissão linear ao olhar do cliente. Entretanto, a fala da Entrevistada 7 tensiona esse quadro ao expressar incômodo ao chegar na Guaicurus e perceber um padrão que ela classificou como “desleixado”: “Meu Deus, eu nem sabia que os homens pagavam assim, pra esse tipo de mulher” (Entrevistada 7, 28/01/2025). Ela faz questão de afirmar que não quer ser “escrota”, o que sugere um cuidado em não reforçar estigmas sobre as colegas, ao mesmo tempo em que seu posicionamento pode ser interpretado como uma percepção de padrões estéticos distintos na apresentação pessoal. Essa tensão entre essa observação de padrões e a autopreservação evidencia a complexidade de seu posicionamento subjetivo, oscilando entre a avaliação estética e a solidariedade.

Curiosamente, a mesma participante narra experiências de convivência marcadas por prazer e socialização, em que o cuidado com a aparência se transforma em momento de lazer coletivo:

Ajudei e ajudo muitas meninas aqui, às vezes não sabe passar nem um batom, a gente se diverte às vezes sem nada para fazer, a gente fica vendo revistinha da Avon e quando chegam os produtos a gente vai experimentando. Quando tem menina bacana, é legal esse momento, a gente curte à beça. Porque eu sou a mais velha entre elas, as novinhas, tudo relaxada (Entrevistada 7, 28/01/2025).

A prática aparentemente banal de folhear revistas e testar batons transforma-se em ocasião de “curtir”, resignificando o ambiente de trabalho. Nesse ponto, a experiência estética extrapola a preparação para o cliente e se constitui como brecha de lazer partilhado, em que o corpo é vivido para além da função produtiva. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que a maquiagem, além da dimensão lúdica, também se configura como instrumento de trabalho, fazendo parte da imagem profissional. Assim como em outras profissões em que a apresentação pessoal integra o desempenho (como no caso de uma vendedora ou gerente de loja de cosméticos), aqui ela cumpre dupla função: lazer e obrigação, fruição e ferramenta de trabalho.

Essa sobreposição reforça a natureza interconectada de trabalho e lazer, que se entrelaçam profundamente no cotidiano da Guaicurus, sem se configurarem como esferas estanques.

Nesse sentido, o relato da Entrevistada 7 é revelador porque introduz a questão geracional no trabalho sexual. A mesma entrevistada afirma: “aqui os meninos só gostam das mais velhas, as novinhas ficam para trás. É, cara, se eu tiver pelada na porta lota. E realmente eles gostam mesmo das mais velhas até. Nossa, tem que ver os novinhos aqui” (Entrevistada 7, 28/01/2025). Esse relato tensiona a expectativa social que valoriza a juventude como capital central do trabalho sexual, mostrando como, em certos contextos, a maturidade é convertida em vantagem. A inversão aqui observada pode ser interpretada como uma forma de desestabilizar padrões estéticos dominantes, apesar de estar restrita ao espaço do hotel.

Essa valorização das mais velhas também dialoga com a figura da mãe preta, analisada por Gonzalez (1984), que aponta como mulheres negras maduras são frequentemente associadas ao cuidado, à força e à estabilidade. Embora aqui o reconhecimento apareça como preferência dos clientes, ele ecoa essa posição histórica que combina experiência, acolhimento e autoridade. A fala da participante revela que, mesmo em um mercado marcado por estigmas, as mulheres mais velhas ocupam um lugar central na organização das relações no hotel, seja como referência estética, seja como ponto de equilíbrio nas interações entre colegas e clientes.

A cena narrada pela Entrevistada 7 mostra como raça, classe e gênero estruturam códigos estéticos no trabalho sexual. Sua primeira impressão foi de “desleixo” em relação às colegas, mas, ao mesmo tempo, ela se empenha em ensinar maquiagem, transformando a preparação em convivência e diversão. Essa ambivalência não se explica apenas por “gosto pessoal”, mas pode ser compreendida como disputa de códigos estéticos atravessados por hierarquias sociais.

Como argumentam Silva *et al.* (2023), padrões racistas, classistas e de gênero organizam posições e expectativas sobre os corpos femininos, produzindo hierarquias de respeitabilidade e desejo. Nesse quadro, a cena da maquiagem revela como esses códigos são reelaborados e negociados no convívio cotidiano do hotel. bell hooks (2019) mostra como padrões hegemônicos de feminilidade disciplinam corpos negros, e como práticas cotidianas de cuidado podem funcionar como contracondutas, repondo dignidade e poder de ação no próprio corpo.

Quando a mesma participante afirma que “aqui os meninos só gostam das mais velhas, as novinhas ficam para trás” (Entrevistada 7, 28/01/2025), é possível verificar uma reconfiguração local do etarismo: a juventude não é capital automático, a maturidade pode ganhar valor em determinados circuitos, o que indica que a gramática do desejo é situada e negociada a partir das dinâmicas próprias do hotel, entre clientes e trabalhadoras. Nessa chave,

experimental batons e “curtir à beça” juntas não é apenas um passo preparatório para o atendimento, mas um modo de produzir uma estética afirmativa e compartilhada, que reencena o corpo, indo além da função produtiva, de modo a sustentar microformas de lazer coletivo.

A socialização e a descontração como modos centrais de tornar o dia menos pesado são evidentes na apropriação do bar do hotel, espaço em que, de acordo com a Entrevistada 1, ela tem o direito de “fazer o que quiser” mediante o pagamento da diária: “Às vezes a gente fica zoando, conversando, bebendo, curtindo. Lá você pode fazer o que quiser, você pagando a diária... no hotel que trabalho tem bar, posso ir tranquilo, hotel é assim... você pagando a diária você faz o que você quer” (Entrevistada 1, 05/12/2024).

No entanto, essa sociabilidade é tensionada por conflitos entre pares, como relatam a Entrevistada 7 e a Entrevistada 12, que preferem se afastar para não se envolver em brigas ou situações de instabilidade. Nessa triangulação bar–quarto–corredor, observa-se a configuração de uma política prática do cotidiano, na qual cada mulher calibra o que é possível para não perder a própria estabilidade. Essa triangulação é compreendida como expressão da fluidez inerente à relação lazer e trabalho no interior dos hotéis. O bar, o quarto e os corredores não se configuram como esferas rigidamente separadas, mas como territórios atravessados por tensões, em que o descanso, a sociabilidade e o próprio trabalho se misturam.

No que diz respeito às relações estabelecidas entre lazer e trabalho, é importante dialogar com Jubert e Leitão (2023), que destacam como, nas sociedades contemporâneas, a fluidez e a intersecção entre trabalho e não trabalho tornam-se cada vez mais tênues e difusas. Para os autores, ambientes que oferecem espaços de lazer no interior do trabalho podem parecer positivos, mas também operam como mecanismos de apropriação do tempo do trabalhador, transformando até o descanso em extensão da lógica produtiva.

Essa leitura ajuda a interpretar a fala da Entrevistada 1: a sensação de “fazer o que quiser” está condicionada ao pagamento da diária, ou seja, a liberdade e o lazer só existem porque são mediados pelo consumo. Ao mesmo tempo, o contexto em discussão alinha-se ao proposto por Han (2020), ao analisar a subjetividade neoliberal e caracterizá-la por estar marcada pela autoexploração, apresentada sob o signo da liberdade. O que, para a participante, aparece como autonomia — “pago, logo faço o que quero” — pode ser compreendido a partir da influência de uma lógica que associa viver, descansar e se divertir à capacidade de pagar e se autorregular.

Essa perspectiva permite ampliar o entendimento da triangulação bar–quarto–corredor: não se trata apenas de espaços físicos distintos, mas de estratégias subjetivas para lidar com a tensão entre a busca por leveza e a contenção imposta pelo próprio ambiente. O “bar” pode ser

espaço de sociabilidade e descontração, mas também de conflito; o “corredor” é passagem, mas igualmente lugar de vigilância e circulação de tensões; o “quarto” surge como refúgio, onde a intimidade e a calma são fabricadas como resistência. Nesse contexto, o lazer, monetizado e atravessado por lógicas de controle, emerge como produção subjetiva, que negocia brechas de autonomia e preservação.

Também vale destacar como a música e a espiritualidade operam como reguladores de clima emocional no cotidiano das participantes. Conforme a Entrevistada 8, o som é ajustado às necessidades do dia:

A gente já coloca um louvor para acalmar os nervos. Gosto de acordar escutando um bom. Sabe, um louvor revigora a gente, prepara a gente pro dia, sabe? Aí, tipo, quando a gente tá atendendo clientes, a gente coloca música, muitas das vezes a gente coloca um funk, né, amiga, para dar um climinha mais top. Depois que termina o atendimento, abrimos a porta e aumentamos o som, a gente dança, na verdade as minas todas dançam no corredor (Entrevistada 8, 29/01/2025).

Essa cena pode ser interpretada de forma ambivalente. A escolha estratégica entre um louvor para “acalmar os nervos” e um funk para “dar um climinha mais top” ilustra como a sonoridade é utilizada como uma tecnologia crucial de gestão emocional, capaz de modular o estado de espírito, o ambiente do quarto e até a interação com o cliente. Após o atendimento, o ato de “abrir a porta e aumentar o som” transforma o corredor em um espaço coletivo de lazer e catarse. Essa prática reforça o que Eugenio (2023) e Ribeiro (2025) apontam: a música e a dança como expressões de prazer, relaxamento e partilha, capazes de desnaturalizar comportamentos e catalisar movimentos de mudança. O contraste com a preferência pelo silêncio também sublinha a diversidade das estratégias de recomposição sonora.

Ao mesmo tempo, a dança compartilhada entre elas cria uma brecha de sociabilidade e leveza, configurando um tipo de lazer viável e significativo no interior da rotina de trabalho. Essa prática corrobora os estudos de Gomes (2023), que defende que o lazer é uma prática cultural situada, capaz de emergir em diferentes contextos, não se limitando a formatos predefinidos. No entanto, nem todas vivenciam essa prática da mesma maneira: enquanto para algumas é fonte de energia e diversão; para outras, pode ser percebida como excesso. A Entrevistada 10, por exemplo, valoriza o silêncio como recurso de bem viver: “Essa calmaria... essa calmaria mesmo. Música alta vai me irritando” (Entrevistada 10, 29/01/2025).

A oração, por sua vez, aparece como gesto de ancoragem antes de começar o dia, organizando corpo e espírito para o trabalho: “É, primeiro, eu oro a Deus, né? Depois? Aí, tomo meu banho, tomo meu café, me ajeito direitinho, coloco maquiagem e tal, e aí começo o dia”

(Entrevistada 6, 28/01/2025). Essas práticas sonoras e espirituais, aparentemente simples, constituem verdadeiras tecnologias de recomposição. Oliveira, Caminha e Freitas (2025) mostram que a fé cristã e suas expressões coletivas (que frequentemente incluem música) podem proporcionar prazer, criatividade e convivência, influenciando positivamente o bem-estar emocional e espiritual. A oração, nesse sentido, é um momento de religação e fortalecimento para enfrentar as tensões diárias (Dores, 2024). Já o silêncio se configura como um recurso de autorregulação emocional, pois a ausência de ruído atua como suporte para a calma e a estabilidade no trabalho.

O uso da música, seja no louvor ou no funk, reforça seu papel como prática de lazer e de sociabilidade. Eugenio (2023) evidencia que, em contextos de vulnerabilidade, a música e a dança se tornam sinais de prazer, relaxamento e partilha — marcadores de que “o clima estava bom”. Essa dimensão de sociabilidade encontra eco no relato da Entrevistada 8, que demonstra que o funk não é apenas trilha de trabalho, mas também uma forma de interação e descontração entre colegas. Além disso, como argumentam Davis (2017) e Ribeiro (2025), a música é capaz de desnaturalizar comportamentos e catalisar movimentos de mudança, funcionando como espaço de liberdade e emancipação.

Em alguns relatos, a dança aparece como prática simples, mas carregada de sentidos. Quando uma participante diz “a gente dança”, esse gesto, aparentemente banal, é também uma forma de lazer no cotidiano do hotel, pois favorece a sociabilidade, o riso e a interação (Eugenio, 2023). Ao mesmo tempo, a dança pode ser encarada como prática de resistência cotidiana, já que, em contextos de marginalização, ela cria redes de apoio e proteção e reposiciona os corpos na cena coletiva. Como observa Ribeiro (2025), essa primordial forma de expressão humana permite o protagonismo e a visibilidade de mulheres em espaços historicamente dominados por homens. Nesse sentido, a dança não apenas alivia a dureza do trabalho, mas também reinscreve esses corpos em cenas coletivas de alegria e interação, ao mesmo tempo em que as constitui como sujeitas coletivas, afirmando independência e presença para além da lógica de trabalho.

Assim, as tecnologias sonoras e espirituais não devem ser compreendidas apenas como recursos para “suportar” a aridez do trabalho, mas como práticas de lazer plurais, que oferecem descanso, sociabilidade, expressão de identidade e resistência diante das pressões cotidianas. Entre louvor, funk, silêncio e oração, emergem formas de buscar dignidade, bem viver e até mesmo liberdade em um espaço que, à primeira vista, pareceria restrito apenas à produtividade.

A leitura e a escrita, práticas já identificadas no capítulo anterior como parte do projeto de desenvolvimento pessoal da Entrevistada 11, afirmam-se agora

como um respiro intelectual e emocional durante as janelas de espera. Essa prática demonstra a capacidade da participante de reivindicar uma “outra cena para si” no cotidiano do hotel, transformando o tempo de espera em uma experiência de fruição e reflexão. Ela descreve essa prática com clareza: Aqui no hotel gosto de ler quando não tem cliente. Ultimamente tô lendo esse aqui agora, esse manual e tô lendo “Relações Perigosas”. Esse aqui também tô. Então, são os livros que clientes me dão, sabe? Me doam, né? Tá na casa deles, né? Eles trazem para mim. Aí eu levo para casa. Gosto de escrever também, que me alivia. É, vou escrevendo, gosto de registrar as passagens dos livros que mais me interessam vou viajando na história, eu acho gostoso, pra mim é um momento de lazer (Entrevistada 11, 29/01/2025).

Essa prática mostra como o lazer pode se constituir em meio ao trabalho, favorecendo a criação de uma “outra cena para si” dentro do hotel. Ao ler e escrever por escolha própria e com prazer intrínseco, a participante transforma o tempo de espera em experiência significativa, que transcende o descanso e se aproxima do desfrute da vida. A capacidade de “viajar na história” e “registrar passagens” revela a função hedonística do lazer, voltada à satisfação e à alegria, mas também contribui para a formação pessoal e para o desenvolvimento desinteressado (Eugenio, 2023; Gomes, 2023).

Esse gesto de registrar e narrar remete ao conceito de “escrevivência” (Evaristo, 2020), já abordado no presente estudo e segundo o qual a escrita pessoal se entrelaça à experiência coletiva, constituindo-se como ato de cura e autoafirmação. Nesse sentido, ao se colocar como narradora de sua realidade, a trabalhadora sexual rompe com o lugar de passividade e produz uma forma de agência simbólica, reconfigurando sua própria trajetória. Esse lazer situado não apenas alivia tensões, mas também abre um espaço de afirmação subjetiva, em que a escrita se torna ferramenta de construção de identidade e de expressão de mundo (Ribeiro, 2025).

No universo multifacetado do hotel, a própria interação com o cliente pode ser ressignificada como uma pausa menos árida, como afirma a Entrevistada 13, para quem certos atendimentos se tornam momentos de relaxamento:

Atendo sim, gosto até. É o meu momento de relaxar, sabe? Fico ali tranquila, ouvindo o cara. Às vezes, eles vêm reclamar da esposa, choram porque são cornos, pedem pra gente fingir que é mãe, irmã, tia (risos)... É bizarro! Eu morro de rir, esses caras são todos doidos da cabeça (Entrevistada 13, 30/01/2025).

Essa ressignificação se alinha à perspectiva de que o lazer não se limita a atividades predefinidas, mas deve ser compreendido a partir das significações que os sujeitos atribuem às suas próprias vivências (Isayama, 2023). O que em um momento é vivido como trabalho pode, em outros, ser reconfigurado como lazer ou como um “intervalo de menor dureza”. A

possibilidade de o prazer emergir do próprio ato do trabalho, demonstrando a intersecção entre função instrumental e fruição, é exemplificada pela Entrevistada 1, que descreve essa oscilação:

Às vezes, não é sempre, o cara é gatinho... até esqueço que tô no *job*, eu aproveito mesmo, eles aproveitam da gente também. Assim, tá lá o cara, gato, me chupando toda, gostosinho no azeite... não encaro como trabalho não, quando o cara é do meu nipe. A menina que falar que nunca sentiu prazer dando para uns cara top tá mentido (Entrevistada 1, 05/12/2024).

Essa narrativa desafia diretamente o que boa parte da literatura aponta como norma: a manutenção de fronteiras rígidas entre sexo como trabalho instrumental e sexo como prazer na vida privada. França (2017) e Oliveira (2023) lembram que, para muitas trabalhadoras sexuais, “é impossível fazer amor por dinheiro” (Oliveira, 2023, p. 42), de modo que o prazer é evitado ou, quando ocorre, pode gerar culpa. O contraste é significativo: ao assumir o prazer, a participante não só rompe com a regra, mas evidencia a pluralidade de experiências possíveis no trabalho sexual.

França (2017) observa que as narrativas compartilhadas pelas trabalhadoras sexuais frequentemente ressaltam o poder de sedução, a esperteza e, em alguns casos, o prazer sexual com determinados clientes, desmontando uma visão exclusivamente vitimizadora. A experiência da “namoradinha” (Costa, 2018), que borra os limites entre a transação comercial e a relação romântica, é um exemplo dessa ambivalência.

No entanto, essa mesma ambivalência revela seus limites quando o desrespeito e a violência se impõem. A Entrevistada 8 fala, usando imagens fortes, sobre a dureza de alguns encontros: “Tem uns caras sem noção, que querem me fuder achando que tem um buraco negro na minha xota. Não é um buraco negro, é uma xota. [...] Tipo, fazem umas coisas muito sem noção, sabe? E me desrespeitam” (Entrevistada 8, 29/01/2025).

Nesses casos, o lazer, que poderia emergir como prazer ou alívio, é bloqueado pela violência. Alves (2021) lembra que o lazer, como direito social, só se realiza plenamente quando é possível garantir igualdade e respeito às diferenças. O relato da Entrevistada 8 explicita um limite: há situações em que a dignidade é anulada e qualquer possibilidade de prazer desaparece. A forma mais radical dessa violação é o estupro, que não pode ser confundido com desrespeito verbal ou violência simbólica: trata-se da negação absoluta do consentimento e da autonomia da trabalhadora.

Segundo o Diagnóstico (Belo Horizonte; PUC Minas; Aprosmig, 2023), as violências mais frequentemente relatadas incluem violência psicológica, física, sexual, patrimonial, institucional, além de putafobia, racismo, transfobia, LGBTfobia e tentativas de

homicídio/feminicídio. O levantamento apontou que 132 participantes afirmaram já ter sofrido violência no próprio programa com clientes, 43 relataram violências cometidas por colegas de trabalho e 20 por gerentes ou funcionários. Ainda que 99% das entrevistadas conheçam a Lei Maria da Penha, muitas expressaram desconfiança quanto à sua efetividade, associando-a ao medo de serem mortas, à impunidade e à ausência de garantias concretas de direitos. Esses dados reforçam que a violência extrema, como o estupro, não é acidente pontual, mas parte de um sistema que normaliza agressões contra trabalhadoras sexuais, sustentado por misoginia, putafobia, transfobia e racismo. Nesse cenário, o estupro não é apenas agressão física, mas ruptura do pacto que sustenta a própria relação de trabalho, convertendo um ato de negociação em violência absoluta.

Se a violência interrompe a possibilidade de prazer, outras práticas aparecem como táticas de recomposição. O uso de substâncias é um exemplo. Sousa (2020) discute a *cannabis* como ferramenta de libertação da mulher, permitindo algum alívio diante das pressões sociais e da sobrecarga emocional. No contexto da Guaicurus, observa-se que as trabalhadoras sexuais adaptam o ambiente de trabalho por meio de alternativas que lhes permitem administrar o desgaste psicológico, advindo seja pelo contato intenso com clientes, seja pela rotina exaustiva dos horários e cobranças. Eugenio (2023) destaca que o uso da maconha pode ser um elemento de lazer que lhes fornece relaxamento, especialmente em contextos de vulnerabilidade, recusando a ideia de classificá-lo como “lazer anormal”.

Essa leitura ajuda a compreender falas como a da Entrevistada 13, que afirma usar para “esquecer um pouco os problemas”, ou da Entrevistada 14, que diz fumar “para aguentar os clientes e ficar mais relaxada”. A fala da Entrevistada 15, ao afirmar “gosto de dar um teco. Me deixa mais animada, mais pra cima, saca?!”, expressa a busca por uma alteração de ânimo para tornar o dia mais suportável. Essas narrativas confirmam o que Eugenio (2023) denomina a capacidade do lazer de “alimentar seus corpos e descansar suas mentes”, proporcionando momentos de prazer e dignidade.

Por outro lado, outras vozes trazem um contraponto, mostrando que o uso de substâncias também pode estar associado a riscos e tensões nas relações. A Entrevistada 15 comenta: “Aqui as meninas gostam de arrumar confusão, tem muita usuária, tem até uma ali que é cracuda” (Entrevistada 15, 30/01/2025). Essa percepção é reforçada pela Entrevistada 12, que explica sua escolha por se afastar de quem consome em excesso, o que já foi contextualizado no capítulo anterior, em que se discute a dinâmica de hierarquia e estigma interno:

Não, nunca saí aqui. Só fico aqui. Quando eu tô aqui, quando eu não vou fazer nada assim, não vou sair como você disse, eu fico vendo televisão ou celular, mas eu não saio para a rua não, porque geralmente as meninas que saem para a rua, geralmente, usam alguma coisinha, sabe? Aí elas vão beber. Aí voltam bêbadas, aí gera uma confusão assim. Então, para me evitar também, eu fico dentro do meu quarto. Aí elas vêm aqui, conversam comigo, guardo as coisas igual você viu. Quer dizer, eu sou uma pessoa de confiança, que elas gostam de mim, sabe? Mas eu fico mais dentro do meu quarto (Entrevistada 12, 30/01/2025).

A dimensão tecnológica, embora não detalhada em todas as falas, surge como um componente crescente do lazer e da gestão do cotidiano. A Entrevistada 12, ao mencionar que “fico vendo televisão ou celular, mas não saio para a rua”, revela como esses dispositivos digitais se configuram em espaços de lazer e autoproteção, permitindo que as trabalhadoras se mantenham seguras e conectadas sem se expor a riscos externos. Mais do que mero entretenimento, plataformas como televisão, *streaming* e redes sociais funcionam como “janelas para o mundo exterior”, oferecendo companhia, informação e sociabilidade virtual. Mesmo em condições adversas, essas mulheres conseguem criar e gerir momentos de fruição e recomposição, transformando o tempo “ocioso” em espaço ativo de autocuidado e prazer (Sampaio, 2023).

Para Santos (2021), é possível relacionar lazer e comunicação como dimensões da cultura, e a presença de meios de comunicação no ambiente físico e digital pode se combinar com o processo de fruição do lazer. Nesse sentido, o uso de TV, plataformas de *streaming* e redes sociais pelas participantes da pesquisa não é apenas passivo, mas envolve um processo ativo de atribuição de sentido e significados pessoais, promovendo a recomposição subjetiva e o cuidado de si. Essa mediação tecnológica amplia as fronteiras da autonomia relativa (Sampaio, 2023), permitindo que essas mulheres consigam criar e gerir momentos de fruição e recomposição, transformando o tempo “ocioso” em um espaço ativo de autocuidado, de busca por informação e de conexão que pode se desdobrar em estratégias de empoderamento e visibilidade.

Essa conexão com o universo digital, intensificada no período da pandemia, estende-se à manutenção de vínculos sociais distantes e ao acesso a comunidades on-line de apoio. Adicionalmente, as redes sociais não se limitam ao lazer passivo; embora as entrevistadas não as detalhem para fins profissionais, a literatura sobre trabalho sexual digital aponta que são plataformas estratégicas para negociar visibilidade e subverter o estigma. Ribeiro (2025) sublinha que essas redes virtuais funcionam como apoio e fortalecimento mútuo para autogerir carreiras e combater o apagamento, buscando equidade e visibilidade.

Essa dimensão adiciona uma camada de complexidade ao lazer, transformando o tempo de conexão digital em um espaço híbrido de entretenimento e estratégia, onde a autonomia e a visibilidade são cuidadosamente negociadas. Como observam Valtchanov e Parry (2021), o consumo de conteúdo sexualmente explícito por mulheres também pode ser uma forma de lazer digital. Por outro lado, Zickwolff e Cheibub (2022) apontam que a internet, como espaço de “socialização” coletiva, muitas vezes reproduz códigos de sexualidade e masculinidade associados a padrões hegemônicos, o que estimula a busca por uma autenticidade corporificada.

Assim, o uso das redes sociais pelas trabalhadoras sexuais se configura como um campo de tensões, em que o lazer e o trabalho se misturam, uma vez que a busca por prazer convive com a necessidade de autopreservação e a agência se manifesta em meio a estruturas de poder e desigualdade. No microcotidiano, o lazer não aparece como evento separado do trabalho, mas como brechas que sustentam a vida: rir com colegas, buscar silêncio, orar ou dançar.

Contudo, é fundamental reconhecer que essas brechas, embora sejam atos de resistência que permitem atravessar o estigma, a violência e o cansaço, afirmando que a vida merece ser sustentada para além da lógica produtiva, também são atravessadas por tensões e ambiguidades intrínsecas. Mesmo o humor compartilhado (“zoando os clientes”) e a socialização no corredor podem, por vezes, carregar vestígios da pressão constante por produtividade, das hierarquias internas entre as trabalhadoras ou da própria “economia da disposição corporal”. As “festinhas” e o coleguismo, por exemplo, embora propiciem encontros, também são marcados pela “fragilidade dos vínculos” e pela “desconfiança” entre as colegas, revelando que o lazer, nesses contextos, é um espaço de negociação contínua e não um refúgio totalmente isolado das dinâmicas do trabalho.

Ao concluir este capítulo, dedicado a desvendar as múltiplas faces do lazer no cotidiano das trabalhadoras sexuais da Guaicurus, fica exposta a complexidade de uma dimensão que, à primeira vista, poderia ser entendida como mera pausa. Contudo, o que as narrativas revelam é um lazer que transcende o simples escape, afirmando-se como um território de agência, resistência e recomposição existencial.

Ficou evidente que, longe de ser um luxo ocasional, o lazer emerge como uma necessidade humana fundamental, uma ferramenta indispensável para a recomposição física e emocional em um contexto de trabalho intenso e estigmatizado. As trabalhadoras da Guaicurus, mesmo sob o peso de pressões econômicas e sociais, demonstram uma capacidade notável de tecer brechas de dignidade e prazer, seja por meio de viagens planejadas com a família, momentos de autocuidado e recolhimento no quarto ou da sociabilidade no bar do hotel.

A relação entre trabalho e lazer se mostrou constantemente porosa, com fronteiras que se diluem e se reconfiguram a cada instante. As atividades de lazer não raro acontecem dentro do próprio espaço de trabalho – no hotel, nos corredores ou até mesmo nas interações com clientes –, evidenciando que a vida não pode ser compartimentada de forma estanque. Essa fluidez, por vezes fruto de um cálculo estratégico para conciliar necessidades e desejos, é também uma contestação silenciosa à lógica produtivista, que tenta aprisionar seus corpos e tempos.

A dimensão tecnológica ganhou, neste percurso, um destaque particular. Celulares, televisões, plataformas de *streaming* e redes sociais não são apenas passatempos; eles atuam como espaços vitais de conexão, autoproteção e, potencialmente, de gestão da imagem profissional. Nessas plataformas, as trabalhadoras buscam companhia, informação e comunidades de apoio, e encontram meios de negociar visibilidade e subverter o estigma relacionado à profissão, transformando o lazer digital em uma arena de estratégia e empoderamento.

A autonomia financeira, paradoxalmente gerada por um trabalho muitas vezes precarizado e marginalizado, surge como o motor que impulsiona muitos desses “luxos” e “direitos”, permitindo que essas mulheres proporcionem a si e a seus filhos experiências de consumo e fruição historicamente negadas. O ato de “gastar o próprio dinheiro” com viagens e momentos de prazer se torna, assim, uma afirmação poderosa de pertencimento e de recusa à vigilância moral.

Não obstante, é preciso reconhecer que o lazer é um campo atravessado por tensões e vulnerabilidades. O estigma historicamente associado à atividade laboral acompanha os deslocamentos dessas mulheres, impondo olhares vigilantes e julgamentos que testam constantemente a legitimidade de sua presença em espaços socialmente valorizados. A rivalidade entre colegas, os riscos associados ao uso de substâncias e a dureza de certas interações com clientes revelam os limites dessa fruição. Mesmo nos momentos de lazer coletivo e sociabilidade dentro dos hotéis, as entrevistadas apontaram a existência de desconfiança e atitudes que “não estão certas” entre as trabalhadoras.

A sociabilidade, embora vital para a recomposição, coexiste com a concorrência por clientes e com a internalização de estigmas, que se manifestam em avaliações sobre a saúde mental das outras, refletindo tanto o sofrimento psíquico invisibilizado quanto estratégias de distanciamento e autopreservação. Isso evidencia que os laços de companheirismo e apoio se constroem em um terreno complexo, exigindo constante negociação de limites e alianças. Ainda assim, a capacidade de resistir, de buscar o riso, a dança, a leitura, a oração e o silêncio, de

limpar e organizar o próprio quarto ou de simplesmente descansar mostra a resiliência e a criatividade com que tecem sua dignidade.

Ao longo das entrevistas, a dimensão do lazer se manifestou de forma surpreendente, não apenas nas atividades explicitamente descritas, mas também nas próprias dinâmicas da pesquisa. Em diversas ocasiões, a interação entre pesquisador e participantes emergiu como uma brecha de microlazer. As manifestações de alívio e satisfação, como a de uma participante que disse: “Suave, você me deixou tranquila. Achei maior da hora” (Entrevistada 8, 29/01/2025); ou de outra que afirmou: “Eu adoro isso que a gente tá fazendo aqui, sabe? A gente tá trocando ideias, aprendendo” (Entrevistada 7, 28/01/2025), revelam que o ato de ser ouvido e de se sentir validado já se constitui, em si, como um momento de fruição e recomposição.

Essa dimensão alcançou um significado ainda mais profundo no relato da Entrevistada 12. Ao compartilhar que, ao me ver, sentiu-se como se estivesse diante do próprio filho e expressou orgulho por encontrar um homem preto em um papel social distinto, ela evidenciou uma diferença de experiência com outros homens que a procuram no serviço sexual. Sua frase “volta mais vezes, você é diferente dos caras que vêm aqui” reforça essa percepção. O que poderia ser apenas um procedimento de pesquisa se transformou, para ela, em um momento de reconhecimento, esperança e lazer simbólico e afetivo.

Esses momentos revelam a capacidade das trabalhadoras de ressignificar até mesmo as interações com o pesquisador, transformando o encontro em um território de troca, afeto e cuidado. Isso reitera que o lazer, além das atividades formais, reside na própria potência de existir e se conectar com dignidade em um cotidiano permeado por desafios.

Em última análise, o lazer, para as trabalhadoras sexuais da Guaicurus, pode ser compreendido como um lazer possível – moldado por restrições, mas impulsionado por uma força intrínseca de existir plenamente. Nesse sentido, ele é a prova de que, mesmo nas margens, a vida insiste em ser vivida além do trabalho e do estigma, reivindicando o direito à alegria, à autonomia e à plenitude.

7 CONCLUSÃO

Ao refletir sobre os diferenciais e a relevância desta tese, reconheço que minha trajetória pessoal e profissional foi determinante para a construção de uma lente crítica e situada sobre o lazer no contexto do trabalho sexual. Minha identidade como homem preto, vivências familiares atravessadas por desigualdades, o contato precoce com o universo da sexualidade e a experiência profissional em design e produção imagética – incluindo projetos sobre sexualidade e representações do prazer na cultura visual – moldaram a sensibilidade analítica e a postura ética que orientaram a pesquisa.

Reconheço, contudo, que a mesma trajetória que orientou minha sensibilidade também impõe limites ao olhar que construo. Meu posicionamento como homem, mesmo atento às estruturas de desigualdade, não me permite acessar plenamente experiências marcadas por gênero e raça de forma distinta da minha. Essa assimetria exige cautela interpretativa, responsabilidade ética e disposição constante para ouvir, aceitar tensionamentos e reconhecer que parte dos sentidos produzidos no campo me escapa. Ao assumir esses limites, busquei tratar as falas das participantes como referência central, evitando projetar expectativas, valores ou interpretações que não fossem sustentadas pelo material empírico.

Essa dimensão metodológica se expressa em três movimentos centrais: (a) a formulação de uma abordagem qualitativa situada, em que minha posição no campo tensionou a ideia de neutralidade e tornou a subjetividade parte constitutiva da análise; (b) o desenvolvimento de uma pergunta de pesquisa e de um arcabouço teórico alinhados às lacunas percebidas a partir das vivências críticas, deslocando o foco da representação para as experiências cotidianas das trabalhadoras sexuais; (c) a compreensão do lazer como prática política e subjetiva, reconhecendo-o como elemento constitutivo da vida e não apenas dimensão acessória.

A originalidade desta tese reside tanto nos dados obtidos quanto no processo de construção do conhecimento, intrinsecamente ligado à postura investigativa situada. Essa condição, ao mesmo tempo metodológica e política, possibilitou a produção de um olhar diferenciado sobre as interações entre lazer e trabalho, fortalecendo a análise das experiências e estratégias das mulheres pesquisadas.

A literatura acadêmica sobre trabalho sexual tem focado predominantemente em aspectos biomédicos, jurídicos e políticos, de modo que foi possível identificar uma ausência de estudos dedicados às experiências de lazer das mulheres trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus, em Belo Horizonte. Diante dessa lacuna, a tese legitima o lazer como categoria de análise central, revelando a profunda interligação entre lazer e trabalho como

dimensões constitutivas da vida dessas mulheres. Essa abordagem desafia a clássica divisão dos tempos sociais, demonstrando que lazer e trabalho não são opostos, mas se cruzam em zonas de interseção ricas de significado.

A orientação epistemológica adotada, fundamentada na teoria social crítica e na performatividade, permitiu compreender o conhecimento como uma produção situada nas encruzilhadas de poder. Essa abordagem possibilitou amplificar as vozes e as experiências historicamente marginalizadas dessas mulheres, construindo compreensões que, em conjunto, respondem à questão central desta investigação.

O trabalho de campo revelou a complexidade de habitar fronteiras delicadas entre proximidade e distanciamento, confiança e desconfiança, acolhimento e estranhamento. Desde o início, foi possível perceber que, sendo um homem preto em campo, minha presença era interpretada de maneiras distintas. Em alguns momentos, a cor da pele e a familiaridade com o espaço garantiam trânsito e abertura nos hotéis; em outros, gerentes demonstravam suspeita. Embora não fosse necessário pedir autorização para circular, a frequência das minhas visitas, sem consumir o serviço oferecido, gerava incertezas sobre minha presença.

Alguns clientes demonstravam desconforto, como se minha presença deslocasse a atenção das mulheres, revelando como o olhar masculino que não se enquadra no papel de cliente é percebido como ameaça à lógica do consumo. Também ouvi comentários de que eu poderia ser fiscal, autoridade ou alguém com outros interesses não previstos. Por isso, carregava sempre comigo a carteira de identificação acadêmica, em caso de abordagem ou impedimento.

Essas percepções sobre minha presença evidenciam que o campo nunca esteve dado. Meu corpo social interferiu diretamente na produção do material empírico, moldando acessos, silenciamentos, aberturas e desconfianças. Nesse sentido, minha posição influenciou tanto o que me foi permitido ver quanto o que permaneceu velado. Por isso, os dados construídos no campo são resultado dessa relação situada, marcada por tensões, negociações e limites que não podem ser ignorados na análise.

Essa ambiguidade expôs tensões raciais e sociais no acesso ao campo, bem como a fragilidade das fronteiras que regulam a circulação nesses espaços. Eu não era interpretado como cliente comum, mas também não era plenamente legitimado como pesquisador acadêmico, o que evidenciou a disputa simbólica em torno do meu corpo e do lugar que eu ocupava no campo.

É imperativo, contudo, reconhecer os limites epistemológicos impostos pela minha própria posição de sujeito. Sou um homem pesquisando um universo de mulheres atravessado por violências de gênero. Por mais cuidadosa que tenha sido a escuta e a permanência no campo,

minha leitura é inevitavelmente externa à experiência corporificada de ser mulher na Guaicurus. Assumo, portanto, que esta tese constitui um recorte produzido a partir de um olhar masculino que busca se posicionar como aliado, mas que não acessa integralmente nuances de intimidade, medo e dor que, possivelmente, seriam partilhadas de outra forma entre mulheres. Reconhecer essa fronteira não invalida os achados, mas situa o conhecimento produzido como parcial, situado e atravessado por relações de poder.

A mediação da Aprosmig foi fundamental para consolidar minha entrada em campo. Além de me apresentar aos responsáveis pelos hotéis, a associação garantiu a confiança necessária para a realização das entrevistas. Nesse processo, sugeriram que eu oferecesse preservativos e lubrificantes às participantes, em consonância com o cotidiano do trabalho sexual. Optei, porém, por montar um kit simples, com lanche e chocolate, justamente para não reforçar o vínculo direto com o exercício da atividade profissional. Esse gesto, aparentemente pequeno, foi recebido com surpresa e adquiriu um valor simbólico inesperado: mais do que uma gratificação, foi interpretado como expressão de cuidado e reconhecimento, algo que, segundo algumas, não estavam habituadas a vivenciar.

A escolha por conduzir as entrevistas no local de trabalho, em um ambiente que, para os clientes, funciona como espaço de lazer, mostrou-se crucial, proporcionando maior conforto e segurança às participantes e permitindo um diálogo descontraído e sem pressões. Diante de um cotidiano marcado por violências de gênero, machismo e sexismo, a entrevista não estruturada emergiu como uma brecha para interação social sem julgamentos. Mesmo em situações em que as conversas ocorriam com as mulheres semi ou completamente nuas, elas fluíram naturalmente, sem constrangimento. Essa dinâmica evidencia que a vulnerabilidade das participantes é social, não natural, e que a confiança mútua superou a objetificação. No entanto, o espaço de trabalho, livre em sua natureza, gerou convites e assédios dirigidos a mim, revelando as tensões entre o papel do pesquisador e as expectativas de um ambiente que é, para os clientes, majoritariamente transacional.

O trabalho de campo revelou uma complexidade de interações que subverteu minhas expectativas. Além dos riscos inerentes ao trabalho sexual, como exposição a insinuações e ofertas de substâncias ilícitas, emergiu a capacidade das participantes de construir relações baseadas no cuidado, no reconhecimento e na dignidade. Minha abordagem de escuta, sem julgamentos, provavelmente contrariou a expectativa de uma interação puramente transacional. Essa postura, ao romper com estereótipos sobre masculinidade negra, foi recebida com satisfação e, em alguns casos, com reconhecimento explícito. Minha presença nesse espaço, como pesquisador, foi percebida por uma das participantes como um ato que desafia barreiras

sociais, funcionando como um contraexemplo às narrativas de inferioridade impostas pelo racismo.

As experiências remeteram-me à primeira visita à sede da Aprosmig, quando ouvi a pergunta direta: se eu seria “mais um acadêmico” que apareceria para extrair o que precisava e depois sumiria. Guardei essa interpelação como compromisso ético: não desaparecer, mas manter proximidade, nutrindo os vínculos criados. Assim, continuo a me comprometer como parceiro na luta das trabalhadoras sexuais do Guaicurus, empenhado não apenas em prestigiar suas ações, mas também em apoiar, sempre que possível, suas demandas concretas.

Durante as entrevistas, conduzi a escuta com empatia e respeito aos limites. Validei experiências, compartilhei pequenas impressões pessoais quando isso favorecia a abertura, e agradei repetidamente pela generosidade de cada fala. Ao mesmo tempo, gerenciei situações de desconforto: recusei convites que ultrapassavam a relação pesquisador-participante, redirecionei conversas diante de provocações ou descrições explícitas da sexualidade, das práticas e dos detalhes íntimos dos atendimentos e encerrei entrevistas quando percebi impaciência ou incômodo. Essa postura ética não eliminou tensões, mas evidenciou que a subjetividade do pesquisador integra o campo.

Essa postura ética e a experiência de campo, que subverteram expectativas e revelaram novas camadas de sentido, permitiram que a tese respondesse à questão central que a guiou desde o início: “Como as mulheres trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus lidam com a interação entre lazer e trabalho, e como essas interações afetam o cotidiano delas?” A resposta emergiu da articulação dos achados nos capítulos 3, 4 e 5, que revelaram múltiplos cruzamentos entre lazer e trabalho nas vidas das protagonistas. O estudo evidenciou que essas mulheres não apenas lidam com essa inseparabilidade entre lazer e trabalho, mas a ressignificam, utilizando-a como força motriz para a existência. O lazer transcende a simples pausa, tornando-se território de dignidade, autonomia e resistência.

O Complexo de Diversões Guaicurus, mais do que espaço físico, emergiu como território carregado de usos, normas e representações, um campo dinâmico de práticas e disputas urbanas. A pesquisa consolidou que o Complexo de Diversões Guaicurus funciona simultaneamente como território de lazer sexual para homens — um lazer, contudo, que se constrói sobre as dinâmicas de precarização e trabalho emocional das mulheres que ali atuam — e território de trabalho para as mulheres, configurando-se como um espaço em que prazer e ócio de uns se entrelaçam com a labuta e a reinvenção de outras.

As motivações para o ingresso e a permanência no trabalho sexual são múltiplas e interconectadas, atravessadas por urgências econômicas, necessidade de promover o sustento

familiar e ausência de oportunidades no mercado formal. O cotidiano evidencia esforço contínuo e longas horas de dedicação ao trabalho, mas também constitui base para a busca por autonomia financeira, possibilitando acesso ao consumo e à mobilidade social.

As estratégias de autonomia, negociação e autopreservação são centrais. As mulheres gerenciam seus corpos, definem preços, estabelecem limites e, quando possível, selecionam clientes, demonstrando agência. O “trabalho emocional” emerge como recurso profissional essencial, mobilizando acolhimento, escuta e ausência de julgamento. A autopreservação inclui distinção entre o “*job*” e a vida pessoal, bem como a monetização da sexualidade como forma de proteção contra a exploração afetiva.

O corpo torna-se, assim, campo de disputa. Embora a pressão estética seja mais flexível nos hotéis, mulheres negras e mais velhas ainda enfrentam estigmas advindos do racismo e do etarismo. Contudo, a capacidade de gerar lucro cria uma espécie de “inclusão radical” que destoa dos padrões hegemônicos de beleza. A persistência do racismo estrutural se manifesta nas experiências de preconceito, mas também na afirmação orgulhosa da identidade negra.

As vivências de lazer no cotidiano das trabalhadoras são múltiplas e fundamentais. Além de se constituir como uma conquista de autonomia e tempo próprio, bem como uma forma de reafirmar a maternidade, o lazer também se manifesta como busca por prazer pessoal e subjetivo. Foi possível observar que, para algumas, esse prazer se expressa em momentos inesperados, como ao encontrar um cliente “gatinho” e “aproveitar mesmo”, rompendo a regra social que associa o sexo pago apenas ao trabalho e desvinculando-o da culpa. O lazer se manifesta também em momentos de autoafirmação e relaxamento, como no ato de “rir dos clientes”, no autocuidado, no descanso reparador (“dormir”), na sociabilidade e em microrrevoluções cotidianas, como arrumar o quarto, ou em atos de fruição intelectual, como a leitura e a escrita (“viajar na história”, “adquirindo sabedoria”), reafirmando dignidade e autonomia sobre corpo e tempo. Esse reconhecimento do prazer, indo além da função produtiva ou compensatória, revela a plena humanidade e a capacidade dessas mulheres de construir bem viver em suas vidas.

A pesquisa revela que o lazer transcende a mera ausência de trabalho ou compensação. Ele emerge como espaço de sentido, criação, enfrentamento e cuidado, de modo que as experiências dessas mulheres precisam ser interpretadas não a partir do estigma ou da vulnerabilidade, mas como práticas de resistência simbólica ao desgaste físico e emocional do trabalho e às normas sociais. Ao investigar o lazer, a tese desloca o olhar do controle social e da exploração para as práticas de autonomia e protagonismo das trabalhadoras. Nesse contexto,

o lazer se manifesta como linguagem de expressão política e subjetiva, fundamental para compreender as participantes e seus contextos em sua densidade.

O estudo aprofunda a compreensão do lazer como ação política e espaço de resistência, revelando como as práticas de não-trabalho e convivência operam como territórios de fortalecimento e construção de redes de apoio. O lazer é, portanto, apresentado como componente importante para a saúde mental e direito constantemente negociado e afirmado.

Dentro dos hotéis, onde a fronteira entre trabalho e lazer é porosa, as mulheres criam brechas de vida e recomposição por meio de momentos de conversa, risos e descontração. Essas interações, embora cotidianas e simples, fortalecem laços de companheirismo e apoio mútuo. Tais práticas se estendem para fora dos hotéis, pois a sociabilidade se manifesta em saídas para almoçar e passear com amigas. A presença da Aprosmig é crucial, pois promove eventos e encontros coletivos que permitem que mulheres, muitas vezes individualizadas no mercado sexual, experimentem, como sujeitas, a vivência da coletividade. A amizade de quem entende o que a outra vive cria um laço singular de solidariedade diante do estigma. O lazer, portanto, se consolida também como estratégia coletiva de resistência simbólica e de construção de bem viver, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva de trabalhadoras, reposicionando-as como protagonistas de suas histórias.

A articulação dos dados empíricos com os eixos analíticos e núcleos interpretativos permitiu responder, de forma clarificada, às hipóteses da pesquisa, revelando a complexidade das vivências das trabalhadoras sexuais da Guaicurus. O lazer foi reconhecido como um respiro fundamental e um espaço de resistência simbólica ao desgaste físico e emocional do trabalho, manifestando-se tanto em pausas quanto em atividades externas. Paralelamente, o trabalho sexual se revelou como uma prática estratégica, marcada por decisões, limites e negociações que afastam leituras simplistas de vitimização.

A construção de redes de apoio e amizades funcionou como suporte essencial para a organização da vida, oferecendo proteção diante das adversidades do cotidiano. O corpo emergiu como campo de disputa, no qual segurança, autocuidado (incluindo higiene, prevenção e estética), prazer e performance se articulam a riscos. O estigma associado ao trabalho sexual confirmou-se como tecnologia de regulação moral, enfrentado por estratégias de ocultação, discrição e afirmação em busca de reconhecimento. A rotina exaustiva comprometeu o acesso ao descanso e ao lazer, afetando a saúde física e mental devido à sobreposição entre tempo de trabalho e tempo de vida.

Os projetos de futuro e a busca por sentido se mostraram elementos centrais, funcionando como bússolas simbólicas que orientam a prática do trabalho sexual e a transformam em meio para a realização de aspirações pessoais e familiares.

Por fim, a pesquisa demonstrou que a categorização dos dados, embora necessária para a escrita acadêmica, não dá conta da totalidade da experiência interseccional. Na Guaicurus, não há um momento em que a trabalhadora é “apenas” mulher, ou “apenas” negra, ou “apenas” pobre. Ela é tudo isso simultaneamente, e suas estratégias de lazer e trabalho são respostas a essa complexidade inseparável, na qual as opressões se fundem e as resistências se inventam. Os dados revelam como lazer, trabalho e território se entrelaçam em práticas, resistências e projetos que tensionam fronteiras analíticas. Ao mergulhar na espessura das narrativas, a tese demonstrou como as mulheres criam brechas de vida e recomposição no interior da precariedade. A construção dos núcleos de análise exigiu posicionamento ético e político: não se tratou de falar sobre as mulheres, mas de escutar com elas, reconhecendo-as como sujeitas de saber e prática.

Foi possível constatar que as trajetórias de vida das mulheres são profundamente moldadas por múltiplas formas de opressão, evidenciando a importância da análise das interseccionalidades. O Complexo de Diversões Guaicurus, nesse sentido, opera como espaço em que a diversidade de corpos e idades convive, oferecendo uma “inclusão radical” que se baseia na lógica pragmática de “trabalhou e pagou a diária, tá dentro”. Contudo, essa aparente aceitação não anula as hierarquias internas e a persistência dos estigmas. As categorizações de colegas e as “fissuras” revelam que a exclusão social não se anula no território, mas se reconfigura a partir da lógica do mercado, exigindo análise que reconheça como as desigualdades persistem e se manifestam de novas formas nas relações cotidianas.

A pesquisa revelou o Complexo de Diversões Guaicurus como território atravessado por disputas, desvelou o trabalho sexual como prática múltipla e evidenciou o lazer como dimensão indispensável para a vida cotidiana das trabalhadoras sexuais. A integração dos capítulos demonstrou que a análise não se deu por partes isoladas, mas por meio de um processo que revelou a porosidade e a densidade das interações entre lazer e trabalho.

A partir dos dados de perfil das participantes, a pesquisa reforça que o trabalho sexual na Guaicurus não é um fenômeno isolado, mas uma expressão das desigualdades sociais que estruturam o Brasil. A alta concentração de mulheres negras, a maioria mães e em situação de vulnerabilidade econômica, não é uma coincidência estatística, mas o reflexo de um sistema que restringe as oportunidades de trabalho formal para esse grupo, empurrando-as para a informalidade e a precarização. Nesse contexto, o trabalho sexual emerge não como uma

escolha neutra, mas como uma estratégia de sobrevivência e protagonismo para a manutenção da vida e da família. O panorama do lazer apresentado, com o destaque para as atividades domésticas e o tempo em casa, também se alinha a essa realidade, demonstrando que o lazer possível é uma construção que se molda às restrições econômicas e à sobreposição de papéis, reafirmando a dimensão política e ambígua do descanso em um cotidiano de trabalho.

Assim, o estudo reafirma a dimensão política do lazer, compreendido como prática que confronta desigualdades e sustenta formas de existir diante do estigma, especialmente para mulheres atravessadas por marcadores sociais como raça, gênero e classe. Ao evidenciar a autonomia das trabalhadoras sexuais, a pesquisa reivindica o lazer como direito, necessidade humana e território de luta, reforçando seu lugar no debate acadêmico e social.

Dessa forma, é possível afirmar que a investigação contribui para os Estudos do Lazer ao demonstrar como as experiências das trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus ampliam as fronteiras do campo. O lazer aparece não apenas como prática de descanso e sociabilidade, mas também como estratégia de recomposição cotidiana, invenção de si e produção de dignidade. Essa abordagem evidencia o lazer como experiência atravessada por tensões de classe, gênero e raça, mas também como campo de resistência e afirmação de direitos.

Quanto às lacunas identificadas na literatura, é preciso destacar que os estudos sobre o Complexo de Diversões Guaicurus ainda são restritos. As investigações priorizam abordagens político-organizacionais, identitárias e de saúde pública, deixando em segundo plano as experiências de lazer das mulheres. A dimensão subjetiva, que articula trabalho, prazer e sociabilidade, parece pouco explorada, como se o lazer fosse externo ou compensatório ao trabalho sexual, e não parte constitutiva dele. Essa ausência está relacionada à predominância de olhares biomédicos, jurídicos ou securitários, que tendem a silenciar práticas de prazer e sociabilidade no cotidiano.

Além disso, o imaginário social, muitas vezes romantizado pela boemia, camufla as condições concretas de precariedade e estigma, dificultando a visibilidade de como o lazer se manifesta nesse território. Mesmo quando redes de solidariedade são reconhecidas, o papel específico do lazer, tendo em vista sua constituição, ainda permanece pouco explorado.

Em contrapartida, a pesquisa abre caminhos relevantes ao propor o lazer como categoria analítica legítima para compreender o trabalho sexual. Esse reposicionamento desloca a compreensão tradicional, que separa prazer e produção, corpo e trabalho, e permite reconhecer o lazer como linguagem política e subjetiva. Ao privilegiar as vozes das trabalhadoras sexuais,

o estudo valoriza práticas de enfrentamento, autocuidado e construção identitária, produzindo uma leitura crítica que se afasta do enfoque exclusivo no controle e na patologização.

Entre os desdobramentos para futuras pesquisas, a tese sugere: a compreensão do lazer para além de definições normativas, enfatizando-o como categoria cultural, interseccional e política, marcada por gênero, raça e classe; a investigação do lazer como espaço de resistência e de produção de mundos próprios; a análise do “lazer possível” nas brechas do cotidiano, como pequenas pausas e interações no ambiente de trabalho; o aprofundamento do Complexo de Diversões Guaicurus como território de lazer sexual, onde prazer e fruição se articulam a dimensões de sociabilidade e sobrevivência; e a atenção às nuances e heterogeneidades das experiências, observando como lazer e trabalho se entrelaçam a partir de trajetórias pessoais e marcadores sociais.

Além dos desdobramentos acadêmicos, os achados da pesquisa indicam a urgência de refletir sobre políticas públicas que reconheçam o lazer como direito das trabalhadoras sexuais, considerando a complexidade das suas vivências. A pesquisa evidencia que a principal barreira ao lazer decorre da necessidade de garantir renda, o que impõe jornadas exaustivas e reduz ou adia momentos de descanso, muitas vezes vividos com culpa.

Nesse cenário de profunda vulnerabilidade e busca incessante por dignidade, a negligência do poder público é uma ferida aberta, que atravessa a vida das trabalhadoras sexuais, revelando uma inaceitável isenção de responsabilidade. O Estado, ao adotar uma postura ambígua, que oscila entre a criminalização e uma assistência pontual e moralizante, falha em reconhecer a autonomia e os direitos dessas mulheres. Essa omissão sistêmica não apenas as empurra para a informalidade e a precarização, mas perpetua um ciclo de estigma, violência e desproteção, em que o direito ao trabalho digno, à saúde integral, à segurança e ao lazer – um componente vital para sua saúde mental e existência plena – é constantemente negado. É imperativo que as políticas públicas superem essa visão fragmentada e reconheçam a integralidade das demandas das trabalhadoras sexuais, assumindo sua responsabilidade na garantia de direitos e na promoção de uma vida digna.

A ausência de direitos trabalhistas básicos, como férias remuneradas e 13º salário, reforça a precariedade estrutural que atravessa o cotidiano dessas mulheres. Nesse contexto, o reconhecimento legal da profissão, além de sua simples inclusão na CBO, surge como condição fundamental para a autonomia e a dignidade das trabalhadoras, possibilitando que o lazer possa ser incorporado de forma concreta à experiência de vida e permitindo que elas organizem seu tempo de modo a equilibrar trabalho, descanso, sociabilidade e projetos pessoais.

O lazer, como dimensão vital para a saúde física e psíquica, funciona como válvula de escape e espaço de resistência diante da lógica da exaustão. Momentos de descontração, socialização ou mesmo pequenas pausas no ambiente de trabalho revelam estratégias que, embora sutis, são formas de produzir mundos próprios e afirmar a subjetividade. Assim, políticas públicas precisam reconhecer que o lazer não é um luxo, mas um componente constitutivo da vida das trabalhadoras sexuais, incorporando suporte psicossocial contínuo e acessível, com atenção à saúde integral, à sociabilidade e à qualidade de vida.

O estigma social e a discriminação tradicionalmente associados à atividade laboral reforçam barreiras para a vivência do lazer, limitando a participação em espaços convencionais e tornando fundamentais as redes de solidariedade e os momentos de sociabilidade entre colegas. Nesse sentido, ações que promovam espaços seguros de lazer, garantindo o acesso a locais públicos e privados sem medo de julgamento ou impedimento, e reconhecendo iniciativas coletivas e associativas como legítimas, constituem estratégia de visibilização e proteção, ampliando a autonomia das trabalhadoras diante das imposições morais e da vigilância social.

A maternidade solo, situação recorrente entre as participantes, evidencia a necessidade de políticas específicas que combinem cuidado familiar e direito ao lazer. Programas de creches flexíveis, suporte à maternidade e estratégias de cuidado compartilhado permitiriam que o tempo dedicado ao lazer e ao descanso não fosse comprometido, fortalecendo a autonomia das mulheres e ampliando sua capacidade de planejar projetos de vida além da subsistência.

Por fim, a formulação de políticas deve se ancorar numa perspectiva interseccional, considerando como marcadores de gênero, raça e classe articulam-se para estruturar oportunidades ou barreiras ao lazer e à vida plena. A inclusão de abordagens sensíveis às desigualdades sociais e às trajetórias específicas de mulheres negras, periféricas, mães solo ou trans é fundamental para que o lazer seja efetivamente reconhecido como direito e prática constitutiva da experiência cotidiana, contribuindo para a produção de bem viver, autonomia e resistência diante das estruturas de exclusão.

A tese também pode contribuir ao evidenciar a necessidade de metodologias inclusivas, especialmente diante da ausência de entrevistas com travestis e mulheres trans na pesquisa. Essa limitação empírica, interpretada como indicador das profundas desigualdades estruturais, reforça a importância de contemplar grupos historicamente marginalizados, adaptando abordagens que reconheçam e respeitem as condições materiais e simbólicas específicas que modulam o acesso à produção de conhecimento.

Este estudo pode oferecer novas perspectivas para o campo dos Estudos do Lazer. Ao enfatizar a complexidade, a subjetividade e as formas de resistência presentes nas experiências

das trabalhadoras sexuais, foi evidenciado o papel fundamental do lazer na construção de dignidade e bem viver em contextos sociais atravessados pela marginalização.

Por fim, este trabalho não se encerra em si mesmo. Ele se soma a tantas outras vozes e trajetórias que reivindicam um lugar de escuta e respeito para as mulheres trabalhadoras sexuais do Complexo de Diversões Guaicurus. Ao trazer o lazer para o centro da análise, não apenas como descanso ou compensação, mas como prática de vida e de dignidade, o estudo fortalece a ideia de que essas mulheres não podem mais ser vistas a partir da lógica da invisibilidade ou do estigma.

O que emerge desta tese é a compreensão de que lazer e trabalho não são polos opostos, mas dimensões que se cruzam, se tensionam e se reinventam cotidianamente na experiência das trabalhadoras sexuais. Essa compreensão só foi possível por meio de um processo de construção do conhecimento pautado por uma postura investigativa situada, que mobilizou experiências e reflexões para desvelar as complexas interações nos Estudos do Lazer, priorizando a escuta das trabalhadoras e suas experiências cotidianas.

Ao reconhecer esse entrelaçamento, abre-se espaço para novos olhares, metodologias e políticas que valorizem a pluralidade de modos de existir. Que esta tese circule como convite e provocação: olhar para o lazer no Complexo de Diversões Guaicurus é olhar para Belo Horizonte e para o Brasil que produz exclusões, mas que também demonstra a criatividade, a resistência, a resiliência e o desejo de viver que se afirmam insistentemente nas margens.

REFERÊNCIAS

- ABAL, F. C.; SCHROEDER, P. S. Prostituição, estigma e marginalização: o reconhecimento do vínculo de emprego das profissionais do sexo. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**, Joaçaba, v. 18, n. 2, p. 509-524, 2017.
- ACHINTE, A. A. **Prácticas creativas de re-existencia**: mas alla del arte...el mundo de lo sensible. 1ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2017.
- ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. *In*: SOUSA, C. M., (Org). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. p. 203-233.
- AHMED, S. O multiculturalismo e a promessa de felicidade. *In*: BAPTISTA, M. M.; CASTRO, F. de (Eds.). **Gênero e Performance**: Textos Essenciais 5. Coimbra: Grácio, 2022. p. 119-146.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais, São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALBUQUERQUE, L. C. S. A Regulamentação da Prostituição e o Projeto de Lei 4211/2012: o problema da exploração sexual por terceiros. **Revista de Artigos Científicos dos Alunos da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p.1-16, 2019.
- ALMEIDA, D. E. R. G. Notas sobre o Des-Envolvimento Lúdico: Experiência, Significação, Profanação e o Tecnopolítica. **Licere**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 1-25, 2024.
- ALVES, C. O cruzamento com as interseccionalidades de raça, gênero e classe: artefatos culturais e o lazer. *In*: CHAVES, E.; ISAYAMA, H. F.; BAHIA, M. C. (Org.). **Os Estudos do lazer, ócio e recreação na Iberoamérica**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. p. 131-137.
- ÁLVAREZ, R. L.; LEON, R.V.; PANUNCIO, M. E. G. Estilos de ocio y turismo en jóvenes de Montevideo. *In*: CHAVES, E.; ISAYAMA, H. F.; BAHIA, M. C. (Org.). **Os Estudos do lazer, ócio e recreação na Iberoamérica**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. p. 433-450.
- ANDRADE, L. T.; TEIXEIRA, A. E. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. **Revista Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, 2004. p. 137-157.
- ARAÚJO, J. B.; MIOTO, B. T.; TROVÃO, C. J. B. M.; VENTURA NETO, R. S. “As transformações no mercado de trabalho e a reforma urbana”. *In*: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). Reforma urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos. **Letra Capital**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 81-106. 2022.
- ARAÚJO, G.; ZANELLO, V. Só quero carinho: mulheres e desejo sexual em relacionamentos prolongados. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 29, p. 1-17, 2024.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ATTWOOD, F.; SMITH, C. Leisure sex: More sex! Better sex! Sex is fucking brilliant! Sex, sex, sex, SEX. *In*: BLACKSHAW, T. (Ed.), **Routledge handbook of leisure studies**, London: Routledge, 2013. p. 325–342.

AZEVEDO, L. M. S.; SILVA, U. P. S. Amor e Sexo: Conexões com a Neurociência. **Cognitionis Scientific Journal**, Miami, Florida, v. 8 n. 1, p.01-13, 2025.

BARBOSA, A. L. N. H. **Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer**: uma análise da alocação do tempo no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2018

BARBOSA, Marcela Dias; BORGES, Paulo César Corrêa. Trabalho sexual, estupro e sistema de justiça criminal: uma análise crítica a partir do feminismo de terceiro mundo. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 12, n. 2, p. 387-407, ago. 2017.

BARRETO, L. C. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história**: Prostituição e feminismos em Belo Horizonte. 2015. 295 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.

BARROS, P. M. A Revolução Sexual nos Anos 70 e o Pensamento Contracultural de Rosie Marie Muraro. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 9, n. 18, p. 98-108, set./dez. 2017.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difel, 2009.

BECKER, H. S. **Outsiders**: studies in the Sociology of Deviance. New York: The Free Press, 1991.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Feira de Artes, Artesanato, Produtores de Variedades**: Feira Afonso Pena. 2018. Atualizado em: 17 set. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/feiras>. Acesso em: 30/09/2025.

BELTRÃO, J. F.; BISPO, A. F. Trabalho sexual no Brasil: uma abordagem do protagonismo das prostitutas na luta pelo reconhecimento do direito ao exercício da profissão. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. especial 1, p. 289-299, 2023.

BENTO, B. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EdUFBA, 2017.

BERDYCHEVSKY, L. Reflexivity and ethical considerations in investigating the links between sex and leisure. In: PARRY, D. C.; JOHNSON, C. W. (Org.). **Sex and Leisure**: Promiscuous Perspectives. 1 ed. Londres, Reino Unido: Routledge, 2021.

BERNSTEIN, E. Desejo, demanda e o comércio do sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 31, p. 315-362, jul-dez. 2008.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 20-28, 2002.

BONALUME, C. **O Lazer das Mulheres na Mesa de Negociações**: cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras. 2020. Tese (Doutoramento) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais.

BONALUME, C. R. O lazer das mulheres: uma ação política. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 42–60, dez. 2022.

BONALUME, C. R.; TAVARES, M. L.; SAMPAIO, T. M. V. De “mulatas, mães pretas, empregadas” a outras possibilidades para as mulheres negras no lazer. In: ISAYAMA, H. F. e BAPTISTA, M. M. (orgs.). **Lazer, Gênero e Sexualidade**: Diálogos entre Brasil e Portugal. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022. p. 99-121.

BONALUME, C. R. Mulheres, lazer e família: atravessamentos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, v. 45, n 1, p.2-7, 2023.

BONALUME, C. R.; TAVARES, M. L.; ISAYAMA, H. F.; STOPPA, E. A. Mulheres, trabalho e lazer no Brasil: entre tempos, gostos, desejos e a fruição de um direito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n.2, p. 1-16, Florianópolis, 2023.

BOURDIEU, P. **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 2003.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 55, p. 1-2, 20 mar. 2020.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.110-124.

BUTLER, J. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BUTLER, J. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 42, p. 249–274, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. R. Aguiar. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Corpos que importam**. Tradução de V. Daminelli e D. Y. Françoli. São Paulo: N-1 Edições; Crocodilo, 2019.

CALABRIA, A. M.; ALMEIDA, J. R. Histórias de vida e trabalho sexual. **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 32, p. 1-27, 2024.

CAMINHAS, Lorena. Reconhecimento em Dirty Works: A Gestão do Estigma no Trabalho Sexual. **Dados**, v. 68, n. 2, p. 364, 2025.

CAMPOS, F. T.; ALVES, V. C.; GOMES DE CAMARGOS, E. R. F.; SANTANA DE SOUZA, A. C.; CECILIO, S. G.; OLIVEIRA RESENDE, T. R.; CECILIO, S. G. Transtornos mentais comuns em mulheres que exercem o trabalho sexual em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v. 28, n. 2, p. 431-446, 2024.

CARLOTO, C. M. Cuidados, produção e reprodução social: uma abordagem a partir da economia feminista. *In*: TEIXEIRA, Solange Maria; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs). **Família, cuidado e políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2020. p. 49-64.

CASCAIS, A. F. A cultura sexual pública no cruzamento de lazer, festa e mercado. *In*: BAPTISTA, M. M.; GRÁCIO, R. A.; ARAÚJO, R. C. B.; AZEVEDO, T.; BARBOSA JR., F. W.; ALMEIDA, A. R. A. (Org.). **Questões de Sexualidade e de Lazer na Sociedade Contemporânea**. Coimbra: Grácio, 2023. p. 61-72.

CASTILHO, C. T. Lazeres Marginais e Contemporaneidade: Instigando e Dialogando na Pós-Graduação Stricto-Sensu. **Licere**, Belo Horizonte, v. 26 n. 1, p. 301-331, 2023.

CASTRO, F. de; BAPTISTA, M. M. Da posse ∞ do corpo à violência ∞ A pandemia da violência doméstica. *In*: BAPTISTA, M. M.; CASTRO, F. de (Org.). **Gênero e Performance** Coimbra: Grácio, 2021. p. 7-30.

CLEMENTINO, M. L. M.; ARAÚJO, J. B. de; MIOTO, B. T. Precarização do trabalho e nova informalidade no urbano: permanências e transformações. **Caderno Metrôpole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 9-17, jan/abr. 2024.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução J. P. Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de B. Barros, J. Oliveira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. **A Face Feminina da Pobreza**: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: Ipea, 2005.

COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, 2010, p. 171-190.

COSTA, V. L. **A prostituta como “namoradinha”**: o advento do comércio sexual como forma de intimidade. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COSTA, Jean Henrique; BARBOSA, Raoni Borges; PERINOTTO, André Riani Costa. Tempo Livre: Agonia Conceitual e Impossibilidade Epistêmica. **Licere**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 229-244, 2023.

COUTO, P. L. S.; FERREIRA, L. C.; GOMES, A. M. T.; OLIVEIRA, D. C.; PEREIRA, S. S. C.; VILELA, A. B. A.; PORCINO, C.; NOGUEIRA, V. P. F. Sentidos de qualidade de vida para trabalhadores sexuais: estrutura das representações sociais. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE00986, p. 1-8, 2022.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: V. V. A. A. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. [Tradução L. Latif]. *In*: BAPTISTA, M. M. e CASTRO, F. (orgs.). **Gênero e Performance**. Coimbra, Portugal: Gracio, 2019.

CUNHA JUNIOR, H. A. Se eu fosse ensinar filosofias africanas, eu as ensinaria como a hermenêutica do bem viver. **Revista Espaço Acadêmico**, [S.l.], v. 20, n. 225, p. 120-132, 13 nov. 2020.

DAVIS, Â. **Mulheres, cultura e política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DINIZ, A. G. R. **Notas zoneadas sobre política-de-putas em tempos de golpe**: sobre o encontro com prostitutas que lutam e labutam na Zona Boêmia de BH. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DOMINGUES, T.; RECHIA, S. A. Trabalho e Lazer: Oposição ou Composição? **Licere**, Belo Horizonte, v. 19, n.3, p. 363-382, 2016.

DORES, L. A. **O lazer na/da encruzilhada e as narrativas do tornar-se negra**. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

DUMAZEDIER, J. **A Revolução Cultural do Tempo Livre**. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

EUGENIO, J. **Entre Descanso e Sociabilidades**: uma etnografia sobre o lazer no cotidiano de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte – MG. 2023. 193 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, G. S. **A prostituição no Brasil no século XXI**: razões para sua regulamentação. 2013. 493 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Sociais, Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FLORENCIO, J. “Iocare Serio et Studiosissime Ludere”: Culturas sexuais queer, biopolítica e racionalidade neoliberal. *In*: BAPTISTA, M. M.; CASTELO BRANCO, R.; GRÁCIO, R. (Org.). **Questões de Sexualidade e de Lazer na Sociedade Contemporânea**. Coimbra: Grácio, 2022. p. 7-26.

FORTES, R. S. Lazer e meios de comunicação. *In*: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (Orgs.). **Estudos do Lazer: um panorama**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 51-63.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Volume 1. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FRANÇA, Marina. **Intérêts, Sexualité et Affects dans la Prostitution Populaire: Le Cas de la Zone Bohème de Belo Horizonte**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, 2011.

FRANÇA, M. Práticas e significados da aprendizagem no trabalho sexual. **Horizontes Antropológicos**, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 47, p. 325-349, 2017.

FRANÇA, T. C. **Sex Entertainment: O Sexo como Diversão na Internet**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução de Alvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GÓES, Juliana Moraes de. **Corpo, autonomia e associativismo: a participação das prostitutas da Guaicurus**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de M. C. C. Raposo. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, Christianne Luce. **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, 2019.

GOMES, Christianne Luce. **Frui Vita: a alquimia do lazer**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2023.

GOMES, C. L. O Lazer como fundamento do Direito ao Turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 19, e-3124, 2025.

GOMES, N. L.; ARAÚJO, M. de. **Infâncias Negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L. Nanny. **Humanidades**, Brasília, v. 17, ano IV, p. 23-25, 1988.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GUSMAN, J.; SOARES, R. de L. Dimensões do trabalho sexual no documentário brasileiro: uma crítica feminista de Rua Guaicurus. **Doc On-line**, Covilhã, n. 29, p. 105-124, mar. 2021.

GUZZO, M. S. L.; DUPAS, A. L. A.; ALVES, K. R. Práticas de descanso: pausar para pensar e sentir o corpo num mundo acelerado. **Porto Arte**, Porto Alegre, v. 29, n. 51, 2025.

HAN, B. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2020.

HERSEY, T. **Rest is resistance: a manifesto**. New York: Penguin Life, 2022.

HOCHSCHILD, A. R. Emotion work, feeling rules, and social structure. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 85, n. 3, p. 551-575, 1979.

hooks, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, b. **Tudo sobre o amor: Novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

INCAO, M.; SEABRA, A. Regulamentação do trabalho sexual no Brasil. **Revista Ciências do Trabalho**, Coimbra, n. 26, p. 1-19, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>. Acesso em: 25 mai. 2025.

ISAYAMA, H. F. Sexo é lazer? Um olhar a partir do campo de Estudos do Lazer no Brasil. In: BAPTISTA, M. M. *et al.* **Questões de sexualidade e de lazer na sociedade contemporânea**. 1 ed. Aveiro: Afrontamento, 2023.

JUBERT, S.; LEITÃO, L. Espaços de “lazer” em ambientes de trabalho na “Sociedade de desempenho”. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 191-208, 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KINNAIRD, V.; HALL, D. Compreender os processos do turismo: uma estrutura sensível ao gênero. *In*: BAPTISTA, M. M.; CASTRO, F. de (Org.). **Gênero e Performance**. Coimbra: Grácio, 2020. p. 131-152.

KRENAK, A. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Organização: Bruno Maia. Rio de Janeiro: Escola Parque do Rio de Janeiro, 2020.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Aprendizagem situada**: Participação periférica legitimada. Tradução de Adriano Scandolara. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

LAYLAND, E. K.; HILL, B. J.; NELSON, L. J. Freedom to explore the self: How emerging adults use leisure to develop identity. **The Journal of Positive Psychology**, Londres, v. 13, n. 1, p. 78-91, 2018.

LEIGH, Carol (Scarlot Harlot). Inventing sex work. *In*: NAGLE, Jill (Org.). **Whores and other feminists**. New York: Routledge, 1997. p. 447-460.

LEITE, G. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que resolveu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOBATO, Flavio Henrique Souza; BAHIA, Mirleide Chaar. O Lazer da Periferia de Belém (PA): Para Além do Convencional e do Invisibilizado. *In*: CHAVES, Elisângela; ISAYAMA, Hélder Ferreira; BAHIA, Mirleide Chaar (orgs.). **Os Estudos do lazer, ócio e recreação na Iberoamérica**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

LOPES, E. M. T. **BH, A Cidade de Cada Um nº 27**: Santo Antônio. Belo Horizonte: Conceito, 2011.

MACEDO, C. Da Guaicurus. *In*: FERNANDINO, F.; MARTINS, L. M. (Org.). **Guaicurus #4**. Belo Horizonte: Centro Cultural UFMG, 2019.

MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro**: Uma abordagem antropológica. São Paulo: Sesc, 2018.

MALEBRANCHE, H.; SAMU, F. A teoria de Goffman e o gerenciamento de impressões. **Revista Húmus**, Santa Maria, v. 7, n. 21, p. 32-45, dez. 2017.

MANNE, K. Ameaçando as mulheres. *In*: BAPTISTA, M. M.; CASTRO, F. de (Org.). **Gênero e Performance**. Coimbra: Grácio, 2019. p. 162-170.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MARIANO, S.; FERREIRA, L. P.; TAVARES, M. Em busca de si: construindo agência e autonomia feminina em contextos de pobreza. **Interações**, Campo Grande, v. 25, n. 2, e2523762, abr. 2024.

MARTINO, Natália. O declínio da indústria pornô. **IstoÉ**, [S.l.], n. 212239, [2012]. Disponível em: https://istoe.com.br/reportagens/212239_O+DECLINIO+DA+INDUSTRIA+PORNO. Acesso em: 30 abr. 2025.

MATTOS, P. C. **A dor e o estigma da puta pobre.** In: SOUZA, J. *et al.* (Orgs.). *A ralé brasileira: quem é e como vive.* Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 173-204.

MEDEIROS, I. B.; BARBOSA, R. M. Nem santas nem pecadoras, singularmente, mulher: a prostituição em foco nos estudos culturais. **Revista Expedições**, Jussara, v. 2, n. 2, 2011.

MOHANTY, C. T. **Feminismo sin fronteras.** Descolonizar la teoría, practicar la solidaridad. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2020.

NUNES, A. C. do N.; PEREIRA, R. D. BDSM: corpos e jogos de poder. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 62, n. 4, e2021-0085, 2022.

NUNES, D. H.; SIQUEIRA, D. P.; GONÇALVES, T. F. O direito social ao lazer na transformação de estados constitucionais. **Revista Húmus**, Santa Maria, v. 9, n. 25, p. 48-62, 2019.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio-ago. 2008.

OLIVEIRA, A. Bom sexo e mau sexo: do trabalho ao lazer, do tédio ao prazer. In: BAPTISTA, M. M.; GRÁCIO, R. A.; ARAUJO, R. C. B.; AZEVEDO, T.; BARBOSA JR., F. W.; ALMEIDA, A. R. A. (Org.). **Questões de Sexualidade e de Lazer na Sociedade Contemporânea.** Coimbra: Grácio, 2023. p. 39-48.

OLIVEIRA, G. dos S. H. de; CAMINHA, I. de O.; FREITAS, C. M. S. M. de. Práticas corporais, lazer e religião: possíveis entrelaçamentos. **Licere**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 1-27, 2025.

OLIVEIRA, M. Q. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte: o trabalho da vida nada fácil.** 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PAIVA, K. C. M. de; PEREIRA, J. R.; GUIMARÃES, L. R.; BARBOSA, J. K. D.; SOUSA, C. V. e. Mulheres de vida fácil? tempo, prazer e sofrimento no trabalho de prostitutas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 60, n. 3, 2020.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, Boston, v. 11, p. 28-36, 1978.

PEREIRA, J. R. **Significados e Sentidos do Trabalho e Identidades:** Aproximações e afastamentos entre “trabalho sujo” e “trabalho de prestígio”. 2021. 213 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PERROTTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (Org.). **Informação e protagonismo social.** Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

PINTO, L. M. S. M. Conceitos, sentidos e significados de lazer conviventes em nossa sociedade. *In*: ZINGONI, P. (Org.). **Lazer em vilas do Programa judicial para remoção e reassentamento humanizado de famílias do anel rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais**. Belo Horizonte: São Jerônimo, 2018. p. 19-31.

PINTO, V. L. X.; MOREIRA; BEZERRA; FREIRE PEQUENO. Labor, trabalho e ação: elementos pertinentes aos conceitos arendtianos em relatos autobiográficos de trabalhadores do setor de transportes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 8, p. 3053-3064, 2021.

PIRES, N.; SEREJO, J. A. M. Movimento, Ação e “Putaria”: a construção da identidade coletiva e a luta pelo combate aos estigmas relacionados às profissionais do sexo no Brasil. **Cadernos UNDB – Estudos Jurídicos Interdisciplinares**, São Luís, v. 7, n. 1, p. 1-29, jun./jul. 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico Socioterritorial e Assessoramento às Redes de Trabalhadoras Sexuais da Guaicurus**. PUC-BH: Belo Horizonte, 2023.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

REDONDO, P. Mulheres e toxicodependência. História de uma invisibilização. *In*: BAPTISTA, M. M.; CASTRO, F. de (Coord.). **Gênero e Performance**. Coimbra: Grácio, 2021. p. 253-280.

REIS, A. T.; ARAÚJO, G. F.; JÚNIOR, A. P.; SANTOS, R. S. A escuta atenta: reflexões para a enfermagem no uso do método história de vida. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 16, n. 4, p. 617-622, out./dez. 2012.

RIBEIRO, A.; PASSAMANI, G. R. “Eu danço a música que o cliente tocar”: entre experiências, cenas e o trabalho sexual. **Revista Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 12, e12634, 2024.

RIBEIRO, B. D'C. R. de O. **Forasteiras de dentro: corposcrevências de mulheres negras no hip-hop dança sob a lente interseccional**. 2025. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

SAMPAIO, T. M. V. Lazer e sexualidades: Mo(vi)mentos da corporeidade em busca de sentidos. *In*: BAPTISTA, M. M. et al. (Org.). **Questões de Sexualidade e de Lazer na Sociedade Contemporânea**. Coimbra: Grácio, 2023. p. 73-92.

SAQUET, M. A. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. *In*: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). **Ambiente e território: abordagens e transformações sociais**. Londrina: Madrepérula, 2019.

SANTANA, S. A. et al. Dignidade e Bem-Estar: A Importância do Lazer, Saúde Mental e Higiene para Pessoas em Situação de Rua. **Brazilian Journal of Biological Sciences**, Curitiba, v. 11, n. 25, e118, 2024.

SANTOS, C. A. N. L. **Formação e Atuação Profissional:** um estudo comparativo com egressos do curso técnico em lazer do IFMA e do curso de graduação em lazer e turismo da EACH/USP. 2018. 177f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, G. B. **O Estilo Interativo das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte:** Um Estudo Sobre Estratégias Linguísticas. 2011. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

SANTOS, M. S.; RAMOS, L. L. A.; MUNIZ, C. B. Mulher e Espaço Público: desafios na apropriação feminina em praças urbanas. *In: IV SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA (IV SINGEUBR). Anais...* Porto Alegre: ANTAC, 2023. p. 1-9.

SANTOS, N. R. O. Reflexões sobre o Corpo Feminino a Partir da Concepção Foucaultiana. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 9, n. 21, p. 45-53, 2022.

SANTOS, R. R.; EUGENIO, J. D. Do prazer ao deslocamento: as trabalhadoras do sexo durante o início da pandemia de Covid-19 em Belo Horizonte. *In: RIGONI, A. C. et al. Coletânea XIV Encontro Internacional Científico OTIUM, Congresso Ibero-Americano de Estudo de Lazer, Ócio e Recreação.* Belo Horizonte: UFMG/EEFFTO, 2020. p. 373-381.

SANTOS, R. R. **Complexo de diversões Guaicurus:** análise do design em peças gráficas de divulgação do lazer sexual na capital mineira. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SANTOS, R. R. dos. Reflexões sobre a invisibilidade da mulher negra na divulgação no lazer sexual do complexo de diversões Guaicurus em Belo Horizonte/MG. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 207–231, jan. 2024a.

SANTOS, R. R. Corpos à Venda: explorando a comercialização no lazer do OnlyFans. *In: Congresso Brasileiro em Estudos Do Lazer. Anais...* São Paulo, p. 940-41, 2024b.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71-99, mar. 2017.

SENNETT, R. **Construir e habitar:** Ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SETTON, M. da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60–70, 2002.

SILVA, A. P. da; BLANCHETTE, T. Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 175019, dez. 2017.

SILVA, A. P. da; BLANCHETTE, T.; PINTO, P. L.; PISCITELLI, A. **Raça e classe na configuração da prostituição**. Campinas: Unicamp, 2023.

SILVA, B. de S. da; MEDEIROS, O. M. M. de; REIS, N. V. dos. Raça e classe na configuração da prostituição: Uma análise interseccional de relato biográfico de uma mulher negra em Nova Olinda, norte do Tocantins. **Kwanissa**, São Luís, v. 06, n. 14, p. 05-28, jan./jun. 2023.

SILVA, C. L. O. **Sobre dar e receber ajuda na zona**: relações entre organizações religiosas e trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte. 2022. 411 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SILVA, F. B. D. **Turismo e lazer sexual na cidade de São Paulo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, L. B. Trabalho Emocional e Bem Estar: uma relação importante para o contexto profissional. **Direito, Desenvolvimento e Cidadania**, Guarulhos, v. 1, n. 1, p. 72-78, 2022.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2016.

STIGGER, M. P.; MYSKIW, M. Etnografia e estudos no/do lazer: Aspectos da observação participante. In: ISAYAMA, H. F.; MELO, V. A. de (Org.). **Pesquisa e pós-graduação em estudos do lazer**. Belo Horizonte: UFMG, 2021. p. 101-122.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SULZ, J. A.; CARDOSO, F. A. Putafeminismo: um caminho pelo direito de todas as mulheres. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 344–348, abr./jun. 2019.

VALTCHANOV, B. L.; PARRY, D. C. A porn of one's own: feminist complexities with women's consumption of online sexually explicit materials. In: PARRY, D. C.; JOHNSON, C. W. (Ed.). **Promiscuous perspectives**: explorations of sex and leisure. New York; London: Routledge, 2021. p. 109-127.

ZICKWOLFF, E. C. C.; CHEIBUB, B. L. Mercado do Sexo e Turismo Sexual: Olhares Ampliados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 1-24, 2021.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Pesquisa: “PERFORMANCE E MANIFESTAÇÃO: A PERSPECTIVA DAS PROSTITUTAS NO COMPLEXO DE DIVERSÕES GUAICURUS EM BELO HORIZONTE”.

A Senhora está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa “PERFORMANCE E MANIFESTAÇÃO: A PERSPECTIVA DAS PROSTITUTAS NO COMPLEXO DE DIVERSÕES GUAICURUS EM BELO HORIZONTE”, do doutorando Rafael Rodrigo dos Santos, coordenada pelo pesquisador responsável Prof. Dr. Rafael Fortes Soares, ambos do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer - PPGIEL, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

A pesquisa tem por objetivo: descrever, analisar e visibilizar a perspectiva da mulher prostituta como sujeita reflexiva de sua própria realidade, agente e produtora do lazer no Complexo de Diversões Guaicurus. Para isso, serão buscados entendimentos acerca das atividades no cotidiano das mulheres (cisgênero, transgênero feminina, travestis) trabalhadoras sexuais participantes, colaboradoras e/ou associadas da Associação das Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG), uma vez que ao entendermos a experiência das mulheres atuantes no Complexo de Diversões Guaicurus, acreditamos que seja possível amplificar a voz da APROSMIG e as vivências das participantes.

Para a coleta de dados utilizaremos a observação participante e entrevistas não-estruturadas. A observação participante será efetuada junto as dinâmicas, oficinas, reuniões, encontros e ações providas pela APROSMIG para observar a participação das mulheres colaboradoras, participantes e/ou associadas. Tal técnica baseia-se na presença frequente do doutorando junto ao campo de pesquisa, com vistas a observar, escutar e relatar tudo que lhe é compreendido sobre o grupo naquele ambiente. Destaca-se que tal observação se dará apenas no interior do equipamento (sede ou espaços disponibilizados pela associação), junto das mulheres que lá frequentam.

Paralelo à observação participante, realizaremos entrevista não-estruturadas com as colaboradoras e participantes, além de profissionais de sexo associadas da APROSMIG em Belo Horizonte. As entrevistas (com duração de 30 a 35 minutos) serão realizadas pessoalmente pelo doutorando na sede da APROSMIG em datas e horário agendados quando se tratar das colaboradoras e participantes do equipamento. Já se tratando das mulheres profissionais de sexo associadas, de acordo com o aceite de participação, o local para realização da entrevista não-estruturada será previamente reservado e concedido pela APROSMIG podendo ser realizada sede (ou em um espaço disponibilizados pela associação) para que possamos minimizar desconfortos e que seja possível a liberdade para não responder questões constrangedoras, durante o processo de observação participante.

1

Rubrica do Pesquisador	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
------------------------	--

Assim, esclarecemos que podemos previamente prever os riscos de exposição durante a observação participante (embaraço de interagir com estranhos, interferência na vida e na rotina dos sujeitos) e, consequentes desconfortos resultantes do processo de entrevista não-estruturada (responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade, além de tomar o tempo da sujeita ao participar da entrevista). Este estudo emprega técnicas e métodos em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que irão participar no estudo, nos quais não se identifique nem seja invasivo à intimidade do indivíduo. As entrevistadas serão identificadas apenas por um número ou nome fictício e suas identidades não serão reveladas publicamente.

Comprometemos garantir o anonimato e o sigilo absoluto no tratamento das informações que só serão disponibilizadas para os envolvidos nessa pesquisa. As entrevistadas serão identificadas apenas por um número ou nome fictício e suas identidades não serão reveladas publicamente. Além da confidencialidade e privacidade, asseguramos a proteção da imagem e a não estigmatização (respeitando os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes) estaremos atentos aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das mulheres e da associação, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro. Dessa forma as Senhoras podem ficar à vontade para participar da pesquisa, podendo recusar a participação na mesma, ou mesmo retirando seu consentimento sem qualquer tipo de ônus para ambas as partes envolvidas (pesquisado e pesquisadores) em qualquer momento.

A coleta de dados se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais. Esclarecemos que todas as despesas relacionadas com este estudo serão de responsabilidade do pesquisador, sendo que não haverá qualquer forma de remuneração financeira para a Senhora. Salientamos que este estudo tem ausência de benefício direto (monetários e não monetários) as mulheres trabalhadoras sexuais participantes, colaboradoras e/ou associadas da APROSMIG. Os possíveis benefícios indiretos serão a Associação das Prostitutas de Minas Gerais e suas sujeitas, com o estudo forneceremos condições propícias para que reflitam sobre a sua relação com o trabalho sexual, resgatando de forma mais sistemática sua trajetória. Os dados e análises da pesquisa, ao serem publicizados, poderão propiciar uma reformulação de procedimentos de gestão institucional e fomentar debates para as políticas públicas, assim como a formação e/ou ampliação de redes entre hotéis de sexo e trabalhadoras sexuais da região da Guaicurus em Belo Horizonte. Assumimos o dever de tornar público o resultado desta pesquisa e reiteramos nossa disponibilidade na prestação de esclarecimentos, em qualquer etapa do estudo.

2

Rubrica do Pesquisador	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
------------------------	--

Por fim, informamos que caso haja dano a Senhora proveniente da presente pesquisa, a mesma poderá buscar indenização.

Disponibilizamos-nos através do endereço Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Av. Presidente Carlos Luz, 4664/Campus UFMG, Pampulha, Belo Horizonte - MG, (31) 3409- 2337 e divulgamos os dados do Comitê de Ética da UFMG (COEP) para esclarecimentos estritamente relacionados às dúvidas de ordem ética: Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II, 2º Andar, sala 2005 - telefone (31) 3409-4592, e-mail: **coep@prpq.ufmg.br**. E com os contatos de endereços eletrônicos e telefones dos pesquisadores: Rafael Fortes Soares: rafa.fortes@gmail.com – (21) 96910-5982 e Rafael Rodrigo dos Santos: multirafa@gmail.com – (31) 99339-1990.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE segue em duas vias, sendo uma via para a Senhora, participante da pesquisa e, uma via para o pesquisador. Esclarecemos também que não haverá qualquer publicação de imagem das participantes das atividades e nem das entrevistadas envolvidas nessa pesquisa.

Assim, se a Senhora entendeu a proposta da pesquisa e concorda em participar, favor assinar o protocolo abaixo dando o seu consentimento.

Desde já, agradecemos pela compreensão e voluntariedade.

Prof. Dr. Rafael Fortes Soares
Orientador

Rafael Rodrigo dos Santos
Pesquisador

3

Rubrica do Pesquisador	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
------------------------	--

PROTOCOLOS DE CONSENTIMENTO:

I) Consentimento 01 - Colaboradora/Participante da APROSMIG

Eu, _____,
RG/CPF nº _____ declaro ter sido informada e concordo em
participar, como voluntária, do projeto de pesquisa acima descrito.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2023.

Assinatura da colaboradora/participante da APROSMIG

Assinatura do pesquisador

II) Consentimento 02 - Participante/Associada da APROSMIG

Eu, _____,
RG/CPF nº _____ declaro ter sido informada e concordo em
participar, como voluntária, do projeto de pesquisa acima descrito.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2023.

Assinatura da participante/associada da APROSMIG

Assinatura do pesquisador

4

Rubrica do Pesquisador	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
------------------------	--

APÊNDICE B

ROTEIRO TEMÁTICO DE APOIO

Data e horário da entrevista:

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA

1. Qual a sua idade?
2. Qual a sua cor ou raça?
3. Você se identifica como mulher? Se sim, você costuma se relacionar com homens, mulheres ou ambos?
4. Qual é a sua renda média por mês?
5. Você tem alguma religião? Qual é?
6. Qual é o seu estado civil?
7. Você tem filhos? Quantos e qual a idade deles?

ENTREVISTA

A) Trajetória e Trabalho

8. Como foi que você começou a trabalhar aqui na Guaicurus?
9. Me conta como é o seu dia de trabalho, desde a hora que chega ao hotel até ir embora. O que você faz primeiro ao chegar, como prepara o quarto e o ambiente para o atendimento, e o que mais costuma fazer ao longo do dia?
10. O que você gosta e o que não gosta no seu trabalho? Pode dar alguns exemplos?
11. Como você escolhe em qual hotel trabalhar? O que faz você ficar ou sair de um hotel?
12. Sua família sabe do seu trabalho? Como eles lidam com isso?
13. Você tem amizades aqui no trabalho? O que costumam fazer juntas?
14. Como funciona a negociação com os clientes, existe um pacote de atendimento? Existe um valor fixo para o atendimento ou varia de acordo com o que é combinado? Se o cliente pede algo diferente, como serviços adicionais, isso muda o valor?
15. Como você lida com o preconceito das pessoas quando descobrem sua profissão?
16. Você já sofreu algum tipo de discriminação? Pode me contar como foi e como você lida com esse tipo de situação?

B) Lazer, Diversão e Tempo Livre

17. O que você gosta de fazer quando não está trabalhando?
18. O que você acha que poderia melhorar nas condições de trabalho?
19. Você costuma sair para se divertir? Onde você costuma ir? Com quem você gosta de passar seu tempo livre?
20. Quais dificuldades você enfrenta para aproveitar o lazer e o tempo livre?
21. E o que facilita você aproveitar o lazer ou se divertir quando pode?
22. Tem alguma atividade relacionada a diversão e ao lazer que você gostaria de fazer, mas não consegue? Por quê?
23. Que espaços e locais você frequenta para se divertir?
24. Aqui no hotel, tem momentos que você considera divertidos? Me fala um pouco sobre eles.
25. Como você faz para conciliar trabalho e momentos de diversão?

C) Relações Interseccionais

26. Como você acha que ser mulher (cis/trans), sua cor e sua condição financeira influenciam sua diversão dentro e fora do trabalho?
27. No seu dia a dia, você consegue se divertir do jeito que gostaria? O que facilita ou dificulta isso?
28. Como é a diversão com suas colegas de trabalho? Vocês saem juntas? O que vocês fazem para se divertir aqui no hotel?
29. Você acha que precisa ter um tipo específico de corpo para trabalhar aqui? Como você se sente em relação a isso?
30. Você faz algum cuidado especial com seu corpo por causa do trabalho? Como se veste ou se arruma para trabalhar?
31. Você já trabalhou em outros lugares além dos hotéis? Como era?
32. Tem alguma história marcante que você viveu aqui que gostaria de compartilhar?
33. Tem mais alguma coisa que gostaria de me contar?